



República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

NO. LI - N.º 071

QUARTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 1996

BRASÍLIA

MESA	
Presidente José Samey - PMDB - AP	
1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL	
2º Vice-Presidente Júlio Campos - PFL - MT	
1º Secretário Odacir Soares - PFL - RO	
2º Secretário Renan Calheiros - PMDB - AL	
3º Secretário Levy Dias - PPB - MS	
4º Secretário Emandes Amorim - PMDB - RO	
Suplentes de Secretário	
Antonio Carlos Valadares - PSB - SE	
Eduardo Suplicy - PT - SP	
Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR	
Ney Suassuna - PMDB - PB	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
Corregedor (Eleito em 16-3-95)	
Romeu Tuma - PSL - SP	
Corregedores Substitutos (Eleitos em 16-3-95)	
1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS	
2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE	
3º Senador Lício Alcântara - PSDB - CE	
PROCURADORIA PARLAMENTAR	
(Designação: 16 e 23-11-95)	
Nabor Júnior - PMDB - AC	
Waldeck Omelas - PFL - BA	
Emilia Fernandes - PTB - RS	
José Ignácio Ferreira - PSDB - ES	
Lauro Campos - PT - DF	

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder Elcio Alvares - PFL - ES	
Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB-DF Wilson Kleinübing - PFL-SC Ramez Tebet - PMDB-MS Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR	
LIDERANÇA DO PMDB	
Líder Jáder Barbalho	
Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda	
LIDERANÇA DO PFL	
Líder Hugo Napoleão	
Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Hollanda Romero Jucá	
LIDERANÇA DO PSDB	
Líder Sérgio Machado	
Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúcio Coelho	

LIDERANÇA DO PPB	
Líder Epitácio Cafeteira	
Vice-Líderes Esperidião Amin	
LIDERANÇA DO PT	
Líder José Eduardo Dutra	
Vice-Líder Benedita da Silva	
LIDERANÇA DO PTB	
Líder Valmir Campelo	
Vice-Líder Arlindo Porto	
LIDERANÇA DO PDT	
Líder Júnia Marise	
LIDERANÇA DO PPS	
Líder Roberto Freire	
LIDERANÇA DO PSB	
Líder Ademir Andrade	
LIDERANÇA DO PSL	
Líder Romeu Tuma	

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal
CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf
JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata
DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 47ª SESSÃO ESPECIAL, EM 23 DE ABRIL DE 1996	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Finalidade da Sessão	
Destinada a homenagear o 36º aniversário de Brasília e do Jornal Correio Braziliense.....	06728
1.2.2 – Oradores:	
Senador José Roberto Arruda.....	06729
Senador Valmir Campelo.....	06734
Arlete Sampaio, Vice-Governadora de Brasília.....	06737
Paulo Cabral, Presidente do Condomínio dos Diários Associados	06739
1.2.3 – Fala da presidência	
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATA DA 48ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE ABRIL DE 1996	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Aviso de Ministro de Estado	
Nº 189/96, referente ao Requerimento nº 314, de 1996, de informações, do Senador Osmar Dias.....	06743
2.2.2 – Requerimentos	
Nº 373, de 1996, de autoria do Senador João França, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1996, de sua autoria.....	06743
Nº 374, de 1996, de autoria do Senador Valmir Campelo e outros Srs. Senadores, de urgência para o Requerimento nº 354, de 1996, do Senador Romeu Tuma, solicitando a criação de uma Comissão Temporária Interna destinada a apurar os fatos sobre a tragédia resultante de serviços de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais de Caruaru – PE.....	06744
2.2.3 – Comunicações da Presidência	
Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.410, de 18 de abril de 1996, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.	06744
Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.411, de 18 de abril de 1996, que altera os arts. 4º e 7º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe so-	
bre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.	06745
Recebimento da Mensagem nº 154, de 1996 (nº 340/96, na origem) de 19 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República encaminha relatório de sua visita de Estado à República Argentina, realizada no período de 7 a 10 de abril de 1996.....	06746
Recebimento da Mensagem nº 155, de 1996 (nº 343/96, na origem) de 19 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a quatrocentos e cinqüenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.	06761
2.2.4 – Ofícios	
Nºs 219 e 220, de 1996, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Especiais destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.410 e 1.386, de 1996, respectivamente.	06761
Nº 336, 338 e 339, de 1996, da Liderança do Bloco PPB/PL na Câmara dos Deputados, indicando membros para integrarem as Comissões Especiais Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.376, 1.400 e 1.405, de 1996, respectivamente.	06763
2.2.5 – Comunicações da Presidência	
Destinação do tempo dos oradores do Expediente da presente sessão para homenagear o Dia do Índio, nos termos do Requerimento nº 368, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha e outros Srs. Senadores.	06765
2.2.6 – Oradores	
Senador Sebastião Rocha.....	06765
Senadora Benedita da Silva	06776
2.2.7 – Discursos do Expediente	
SENADOR CARLOS BEZERRA, como Líder – Necessidade de replanejamento da reforma agrária pelo governo federal e atuação mais eficaz do Ministério da Justiça nos casos de violência no campo.	06780

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Condenando a ação violenta da polícia do Pará, no episódio que culminou com a morte de sem-terra naquele Estado. Incidentes ocorridos ontem em Porto Seguro – BA, por ocasião da comemoração dos 496 anos do descobrimento do Brasil, com a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR ELCIO ALVARES – Solidarizando-se com o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Instalação de uma fábrica da Mercedes Benz em Juiz de Fora – MG, anunciada durante o encontro do presidente daquela empresa com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

2.2.8 – Requerimentos

Nº 375, de 1996, de autoria do Senador Lúcio Coelho, solicitando ao Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária as informações que menciona.

Nº 376, de 1996, de autoria do Senador Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores, solicitando a transferência da sessão especial destinada a comemoração do 170º ano de instalação do Senado Federal, do dia 6 de maio para o dia 7, às dez horas.

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 156, de 1996 (nº 344/96, na origem), de 13 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada a União mediante a edição de uma resolução específica, a empreender a reestruturação dos bônus da dívida externa, contemplando a troca de papéis, a emissão de novos títulos para substituição dos antigos, com vistas a alongamento de prazos ou redução de encargos.

2.2.10 – Requerimentos

Nºs 377 e 378, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Presidente da Petrobrás, através do Sr. Ministro das Minas e Energia, as informações que mencionam.

Nºs 379 e 380, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, as informações que mencionam.

Nº 381, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Previdência e Assistência Social, as informações que menciona.

Nº 382, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando à Caixa Econômica Federal, através do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, as informações que menciona.

2.2.11 – Leitura de projeto

Nº 77, de 1996, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que dispõe sobre a produção, a utilização e a comercialização no território bra-

sileiro de substâncias químicas do grupo dos clorofluorcarbonos (CFC).

2.3 – ORDEM DO DIA

Requerimento nº 236, de 1996, do Senador Gilvam Borges, solicitando, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governo da República da Bolívia voto de louvor à Universidade del Valle – Univalle, do sistema nacional de educação daquele País, por haver concedido o título de **Doutor Honoris Causa** ao Presidente do Senado Federal, Senador José Samey. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Ronaldo Cunha Lima.

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995–Complementar (nº 123/89 – Complementar, na Casa de origem), que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal (tratando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 123 e 149, de 1995 – Complementares). **Aprovado** o substitutivo, ficando prejudicado o projeto, após usarem da palavra os Srs. Ronaldo Cunha Lima e José Eduardo Dutra. À Comissão Diretora para redigir o vencido para o turno suplementar.

Projeto de Lei do Senado nº 123, de 1995–Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que regulamenta o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. (Tratando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995–Complementar e o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1995–Complementar). **Prejudicado** em virtude da aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995–Complementar. Ao arquivo.

Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1995–Complementar, de autoria do Senador Teotonio Vilela Filho, que dispõe sobre a elaboração e consolidação das leis, regulando o art. 59, parágrafo único, da Constituição Federal. (Tratando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995–Complementar). **Prejudicado** em virtude da aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995–Complementar. Ao arquivo.

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. **Não houve oradores** no 2º dia de discussão, em 2º turno.

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 374 e 376, de 1996, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**.

06791

06795

06796

06799

06803

06803

06804

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia		
SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA , como Líder – Protestos de manifestantes ao Presidente Fernando Henrique, na Bahia. Relato de sua viagem à região do massacre dos sem-terra no Pará.....	06805	mitismo e à Xenofobia, sugerindo a realização de uma sessão especial do Congresso Nacional sobre a luta contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo.....
SENADOR COUTINHO JORGE , como Líder – Visita de S. Exa. a região do massacre dos sem-terra no Estado do Pará.....	06811	2.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)
SENADOR SEBASTIÃO ROCHA , como Líder – Clamando ao governo do Amapá e ao governo federal providências para o combate às enchentes nas favelas de palafitas às margens do rio Jarí. Massacre dos sem-terra no Pará.....	06816	SENADOR LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA – Parabenizando o Doutor Alceo Tramujas, pela elaboração da pesquisa intitulada Histórias de Paranaguá, dos Pioneiros da Catinga à porta do Mercosul no Brasil Meridional.....
SENADOR PEDRO SIMON – Convite ao Sr. José Samey para que exponha, perante o Senado Federal, o conteúdo dos assuntos tratados na reunião realizada ontem, entre os presidentes dos três Poderes da República. Elogios à atuação do Sr. Francisco Graziano, por ocasião de sua atuação na presidência do Incra. A questão da reforma agrária no País.....	06822	SENADOR GILBERTO MIRANDA – Apoio ao projeto de construção da rodovia que liga o Brasil ao Pacífico, priorizada no Plano Plurianual.
SENADOR EDUARDO SUPILCY – Encaminhando indicação ao Senado, no sentido de que o Sr. José Eduardo Andrade Vieira seja advertido da possível inobservância de normas legais, caso solicite vantagens do Proer à instituição financeira que controla. Leitura de lista com nomes dos trabalhadores sem-terra mortos no Pará. Exposição do médico legista, Dr. Nelson Massina, sobre os ferimentos encontrados nos corpos dos sem-terra. Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, do dia 21 de abril, intitulado O outro lado da moeda.....	06830	SENADOR ROMEU TUMA – Dia do Exército.
SENADOR ROMEU TUMA – Comemoração, no dia 21 de abril, do Dia Nacional das Polícias. Crítica à decisão do Ministro da Justiça em criar a Guarda Nacional, com o objetivo de intervir em questões sociais.....	06835	SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Defesa de urgente legalização de embarcações a vela do Estado do Ceará, junto ao Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a fim de que sejam liberadas para a pesca da lagosta.....
2.3.3 – Comunicação da Presidência		2.3.5 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão
Recebimento de expediente do Presidente do Comitê Parlamentar de Combate ao Anti-Se-		2.4 – ENCERRAMENTO
		3 – ATO DO PRESIDENTE
		Nº 21, de 1996
		4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL
		Nºs 451 a 465, de 1996
		5 – MESA DIRETORA
		6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
		7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
		8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS
		9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
		10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
		11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 47^a Sessão Especial em 23 de abril de 1996

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que, em atendimento ao Requerimento nº 250, de 1996, de autoria do nobres Senadores José Roberto Arruda, Valmir Campelo e outros Senadores, destina-se a homenagear o 36º aniversário de Brasília e do **Correio Brasiliense**.

Convido a Vice-Governadora do Distrito Federal, Sr^a Arlete Sampaio, a fazer parte da Mesa. (Pausa.)

Convido o jornalista Paulo Cabral, Diretor do **Correio Brasiliense** e Presidente do Condomínio dos Diários Associados, a fazer parte da Mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Convido todos os presentes a, de pé, ouvirem o Hino de Brasília.

É executado o Hino de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda, para falar em nome do Senado Federal.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do crador.) - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senado José Sarney; Srª Governadora do Distrito Federal em exercício, Drª Arlete Sampaio; Sr. Presidente dos Diários Associados e do **Correio Braziliense**, Dr. Paulo Cabral; Srs. Senadores Bernardo Cabral, Antonio Carlos Valadares, Ronaldo Cunha Lima, Arlindo Porto, João Calmon, Senador Valmir Campelo, um dos autores da proposição desta sessão solene, demais autoridades do Governo do Distrito Federal, Srs. Diretores do jornal **Correio Braziliense** aqui presentes, Srs. familiares do Dr. Paulo Cabral que aqui nos honram com sua presença e a quem cumprimento, citando o nome de D. Maria Coeli, senhoras e senhores:

Estamos comemorando o 36º aniversário de Brasília e o 36º aniversário do **Correio Braziliense**.

Muito se tem falado, ao longo dessas três décadas, sobre a importância de Brasília no cenário nacional. Cientistas políticos, estudiosos, lideranças as mais expressivas da sociedade brasileira, nessas últimas décadas, têm-se revezado para mostrar a importância de Brasília no plano econômico, porque interiorizou o desenvolvimento nacional; no plano cultural, porque propiciou a miscigenação de raças e de pessoas de diferentes regiões do País, numa proporção nunca vista antes no território nacional; no cenário político, porque aproximou regiões e é ponto importante na diminuição das desigualdades regionais; sob o aspecto social, porque, afinal de contas, foi Brasília que mudou o mapa econômico e demográfico brasileiro, que, nos primeiros 450 anos, era litorâneo.

Enfim, todos têm estudado Brasília nos últimos anos, e há uma grande maioria nacional que entende que não fosse a ousadia, a coragem de uma geração que, nos anos 50, apesar de todas as dificuldades, conseguiu construir no Planalto Central, no prazo recorde de 40 meses, a nova Capital do País, muito provavelmente o Brasil de hoje seria um País ainda litorâneo, de economia não-industrializada, enfim, um País que não teria tido a coragem de conquistar e de dominar seu próprio território.

Mas, nesta sessão solene, não desejo, Sr. Presidente - até porque outros o fizeram com maior brilho - , falar sobre esses aspectos políticos, econômicos e sociais da construção de Brasília. Desejo fazer apenas duas reflexões: uma sobre o aspecto humano envolvido na construção desta cidade; e outra sobre tentarmos imaginar o que seria o Brasil se não existisse Brasília.

Sobre a importância de Brasília quanto ao aspecto humano. Ao chegar a este plenário, confesso a todos os presentes que sinto forte emoção não só porque encontro aqui pioneiros da primeira hora, pessoas como Ernesto Silva, que pertenceu à primeira Diretoria da Novacap, junto com Israel Pinheiro, Iris Memberg e Bernardo Sayão, e que está aqui entre nós; pessoas como João Calmon e Ary Cunha, que desde a primeira hora ajudaram a construir o **Correio Braziliense** e a TV Brasília, mas também porque encontrei neste auditório uma dessas raras pessoas que conseguem passar em vida para a História.

A pessoa que está aqui era ainda menino quando Juscelino Kubitschek, em campanha, foi fazer um comício em Jataí. Relata-nos o ex-Presidente, em seu livro de memórias, que foi preciso transferir o comício, que seria em praça pública, para uma grande oficina de automóveis que existia na cidade, porque chovia torrencialmente. O então candidato Juscelino subiu na carroceria de uma caminhonete ou de um pequeno caminhão e fez um eloquente discurso à sociedade de Jataí que se reunia naquele galpão transformado em praça. Quando ele disse, enfaticamente, naquele que seria o comício de lançamento de sua campanha, que, se eleito Presidente, cumpriria integralmente a Constituição, eis que um rapaz no meio do povo levanta o dedo e ousa fazer a seguinte pergunta: "Sr. Juscelino, o senhor disse que se for eleito Presidente irá cumprir a Constituição. Está na Constituição que a Capital do País deve ser transferida para o Planalto Central. Quero saber se o senhor vai cumprir também esse ponto".

Relata o Presidente, em seu livro de memórias - está aqui o Sr. Afonso Eliodoro, que mais do que ninguém conviveu com o Presidente durante mais de 40 anos -, que suas pernas chegaram a ficar bambas, mas que, após refletir, respondeu: "Se eleito Presidente, vou transferir a Capital para o Centro-Oeste e construirei Brasília".

Naquele momento, naquela pergunta, estava lançada a base do que seria o grande movimento brasileiro na conquista de seu território. Está aqui também o Toniquinho, que foi quem fez a pergunta e que merece o nosso aplauso por esse gesto. (Palmas)

Essa é a dimensão humana de Brasília, e, por isso, neste aniversário, não desejo falar sobre aspectos econômicos, políticos e sociais. Desejo lembrar, ao contrário, episódios de caráter humano que marcam a trajetória desta cidade. Por exemplo, a da sessão do Congresso Nacional que iria aprovar a criação da Novacap, portanto, a criação de Brasília; sessão do Congresso Nacional, diga-se de passagem, que contou com a presença e com o voto favorável do então Deputado José Sarney, um dos três únicos representantes da UDN que, à época, eram favoráveis à construção de Brasília.

Naquele momento crucial, numa disputa apertadíssima - a criação da Novacap foi aprovada com uma diferença de dois ou três votos apenas -, o Deputado Carlos Murilo liga para o Palácio do Catete para falar com o Presidente Juscelino, a fim de tentar um acordo de última hora que propiciasse a criação da Novacap. O ajudante-de-ordens atende e diz: "Deputado, vai ser impossível falar com o Presidente". O Presidente tinha tido um mal-estar alguns dias atrás, um entupimento de coronária, enfim, e o médico havia exigido que ele repousasse todos os dias, após o almoço. O ajudante-de-ordens reiterou: "Não vou chamar o Presidente". O Deputado Carlos Murilo, apavorado, porque chegava a hora da votação, ainda apelava: "Pelo amor de Deus, me chama o Presidente! Se não conseguir falar com ele não conseguirei aprovar o projeto, e será o fim, porque não se poderá votá-lo nesta legislatura". O ajudante-de-ordens não quis acordar o Presidente mesmo assim. Foi então que o Carlos Murilo tapou o telefone e disse: "Já foi chamar". Daí a pouco, ele disse: "Presidente, estou com os Deputados e Senadores". O ajudante-de-ordens dizia: "Está ficando louco, Carlos Murilo? Não vou chamar o Presidente". Ele continuava: "Não tem problema, Presidente, estou

querendo saber do senhor se posso fechar o acordo". O ajudante-de-ordens estava maluco do outro lado da linha. E finalizou o Deputado: "Então, está fechado, Presidente. Um abraço". Desligou o telefone e foi aprovada a lei da criação da Novacap.

São episódios como esse que quero comentar, episódios como as visitas do Presidente nas madrugadas de Brasília. Contam os livros de história desta cidade que o Presidente, muitas vezes, saía do Rio de Janeiro às dez horas da noite, chegava a uma hora da madrugada em Brasília - o vôo Brasília/Rio durava três horas -, descia no campo de pouso que existia ao lado do Catetinho e ficava até as quatro horas da manhã visitando obras, quando então tomava o avião de volta e chegava ao Rio de Janeiro a tempo de despachar no Palácio do Catete.

E contam-se alguns episódios fantásticos dessas visitas que o Presidente fazia às obras, de madrugada. Um deles: ao visitar a construção do Palácio da Alvorada, encontra ele um cidadão muito forte, com uma picareta, quebrando pedras que serviriam de alicerce ao Palácio e pergunta ao cidadão - chovia muito: "Como é, está indo tudo bem?" E o trabalhador, aumentando a velocidade da marreta, diz: "Está tudo bem, Presidente, vamos cumprir o prazo e inaugurar Brasília".

Essa é dimensão humana do mais humilde cidadão e do mais humilde operário, que se sentia participante do projeto, como um todo, da construção de Brasília.

Há ainda aquele outro episódio que nos narra Juscelino: ao chegar, em visita, à obra da Catedral, ele pergunta a um primeiro operário: "E aí, meu filho, o que você está fazendo?" E vem a resposta: "Presidente, estou fazendo a massa que os pedreiros vão usar na construção das paredes da Catedral". E ele indaga a um segundo operário, um carpinteiro: "E você, o que está fazendo?" E ouve: "Sou o encarregado de fazer os andaimes para se colocar os vitrais, a estrutura lá em cima". E o Presidente: "Está bem." E aí ele pergunta a um terceiro: "E aí, meu filho, o que você está fazendo?" E esse operário se vira, perplexo, vê-se diante do Presidente e diz: "Presidente, estou construindo a Catedral!"

Era essa visão de conjunto que tinha cada um daqueles pioneiros - muitos dos quais estão aqui presentes - que ajudaram a epopéia da construção desta cidade.

Junto com ela nascia também o **Correio Braziliense**, numa atitude visionária de Assis Chateaubriand, como nos conta o Dr. Paulo Cabral. Assis Chateaubriand era Embaixador do Brasil em Londres e, numa recepção na Embaixada, ele chama o Dr. Edilson Cid Varela, um dos pioneiros do **Correio** em Brasília, e diz: "Edilson, está vendo aquela senhora? Você vai convidá-la para ser a madrinha da **TV Brasília**". E o Edilson, perplexo, responde: "Mas não existe **TV Brasília**!" E Chateaubriand: "Mas vai existir e ela vai transmitir a inauguração da cidade". Edilson Cid Varela, mais perplexo ainda, diz: "Mas Embaixador, não dá tempo!" E ele: "É claro que dá! E você vai convidar essa senhora para ser madrinha". Sem entender muito, Edilson vai até aquela senhora e a convida para ser madrinha da **TV Brasília**. Mais tarde, fica-se sabendo que ele havia convidado a Srª Sheila Parker para madrinha da **TV Brasília**. Ela era a esposa do maior

banqueiro inglês, que, afinal de contas, criou as condições para que a TV pudesse ser instalada e realmente transmitisse a inauguração de Brasília.

Há vários episódios históricos que marcam a dimensão humana da construção desta cidade.

Estão entre nós, hoje, o Dr. Paulo Cabral, a Drª Arlete, o Presidente José Sarney. Está aqui entre nós, por exemplo, o engenheiro Paulo Mello, Ex-Prefeito de Caxambu, engenheiro eletricista, cidadão que veio para cá trazido por Juscelino, para que Brasília tivesse energia elétrica. E descobriu-se que era absolutamente impossível construir a usina do Paranoá - que só ficou pronta em 62 - ou qualquer outra coisa que pudesse fornecer energia elétrica rapidamente a Brasília.

Paulo Mello teve a idéia de ir a Goiânia e pedir emprestado à CELG um transformador que pudesse ser instalado aqui, que recebesse uma pequena linha, vinda de Goiânia, para que Brasília pudesse, pelo menos, ter energia elétrica no dia da inauguração. Colocaram o transformador na carroceria de uma carreta, que veio para Brasília quando faltavam poucos dias para a inauguração. Esqueceram-se, porém, os responsáveis, que a ponte que dava acesso a Brasília era de madeira e não suportaria o peso da carreta - como não suportou, e o transformador caiu no rio, obviamente não chegando a Brasília a tempo de ser ligado. Foi feita, então, uma conexão de vários geradores para que Brasília tivesse energia no dia da inauguração.

Aconteceu, então, o inusitado: na véspera da inauguração, alguns jornalistas internacionais se reuniram com Israel Pinheiro querendo dados precisos, como quantos postes, quantas luminárias, quantos quilômetros de rede havia na nova Capital. Israel Pinheiro ligou para Paulo Mello, no antigo Departamento de Força e Luz - DFL, e contam algumas pessoas que participaram daquele evento que Paulo Mello afastou-se na cadeira, colocou os pés em cima da mesa e falou: "Podem anotar. São 3.522 postes de baixa tensão; 6.780 de alta tensão; fizemos 12.523 quilômetros de rede. Depois que ele ditou todos os números, os engenheiros, estupefatos, perguntaram: "Dr. Paulo, o senhor sabe tudo de cabeça?" E ele respondeu: "Eu não. E nem eles."

E foi do próprio Paulo Mello o episódio mais interessante que acabou marcando a construção de Brasília. Havia acertado que toda a luz da cidade seria desligada na hora da inauguração, para que Brasília ficasse iluminada por uma grande chuva de fogos de artifício. Procuraram, então, Paulo Mello para que ele desligasse a luz, e ele disse: "Eu não faço isso, porque desligar é fácil, mas, depois, será impossível religar. O sistema é muito precário, não dá para fazer o exercício de desligar e ligar". Ficaram todos muito chateados, mas ninguém teve coragem de contar para o Presidente Juscelino Kubitscheck que a luz da cidade não seria desligada para a chuva de fogos. Logo que a cidade escureceu e ia começar o espetáculo com os fogos de artifício, eis que a luz se apaga, conforme o ceremonial havia desejado. Há uma grande chuva de fogos e, meia hora depois, a luz se acende. Foram cumprimentar o Paulo Mello por isso e ele disse: "Mas ninguém fez nada! Foi um blecaute mesmo que aconteceu na cidade. A luz caiu sozinha".

São coisas da escala humana e episódios que marcam a construção de Brasília. Foram fatos como esse que fizeram com que um antigo cronista da imprensa brasileira, Jacinto de Thormes, fizesse uma crônica fantástica, um dia antes da inauguração da cidade, dizendo que ele viria à inauguração e não tinha inveja daqueles brasileiros que ficariam dormindo ou que ficariam nas suas casas, as casas das desesperanças; que ele viria à inauguração de Brasília e, na hora da inauguração, ele, experimentado jornalista, tinha certeza de que iria chorar, e aquelas lágrimas - que ele estava certo de que iria derramar, de emoção, por uma geração de brasileiros ter conseguido interiorizar o desenvolvimento nacional e construir Brasília - ele dedicava ao futuro dos seus filhos e ao futuro das gerações brasileiras que, a partir de Brasília, teriam um novo pólo de desenvolvimento e a abertura de um novo tempo no País.

É essa escala humana, Sr. Presidente José Sarney, Srª Governadora Arlete Sampaio, Dr. Paulo Cabral, que nós queremos marcar nesta sessão solene. É o pioneirismo do **Correio Braziliense**, que, para que ninguém duvide, informo que rodou no dia 21 de abril de 1960, e cuja primeira página está aqui. E, mais do que o pioneirismo, é a coragem que ainda hoje vive nesta Cidade.

Poucas pessoas, aos 36 anos de idade, têm coragem de mudar totalmente as suas vidas. Poucas pessoas, aos 36 anos de idade, principalmente se estão estabilizadas na sua profissão e na sua vida pessoal, têm coragem de mudar tudo. Poucas pessoas correm riscos como esse. E não é que o **Correio Braziliense**, 36 anos depois, e justamente no aniversário de Brasília, nos brinda com um ato de coragem e ousadia, mudando totalmente a sua cara, o seu leiaute, e oferecendo a Brasília um novo jornal?

Essa coragem de ousar, Dr. Paulo Cabral, é a principal homenagem que o **Correio Braziliense**, ainda uma vez, poderia fazer a esta cidade. E é essa reflexão, senhoras e senhores, a reflexão da escala humana, que eu, em primeiro lugar, gostaria de trazer a esta homenagem.

Esta é a minha maneira, Sr. Presidente, de homenagear todos esses pioneiros que estão no Senado Federal, e muitos mais, que aqui não estão; de homenagear todos os pioneiros, brasileiros das mais diversas regiões do País, que, seguindo o sonho de um visionário, tiveram a coragem de se unir em torno de um ideal comum, que era muito maior do que construir uma cidade bonitinha, com cara de capital. Era o ideal de mudar o mapa econômico e demográfico do País, de interiorizar o nosso desenvolvimento, de construir estradas e usinas, e de lançar, aqui no Planalto Central, as bases sólidas para o novo período de desenvolvimento.

Esta é a nossa homenagem a todos os que construíram esta cidade, a todos os que amam esta cidade; esta é a nossa homenagem a Brasília; e esta é a nossa homenagem ao **Correio Braziliense**, que, ao invés de escrever a sua própria história, confundiu-a com a História da Cidade.

Faço uma segunda reflexão e a dirijo principalmente àqueles céticos que ainda hoje questionam a importância desta Cidade. Reflito com todos os senhores e com os Senadores que não mencionei inicialmente, mas que também estão neste plenário: o que seria do Brasil sem Brasília? Imaginem que em 1960, quando Brasília foi inaugurada, o Brasil tinha 70 milhões de habitantes, dos quais apenas 35 milhões moravam nas cidades - os demais moravam no campo! Hoje,

temos 150 milhões de habitantes, sendo que 80 milhões estão nas grandes cidades. Ou seja: o Brasil de hoje, só nas cidades, tem mais habitantes do que toda a população brasileira dos anos 60.

Mais um dado fantástico: o Brasil, em 1960, tinha menos de 1 milhão de automóveis; apenas em 1962 atingimos a marca de 1 milhão. Nos dias de hoje, só a cidade de Brasília tem mais automóveis do que todo o Brasil nos anos 60.

Ora, de 1960 a 1996, o Brasil não só se urbanizou, o Brasil não só cresceu, mas principalmente o Brasil interiorizou-se. É claro, Sr. Presidente, que o grande desafio da nossa geração é, ao olhar a nossa História, ao homenagear os pioneiros que construíram essa cidade, não apenas ter saudades, mas cumprir o grande objetivo daqueles que sonharam e construíram Brasília: transformá-la em um pólo de irradiação de desenvolvimento econômico e social para o interior do Brasil. Brasília só terá significado se efetivamente transformar-se em um símbolo do desenvolvimento regional equilibrado deste País.

Não podemos mais conviver com o modelo de desenvolvimento desigual que acaba privilegiando a concentração da população brasileira nas regiões Sul e Sudeste. Desconcentrar o desenvolvimento, criar condições para que o capital de investimento se desloque do Sul e do Sudeste para o Centro-Oeste, para o Norte e para o Nordeste brasileiro é o grande desafio da nossa geração de brasileiros. É um desafio que passa pela reforma agrária, um desafio que passa pela reforma urbana, um desafio que passa pela coragem de modificar os orçamentos e as prioridades de investimento. Dessa forma evitaremos que, em um novo período de desenvolvimento, concentrem-se outra vez riquezas e oportunidades.

Estou certo, Sr. Presidente, de que a presença desses pioneiros, de que a presença viva da História desta cidade haverá de nos ensinar que somente com a união de todas as forças políticas, a união de todos os brasileiros que desejam um novo Brasil, conseguiremos um projeto de país desenvolvido, sobretudo mais justo e menos desigual.

A presença dos pioneiros haverá de nos ensinar que o nosso grande desafio, até para que saibamos honrar os que nos antecederam, é construir, a partir de agora, um novo período de desenvolvimento nacional, cujo marco na História deste País é a construção de Brasília.

A Brasília e ao **Correio Braziliense**, os nossos cumprimentos.
Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE: (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, que falará, também, em nome do Senado Federal.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Exmº Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Exmª Srª Governadora em exercício, Drª Arlete Sampaio; Ilmo. Sr., meu prezado amigo, meu particular amigo, ex-prefeito da minha cidade de Fortaleza, jornalista Paulo Cabral; nobre Senador Antonio Carlos Valadares; nobre Senador, Relator Constituinte, Bernardo Cabral; meu prezado amigo Senador José Roberto Arruda; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados Federais aqui presentes; Srª Maria Coele, esposa do Dr. Paulo Cabral; Srs.

Pioneiros de Brasília, que construíram Brasília; demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores:

Brasília completou 36 anos no último dia 21 de abril. É a única cidade criada há menos de 100 anos que está incluída entre as que são consideradas - pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) - patrimônio cultural da humanidade. Nossa capital recebeu essa distinção por causa do seu arrojo urbanístico e arquitetônico.

Brasília é, portanto, a única representante da concepção urbanística do século XX entre as 300 cidades protegidas do mundo. Nada mais justo. Afinal, Brasília é, acima de tudo, um símbolo incontestável da audácia do homem brasileiro. A nova capital nasceu do sonho de um mineiro, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que teve a coragem de deslocar - após quatro séculos e meio! - o eixo de progresso do litoral para o interior do País.

É claro que, na época, nem todos conseguiram ver a grandeza do gesto de Juscelino Kubitschek. Foi criticado ferozmente. Foi atacado em sua honra pessoal. Foi caluniado. Sofreu com o ódio dos invejosos e dos medíocres. É bem possível que, ainda hoje, alguns não percebam o alcance do gesto feito pelo político mineiro, mas, à medida que avançamos no tempo, cada vez ficam mais claros os benefícios do Governo JK, que tinha como lema "Cinquenta anos em cinco".

Se houve um rompimento do Brasil com o seu passado, se houve um momento em que decididamente saltamos para o futuro, ele ocorreu na administração de Juscelino. Hoje ninguém pode contestar que foi a criação de Brasília que fez chegar o progresso aos cerrados, região atualmente responsável por grande parte das safras brasileiras de grãos. É fato que a maior parte do aumento na produção de alimentos, nos últimos trinta anos, ocorreu aqui nesta região, em decorrência do ato de JK.

A fundação de Brasília impulsionou o crescimento do Estado de Goiás e da porção oeste de Minas Gerais, de onde Juscelino era originário. Deu condições de progresso para os dois Mato Grosso. Rondônia e Pará também foram beneficiados.

Agora, quando sabemos que o Governo definiu prioridade em seu Plano Plurianual para a ligação rodoviária do Brasil com os portos peruanos ou chilenos do Oceano Pacífico, temos - finalmente! - uma idéia mais aproximada da sagacidade de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Hoje em dia, nos dois lados dos Andes, brasileiros, peruanos e bolivianos já trabalham - apesar da falta de financiamentos internacionais - nas estradas que um dia rasgarão ao meio a América do Sul.

Eu me arrisco a dizer que, dentro de mais 36 anos, Brasília não mais será apenas a Capital dos brasileiros. Ela será, no coração do Brasil e no coração da América do Sul, o centro da integração continental. Brasília será, então, o marco da tão pretendida unidade sul-americana, com que tanto sonhamos, com que tanto sonharam os heróis, a começar por Simon Bolívar.

Sr. Presidente Sarney, Sras e Srs. Senadores, Sr. Paulo Cabral, Srª Vice-Governadora Arlete Sampaio, Srs. Pioneiros, infelizmente, aos 36 anos,

Brasília já padece de muitos dos problemas que atormentam as outras grandes cidades brasileiras: crescentes índices de violência urbana, queda de qualidade dos sistemas educacionais e de saúde, graves deficiências no sistema de transporte e desemprego elevado. A situação, aqui, conquanto não tenha chegado ao estado crítico que se verifica em outros pontos do País, é delicada.

A verdade é que, embora planejada, a cidade conviveu sempre com explosivos índices de crescimento demográfico. Nas quatro últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil ocorreu em ritmo alucinante. Por mais que se tenha investido nas cidades, foi impossível construir, em tão pouco tempo, uma infra-estrutura adequada em escolas e hospitais.

Brasília, é claro, sofreu muito com esse crescimento acelerado. Já no fim dos anos 60, a cidade atingia a população que originalmente se estimava viesse a possuir no início do próximo século. Mas, por ser protegida desde o nascimento, esses problemas todos, de certa forma, aqui foram enfrentados de um maneira menos traumática. Tanto é assim que, quando colocada em comparação com outras Unidades da Federação, Brasília consegue - em quesitos, como nível de escolaridade, segurança e atendimento à saúde - sair-se bem.

Há poucos anos, a cidade ganhou a sua autonomia política. Mas precisa de plena autonomia econômica, que só será obtida quando tivermos acertado definitivamente os repasses do Governo Federal.

Brasília é carente também de um projeto de crescimento sustentado. A economia local ainda tem parte de sua sustentação nos salários pagos pelas Administrações Federal e Distrital, mas a indústria e o comércio, ano a ano, ganham terreno. É preciso, portanto, estabelecer metas de crescimento econômico e lutar para atingi-las.

Sou otimista quanto ao futuro da nossa Capital. Mas penso que Brasília precisa trilhar caminhos consentâneos com os ventos que sopram no mundo. Estamos na era da globalização, quando as palavras mágicas são eficiência, competitividade e dinamismo. Brasília precisa ajustar-se também a esse novo tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também no dia 21 de abril, o jornal **Correio Braziliense**, que nasceu com a nova Capital, comemorou 36 anos de existência. Aproveitando a referência que fiz há pouco sobre globalização, gostaria de destacar o **Correio Braziliense** como exemplo de como Brasília pode enfrentar os novos tempos.

Como é do conhecimento geral, há pouco mais de dois anos o referido jornal sofreu total reformulação, justamente visando adequar-se ao jornalismo que se faz hoje nos principais Estados brasileiros e nos países desenvolvidos. Uma profunda alteração na postura diante dos fatos políticos e econômicos - mais agressiva, e principalmente mais próxima da expectativa da maioria dos leitores - fez o jornal dar um grande salto de qualidade. Salto que, aliás, pode ser constatado no expressivo aumento de venda em bancas e na ampliação do número de assinaturas.

E as reformulações não param aí! Este ano, há dois dias, durante as comemorações do seu aniversário, o **Correio Braziliense** passou por novas

mudanças, que tornaram seu visual mais leve e mais moderno. O novo projeto gráfico do jornal agradou em cheio à população e, com certeza, colocou o **Correio Braziliense** em pé de igualdade com os maiores jornais do Continente.

Sob o comando deste baluarte, o Jornalista Paulo Cabral de Araújo, Presidente do Grupo Diários Associados e da Associação Nacional de Jornais, o **Correio Braziliense** é hoje um periódico que goza de projeção nacional e também internacional. Ganhador, nos últimos dois anos, de inúmeros prêmios de abrangência nacional; entre eles o Esso, o jornal também recebeu troféus de âmbito mundial, como o Prêmio Rei de Espanha, concedido, em 1994, a um fotógrafo, e, em 1995, a uma série de reportagens sobre tráfico de bebês. Alguns de seus lúcidos e corajosos editoriais foram citados por revistas de circulação mundial. Seguidamente, o **Correio Braziliense** dá grandes furos de reportagem, em especial sobre temas políticos.

O **Correio Braziliense** é, por tudo isso, justamente uma mostra de como a cidade de Brasília pode enfrentar os desafios da modernidade. Em tempos de busca de maior eficiência, de padrões elevados de competitividade, de dinamismo empresarial, o jornal é um exemplo de excelência, paradigma do que os brasilienses podem realizar.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, concluo aqui este breve pronunciamento, reafirmando minha crença num futuro promissor para Brasília. Estamos, agora, a reunir as condições para alcançar patamares de crescimento compatíveis com a grandeza deste País.

No atual cenário de estabilidade política e econômica, Brasília, seguramente, terá uma importante contribuição a dar ao País. No âmbito da Capital da República, o **Correio Braziliense** fará sua parte, com isenção, coragem e eficiência. Estou certo disso.

Era o que tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O Regimento da Casa permite que o Presidente convide a fazer uso da palavra oradores que não sejam Parlamentares, mas que podem engrandecer os objetivos desta sessão.

Neste sentido, convido a Srª Vice-Governadora de Brasília, em exercício, a Drª Arlete Sampaio, para nos honrar com a sua fala.

A SRª VICE-GOVERNADORA ARLETE SAMPAIO - Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; Srs. Senadores presentes à Mesa; Sr. Paulo Cabral, Jornalista e Diretor-Presidente dos Diários Associados; Srs e Srs. Senadores; Srs. Deputados Federais aqui presentes; Srs. Administradores Regionais; Srs. representantes do Governo do Distrito Federal; minhas senhoras e meus senhores, a construção da nossa Capital, Brasília, foi, sem dúvida, um ato de audácia, de ousadia, de diversos brasileiros à sua frente, principalmente do então Presidente Juscelino Kubitschek.

Brasília vem, sem dúvida, ao longo desses anos, cumprindo com o seu papel, dando a sua contribuição efetiva ao desenvolvimento do Brasil, em particular no desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

No decorrer desses anos, Brasília vem se reafirmando no cenário político brasileiro, onde o seu povo foi construindo a própria história da nossa Capital, do nosso Distrito Federal.

Lembro-me da época em que esta Casa, o Senado Federal, representava o povo de Brasília, na medida em que não tínhamos a representação política. A Comissão do Distrito Federal do Senado Federal era a representação política da população da nossa Capital. Mas o nosso povo teve a competência de demonstrar ao conjunto dos Constituintes a necessidade de dotar Brasília de sua autonomia política.

Em 1988, na nossa Constituinte-cidadã, ficou então consagrado o direito de Brasília eleger o seu Governador, os seus Deputados Distritais e continuar elegendo como já fazia desde 1986, a sua Representação Federal. Esse passo foi fundamental para que pudéssemos, hoje, continuar a nossa caminhada no sentido de buscar, além da autonomia política de Brasília, o seu crescente desenvolvimento econômico e social.

Sem dúvida, hoje, aos 36 anos, todos estamos diante de novos desafios: a Brasília patrimônio histórico e cultural da Humanidade; a Brasília Capital; a Brasília oficial, que tem hoje o grande desafio de olhar de frente a Brasília real; a Brasília que se constituiu, independente da vontade dos desígnios dos seus governantes; a Brasília de 1 milhão e 800 mil habitantes; a Brasília das cidades que ainda não possuem sequer infra-estrutura urbana, das nove cidades que foram construídas nesses últimos anos.

É preciso encarar o desafio de fazer com que Brasília se desenvolva economicamente, para que possamos oferecer emprego a 125 mil pessoas, que hoje se encontram desempregadas no Distrito Federal e que precisam efetivamente buscar melhores condições de vida, encontrar o seu lugar, o seu espaço na nossa Capital.

Portanto, uma nova fase precisa ser inaugurada em Brasília: a de, juntos, todos os brasilienses e o Brasil, voltarmos a nos preocupar em promover um crescimento significativo da capacidade econômica de Brasília, para que ela possa se afirmar não só no terreno político, mas também no econômico.

Gostaria de lembrar a importância que teve, desde o surgimento de Brasília, a criação do **Correio Braziliense**, um jornal que, aos 36 anos, acaba de se renovar mostrando uma cara nova, uma nova edição gráfica; um jornal que, cada vez mais, vai se tornando um ponto de referência para todos nós, pois ele traz sempre as informações necessárias para a nossa Capital. Isso é um estímulo para que também se dê a Brasília uma cara nova.

Gostaria de chamar a atenção para o fenômeno que é Brasília hoje, na medida em que ela representa a síntese de todas as culturas e de todos os povos do nosso imenso Brasil. Aqui podemos encontrar, em qualquer mesa de bar onde quatro ou cinco pessoas se agrupam, pessoas de origens diversas, cada uma de um Estado diferente da Federação. Essa síntese que Brasília representa deve ser reconhecida por todos, para que possamos juntos encontrar esses novos caminhos, essa nova cara para o Distrito Federal.

Em nome do nosso Governador Cristovam Buarque, gostaríamos de nos congratular com a iniciativa que tiveram os Senadores José Roberto Arruda e Valmir Campelo de propor essa sessão solene em homenagem a Brasília. Estamos felizes em estar aqui nesta homenagem à nossa capital, nessa homenagem ao

Correio Braziliense. Queremos solicitar de todos os senhores o reconhecimento de que a nossa capital, a capital de todos os brasileiros, merece de cada um de nós o nosso amor e o nosso apoio para que ela, efetivamente, encontre seus caminhos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Convido o jornalista Paulo Cabral a honrar o Senado, sendo um dos oradores desta sessão.

O SR. PAULO CABRAL - Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; Srª Vice-Governadora do Distrito Federal, Drª Arlete Sampaio; Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares e Bernardo Cabral, que compõem a Mesa; Srªs e Srs. Senadores; Srs. Deputados Federais; Srs. Representantes do Poder Executivo de Brasília; Srs. Representantes e Membros do Poder Judiciário que aqui se encontram; Srs. Diplomatas; meus caros amigos Senadores José Roberto Arruda e Valmir Campelo:

O eminente Presidente José Sarney, com seu espírito reconhecidamente democrático, foi encontrar, num dispositivo do Regimento desta Casa, a oportunidade para que pessoas estranhas a ela pudessem ocupar esta tribuna. Isso revela o sentimento cívico e o sentimento humano do Senador José Sarney. E devo dizer às senhoras e aos senhores que, para mim, é um privilégio realmente excepcional ter a oportunidade de ocupar uma das mais altas tribunas políticas do País, para agradecer a homenagem do Senado Federal ao **Correio Braziliense**, jornal que tenho a honra de dirigir e que integra o grupo de comunicação dos **Diários Associados**, também por mim presidido, que se espalha por vários Estados da Federação brasileira.

Meus senhores, a criação de Brasília foi uma epopéia, sem dúvida. Os oradores que me antecederam, autores da proposição que resultou nesta homenagem, os nossos eminentes amigos Senadores José Roberto Arruda e Senador Valmir Campelo, traçaram um perfil histórico da construção desta Cidade, marcada inclusive por atos de verdadeiro heroísmo dos seus pioneiros.

A criação do **Correio Braziliense** e a sua instalação no dia em que se inaugurou a Capital da República, se não chegam a ser uma epopéia, constituem uma saga, uma saga vivida e protagonizada por todos aqueles que compõem os **Diários Associados**. Realizamos, sob a liderança do Senador João Calmon, um verdadeiro mutirão nacional, para que pudéssemos fazer circular, no dia 21 de abril de 1960, o **Correio Braziliense** e para que colocássemos no ar a imagem da **TV Brasília**.

Quando Assis Chateaubriand absorveu a idéia da construção da nova Capital, porque, para reproduzir a verdade histórica, ele olhava com certa reserva o grande projeto, o megaprojeto de Juscelino Kubitschek, ele encontrou uma definição e uma finalidade para a nova Capital da República, posição e finalidade que foram tão bem destacadas no seu brilhante discurso pelo Sr. Senador José Roberto Arruda. Assis Chateaubriand disse - e ele percorreu de helicóptero todo o imenso canteiro de obras que se desenvolvia antes da inauguração da capital: "Agora eu acredito que Brasília vai ser a grande plataforma de ocupação do Brasil Central. Brasília vai ter o condão de interiorizar o País. Brasília vai ter o papel histórico de mostrar que os brasileiros não se apegam somente ao litoral, mas

acreditam no crescimento das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, acreditam na exploração das suas grandes bacias hidrográficas, acreditam nas riquezas que, até agora, estão escondidas ou ocultadas, por assim dizer, pelo fascínio do brasileiro pela paisagem litorânea."

Pois bem. Os que fazemos o **Correio Braziliense**, os que fazemos os **Diários Associados**, em numerosas estradas deste País, sentimos um orgulho muito grande de aqui nos encontrarmos para receber esta homenagem do Senado Federal, num momento em que o mais importante jornal da Capital da República dá um salto tecnológico para o futuro. O **Correio Braziliense**, dentro do seu projeto, que se pode resumir com a palavra "inovação", fez um jornal mais moderno ainda e se equiparou, em termos de reforma gráfica e editorial, a todos os grandes jornais brasileiros que já executaram projetos semelhantes e a alguns dos mais importantes jornais do mundo.

O **Correio Braziliense** é Brasília; o **Correio Braziliense** representa os sentimentos desta cidade; o **Correio Braziliense** é o defensor das grandes causas da Capital da República; o **Correio Braziliense** é um orgulho dos seus leitores no Distrito Federal. É de tal forma que, em sucessivas pesquisas que temos realizado e nas quais baseamos toda a reforma editorial e gráfica do **Correio Braziliense**, os leitores se manifestam dizendo que o **Correio Braziliense** é um jornal tão importante como aqueles que se editam no Rio de Janeiro e em São Paulo e que deve se ombrear, em termos de progresso tecnológico, em termos de atualidade editorial, em termos de visual gráfico, aos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Faremos um grande esforço, toda a equipe do **Correio Braziliense**, que foi a autora deste projeto. Não recorremos a nenhum instituto especializado, nem no Brasil nem fora do País; não recorremos aos grandes técnicos de comunicação visual que têm atuado nas reformas de todos os maiores jornais deste País. O projeto foi realizado pela nossa equipe profissional, tendo à frente, na parte de redação, o jornalista Ricardo Noblat, e, na parte visual, um modesto e brilhante companheiro, Francisco Amaral, o nosso Chiquinho Amaral, que há mais de um ano vem se debruçando sobre as suas pranchetas para poder oferecer, como oferecemos agora, a 21 de abril, esse jornal novo, moderno, que pulsa com o progresso de Brasília.

Srs. Senadores, o nosso reconhecimento por esta homenagem e o nosso compromisso de que aqui continuaremos a atuar para que Brasília não seja apenas o patamar para a ocupação definitiva do Brasil Central, mas para que seja, isto sim, em termos históricos, a grande plataforma cívica desta Nação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer a presença honrosa da Vice-Governadora de Brasília, Drª Arlete Sampaio, aqui representando o Governador; quero agradecer a presença do Diretor-Geral dos **Diários Associados** e do **Correio Braziliense**, Dr. Paulo Cabral; das ilustres autoridades que aqui estão, Diplomatas, membros dos Poderes Executivo e Legislativo de Brasília, e as senhoras e os senhores que nos honram com suas presenças nesta Casa.

A voz do Senado Federal foi ouvida por meio dos Senadores José Roberto Arruda e Valmir Campelo, que aqui disseram do nosso sentimento por Brasília. O Senado aprovou esta sessão justamente para marcar o quanto a vida de Brasília está ligada à vida do Senado Federal. Por 28 anos, como bem ressaltou a Vice-Governadora, fomos o Poder Legislativo de Brasília.

O Senado quis marcar essa aliança, associando-se às alegrias do povo brasiliense e do Governo de Brasília pelo transcurso do 36º aniversário da cidade.

A transferência da capital para Brasília foi uma vontade política do Presidente Juscelino Kubitschek; foi o ideal do Presidente Juscelino Kubitschek; foi um compromisso do Presidente Juscelino Kubitschek. Mas o instrumento, o braço com que ele executou essa mudança, foi o Congresso Nacional.

Participei da saga da construção institucional de que foi a transferência da capital. Dentro desta Casa foi possível construir-se, num tempo realmente pequeno, todo o arcabouço jurídico que fez com que a transferência para Brasília se tornasse possível e fosse concretizada. Portanto, o Congresso Nacional está ligado, profundamente, à transferência da capital. Sem ele, seria impossível que ela se realizasse.

Por outro lado, dos Poderes da República, o poder símbolo da Capital Federal é, sem dúvida, o Congresso Nacional. O Poder Executivo tem seus braços localizados no País inteiro, mediante a sua ação executiva. Também o Poder Judiciário, por meio dos Juízes Federais, dos Tribunais Superiores, derrama-se por todo o território nacional. Mas o Poder Legislativo, em nível federal, todo ele, está concentrado na cidade de Brasília. Todo ele aqui está, aqui exerce as suas funções e daqui irradia para todo o País o que tem cumprido ao longo da história.

Foi no Congresso Nacional que se construiu a nacionalidade. Aqui se construíram as nossas instituições. Ao longo do tempo, desde os primórdios da independência até hoje, o nosso Congresso tem cumprido o seu dever; muitas vezes, sofrendo incompREENsões, algumas justas e outras injustas; mas ele percorre o seu caminho. Portanto, nada mais faz hoje do que cumprir o seu dever, associando-se às alegrias da população e do Governo de Brasília.

Quero também ressaltar que a história de Brasília confunde-se com a história do **Correio Braziliense**. O **Correio Braziliense** é o diário da cidade. Não o diário como uma palavra jornalística, mas o diário como aquela peça íntima, em que os sentimentos das pessoas e das cidades permanecem indeléveis. É no **Correio Braziliense** que a cidade tem escrito todas as suas esperanças, todos os seus amores, todos os seus desafetos, todas as suas mazelas e, ao mesmo tempo, todas as suas grandezas. É um jornal que, desde o princípio, tem marcado o registro da cidade de Brasília. E os **Diários Associados** aqui plantaram, como marco pioneiro, esse grande instrumento da liberdade de imprensa do nosso País. Chateaubriand tomou o título de Hipólito José da Costa e colocou o nome no seu jornal, aqui, na Capital Federal.

Falou-se de pioneiros de Brasília. Quero também falar dos pioneiros do **Correio Braziliense** e dos **Diários Associados**. Aqui temos alguns deles. Hoje, somos poucos. Digo "somos" porque vejo aqui João Calmon, que foi, durante tanto

tempo, Diretor-Geral dos **Diários Associados** e acompanhou, naquela época, como um grande executivo que era da empresa, a construção do **Correio Braziliense**. Vejo Paulo Cabral, que era "Vice-Rei do Norte" e que, agora, é "Vice-Rei do Centro-Oeste" dos **Diários Associados**.

Lembro-me dos pioneiros do **Correio Braziliense**: de Edilson Varela, que já desapareceu; ali vejo Ari Cunha, que também tem sido um operário constante nas colunas e na direção do jornal.

A atual mudança do **Correio Braziliense**, sem dúvida, coloca-o à frente das grandes mudanças gráficas e jornalísticas empreendidas na imprensa brasileira.

Recordo que isso ocorreu no Rio de Janeiro, tendo reflexos no Brasil inteiro, com Odylo Costa Filho, o grande pioneiro da mudança e da modernização da imprensa brasileira. Odylo, no **Jornal do Brasil**, e Pompeu de Sousa, no **Diário Carioca**.

No **Correio Braziliense**, também hoje inscreve-se o nome do jornalista Ricardo Noblat e de todos aqueles que participaram do projeto gráfico que hoje coloca o **Correio** na vanguarda dos grandes jornais brasileiros.

Ao falar dos **Diários Associados**, tenho a honra e a alegria de dizer que meu primeiro emprego foi de repórter de setor nos **Diários Associados**, em O **Imparcial**, do Maranhão. (Palmas) Liguei-me à família Associada, onde tenho e construí, ao longo da vida, grandes amigos, alguns deles aqui presentes. Tenho a minha carteira de repórter policial dos **Diários Associados** ainda aberta. Talvez isso preocupe um pouco Paulo Cabral, porque ele pode ficar pensando em ações trabalhistas (risos) - ele, que tem sido um especialista nássas ações. Mas, pelo contrário, a minha carteira está assinada como um motivo de orgulho na minha vida de que até hoje permaneço ligado à família dos **Diários Associados**.

Congratulações a Brasília e congratulações ao **Correio Braziliense**.

Está encerrada a sessão. (Palmas)

(Levanta-se a sessão às 11h12min.)

Ata da 48ª Sessão Deliberativa Ordinária em 23 de abril de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Júlio Campos
Odacir Soares, Levy Dias Ney Suassuna
Antônio Carlos Valadares e Arlindo Porto*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Ademir Andrade – Arlindo Porto – Artur da Távola – Belo Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Wilson – Casildo Maldaner

– Coutinho Jorge – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Bonifácio – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Jose Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marlucê Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Totó Cavalcante – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

**EXPEDIENTE
AVISO
DE MINISTRO DE ESTADO**

Nº 189/96, de 19 de abril de 1996, referente ao Requerimento nº 314, de 1996, de informações do Senador Osmar Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

RÉQUERIMENTO Nº 373, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1996, de minha autoria.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. – Senador João França.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 256, § 2º, letra b, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 374, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, urgência para o Requerimento nº 354, de 1996, do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos regimentais, seja criada uma Comissão Temporária Interna, composta de cinco Senadores, para, no prazo de sessenta dias, coletar dados junto às autoridades do Estado de Pernambuco e outros setores que entender necessário, sobre a tragédia resultante de serviços de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais de Caruaru – PE.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. – Valmir Campelo -- Júnia Marise – Romeu Tuma – Ademir Andrade – Ramez Tebet – Ronaldo Cunha Lima -- Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.410, de 18 de abril de 1996, que "dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

PMD

José Fogaça

Roberto Requião

Suplentes

1. Fernando Bezerra

2. Casildo Maldaner

PFL

Odacir Soares
Vilson Kleinübing

PSDB

José Ignácio Ferreira

PSL

Romeu Tuma

PDT

Sebastião Rocha

1. Waldeck Ornelas
2. Joel de Hollanda

1. Lúdio Coelho

1.

1. Darcy Ribeiro

Deputados**Titulares**Bloco (PFL-PTB)

Lima Netto
Saulo Queiroz

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN)

Michel Temer

Bloco (PPB/PL)

Anivaldo Vale

PSDB

Luiz Carlos Hauly

PV

Fernando Gabeira

PT

Sandra Starling

Suplentes

1. Paulo Cordeiro
2. Sarney Filho

1. Geddel Vieira Lima

1. Dilceu Sperafico

1. Yeda Crusius

1. Gilney Viana

1. Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 23-04-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 24-04-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 24-04-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 03-05-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 18-05-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.411, de 18 de abril de 1996, que "altera os arts. 4º e 7º da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores**Titulares**PMDB

Carlos Bezerra

Roberto Requião

PFL

Odacir Soares

Waldeck Ornelas

PSDB

Lúdio Coelho

PT

José Eduardo Dutra

PTB

Arlindo Porto

Suplentes

1. Ramez Tebet

2. Onofre Quinan

1. José Agripino

2. João Rocha

1. Beni Veras

1. Eduardo Suplicy

1. Emilia Fernandes

Deputados**Titulares**Bloco (PFL-PTB)

Carlos Alberto

Osvaldo Coelho

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN)

Michel Temer

Bloco (PPB/PL)

Wigberto Tartuce

PSDB

Ildemar Kussler

PDT

Miro Teixeira

PSB

Fernando Lyra

Suplentes

1. Cláudio Chaves

2. Paulo Lima

1. Geddel Vieira Lima

1. Valdomiro Meger

1. Antônio Carlos Pannunzio

1. Giovanni Queiroz

1. Ubaldo Júnior

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 23-04-96 - designação da Comissão Mista;

Dia 24-04-96 - instalação da Comissão Mista;

Até 24-04-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 03-05-96 - prazo final da Comissão Mista;

Até 18-05-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 154, de 1996 (nº 340/96, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República encaminha

relatório de sua visita de Estado à República Argentina, realizada no período de 7 a 10 de abril.

É a seguinte a mensagem recebida:

**MENSAGEM N° 154, DE 1996
(N° 340/96, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los sobre a Visita de Estado que realizei à República Argentina, no período de 7 a 10 de abril do corrente ano.

2. A Visita de Estado à República Argentina, a convite do Presidente Carlos Saul Menem, serviu para que procedesse com o Chefe de Estado argentino a uma avaliação abrangente do estado das relações bilaterais e permitiu uma valiosa discussão sobre temas relativos ao MERCOSUL, à integração regional e a questões relevantes da conjuntura regional e internacional. Cumpre-me registrar o clima excelente que envolveu minha estada naquele país e o nível elevado dos entendimentos então alcançados.

3. Minha programação oficial em Buenos Aires incluiu visitas ao Congresso Nacional argentino, onde fui recebido em sessão conjunta das duas Casas, e à Suprema Corte de Justiça da Nação. Participei, ademais, juntamente com o Presidente Carlos Menem, de encontro com mais de trezentos empresários, representantes de empresas brasileiras e argentinas que possuem negócios num e no outro países.

4. Nas conversações que mantive com o Presidente Carlos Menem, concordamos em ampliar a coordenação entre Brasil e Argentina para tornar mais eficiente o combate ao terrorismo, ao contrabando, ao narcotráfico e a seus delitos conexos. Acordamos, igualmente, em que sejam avançados os estudos com vistas à integração energética entre os dois países, com a participação da iniciativa privada, em projetos tais como a construção da Usina Hidrelétrica de Garabi, a Estação Conversora de Garabi e a utilização de gás argentino na matriz energética do Estado do Rio Grande do Sul.

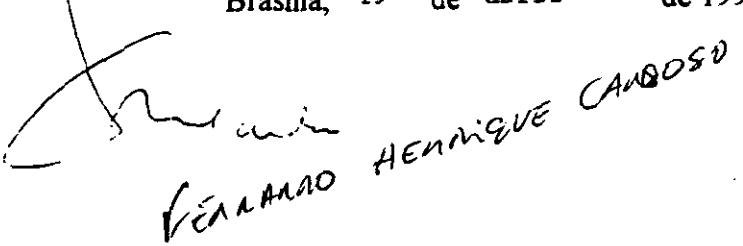
5.

Foram fornecidos com o Governo argentino os seguintes atos internacionais:

- a) Acordo sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologias Espaciais;
- b) Acordo de Cooperação em Matéria de Meio Ambiente;
- c) Acordo de Cooperação Técnica;
- d) Protocolo Adicional ao Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, relativo à integração educacional para a formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação;
- e) Memorando de Entendimento sobre Integração Física;
- f) Protocolo de Intenções sobre Cooperação e Interconexão Energéticas; e
- g) Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre atividades de cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da Nação da República Argentina.

Ao final da visita, assinei, com o Presidente Carlos Menem, Declaração Conjunta, cujo texto segue anexo, juntamente com o texto do discurso que pronunciei no Congresso Argentino.

Brasília, 19 de abril de 1996


FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

(IMPRENSA BRASILEIRA)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DA
SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO DA REPÚBLICA ARGENTINA

Buenos Aires, 9 DE ABRIL DE 1996.

Que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento pelas expressões de amizade e confiança com que o Congresso argentino recebe o Presidente do Brasil em sessão solene.

Pronuncio essas palavras sob a emoção do reencontro com tantos amigos parlamentares argentinos. Os Senhores são dignos representantes desta Nação, todos companheiros na luta que este Continente tem travado e vencido para fazer da democracia uma referência perene na História que estamos construindo neste Hemisfério.

Falo a Vossas Excelências como alguém que fez sua aprendizagem política no Parlamento, num momento de dificuldade para o Brasil, de crises e de transformações. Tenho orgulho daquilo que realizamos, sobretudo porque soubemos manter a devoção permanente à democracia, aos valores da tolerância e do respeito político, valores que sempre orientaram minha conduta pública.

O tributo de admiração e de respeito que o Poder Executivo faz ao Legislativo é parte do ritual da democracia. Transposto às relações entre países, este tributo ganha uma dimensão política -- e diplomática -- transcendental. Porque os povos da América têm consciência do papel de seus Congressos como instrumento da cidadania e de participação e aspiram a que seus governantes sejam porta-vozes dessa admiração quando visitam povos irmãos.

Agradeço-lhes, a oportunidade de fazer esse tributo.

Esta é a Casa do Povo argentino e, em razão disto, o símbolo que melhor representa sua vontade soberana e seu destino de Nação democrática. Os atos e decisões que aqui se originam vêm marcados com o sentido mais profundo da nacionalidade e com a legitimidade que é própria de uma grande democracia.

Brasileiros e argentinos, tratamos nossas relações, afortunadamente, como um patrimônio precioso, um legado construído cuidadosamente e que será deixado a nossos filhos e netos, uma promessa, enfim, que vai se tornando realidade.

Senhores Senadores. Senhores Deputados.

A amizade entre o Brasil e a Argentina e, sobretudo, a relação estreita que fomos capazes de construir nestes últimos anos, são seguramente uma prova de que esta relação era não apenas possível, como também indispensável.

Porque tanto os povos, como os homens, não podem viver isolados nem fugir das suas circunstâncias.

E nossa circunstância, enquanto brasileiros e argentinos, é constituída por este vasto panorama de civilização e cultura que nos une e associa no Cone Sul da América.

É constituída pela História comum de povos que nasceram como colônias, fizeram sua independência e continuam a construí-la como uma tarefa à qual temos que nos dedicar quotidianamente na luta pelo desenvolvimento e pela justiça social.

E constituída por nossa geografia e vizinhança inescapáveis, com seu inexorável sentido de destino compartilhado e realizações comuns.

E constituída pelo vasto pampa e pelas regiões subtropicais que conformam parte de nossa paisagem física e que nos unem no terreno, dando continuidade a nossos territórios e proximidade material a nossos projetos.

E constituída pela origem diversificada de nossa cultura, de nossa paisagem humana que envolve raças distintas e que nos aproximam no espírito, tornando tão fácil nosso entendimento.

Nossa circunstância é constituída ainda pela democracia, que nos identifica e aproxima, mediante o compromisso comum com a legitimidade, com estabilidade social e política, com a busca de consenso amplo nos grandes temas e desafios, para que nossos povos assumam definitivamente o seu papel de sujeitos da História.

Porque é assim, e somente assim, que, com a força e a inspiração democrática dos povos, se constróem as grandes nações.

Nossa circunstância é, também, a intensa relação econômica e comercial que fomos construindo entre o Brasil e a Argentina, à medida em que nos tornávamos sócios prioritários.

Hoje temos consciência de quanto esse intercâmbio significa, em termos de cifras e de postos de trabalho: o que representa o seu efeito multiplicador, a sua energia vital e sua escala produtiva para nossas respectivas economias.

Damo-nos conta, hoje, de que, em apenas alguns anos de intenso trabalho integracionista, fomos capazes de incrementar quatro vezes o valor de nosso comércio bilateral.

Nossa circunstância é o compromisso que assumimos e que continuamos a cumprir com a integração em nossa região, a qual, com o Mercosul, modificou não apenas a realidade política e econômica da América do Sul, como também a percepção que a comunidade internacional tem de nossos países.

Nossa circunstância é a civilização de fronteira que se vem desenvolvendo em modelos de convivência pacífica entre nossos povos ao longo de nossas linhas de limites.

Nossa circunstância é, enfim, essa capacidade que temos de compreender e admirar a diferença que separa as línguas de José Hernandez e João Guimarães Rosa.

Há um mesmo sentido humano em duas culturas que foram capazes de criar Martin Fierro e Grande Sertão. Veredas, as inflexões de Jorge Luis Borges e a sensibilidade filosófica de Machado de Assis, para mencionar apenas algumas realizações e personalidades que projetam nossas culturas nacionais com igual força na dimensão universal.

E por trás desse sentido do humano, encontram-se necessariamente um mesmo sentido do destino e da convicção de que, juntamente com nossos pares, chegaremos mais rápido e com maior segurança aos objetivos que nos propomos: ser povos felizes, realizados na grandeza de nações mais justas e generosas, sócias na riqueza e na paz. E dispostas, com seu exemplo, a contribuir para que a História da humanidade continue a ser uma saga de liberdade e de dignidade para todos os homens.

Senhores Congressistas.

Venho a Buenos Aires para fortalecer cada vez mais uma relação que já adquiriu a condição de ser mutuamente essencial para o Brasil e a Argentina.

Temos dado passos importantes para transformar a América do Sul numa região de convergências, das quais o Mercosul é um exemplo vivo.

Podemos nos orgulhar dessa nossa obra, e sobretudo, de termos sido capazes de perseverar nesse caminho, muito embora possamos nos sentir às vezes pressionados por problemas internos ou fortemente confrontados pelos desafios de um mundo em mudança constante.

Estamos dando um novo perfil às relações que os países latino-americanos mantiveram tradicionalmente entre si. Nunca antes na História de nosso Continente duas nações conseguiram alcançar grau semelhante de integração.

Nunca antes nossos países puderam dar respostas tão coordenadas e verdadeiramente efetivas aos desafios, oportunidades e riscos que apresentam hoje o sistema econômico internacional e as realidades de poder no mundo.

Nunca antes fomos capazes de demonstrar que a integração não era apenas um sonho de próceres visionários, mas principalmente um projeto político que tencionava impor-se a uma realidade ainda incapaz de dar-lhe vida própria -- um projeto que lutava por transformar-se em ações políticas dos Governos da região, mas que encontrava fortes resistências materiais e mentais.

Mudamos isso. E conseguimos fazê-lo conjuntamente.

Com uma visão de futuro, mas sem nos esquecermos da experiência do passado.

Sem ignorar os imperativos do presente.

Sem descurar do bilateral, porque não há integração possível, não regionalização possível, se a base da qual se parte não é sólida e fértil.

Estamos alcançando hoje uma rede de relações intra-hemisféricas, de uma intensidade única em nossos hemisférios. Nela, as dimensões bilateral, sub-regional e regional, são parte de um processo mais amplo de resposta do hemisfério à globalização e às mudanças no sistema internacional.

O bilateral e o sub-regional não são instâncias que se excluem. Ao contrário, são dimensões que se completam e se fortalecem. Da mesma forma que a consolidação do Mercosul constitui-se num patrimônio para as relações entre o Brasil e a Argentina, o fortalecimento de nossas relações tem um impacto positivo e multiplicador no âmbito do Mercosul.

Por isso, vim a Buenos Aires: para mostrar que o eixo de nossas relações é insubstituível em nossa concepção do mundo e da América do Sul.

Devemos dar o exemplo de uma amizade madura e respeitosa, de uma relação de confiança e de lealdade, preservando os espaços que são próprios de cada nacionalidade, e fazendo florescer os traços distintos de nossas respectivas individualidades.

Estamos conscientes de que nossa relação e a obra de integração que ela ajuda a construir somente serão possíveis e terão sentido, na medida que nos fortaleçamos como nações, como povos, com suas idiossincrasias, modos de ser e de pensar, como culturas nacionais e como Estados soberanos.

Porque somente com manifestações de uma soberania que se afirma e participa podem se conceber as políticas externas de nossos países.

Senhores Parlamentares,

Venho a Buenos também, para manifestar minha convicção de que os avanços que se estão produzindo no Brasil em matéria de estabilização econômica, crescimento e

reformas estruturais, continuarão a ter impacto positivo e multiplicador sobre nossa relação bilateral e sobre os esforços para consolidação do Mercosul.

O Brasil é um país que recuperou a confiança, sua auto-estima, sua capacidade de gerar consensos ou maioria expressiva e de mobilizar grandes forças políticas em prol da mudança e do progresso. É para isso, o Congresso brasileiro tem contribuído de maneira decisiva.

Temos dado grandes passos com o Plano Real e as primeiras reformas que flexibilizaram monopólios estatais e que deram homogeneidade ao tratamento dispensado a empresas nacionais e estrangeiras. Também avançamos na área de propriedade intelectual e na ampliação dos compromissos brasileiros no campo da não-proliferação de armas de destruição de massa.

Mas isso é apenas o princípio. É uma direção, um sentido, e não o ponto de chegada. A chegada está mais adiante. E dependerá de nossa capacidade de perseverar nesse rumo por um longo período. Temos uma base forte para fazê-lo. A estabilização teve no Brasil um impacto muito positivo sobre a área social. E isto se mede com cifras concretas, não com retórica.

Não podemos frustrar as expectativas que foram criadas em torno da possibilidade, pela primeira vez, clara e duradoura, de que nosso país, através da estabilidade econômica e da reforma e do crescimento sustentado, alcance finalmente o desenvolvimento com justiça social e equidade.

A agenda do prosseguimento das reformas está definida. Temos que avançar na reforma da Previdência Social, que já deu seu primeiro grande passo, há três semanas, na Câmara dos Deputados. Temos que fazer a reforma tributária e do Estado.

Temos que aprofundar o processo de privatização, com os cuidados que exige o manejo de um gigantesco patrimônio público.

Todas essas reformas foram e continuarão sendo objeto de uma ampla negociação com o Congresso e as forças sociais do País.

Não temos a intenção de impor nada. Tampouco temos a intenção de ir contra o sentimento do povo, em seu afã de consolidar os benefícios que recebeu com o Real. O que se impõe é, acima de tudo, a decisão da maioria e, se possível, o consenso. Não estamos fazendo política com o horizonte de dois, três ou quatro anos e sim, ajudando a concluir o longo e complexo processo de construção de uma nação.

Senhores Congressistas.

Os resultados desse novo encontro entre os dois Governos não poderiam ser melhores.

Quero deixar-lhes o testemunho da minha grande satisfação por tudo aquilo que foi possível alcançar nesse novo encontro entre nossos dois Governos, tanto no político quanto no econômico.

A estrutura jurídica da amizade brasileiro-argentina fortalece-se quando a ela agregamos novos compromissos, ou compromissos renovados que buscam atualizar o tratamento bilateral de temas de interesse comum.

Firmamos vários Acordos nas áreas de cooperação técnica, espacial e de meio ambiente, de interconexão energética, de integração física e de formação de recursos humanos. Uma Declaração Conjunta, para a qual permito-me chamar a atenção de todos os Senhores, que serve de marco político para esta visita.

Mas o êxito de uma visita, como a que faço neste momento a este país, não pode medir-se apenas pelo número de Acordos e de compromissos firmados entre os dois Governos.

As conversações que mantive com o Presidente Menem servem ao propósito de preparar, mais do que nada, uma nova etapa de nossas relações em cada um dos incontáveis campos pelos quais elas se desenvolvem.

Em todas e em cada uma dessas áreas, agregamos uma contribuição, assinalamos uma orientação, identificamos uma prioridade, intercambiámos opiniões francas, destacamos as coincidências e tratamos com pragmatismo as diferenças que podem, sim, e devem existir entre povos orgulhosos de suas identidades e cientes de seus interesses.

É um trabalho conjunto que associa os dois Governos e que deve também, naturalmente, associar os dois Congressos.

Porque os Parlamentos de nossos países têm tido e continuarão a ter um papel decisivo na construção de nossa relação e na sua projeção nas dimensões regional e global.

Esta e mais do que uma mensagem, é uma exortação que quero fazer. A obra de construção para esta verdadeira relação privilegiada entre o Brasil e a Argentina, e nossa participação conjunta no Mercosul exigem um trabalho permanente de intercâmbio de informação, de coordenação e de labor conjunto entre os Governos e as sociedades de nossos países.

E o que estamos fazendo a nível de Governo, como provam os numerosos encontros de alto nível e a estreita vinculação profissional e pessoal que mantêm nossos Ministros e funcionários das mais variadas hierarquias.

E o que estamos fazendo a nível das sociedades, dos contatos cada vez mais frequentes e produtivos entre setores organizados dos meios empresarial, sindical e acadêmico.

Queremos que os Congressos dos dois países, que os Membros do Poderes Legislativos brasileiro e argentino participem ainda mais dessa tarefa. Que se conheçam pessoalmente, que troquem opiniões francas e sinceras, que trabalhem juntos naqueles temas que integram nossas respectivas agendas nacionais e que são de interesse comum. Isso é importante para fazê-los avançar conjuntamente e para fazer com que se multipliquem os efeitos benéficos dessa obra comum sobre cada um de nossos países.

Senhores Senadores, Senhores Deputados,

Os Senhores fizeram um gesto de enorme significado ao honrar o Brasil com esta Sessão Solene. Compraz-me identificá-lo como uma manifestação adicional do compromisso de Vossas Excelências para com nossa relação, para com o Mercosul, para com a América do Sul e para com o nosso futuro como Nações.

Em nome do povo brasileiro, quero agradecer-lhes por esta oportunidade e por tantas demonstrações de amizade.

Muito obrigado.

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A convite do Presidente da República Argentina, Carlos Saúl Menem, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso,

realizou Visita de Estado à República Argentina entre os dias 7 e 10 de abril de 1996.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso fez-se acompanhar de importante comitiva, integrada por Ministros de Estado, representantes do Poder Legislativo e os Governadores dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Presidente Carlos Saúl Menem foi assistido por seus Ministros de Estado e esteve acompanhado por Legisladores nacionais e pelos Governadores das Províncias de Buenos Aires, Chaco, Córdoba, Corrientes, Entrerrios, Formosa, Mendoza, Misiones e Santa Fé.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu do Presidente Carlos Saúl Menem o Colar da Ordem do Libertador San Martín, a mais elevada condecoração que o Estado argentino confere a Chefes de Estado e que expressa o genuíno reconhecimento do povo e do Governo argentinos por sua contribuição ao fortalecimento dos vínculos entre as duas nações.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Congresso Nacional Argentino, onde foi recebido em sessão conjunta das duas Casas, e a Suprema Corte de Justiça da Nação. Em ambas as oportunidades, o Presidente brasileiro deixou constância de seu respeito pelos Poderes Legislativo e Judiciário, instituições cuja independência constitui requisito essencial dos regimes democráticos. No Congresso argentino, o Presidente Fernando Henrique Cardoso pronunciou importante discurso.

Os Presidentes, acompanhados de seus Ministros, trocaram informações sobre a conjuntura interna de seus países, passaram em revista o estado das relações bilaterais em seus diversos aspectos e examinaram temas de interesse comum nos âmbitos regional e internacional. À luz dessa ampla avaliação, puderam registrar que o conjunto crescente de percepções coincidentes confere ao relacionamento entre o Brasil e a Argentina perfil nitidamente definido por um espírito de entendimento e de colaboração, oferecendo perspectivas inéditas e altamente promissoras para o fortalecimento das relações bilaterais. Tais circunstâncias permitem que se estabeleçam entre os dois países mecanismos e políticas de cooperação mutuamente proveitosos, com repercussões positivas no âmbito regional.

Com esse espírito foram firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, por ocasião da Visita de Estado, os seguintes acordos, cujos textos se incluem em anexo à esta Declaração:

- a) Acordo sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais;
- b) Acordo de Cooperação em Matéria de Meio Ambiente;
- c) Acordo de Cooperação Técnica;
- d) Protocolo Adicional ao Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, relativo à integração educacional para a formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação;
- e) Memorando de Entendimento sobre Integração Física, e
- f) Protocolo de Intenções sobre Cooperação e Interconexão Energéticas.
- g) Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre atividades de cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da Nação da República Argentina.

Ao passarem em revista a ampla agenda de temas de interesse comum, os dois Presidentes:

Reafirmaram sua satisfação pelo crescente fortalecimento do sistema democrático e pelo incremento significativo da importância do respeito aos Direitos Humanos na América Latina. Reconheram, nesse sentido, os resultados positivos do compromisso de seus Governos com esses princípios básicos que constituem instrumentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países, com justica e equidade.

Reiteraram a prioridade conferida à consolidação do MERCOSUL, em sua presente dimensão como área de livre comércio e união aduaneira, e a disposição de avançar na direção do mercado comum, tal como proposto no Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991. Nesse sentido, ressaltaram o alto grau de entendimento prevalecente entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil no encaminhamento de medidas e programas consentâneos com esse objetivo.

Recordando os compromissos assumidos nas declarações conjuntas sobre Política Nuclear de Foz do Iguaçu (1985), de Brasília (1986), de Viedma (1987) e Iperó (1988), reafirmados pelo Comunicado Conjunto de Buenos Aires, de 6 de julho de 1990, pelas decisões adotadas na Declaração sobre Política Nuclear Comum Argentino-Brasileira, de Foz do Iguaçu, de 28 de novembro de 1990, e pelo Acordo de Guadalajara, de 1991, que revelam uma longa trajetória de excelente entendimento entre os dois países em matéria nuclear, decidiram dinamizar ainda mais a cooperação bilateral, com vistas a desenvolver novas formas de aproveitamento da energia nuclear com fins pacíficos. Nesse sentido, estabeleceram o prazo de 120 dias para que as duas partes definam áreas prioritárias e projetos concretos de cooperação.

Expressaram sua satisfação pelas relações intensas e cooperativas existentes entre as Forças Armadas dos dois países e incentivaram os comandos das Forças a darem continuidade aos exercícios conjuntos. Ressaltaram a prática de oficiais de um país servirem em unidades do outro, no quadro das Operações de Paz das Nações Unidas. Assinalaram o êxito dos exercícios entre a Marinha do Brasil e a Aviação Naval argentina. Concordaram, ainda, em estabelecer um Grupo de Trabalho conjunto de alto nível, a ser convocado por ambas Chancelarias, para que, com a possível brevidade, apresente sugestões sobre como promover um ainda maior fortalecimento das relações entre Brasil e Argentina em matéria de Defesa e Segurança.

Registraram o extraordinário dinamismo do intercâmbio comercial bilateral, manifestado pelo aumento substancial de seu volume que, no ano de 1995, alcançou cifras da ordem de 10 bilhões de dólares.

Recordaram a importância de contatos freqüentes entre o empresariado dos dois países como instrumento de aproximação e dinamização do comércio bilateral. Com esse fim recomendaram o intercâmbio crescente de missões empresariais procurando explorar oportunidades concretas de comércio e de negócios sobretudo nos Estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil e nas Províncias argentinas.

Do mesmo modo, manifestaram a satisfação de ambos os Governos pelos investimentos crescentes realizados por empresas brasileiras e argentinas, num e outro país, estimulando ao mesmo tempo a participação ativa de capitais e investimentos recíprocos nos processos de privatização e de modernização atualmente em curso nos dois países, comprometendo-se a envidar esforços para criar condições que assegurem a empresas brasileiras e argentinas um acesso não discriminatório a seus mercados.

À luz das promissoras possibilidades existentes em matéria de integração energética entre os dois países e do acordo positivo alcançado nessa área durante a visita, avançaram no estabelecimento de normas e medidas que favoreçam a continuidade desse processo de integração, que facilitem e promovam a realização de transações energéticas entre empresas de ambos países.

possibilitando dinamizar projetos tais como o Aproveitamento Hidrelétrico de Garabi e a Estação Conversora de Garabi, bem como concretizar entendimentos para a utilização do gás argentino na matriz energética do Estado do Rio Grande do Sul.

Manifestaram satisfação pelo próximo início da construção da ponte sobre o Rio Uruguai, entre as localidades de São Borja (Estado do Rio Grande do Sul) e Santo Tomé (Província de Corrientes), iniciativa que reflete a ação conjunta e complementar entre os setores públicos e privados dos dois países, ao realizarem estes um investimento de risco. Expressaram, por outro lado, satisfação pela próxima abertura ao trânsito da ponte sobre o Rio Santo Antônio, que unirá as cidades de Capanema (Estado do Paraná) e Andresito (Província de Misiones).

Consideraram que o processo de integração nas áreas de fronteira demanda seja levado em conta o caráter diferenciado dessas regiões. Nesse sentido, realisaram a importância do Acordo de Recife, que trata da operação conjunta dos postos de fronteira dos países do MERCOSUL, e se congratularam pela assinatura, por ocasião desta visita, de Memorando de Entendimento sobre Integração Física. Nesse âmbito foram definidas medidas que permitirão maior integração social, cultural, física e de transportes ao longo de uma fronteira comum de mais de 1.100 quilômetros de extensão.

Com esse objetivo, determinaram a convocação, para o segundo semestre de 1996, da Comissão Mista Cultural e Educacional, que será precedida por reuniões preparatórias sobre diversos temas relativos à cooperação e à harmonização de políticas e programas culturais.

Reconheceram, ao mesmo tempo, a necessidade de que seja atualizado o Convênio de Intercâmbio Cultural de 1968, ainda vigente, para adequá-lo às realidades e desafios decorrentes do processo crescente de integração regional. Para tanto, instruiram seus órgãos competentes a negociar, no mais breve prazo possível, um novo Acordo de Integração Cultural que preserve e estimule o importante intercâmbio já realizado nessa área e que contenha normas atualizadas para sua implementação.

Conscientes da importância da Ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento sócio-econômico de ambos os países e do interesse regional nesse setor, confirmado pela reunião de Ministros responsáveis pela ciência e tecnologia no âmbito da Cúpula das Américas, realizada em Cartagena, acordam na convocação, ainda este ano, de uma reunião de Ciência e Tecnologia que permita avaliar os resultados obtidos até o momento e definir diretrizes para o futuro de nossa cooperação. Na oportunidade, serão revistos os "programas estudante-convênio de graduação e pós-graduação" a fim de dar-lhes maior consistência e operacionalidade. Na ocasião, serão reavaliados os programas de cooperação em informática e biotecnologia de modo a atender à demanda do setor produtivo público e privado dos dois países.

Reconheceram, ademais, a importância de se reverem os mecanismos tradicionais de cooperação em Ciência e Tecnologia de maneira a tornar mais abrangente a cooperação bilateral, incorporando novos setores de interesse identificados pelas necessidades sociais e de desenvolvimento econômico.

Reconheceram o valor das conversações mantidas pela Senhora Ruth Cardoso com autoridades argentinas, nas quais se apreciou a existência de uma linguagem e uma perspectiva comuns entre os dois países para a abordagem dos problemas sociais. Existe a clara possibilidade de aproveitarem-se as experiências de cada um para melhorar a administração de suas respectivas políticas sociais. Nesse sentido realizar-se-ão encontros e seminários sobre temas específicos e desenvolver-se-á um sistema regional de capacitação na criação e administração de políticas sociais. Manifestou-se o desejo de que os demais países do MERCOSUL sejam convidados para participarem deste esforço de integração para a superação da pobreza.

Sublinharam a importância da cooperação iniciada entre os órgãos competentes em matéria de comunicação social dos dois países, com vistas a impulsionar o intercâmbio de programas e desenvolver programas conjuntos de divulgação e co-produções de televisão, rádio, cinema e agências de notícias, com plena participação dos meios privados de comunicação.

Ressaltaram a relevância para o sistema da Bacia do Prata e, em particular, para o Brasil e a Argentina, do processo de implementação da Hidrovia Paraguai-Paraná, empreendimento modelar de cooperação regional concebido segundo os princípios mais avançados do desenvolvimento sustentável. Reafirmaram, nesse sentido, a importância fundamental dos estudos de avaliação dos possíveis impactos ambientais desse projeto, exercício exemplar de transparência e participação democrática, ora sendo realizado com o concurso efetivo das comunidades locais nele diretamente interessadas.

Destacaram, igualmente, a importância do projeto da Hidrovia Tietê-Paraná como instrumento de desenvolvimento e como fator de integração regional do Sistema da Bacia do Prata.

Reiteraram a importância para seus Governos da reestruturação do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA - e recomendaram que se aprofundem os estudos que permitirão a reforma de seu Convênio Constitutivo, transformando-o em agente financeiro natural da região para projetos de desenvolvimento e de integração, por meio de medidas tais como a incorporação de sócios intra e extra-regionais e a modernização de suas práticas gerenciais e operacionais.

Sublinharam a importância da recente assinatura do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina e da

República do Paraguai, no qual se estabeleceram medidas comuns e de coordenação com o objetivo de garantir a segurança na área da Fronteira Tríplice entre esses países, fortalecendo, dessa forma, a cooperação entre si naquela região.

Reiteram a necessidade de desenvolver uma coordenação mais estreita e consultas mais freqüentes entre ambos os Governos para tornar mais eficiente o combate ao terrorismo, ao contrabando, ao narcotráfico e a seus delitos conexos, como a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas e outros. Essa cooperação poderá incluir a harmonização das legislações nacionais respectivas, com vistas a uniformizar o tratamento judiciário de tais delitos em ambos os países, bem como a tomada de medidas pelos órgãos competentes dos dois países.

Acordaram em promover a mais ampla cooperação e intercâmbio de informação entre os organismos de arrecadação fiscal, alfândegas, forças de segurança e os Ministérios da Justiça do Brasil e do Interior da Argentina com o objetivo de combater a evasão fiscal, o contrabando, o narcotráfico, o tráfico de armas e a lavagem de dinheiro proveniente dessas atividades em particular, e da corrupção em geral. Essa cooperação buscará estabelecer padrões de elevada transparência recíproca para que futuramente possam ser adotadas como padrões do MERCOSUL.

Destacaram a relevância do Grupo do Rio como foro de consulta e instrumento de coordenação e concertação política dos países da região. Nesse sentido, consideraram a importância de assegurar seu continuado fortalecimento e eficácia como interlocutor reconhecido da região no cenário internacional.

Na qualidade de Presidentes de Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, manifestaram satisfação pelos progressos alcançados na busca de uma solução definitiva para o conflito entre os países irmãos Equador e Peru, ressaltando a importância que tem para a consecução desse objetivo o pleno cumprimento da Declaração de Paz do Itamaraty, assinada em 17 de fevereiro de 1995.

Coincidiram em que a realização, em outubro próximo, em San Carlos de Bariloche, da Segunda Conferência Hemisférica de Ministros da Defesa, deverá contribuir para tornar mais fluido o diálogo sobre os temas de segurança e defesa que vem sendo desenvolvido em âmbito regional.

Renovaram sua confiança em que uma decisão favorável ao estabelecimento de uma Secretaria Permanente do Tratado Antártico que inclua a designação de Buenos Aires como sua sede venha a ser adotada próximamente pelas Partes Consultivas do referido Tratado.

Reafirmaram a plena vigência da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos e a importância de sua Comissão (CCAMLR) como organismo intergovernamental incumbido de zelar pela preservação e uso racional dos recursos vivos marinhos antárticos. Os dois governos propõem-se a continuar atuando em estreita coordenação nesse foro, com vistas à realização de gestões internacionais que se façam necessárias para que sejam respeitados os princípios e normas vigentes na área da referida Convenção.

Registraram com satisfação os significativos avanços nas negociações levadas a cabo para o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Chile, esperando que acordo nesse sentido venha a ser firmado por ocasião da Reunião Presidencial do MERCOSUL, a se realizar em Buenos Aires em junho do corrente ano. O referido acordo representará passo fundamental para a expansão e o aprofundamento do processo de integração regional, mediante o uso mais eficiente dos fatores produtivos, o estímulo aos investimentos, a diversificação e o aperfeiçoamento da infra-estrutura física no espaço econômico ampliado, devendo contribuir para que seja alcançado um maior desenvolvimento econômico voltado para o crescente bem-estar das populações da região.

No âmbito regional, destacaram a importância das negociações empreendidas pelo MERCOSUL para celebrar acordos com outros países da região. Nesse sentido, congratularam-se pela assinatura, em 7 de dezembro de 1995, em Punta del Este, do Acordo de Negociação do Patrimônio Histórico entre o MERCOSUL e a Bolívia, primeira etapa no processo de liberalização mais amplo do intercâmbio do MERCOSUL e os países da região.

Reconheceram que a assinatura do "Acordo-Quadro Interregional de Cooperação entre o MERCOSUL e seus Estados Partes e a União Europeia e seus Estados Membros" representa iniciativa positiva para a liberalização progressiva e recíproca do intercâmbio comercial entre as duas regiões, constituindo etapa preparatória para a negociação de um Acordo de Associação Interregional. Nesse contexto, adquire relevância a Declaração Política Conjunta, pela qual as Partes instituiram o diálogo político que terá como ponto de partida o Primeiro Encontro de Chanceleres do MERCOSUL e da União Europeia, a celebrar-se em Cochabamba no corrente mês de abril.

Congratularam-se pelo êxito dos trabalhos realizados em Cartagena das Indias, em março passado, que permitiram avanços importantes nas negociações para a constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas, e fundamentados nos acordos de integração existentes no hemisfério, recordaram a decisão do MERCOSUL de continuar a participar de maneira coordenada e ativa desse processo. Expressaram satisfação pela escolha do Brasil como país-sede da próxima Reunião Ministerial Hemisférica sobre Comércio, que terá lugar em Belo Horizonte, em 1997.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso agradeceu ao Presidente Carlos Saúl Menem as atenções e as manifestações de amizade e apreço que recebeu do Governo e do povo argentinos durante sua visita à República Argentina. O Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou o Presidente Carlos Saúl Menem a visitar o Brasil em data a ser oportunamente acordada pela via diplomática, havendo o convite sido aceito pelo Chefe de Estado argentino.

Buenos Aires, em 23 de abril de 1996.



A handwritten signature of Fernando Henrique Cardoso is written over a large, diagonal checkmark. The signature is in cursive and appears to read 'Fernando Henrique CARDOSO'.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A Presidência recebeu a Mensagem nº 155, de 1996 (nº 343/96, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a quatrocentos e cinqüenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinado a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

São lidos os seguintes

Ofício nº 219/PT

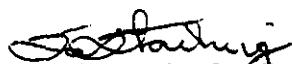
Brasília, 23 de abril de 1996

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, em substituição aos Deputados Sandra Starling e Nilmário Miranda, os Deputados José Fortunati e Luiz Gushiken, como titular e suplente, respectivamente, para integrarem a

Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.410, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.



Deputada Sandra Starling
Líder do PT

Ofício nº 220/PT

brasília, em 23 de abril de 1996

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, em substituição aos Deputados Sandra Starling e Nilmário Miranda, os Deputados Esther Grossi e Pedro Wilson, como titular e suplente, respectivamente, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.386, que trata da atualização do valor das mensalidades escolares.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.



Deputada Sandra Starling
Líder do PT

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

São lidos os seguintes

LIDERANÇA DO BLOCO PPB/PL

Ofício nº 336/96

Brasília, 18 de abril de 1996

Senhor Presidente

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados **ANIVALDO VALE** e **FRANCISCO DORNELLES** para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1376**, de 11 de abril de 1996 (convalida a MP nº 1334/96), que "dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências." Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente,

Deputado Odelmo Leão

Líder do Bloco PPB/PL

LIDERANÇA DO BLOCO PPB/PL

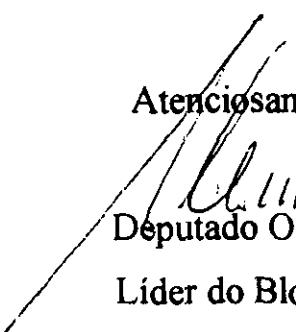
Ofício nº 338/96

Brasília, 18 de abril de 1996

Senhor Presidente

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados **FELIPE MENDES** e **JÚLIO REDECKER** para integrarem respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1400**, de 11 de abril de 1996 (convalida a MP nº 1358/96), que "acresce parágrafo ao art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regularnenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente,


Deputado Odelmo Leão
Líder do Bloco PPB/PL

LIDERANÇA DO BLOCO PPB/PL

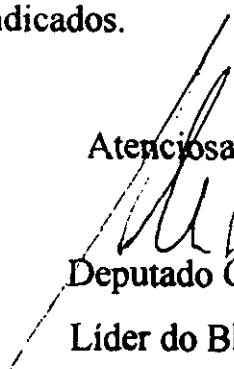
Oficio nº 339/96

Brasília, 18 de abril de 1996

Senhor Presidente

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados **JOÃO RIBEIRO** e **ARY VALADÃO** para integrarem respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1405**, de 11 de abril de 1996 (convalida a MP nº 1363/96), que "dispõe sobre os fundos que especifica e dá outras providências". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente,


Deputado Odelmo Leão

Líder do Bloco PPB/PL

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Serão feitas as substituições solicitadas

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o Dia do Índio, nos termos do Requerimento nº 368, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP). Pronuncia o seguinte discurso.

Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, as comemorações da Semana do Índio deste ano ocorreram sob circunstâncias muito especiais para os povos indígenas brasileiros, com a vigência do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro

de 1996. Circunstâncias desfavoráveis, eu diria, que ocorrem ironicamente - vejam V. Ex^{as}. - no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é sociólogo.

Aliás, um dos aspectos mais desastrados de sua Administração está - como eu disse antes - na displicência e na incompetência com que tem tratado a questão fundiária. A sociedade brasileira já está cansada de testemunhar a violência no campo, como as freqüentes chacinas contra os trabalhadores rurais, tal como a ocorrida no sul do Pará na semana que passou. Uma tragédia classificada como "o mais violento conflito fundiário dos últimos 20 anos", incluídos aí, portanto, os duros tempos da ditadura militar.

É nesse contexto, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que o Governo arma mais uma bomba-relógio, que irá agravar os conflitos agrários: o Decreto nº 1.775 introduz duas graves alterações nas regras para demarcações de terras indígenas. Pela primeira delas abre-se espaço para que "Estados e Municípios em que se localize a área sob demarcação e demais interessados" possam contestar os limites da área a ser demarcada.

A segunda alteração - de extrema gravidade, segundo nossa avaliação - abre a possibilidade de terras indígenas, que já tiveram a sua demarcação homologada por decreto presidencial, mas que ainda não cumpriram a formalidade burocrática, que dispõem de registro no Serviço de Patrimônio da União ou em cartório de imóveis serem questionadas e submetidas ao princípio do contraditório. Nada menos que 344 áreas identificadas, demarcadas e até homologadas, entre as 554 áreas indígenas conhecidas no Brasil, estão agora sujeitas à revisão.

Ora, Sr. Presidente, é muito estranho o Governo Federal criar precedentes dessa natureza, quando não mostra empenho em resolver os problemas dos principais componentes dos conflitos agrários, que são os latifúndios e os garimpos. É triste ver um Governo forte no Congresso e fraco na implementação de soluções para os problemas sociais do País. Um Governo movido a tragédias, que só acorda diante da morte de trabalhadores, como aconteceu agora, com o massacre de Eldorado dos Carajás, que parece fez o Governo acordar e prometer tomar medidas de impacto e de eficácia na área da reforma agrária.

Isso porque, até bem pouco tempo atrás, o Governo estava preocupado com o debate a respeito da reeleição. Falou-se tanto em reformas, mas o Governo, em nenhum momento, se concentrou, se debruçou sobre uma das reformas mais importantes para o País - a reforma agrária.

Quanto à questão indígena, o Estado que represento neste Senado da República, o Amapá, tem uma grande contribuição a dar ao País. O Poder Público caracterizou-se por estabelecer uma relação de respeito com os povos indígenas, sendo o único Estado da Federação com todas as suas reservas devidamente demarcadas, sem que isso cause qualquer prejuízo ao seu desenvolvimento. Entendemos que o Amapá pode ser tomado como um exemplo a ser seguido pelo Poder Público quanto ao tratamento a ser dado aos índios do nosso País. No Amapá, vários convênios e acordos foram assinados entre o Governo e a Associação dos Povos Indígenas: escolas, merenda escolar, postos de saúde, embarcações, geradores e vários outros benefícios são levados aos índios através

de convênios, em que o Poder Executivo repassa o dinheiro aos índios para a compra desses equipamentos e ferramentas necessárias ao seu trabalho.

Existe uma relação de respeito e de afinidade muito grande entre o Poder Executivo Estadual e os índios que vivem no Amapá. Isso joga por terra, por exemplo, a tese de que os índios e suas reservas são prejudiciais à Nação, ao Governo, ou a qualquer outro segmento da sociedade.

Talvez seja uma dádiva que o Amapá não possua áreas de conflito nesse setor; isso porque as terras ocupadas pelos nossos índios não tenham despertado o interesse de outros segmentos da sociedade. Mas o certo é que, lá, ocorre uma situação que exemplifica muito bem e demonstra claramente que é possível conviver em paz, que é possível fortalecer a civilização indígena, que é possível garantir os direitos à vida, à terra, à alimentação, à habitação dos povos indígenas do nosso País. É tudo uma questão de determinação política e de como enxergar o ser humano no contexto do projeto de desenvolvimento. Se os índios forem considerados como empecilhos ao progresso, é natural que o Governo assuma atitudes como a edição do Decreto nº 1.775; se, ao contrário, os povos indígenas forem encarados como parceiros, como elementos perfeitamente integrados ao meio ambiente e à sociedade, não há necessidade de serem criados conflitos considerados por tantos desnecessários e até irresponsáveis.

O Sr. Ernandes Amorim - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Concedo o aparte ao Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim - Nobre Senador Sebastião Rocha, ao ouvirmos V. Ex^a descrever o problema do seu Estado, o Amapá, chamamos atenção para o nosso Estado e para outras regiões do Brasil. O Decreto nº 1.775 é muito contraditório. Mas penso que apareceu em boa hora. Rondônia é um Estado que tem uma população muito maior do que o de V. Ex^a. Evidentemente, teria que se dar determinadas prioridades ao branco, ao cidadão que, lá, está habitando. Jogos de interesses propiciaram a demarcação de áreas extensas para poucos índios. No meu Município, foi criada uma Reserva Uru-Eu-Wau-Wau, onde há uma área de um 1.865 milhão de hectares para aproximadamente 100 índios que vivem em estado quase civilizado. Alguns deles são levados de outras tribos para essa região. Tivemos, em Rondônia, problema de assentamento de pessoas, como foi o caso de Corumbiara, que até hoje, mesmo tendo ocorrido aquela chacina, o Presidente da República não teve o cuidado de assentar os Sem-terra, de dar-lhes apoio. No entanto, no caso das reservas indígenas, elas existem em vários números e, precisamente, nesta reserva citada há pouco com 1.865 milhão de hectares para aproximadamente 100 índios. Isso não é tratamento que se deva dar a uma minoria. Esses índios, evidentemente, devem ter os seus direitos, o seu espaço, o convívio. Esse apoio que o Estado de V. Ex^a tem recebido - escola, saúde - destinado aos índios, o Estado de Rondônia não tem recebido. Entretanto, deram grande quantidade de terra a esses índios; o assunto tem que ser revisto, até porque eles não usam esse território e estão impedindo que os brancos trabalhem. Fazendas onde moravam pessoas há mais de 15 anos, com gado, plantio de café, cacau, convivendo em suas fazendas com títulos definitivos, foram tomadas

arbitrariamente pelo Presidente da República da época. Essas pessoas abandonaram as terras e, agora, estão perambulando pelas cidades, e o Governo Federal até hoje não tomou providências a respeito. Portanto, parabenizo o Ministro da Justiça por ter criado, junto ao Presidente da República, esse decreto que normatiza essa questão indígena. Ninguém quer tomar o direito ou as terras dos índios, mas não se pode dar milhões de hectares a uma minoria em detrimento de milhares de famílias que se encontram abandonadas, sem ter onde trabalhar. Por esse motivo, cabe a revisão pretendida, que veio em hora oportuna. Oxalá faça um bom trabalho que não prejudique os índios nem a população que quer trabalhar. Obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Respeitamos a posição do nobre Senador Ernandes Amorim. Porém, chamo a atenção, especialmente nessa questão indígena, com relação ao Decreto nº 1.775. Diante dos problemas de conflitos, de assassinatos de trabalhadores rurais como os de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem vindo a público pedir que a sociedade divida responsabilidades. A responsabilidade não pode ser jogada sorridente sobre os ombros do Governo, sobre os seus próprios ombros.

Na Convenção do PSDB, ocorrida sábado passado, foi dito que isso precisa mudar porque quem paga lá fora - as satisfações que se tem que dar ao mundo - é o Presidente da República, no caso, o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Dessa maneira, o Decreto-Lei nº 1.775 estimula conflitos em terras indígenas. Não se pode alegar também que a FUNAI, o órgão oficial que trata da questão indígena no País, está deslocada do Ministério ideal, pois está dentro do Ministério da Justiça. O próprio Ministério da Justiça foi quem articulou a edição desse decreto.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, se houver conflitos, se houver morte de índios ou policiais, em função dessas terras, o Presidente virá a público, de novo, pedir para compartilhar responsabilidade?

O Sr. Ernandes Amorim - Permite-me V. Ex^a mais um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Concedo-lhe o aparte.

O Sr. Ernandes Amorim - A meu ver, o Presidente da República sair pedindo para compartilhar, não é uma maneira correta. Quando o Presidente quer distribuir dinheiro gratuitamente, Sua Excelência não faz qualquer comunicação a esta Casa. O Presidente da República tem nas mãos o Orçamento aprovado que está à mercê da vontade dele para ser homologado e, até agora, sequer deu atenção. O Presidente tem a Constituição que lhe dá os direitos para resolver os problemas fundiários, mas não teve a coragem, a vontade de resolver esses problemas. Nem vai ter. Convidar os Presidentes dos Três Poderes para fazer reunião no sentido de resolver o que ele, Presidente, deveria ter resolvido, não é correto. O Presidente da República tem autoridade para resolver esses problemas quando bem o quiser. Então, não admito que seja necessário se aglomerarem autoridades para se resolver um problema que é de estrita obrigação do Presidente da República. Sua Excelência tem tudo na mão. A culpa maior do que está ocorrendo é a falta de vontade do Governo central de querer administrar a questão fundiária. Resolver a questão indígena, evidentemente, não vai atrapalhar a

reforma agrária e não vai atrapalhar o índio. Há coisas mais corretas a fazer, e esta Casa deve acompanhar de perto esse problema, para que não se repita o que está acontecendo, quando o Presidente tenta transferir a culpa para o povo. Na hora de distribuir o dinheiro do povo, Sua Excelência não consultou esta Casa.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Correto, Senador Amorim.

É inegável que o Presidente, hoje, se preocupe com a repercussão de acontecimentos, fatos ou atos de seu Governo, do ponto de vista internacional.

Particularmente, nessa questão indígena, quando assinou o Decreto nº 1.775, seguramente o Presidente não se preocupou com a repercussão que isso poderia ter para o seu Governo, para a sua administração, haja vista que a mesma contestação, certamente esta de agora, com relação à morte dos trabalhadores sem terra, em Eldorado dos Carajás, é mais veemente; é uma repercussão, uma contestação mais forte. Com relação ao Decreto nº 1.775, a repercussão internacional tem sido, também, a mais negativa possível.

Vários países, vários governos, várias organizações não-governamentais, pelo mundo afora protestaram contra esse Decreto nº 1.775, e o Presidente não está levando isso em consideração. Mas se acontecer um massacre de índios em conflito por terras, aí novamente o Presidente irá preocupar-se com a repercussão lá fora.

Há um dito popular bastante conhecido em todo o Brasil segundo o qual o brasileiro só fecha a porta quando é roubado. É o que atualmente acontece em nosso País. Quanto tempo o próprio Presidente tem dedicado à discussão da reeleição, de reformas econômicas como privatização das estatais, ou flexibilização de monopólios - como se queira chamar -, e quanto tempo está sendo dedicado às questões sociais como a indígena, a agrária, a fundiária?

Se pudéssemos estabelecer uma comparação, verificaríamos que tanto o Governo como o Congresso têm empenhado - acredito - aproximadamente 90% de seu tempo e de seus esforços na discussões das questões econômicas ultimamente, tentando encaminhar um debate prematuro e irresponsável da reeleição para os atuais titulares de cargos executivos.

Agora, depois da morte dos trabalhadores de Corumbiara - e o Presidente pede publicamente que não se explorem cadáveres - dizemos que não é essa a nossa intenção, inclusive pelo grande respeito que temos pelos familiares daqueles que morreram; nossa intenção é mostrar que o Governo sempre age tardivamente. Creio que relativamente à questão indígena poderá ocorrer a mesma coisa, assim também com relação à Serra Pelada, lá no Pará, com a questão dos garimpeiros. Então, é preciso que o Governo aja também preventivamente e não contribua para o acirramento dessas questões. Em nosso entendimento, o Decreto nº 1.775 acirra a questão da discussão das terras indígenas; acirra e pode provocar, assim, novos conflitos e novas tragédias.

Voltando ao tema, gostaria de dizer que as consequências desastrosas da medida do Governo já começaram. A Folha de S. Paulo, de 13 de janeiro de 1996, trouxe matéria sobre as primeiras contestações de áreas indígenas. Informava ter a Agropecuária Sattin S.A. apresentado ao Palácio do Planalto, quatro dias após a publicação do Decreto nº 1.775, uma contestação de área indígena.

A revista *Veja*, desta semana, que traz na capa o doloroso retrato da violência no campo, contém uma reportagem muito oportuna sobre a "Ceciliolândia", uma megapropriedade rural no Pará, de mais de 4 milhões de hectares, adquirida recentemente pelo empresário Cecílio do Rego Almeida. A terra é tão imensa que abriga 28 rios, e um avião bimotor leva cerca de 6 horas de vôo para cruzá-la de um extremo a outro.

Outra curiosidade dessa transação é que um quarto das terras adquiridas pertencem aos índios caiapós. Ora, certamente, essas terras já foram adquiridas em função desse Decreto nº 1.775 para que o grande ou o médio empresário pudesse levantar o contraditório e questionar a legitimidade da propriedade das terras pelos índios.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Cecílio do Rego Almeida não se transformou num dos maiores empresários deste País por falta de inteligência. Esse fato de que um quarto das terras pertenciam aos índios caiapós, certamente, não era desconhecido durante a transação, até pelo fato de o valor da compra ter sido de R\$6 milhões, o que resulta na barganha de R\$1,5 por hectare.

Índios Caiapós, lideranças indígenas do Brasil, Sr^{as}. e Srs. Senadores, todos nós devemos estar preparados para as consequências da política indígena de Fernando Henrique Cardoso; mas somente ao Governo Federal se poderá atribuir qualquer responsabilidade por uma eventual crise, por um eventual conflito, por um eventual massacre, mesmo porque para o índio o que mais importa é a terra, e, hoje, a terra é um dos principais temas em discussão em nosso País e no mundo, haja vista o recente conflito no sul do Pará.

Ao concluir, quero mostrar o que pensa a opinião pública segundo pesquisa feita em Eelém do Pará, publicada no jornal *O Liberal*, de 21 de abril, domingo passado, sobre a responsabilidade pelo massacre.

A enquete perguntou sobre o principal responsável pelo massacre, e 29% dos belenenses culparam o Governo Estadual do Dr. Almir Gabriel, ex-Senador da República, homem que sempre mereceu o respeito de todos nós e de todos aqueles que defendem os direitos humanos. Infelizmente, seu Governo, sua administração está sendo marcada por esse fato que vitimou 19 dos sem-terra. E 28% dos entrevistados disseram que a culpa cabe ao Governo Federal.

Vejam V. Ex^{as}s. como o povo está consciente sobre quem é o responsável por fazer reforma agrária neste País e como está ciente da omissão do Governo Federal com relação à reforma agrária.

O Sr. Lúcio Alcântara - V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Em instantes, Senador Lúcio Alcântara.

É claro que todas essas medidas anunciadas pelo Governo, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e que foram discutidas com as Lideranças do Congresso Nacional, com o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal estão no caminho certo; claro que compete ao Senado e à Câmara acelerarem a votação dos projetos que estão em tramitação nas duas Casas. Mas a responsabilidade até este momento pela falta de uma política agrária, séria e eficaz neste País, continua sendo, em grande parte, do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Ouço o Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara - Senador Sebastião Rocha, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a que condena essa carnificina - vamos dizer assim - que ocorreu no Pará e que deve ser objeto de meditação nossa na busca de soluções para essa questão. O problema da reforma agrária é antigo, passional, ideológico e, no meu modo de ver, não tem solução no atual esquema administrativo. Penso que só com o envolvimento dos Estados e dos Municípios se poderá realmente caminhar para uma reforma agrária justa e que conte com as necessidades de um grande número de brasileiros que precisam da terra para trabalhar e sustentar a si e sua família. Então, não adianta dizermos que o Governo Federal é culpado, porque há toda uma conjuntura político-institucional que permite que esse tipo de coisa ainda possa ocorrer. Tivemos tristes exemplos como o caso de Caruaru, onde várias pessoas faleceram vítimas de hemodiálise; o caso de Marabá e, bem recente, Salvador, onde tivemos uma tragédia que foi a repetição do que aconteceu no Rio de Janeiro há pouco tempo. Isso me faz refletir sobre a ausência do Estado brasileiro, que não está falido apenas do ponto de vista financeiro; o Estado brasileiro está falido no cumprimento de suas responsabilidades. Sobretudo agora, quando se fala em diminuir o tamanho do Estado, em reduzir a sua presença, em privatizar, em globalização, em competição e livre concorrência, o Estado brasileiro deveria se preparar para exercer o seu papel fiscalizador, o seu papel de supervisor dos serviços, para coibir excessos da iniciativa privada e defender o consumidor, e para exercer as suas funções clássicas de promotor da justiça e da segurança, e nas áreas da saúde e da educação. O pronunciamento de V. Ex^a a propósito do Dia do Índio nos leva a meditar sobre a natureza do Estado brasileiro e o seu futuro. No caso específico da reforma agrária, a que V. Ex^a estava se referindo, há necessidade de alterarmos esse arcabouço institucional para envolvermos Estados e Municípios. Daqui de Brasília, do INCRA, por mais competente que seja esse órgão, por mais preparados que sejam os seus dirigentes, eles nunca vão saber a realidade do preço da terra, do conflito, quem é sem-terra, quem está se aproveitando do movimento, quem realmente tem vocação para trabalhar a terra, e não vão ter agilidade para evitar os conflitos. Trago esta contribuição ao pronunciamento de V. Ex^a, para que procuremos soluções para evitar que ocorram situações como essas, que são terríveis, e com as quais não podemos de maneira nenhuma concordar. Temos que agir, e rápido, para evitar a sua repetição.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara. Quero lembrar, para fazer justiça, que o próprio Governador Almir Gabriel, oficialmente, nega que tenha mandado desobstruir a estrada a qualquer custo. S. Ex^a informou à comissão oficial do Senado, que foi ouvi-lo em Belém, que a sua determinação foi no sentido de que a Polícia se fizesse acompanhar de representante do Ministério Público, de um juiz de direito local e da imprensa, e que o Coronel Pantoja é que teria descumprido essa determinação. Para fazer justiça falo isto, porque esta é a versão oficial do Governador e tem de ser levada em consideração.

O próprio Governador Almir Gabriel tem dito que não basta a criação de um Ministério da Reforma Agrária, por exemplo, para se resolver o problema da terra. Ressuscitar o Ministério da Reforma Agrária ou mudar o próprio arcabouço do

INCRA não basta. São importantes e imprescindíveis a estadualização e a municipalização das medidas que possam interferir no processo da reforma agrária.

O próprio Governador, portanto, que viveu essa situação de perto, e que está, certamente, como todos nós, consternado, faz essa proposta, que é defendida também por nós. É importante que o Governo Federal divida as responsabilidades com os Estados e com os Municípios na questão da reforma agrária.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Ouço, com prazer, o Senador Epitacio Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Nobre Senador Sebastião Rocha, entendo que, até de uma maneira simplista, se possa imaginar que os Estados e os Municípios possam trabalhar pela reforma agrária. Primeiro, porque precisamos entender que essa legislação, que é exclusivamente federal, é um direito somente do Governo Federal, ainda é pouco. Existe pouca autoridade no Governo Federal. Fala-se em reforma, mas como se falar em reforma sem mudar a estrutura agrária? Para reformar seria necessário mudar a estrutura, a partir da própria Constituição, dando à terra, realmente, a condição que ela deve ter, que é a sua função social de insumo da produção, que não só produz para quem está produzindo como para aqueles que vão consumir. A terra que não é usada dentro desse princípio básico não tem condição de ter a sua desapropriação discutida. Ela teria que ser devolvida ao Estado, que, aí, faria o assentamento. Agora, o que existe, hoje, e é sério neste País, são dois problemas que estão se somando e dificultando qualquer solução: o primeiro deles é o desemprego urbano, que está fazendo com que os desempregados caminhem para o campo, para se juntarem aos sem-terra. Se V. Ex^a verificar, dentre aqueles que morreram no Pará, quem eram eles, os trabalhadores urbanos estavam em maior número do que os trabalhadores rurais. Do Maranhão, havia um pedreiro, havia um trabalhador de oficina, que consertava pneu, ou seja, o desemprego está levando o desempregado para o campo, e ele está se somando àqueles que, no campo, estão atrás de terra. O segundo é que o Governo não fez aquilo que preconizei aqui, ou seja, um levantamento, um cadastramento para saber quantas famílias precisam realmente de terra - e essa gente se espalhou. Ao invés de o Governo ter escolhido a terra para, a partir daí, fazer o assentamento, deixou que esse povo se espalhasse, escolhendo as fazendas que queria invadir. Esse problema é incontornável. Ou o Governo assume a frente desse trabalho e consegue, primeiro, a terra, depois de ter feito o cadastramento, assentando essas famílias, ou então vamos ter problemas em todo o País, em todos os Estados, incontroláveis, trazendo luto para a família brasileira e levando para fora uma péssima imagem do Brasil. Tudo o que o Brasil conseguiu com a estabilidade da moeda, está desaparecendo diante desse quadro. Sim, porque as mortes das pessoas, nas condições em que ocorreram, dão a idéia da truculência, da força matando o miserável, o faminto, aquele que não tem coisa alguma para comer. E vamos ter as organizações não-governamentais do mundo inteiro se ocupando dessa situação. Não tenho dúvida de que quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso for a Paris, vai encontrá-las lá, fazendo passeatas,

protestando. Tudo isso é um desserviço ao País. Ou o Governo assume a direção de uma reforma agrária séria, ou vamos ter, com o desemprego, que todos os dias cresce, aumentada a população que caminha pelo Brasil e que é um problema social e, com toda certeza, pelo susto dado nos produtores, será o elemento determinante de uma menor safra - pelo receio da convulsão que está hoje a tomar conta do campo brasileiro, menor será a terra trabalhada. Agradeço a V. Ex^a o aparte e o parabenizo por ter tratado de assunto tão crucial no momento, objeto de todas as conversas neste País.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Obrigado pela contribuição, Senador Epitacio Cafeteira.

O Sr. Ramez Tebet - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ramez Tebet - Senador Sebastião Rocha, esse é o assunto do momento. Falar de reforma agrária, como V. Ex^a está fazendo, é um dever de todos nós. V. Ex^a abre oportunidade para que nos manifestemos, e é impossível falarmos sobre esse assunto sem antes lamentar e deplorar profundamente a tragédia ocorrida no Estado do Pará, uma tragédia que cobre de luto a Nação brasileira e veste de crepe a imagem do Brasil no exterior. É um assunto realmente apaixonante. Concordo com algumas observações que ouvi aqui hoje. Não está na hora de vendermos ilusões. Não está correto. É preciso realmente fazermos a reforma agrária neste País, e, para fazê-la, primeiro é preciso divulgar. O Governo precisa ter - e é urgente que tenha o cadastramento a que se referiu o Senador Epitacio Cafeteira. Esse cadastramento há que ser o humano e o material. Cadastramento humano significa saber quem é sem-terra, quem precisa de terra; e cadastramento material é saber o que temos e o que podemos ter para fazer os assentamentos de verdade, não os assentamentos de ilusão. Fazer assentamento de verdade é ter terra apropriada, é ter recursos para incentivar a produção. Não basta largar o contingente humano em alguns hectares ou alguns metros de chão. Portanto, também sou a favor dos cadastramentos humano e material. O Brasil hoje está aumentando, a cada hora e a cada momento; nesse processo de globalização, está aumentando a sua dívida interna, sem falar na externa, assustadoramente. Resta, portanto, saber, nessa hora de gravidade, quais são os recursos de que dispomos e como devemos fazer isso. E fazer de forma clara, a fim de que, a cada assentamento, meu caro Senador que honra esta Tribuna neste momento, Sebastião Rocha, não ocorram outros levantes que o País não tenha condições de sustentar. É preciso, pois, que haja uma política explícita para que o assunto seja diminuído, e não agravado. Temos que salvaguardar as safras, o sistema produtivo deste País. Todos sabemos da crise por que passam os homens que trabalham no campo hoje. É inegável que os problemas sociais do País estão inter-relacionados. É claro que a falta de habitação nas cidades também está contribuindo para jogar o homem no campo. Senador, meus cumprimentos a V. Ex^a e votos de que a política que o País venha a adotar obedeça a esses critérios que V. Ex^a está levantando nesta tribuna. Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que espero ter alcançado os objetivos desse meu modesto discurso, quando apresentei o exemplo do Estado do

Amapá e procurei demonstrar que é possível uma convivência pacífica e harmoniosa entre o Poder Público e os nossos índios.

Em segundo lugar, tentei clamar para o Presidente da República no sentido de que se procure prevenir futuros conflitos em áreas indígenas, que podem ter o mesmo desfecho que teve o conflito dos sem-terra com os policiais, no sul do Pará. Certamente esse decreto acirra os ânimos entre índios e terceiros interessados nas terras indígenas.

O que quis, portanto, foi chamar a atenção desta Nação e sobretudo do Presidente da República, do Governo, no sentido de que procurem evitar esse tipo de conflito, evitar esse tipo de evento e também garantir o direito dos índios à terra e à vida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SEBASTIÃO ROCHA EM SEU DISCURSO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS
Administração João Chamon N.

NOTA DE REPÚDIO

O município de Curionópolis, vem, desde muito tempo sendo palco de ocorrências extremamente desagradáveis, em virtude dos constantes conflitos envolvendo os problemas de Serra Pelada e, também os interesses do Movimento Sem Terra - MST.

A população tem sido forçada a pagar um alto preço e, vive um permanente clima de insegurança, com ameaças à sua integridade física e ao seu patrimônio. Recentemente, em mais uma de suas irresponsáveis investidas, os integrantes do Movimento Sem Terra - MST, bloquearam a rodovia PA - 275 e saquearam um caminhão de mercadorias destinado ao Comércio Anápolis, firma de conceito em nossa cidade, causando-lhe prejuízo de elevada monta, tudo sob as complacentes vistas do policiamento que escudado na alegação de cumprir ordens superiores, nada fez.

Como Prefeito Municipal, não posso, de maneira alguma, concordar com o clima de anarquia e insegurança que querem instalar em nosso município e, muito menos, admitir que pratiquem crimes, em plena lazer, com a anuência de quem tem como principal dever, combater o crime e garantir a segurança da população. Em virtude disso, quero deixar patente o meu veemente repúdio à anarquia, ao crime permitido e a inoperância das autoridades policiais que a tudo assistiram de braços cruzados.

Meu dever é defender o município e os interesses superiores do povo e irei até o fim no cumprimento desta cívica missão denunciando às autoridades superiores os erros cometidos, cobrando providências do INCRA, DNPM e outros órgãos federais, que tem como dever por um fim a estas inadmissíveis situações e, tudo farei, dentro do limite máximo de minhas atribuições, para defender os municipais e seus bens materiais.

José Chamon Neto
José Chamon Neto
Prefeito Municipal de Curionópolis/PA



TODOS POR TODOS

FONE (FAX) (65) 340-1159
PRAÇA DUS IMIGRANTES N° 15 - CURIONÓPOLIS - PARÁ

põe culpa no governo por mortes

PESQUISA MOSTRA AINDA QUE POVO NÃO ESPERA PUNIÇÕES

Os governos estadual e federal são os principais responsáveis pelo massacre dos sem-terra em Eldorado de Carajás e não vão apurar com determinação e eficácia as responsabilidades pela chacina. É o que pensa a maioria dos belenenses sobre o episódio que consternou o mundo e que, mais uma vez, deixou o Pará numa situação delicada frente à comunidade internacional.

A opinião do belenense foi constatada na pesquisa realizada na sexta-feira, 19, pelo Instituto Veritatis. Foram entrevistadas 444 pessoas maiores de 16 anos de idade, sendo que apenas 37 desconheciam o massacre dos sem-terra. Das 407 pessoas que tiveram conhecimento da chacina, 118 culparam o governo do Estado e 116 o governo federal. A Polícia

Militar foi acusada por 67 dos entrevistados, o coronel Mário Panjo por 41, e os sem-terra foram considerados os responsáveis por catorze pessoas. Um total de oito pessoas disse acreditar que bandidos infiltrados no grupo dos sem-terra é que provocaram o massacre.

Concordaram com a afirmação de que a chacina poderia ter sido evitada 401 entrevistados. Ou seja, a maioria absoluta. Quanto à ação

violenta da PM, o belenense disse que houve descontrole. Dos entrevistados, 223 disseram acreditar que os policiais se descontrolaram, enquanto 155 acharam que a ação foi deliberada. Outras 29 pessoas não souberam responder o que levou a PM ao massacre ou preferiram não julgar.

Pelo resultado da pesquisa, ficou claro ainda que o belenense está se rendendo à impunidade. A maioria, 266 entrevistados (65,4%), disse não acreditar que o governo vai apurar, como se deve, a morte dos sem-terra e 248 pessoas (60,9%) se revelaram incrédulas quanto à Justiça: responderam que os criminosos responsáveis pela chacina não serão punidos com prisão. Apenas 115 (28,3%) entrevistados ainda levam fé no Poder Judiciário.

A falta de interesse dos governos estadual e federal em tratar com devida atenção e seriedade os problemas da população rural, a não realização de uma reforma agrária real, que de fato distribua terra e assente o homem no cam-

po, e a morosidade da Justiça para decidir sobre os litígios de terra são os principais motivos apontados pelo belenense para que ocorresse o massacre na PA-150. A certeza ou crença na impunidade também está entre essas razões.

O belenense se mostrou, ainda, implacável com a PM em relação ao cerceamento do direito de a população tomar conhecimento dos fatos. Mais uma vez, a maioria dos entrevistados, 375 do total, disse que os policiais deveriam ser punidos por terem prendido os jornalistas da TV Liberal e tornado as fitas onde estão gravadas as imagens do massacre. Não haverá punição no que diz respeito a essa atitude, na opinião da maioria dos entrevistados.

O Instituto Veritate constatou ainda que a utilização da violência em conflitos agrários não é vista com bom olhos pela população de Belém: dos 407 entrevistados, 374 consideram a violência ilegítima contra apenas 19 que apóiam as

agressões físicas contra os trabalhadores rurais.

METODOLOGIA - A pesquisa foi coordenada pelos técnicos Marco Araújo, Edson Ramos, Ricardo Viana, Longuimar Viana, Luiz Otávio Vila Nova e Vladimir Araújo. A metodologia aplicada foi a probabilística, com amostra castiústica estratificada por sexo, idade e local. Para realizar a pesquisa, os técnicos dividiram Belém em setores. O instrumento de coleta de dados foi o questionário, experimentado antes de sua aplicação definitiva in loco.

A amostra pretendida era de 440 entrevistas e a efetivada foi de 444. Os pesquisadores que realizaram o trabalho de coleta de dados possuem experiência em outras pesquisas similares e foram especialmente reciclados para a realização dessa pesquisa, que aborda a opinião do belenense sobre o massacre. Em cada dez questionários aplicados, dois foram escolhidos por sorteio aleatório e checados in loco. A margem de erro é de 4,5% para mais ou para menos e o intervalo de confiança é de 95%.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Há uma lista de inscritos em homenagem ao Dia do Índio.

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva. Em seguida, falará o Senador Romeu Tuma e, após, o Senador Carlos Bezerra, em nome da Liderança do PMDB.

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) Pronuncia o seguinte discurso.

Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome do Partido dos Trabalhadores, venho a esta sessão para dizer que tive oportunidade, na quinta-feira passada, de, ocupando a tribuna, enfatizar a questão indígena no Brasil.

Na oportunidade, pude ressaltar que estamos atrasados em nossa concepção de direito com relação às comunidades indígenas. Intitulamo-nos até donos da terra charnada Brasil, festejamos um descobrimento como se aqui não existisse, absolutamente, nenhuma espécie humana.

Quando assistimos às discussões no âmbito da reforma agrária, verificamos que há uma preocupação com relação às terras indígenas, como se os índios fossem invasores ou que tivessem tornado essas terras de alguém. É preciso que tenhamos muita calma, muita cautela e, sobretudo, reconheçamos que a comunidade indígena, por mais extensão que a ela seja delegada, está longe, mas muito longe de ser o espaço territorial que, há alguns séculos, essa comunidade ocupou. Portanto, houve um crescimento da população, houve evidentemente uma ocupação do território por outras etnias, o que diminuiu a extensão de terras demandadas à comunidade indígena.

Digo isso com uma preocupação muito grande, porque, como não se quer fazer uma reforma agrária tomando a chamada terra de ninguém, quero dizer que existem pessoas que têm terras e que delas não devem ser tomadas, porque estariam ferindo direitos não só humanos, mas o direito e a cidadania do povo indígena deste País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, identifico-me com a questão do meio ambiente e das minorias e quero, nesta sessão, enfatizar que os Governantes continuam errando no trato com a questão indígena. Não quero apenas falar de erros do passado, mas do presente. E como eu já havia feito um pronunciamento a respeito, quero apenas exemplificar com dois aspectos. Primeiro, as nações indígenas brasileiras sentem-se ameaçadas com a alteração já prevista no Decreto nº 22, de 1991, que estabelece as regras para o procedimento de demarcação de suas terras e orienta todo o processo de consolidação dos direitos das comunidades indígenas assegurados pela Constituição Federal.

Eles se sentem ameaçados e com toda razão. Desde 8 de janeiro passado, quando o Presidente da República assinou o Decreto nº 1.775, muitas vozes já se ergueram neste plenário, inclusive a minha, para protestar contra esse decreto que representa um verdadeiro retrocesso em comparação aos avanços introduzidos pela Constituição atual. Com esse decreto, o Governo brasileiro comete um desrespeito contra os direitos daqueles que um dia foram os primeiros e legítimos donos das nossas terras.

Sabemos que os interesses que se mobilizam contra as demarcações das terras indígenas são poderosos. Temos que ter coragem de denunciar. Não se trata apenas de denúncia, mas de um compromisso - faço essa defesa desde a Constituinte, desde quando era da Frente Parlamentar em Defesa da Comunidade

Indígena - assumido em relação às demarcações das terras indígenas. Esses poderosos interesses existem por parte dos invasores ilegais, de mineradoras clandestinas e de outros segmentos contrariados.

Não conseguem entender que a demarcação das terras indígenas é a garantia de preservação cultural das diferentes nações indígenas que ainda sobrevivem no País. Já tive oportunidade de dizer que nem sequer temos conhecimento da existência de muitas delas. No ano de 1500, havia cerca de 3 milhões de índios. Hoje essa população está reduzida, não ultrapassa 300 mil em todo o território nacional.

Segundo o Decreto nº 1.775, de 1996, está garantido a Estados, Municípios e demais interessados o princípio do contraditório, por meio do qual poderão reivindicar a posse de terras indígenas cujas demarcações foram homologadas, mas ainda não cumpriram a formalidade burocrática de um registro no Serviço de Patrimônio da União ou em cartório de imóveis.

O recente decreto fez retroagir o contraditório a todas as terras identificadas, demarcadas e até homologadas, atingindo 344 das 544 áreas indígenas conhecidas no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as tribos indígenas estão aterrorizadas com esse decreto, e têm razão, uma vez que ele abre espaço para que as pessoas contrariadas possam contestar o limite das áreas a serem demarcadas, áreas essas que, bem sabemos, foram estabelecidas após demorados

levantamentos, que levaram em conta a salvaguarda de locais fundamentais à sobrevivência e à reprodução física e cultural das diferentes tribos existentes no País.

Não foi fácil; foi uma luta constante. Quem acompanhou, quem participou sabe perfeitamente que não ocorreu, ao contrário do que dizem, o fato de os índios chegarem e demarcarem as terras, dizendo que lhes pertenciam. Não é verdade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o eminentíssimo jurista Dalmo Dallari, professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e membro da Comissão Pró-Índio, considera que o Decreto nº 1.775 é "inconstitucional", pois nenhuma norma legal pode ter efeito retroativo. No entanto, o "decreto" diz que só serão válidas as demarcações já realizadas se tiverem atendido aos princípios nele fixados".

Isso é um verdadeiro absurdo. É claro que nenhuma demarcação anterior foi feita de acordo com as exigências de um decreto que não existia. Não bastasse essa exigência descabida, o decreto permite ainda que os interessados interfiram nos processos, juntando os títulos dominiais, quando a Constituição diz claramente que os títulos sobre terras ocupadas por índios são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos.

As organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras manifestaram-se veementemente contra as alterações introduzidas pelo Decreto 1.775. A veemência foi tamanha que o Governo Federal, com receio de não receber os recursos externos para demarcações das terras indígenas, ficou numa situação difícil. Além disso, enviou à Europa o Ministro da Justiça, Nélson Jobim, para lá tentar explicar os motivos que levaram o Brasil a permitir a anulação de áreas demarcadas.

Sabemos que os receios dos índios não são infundados. Segundo dados recentes da Folha de S. Paulo, foram feitas 1.200 contestações sobre 70 áreas indígenas. A Fundação Nacional do Índio - Funai estudou os pedidos e aceitou cerca de 500 reclamações em relação a pouco mais de 50 áreas.

Agora, dentro dos prazos estipulados pelo decreto, caberá exclusivamente ao Ministério da Justiça analisar as contestações e decidir se a queixa do suposto proprietário de terra; seja ele o Estado, o Município, ou particular, é ou não procedente. Na prática, todo o poder de decisão está concentrado nas mãos do Ministro da Justiça a quem caberá dar a palavra final sobre se uma área é ou não indígena.

Esse decreto 1.577, repito, é contraditório e constitui concreta e absurda ameaça aos direitos assegurados aos povos indígenas pela Constituição de 88. O art. 231 da atual Carta Magna é claro ao estabelecer que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcar, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

É o que está escrito no art. 231 da nossa Carta Magna.

Esse decreto tirou a tranquilidade do pouco que resta de nossas nações indígenas. O que dizer então do futuro de nossos índios, que continuam isolados do seu estado mais puro? Trata-se de índios que, mesmo arredios,

continuam mantendo suas tradições seculares? Estes estão sendo espremidos em seus próprios territórios. São índios sem terra demarcada - é preciso que se atente para isso - e que vivem se escondendo de contrabandistas, madeireiros, traficantes, garimpeiros, para fugir da morte. Esses continuam sendo massacrados impiedosamente apesar das leis.

Nós, Parlamentares, também somos responsáveis por essa situação, que ainda persiste nos dias de hoje. Devermos ser altamente fiscalizadores e devemos cobrar com veemência que as demarcações sejam feitas com justiça. E temos o dever de olhar essas nações, para o povo das florestas, e buscar soluções. Não devemos apenas aceitar que esse decreto venha ferir a Constituição, trazer mais uma preocupação, entre tantas as que estamos vivendo.

Oxalá não aconteça o que está acontecendo ao Movimento dos Sem-Terra. Já temos índios demais sendo extermínados, suicidando-se. É preciso lutar, sem tréguas, na tribuna desta Casa, para garantir que a situação jurídica de nossos índios, como membros de sociedade diferenciada, detentores de direitos especiais, seja consolidada. Precisamos garantir que os seus direitos de usufruto sobre as terras que ocupam sejam respeitados.

Por isso aqui estou, não como num dia de festa, mas como uma homenagem imbuída de um compromisso de fazer voz não apenas nesta tribuna, mas com os compromissos que o Partido dos Trabalhadores tem com a causa da minoria e do meio ambiente, sobretudo com o direito da cidadania do povo brasileiro.

Em nome de tudo isso, assomo esta tribuna, pedindo a esta Casa que, não apenas com sensibilidade, mas com respeito à Constituição brasileira, não aceite que esse decreto venha feri-la. E mais do que ferir esta Letra, que se torna morta quando não é cumprida, é ferir diretamente uma comunidade que sabemos ser a legítima proprietária dessas terras, que alguns acreditam não ser de ninguém, mas que sabemos ser de uma raça brasileira que é o povo indígena.

Neste dia, fica aqui a nossa solidariedade e o nosso compromisso para continuarmos lutando para que eles possam, dignamente, continuar exercendo a sua cultura, a sua religiosidade e a sua política que, evidentemente, não passam pela nossa. A sua política econômica passa por outros valores, que, aliás, queremos preservá-los, para que, socialmente, eles possam estar integrados sem perderem a sua identidade.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Benedita da Silva o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa)

Está encerrada a homenagem ao Dia do Índio.

Prorrogo a Hora do Expediente por mais cinco minutos.

A Mesa lembra a todos os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou nas dependências da Casa que o primeiro item da Ordem do dia tem

votação nominal. Sendo assim, que S. Ex^{as} se dirijam ao plenário para procedermos à votação.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra, como Líder.

O SR. CARLOS BEZERRA - (PMDB-MT. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País está vivendo momentos de tristeza com o massacre de trabalhadores sem-terra no Pará.

Alguns procuram explorar esse fato politicamente. Não podemos atribuir a responsabilidade total ao Governo Fernando Henrique Cardoso por essa questão. Porém, o Governo não inovou nesta matéria. O Governo não procurou replanejar a reforma agrária e tenta tocar um programa que foi planejado há décadas no Brasil, um programa errado, até porque coloca o trabalhador lá no sertão sem o apoio e o recurso necessário para produzir, sem uma infra-estrutura de educação, de saúde; e por que a atividade econômica é inviável, depois de dois, três anos, ele é obrigado a abandonar a terra e voltar para a cidade.

Ora, o que o País tinha de fazer? Teria que colocar nesse programa não apenas os Estados e os Municípios, como já foi dito aqui, mas também as universidades, a Embrapa, as empresas de pesquisa de extensão, buscar os programas bilaterais que o Brasil tem assinado com alguns países do mundo. E agora há pouco o Japão colocou à disposição do Brasil US\$1 bilhão para fazer um assentamento com culturas viáveis economicamente, que possa fixar definitivamente o homem à terra com a fruticultura, com as culturas perenes, ou com culturas anuais rentáveis. Por exemplo, pode-se fazer reforma agrária nos cerrados da Região Centro-Oeste com os sem-terrados do Sul, que já detém a tecnologia, colocando ali o trabalhador e também a indústria para agregar valor à sua produção. Assim esse projeto será viável por todo o tempo. Mas com essa reforma agrária pachorrenta que não sai do lugar...!

Sr. Presidente, o que assistimos ultimamente é uma disputa entre o Ministério da Agricultura e o Incra. É o Presidente do Incra se desentendendo com o Ministro - e a coisa fica por "baixo do pano" - , enfim, é um torpedeando o outro. Recentemente, falei com o Ministro, na Câmara dos Deputados. S. Ex^a trouxe um tio seu, Dr. Germano, para trabalhar no Ministério, o qual indeferiu todos os processos de reforma agrária que lá chegavam. Por uma razão ou outra, todos eram indeferidos, procrastinando - parece-me que até propositalmente - o processo de reforma agrária.

Se o Governo não tem dinheiro para fazer a reforma agrária em todo País, que redefina esse programa, que faça onde tem terra mais barata e em maior abundância: o Norte do Brasil, o Nordeste, o Centro-Oeste; que coloque esse programa nessas Regiões.

Um outro absurdo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com relação aos TDAs - Títulos da Dívida Agrária. O fazendeiro desapropriado, ao receber esse título, procura colocá-lo no mercado por 30, 40% do seu valor - geralmente 30% e, quando muito, 40%. O comprador do título, imediatamente, coloca para o Governo um outro programa de privatização, ou para pagar sua dívida com a União por 100% do seu valor no dia seguinte ganhando uma fortuna. O pobre do trabalhador,

que vai receber a terra, paga pela fortuna que o outro já ganhou; e o fazendeiro, que era o dono da terra, não leva nada. Quer dizer, a União, o desapropriado e o trabalhador não levam nada, mas o especulador leva 60% ou 70% de uma hora para outra. Isso tem de ser repensado, tem de ser modificado.

Então, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o Governo precisa replanejar a reforma agrária, e o Ministério da Justiça precisa agir melhor nos casos de violência.

Houve o caso de Rondônia, que até hoje ainda não vimos o resultado da punição dos culpados.

Recentemente, houve em Mato Grosso, e foi a pacata Polícia Rodoviária Federal, vejam bem, a pacata Polícia Rodoviária Federal de Nova Xavantina, no Mato Grosso, que chegou a atirar num trabalhador pelas costas, e até hoje não tenho notícia da punição daqueles que assim agiram.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Senador Carlos Bezerra, o tempo de V.Ex^a está esgotado.

O SR. CARLOS BEZERRA - Estou concluindo, Sr. Presidente. Agora, por último, essa questão do Sul do Pará, que esperamos que não fique impune como estão impunes, até hoje, os outros crimes praticados pelos trabalhadores.

O nosso apelo, Sr. Presidente, é para que o Governo crie não só o ministério da reforma agrária, mas replaneje a reforma agrária no Brasil, porque ela é necessária e viável, precisando apenas de vontade política definitiva para realizá-la.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Nos termos do art.14, inciso VII do Regimento Interno, ainda dentro da prorrogação, concedo a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - (PFL-BA) Para uma comunicação inadiável.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ninguém, neste País, pode deixar de lastimar e condenar o que aconteceu em Eldorado, no Pará. Ninguém pode deixar de incriminar, sobretudo os atos posteriores, quando alguns policiais, covardemente, assassinaram trabalhadores sem-terra. Mas é de justiça que se diga, para quem viu na televisão, que a polícia também teve que recuar e recuou até onde era possível para evitar o início da tragédia. Isso de modo nenhum justifica a atitude perversa posterior, com a execução de pessoas que lutavam por uma moradia ou por terra no campo.

Ontem o Senhor Presidente da República se dirigiu a Porto Seguro, para iniciar os festejos dos 500 anos da descoberta do Brasil, no ano de 1500. No ano 2000, teremos festas significativas em nosso País, com a participação de várias nações do mundo inteiro.

Havia um clima de grande festividade, de grande calor humano, com uma multidão entusiasmada a aplaudir o Presidente da República e os líderes da Bahia que o acompanhavam.

Quando chegamos, vimos de longe e em outra praça trabalhadores tidos como sem-terra, mas, na realidade, com-terra. Elementos com-terra que

querem perturbar a vida desta Nação. A polícia do Estado, cautelosa, quis impedir a aproximação na praça pública, onde mais de 6 mil pessoas se reuniam para festejar com o Presidente o inicio das festas do descobrimento.

O cerimonial da Presidência da República e a segurança, a meu ver erradamente, fizeram com que a polícia baiana permitisse - e eles permitiram da área federal - que esse movimento dos com-terra, com a bandeira dos sem-terra, pois estava com muitos estudantes, alguns desordeiros conhecidos da região, se aproximasse do palanque - cerca de oitenta, cem - , para perturbar as festas, a solenidade, com a presença do Senhor Presidente da República.

Fizemos a reunião assim mesmo, sem que qualquer deles fosse molestado, apesar da inconveniente presença.

Temos que chamar a atenção desta Casa, pois não pode haver no País o império da desordem sob o manto de se manter a liberdade e a ordem. Queremos a liberdade e a ordem, porque se se continuar com a timidez, permitindo-se a irresponsabilidade não apenas no campo, mas na cidade e em toda parte, ocorrerão fatos muito desagradáveis, Sr. Presidente, aqui mesmo neste Parlamento, nos Místérios, nas praças públicas, nas casas onde todos residem. E a sociedade vai ficar indefesa, porque não haverá polícia nem segurança para defendê-la, intimidada que estará por uma mídia nem sempre responsável, que não faz justiça aos acontecimentos - como não fez ontem. Fala em vrias, mas não fala em delirantes aplausos que ocorreram durante todo o tempo. Conseguem mascarar acontecimentos e não identificam os desordeiros, que se misturam entre poucos trabalhadores sem-terra e se unem aos com-terra, que querem praticar a desordem.

Por tudo isso, achei que era do meu dever, nesta Casa do Parlamento Nacional, chamar a atenção para esses fatos que são graves hoje e serão mais graves amanhã, para que saibam que uma voz teve a coragem de, no momento certo, chamar a atenção desta Casa, como deverão chamar da outra Casa, para que a sociedade não se intimide diante, seja da mídia, seja evidentemente da demagogia.

Queremos punição em relação à barbárie, onde quer que ela tenha acontecido, inclusive em Eldorado do Pará, mas não queremos o ambiente de desordem que muitos desejam instalar no País às custas desse acontecimento.

Chamo a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente, chamo a atenção da Casa no sentido de que ontem houve um exemplo importante para a vida desta Nação: o Presidente da República, acompanhado de Ministros, de autoridades estrangeiras, não passou constrangimento maior porque o povo estava lá para aplaudi-lo. Mas o que se salienta na mídia é a vaia. Não se fala nos aplausos delirantes do povo em relação às autoridades, principalmente ao Presidente da República. Querem envenenar o ambiente, pensando que poderão se salvar, às custas da demagogia. Não, esses vão sofrer mais do que os outros, e esta Casa vai sofrer mais do que qualquer outra. Porque depois vão se voltar contra esta Casa, que é alvo das críticas - injustas, muitas delas - , é alvo predileto dos políticos fracassados; é alvo, portanto, do povo que não comprehende o seu papel na história e na democracia.

Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Nobre Senador Josaphat Marinho, trata-se de uma comunicação inadiável, e o tempo do Senador Antonio Carlos Magalhães está esgotado, já tendo sido prorrogado pela Mesa. Neste período, o Regimento Interno não permite apartes.

O Sr. Josaphat Marinho - Gostaria de manifestar minha solidariedade ao Senador Antonio Carlos Magalhães quanto ao que ocorreu ontem, em Porto Seguro. A tradição da Bahia é de independência, mas de muito respeito à liberdade do pensamento de todos e, sobretudo, acatamento à presença das grandes autoridades no Estado..

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, lamento que V. Ex^a tenha, como todos os que estão na Mesa, a obrigação de cumprir o Regimento. Mas acredito que V. Ex^a vai sofrer muito mais - não V. Ex^a., mas o Presidente da Casa e todos da Mesa, se continuarem a permitir que à desordem se instale no País, sob o manto de defender uma falsa liberdade. Esse era o meu dever. Venho cumprir com a minha obrigação de cidadão e de homem público, de condenar a barbárie de quem quer que seja, mas, ao mesmo tempo, de pedir o respeito que a sociedade merece contra os desordeiros contumazes que querem se infiltrar, já agora entre os trabalhadores com terra, não os sem-terra.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eminentes colegas, evidentemente, a natureza do pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães não permitiu que houvesse apartes. Se tal acontecesse, dúvida eu não teria de que S. Ex^a receberia as mais variadas manifestações de apoio pela justeza do pronunciamento desta hora.

Sinto-me, na condição de Líder do Governo, mais do que ninguém, na obrigação também de, neste instante, com a brevidade do tempo da comunicação de Liderança, tecer alguns comentários, não tão brilhantes quanto os do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas dentro da mesma linha de raciocínio.

Estamos vivendo um momento de excepcional importância para a vida pública brasileira. Diria mesmo que, neste instante, todos os brasileiros, principalmente os Senadores da República, têm de refletir dentro da imagem do bom-senso, da tranquilidade e, acima de tudo, com o patriotismo que o momento requer.

O que temos visto, não só na Bahia, mas também em outras cidades onde o Presidente comparece, é uma orquestração de manifestações. Tive conhecimento de que até alguns elementos do Espírito Santo deslocaram-se para Porto Seguro. Há uma mobilização. Quando o Presidente anuncia que vai a determinado lugar, elementos que se lhe antepõem politicamente tratam de preparar essas manifestações para que, amanhã, tenham repercussão na mídia brasileira, como se fossem estudantes, gente do povo, elementos que estão fazendo uma manifestação de repúdio ao Governo, quando, na verdade, sabemos que essas manifestações são todas elas orquestradas. Se o Presidente for a qualquer cidade brasileira vai encontrar elementos que estão, ideológica e politicamente, identificados com movimentos e partidos.

No caso em espécie, quero dizer que é importante divergir; a democracia é exatamente a política do contraditório: idéias a favor, idéias contrárias. Mas nunca podemos perder de vista que a democracia também tem regras de respeito. A democracia tem regras que prezam a autoridade constituída. No momento em que alguns elementos ensandecidos não têm a visão desse quadro, estamos começando a trilhar um caminho que não é adequado para o momento que estamos vivendo. Aqueles que querem a desordem, aqueles que querem passar uma falsa imagem do Brasil de hoje, conforme falou muito bem o Senador Antônio Carlos Magalhães, estão cometendo um equívoco; amanhã, serão os primeiros penalizados por aqueles que, sem bandeira, sem destino ou sem qualquer um outro sentido de respeito ao País, enveredam por um caminho que repugna a todos nós, brasileiros, quando presenciamos um momento de seriedade absoluta na condução dos destinos desta Nação.

Sr. Presidente, quero fazer um registro da mais alta importância em relação a um fato que não ocupou quase espaço nenhum na mídia. Na quinta-feira à noite, quando o Presidente retornava de Goiás, onde houve também alguns incidentes, tivemos a oportunidade de verificar um ato da mais alta importância para o País. Realizava-se no Itamaraty uma festa de mineiros e, ali, o Diretor da Mercedes-Benz brasileira, com a presença do Presidente da matriz alemã, proclamou, alto e bom som, que aquela montadora de veículos se instalava em Juiz de Fora para produzir veículos. Saibam os Srs. Senadores que não são veículos para o Brasil, são veículos para o mundo. Dizia ele que havia escolhido o Brasil porque tínhamos um clima de paz e tranqüilidade, uma política econômica que começava a mostrar os primeiros resultados. Em Juiz de Fora, no Brasil, vamos produzir veículos Mercedes para o mundo. A Mercedes poderia ter feito isso na Alemanha e optou pelo nosso País. Essa notícia foi colocada à margem das outras.

Deploro esses fatos; como democrata, como brasileiro, como homem cristão, não admito violências, não admito chacina; mas, neste instante, devemos ter a coragem cívica de proclamar, como Senadores da República, independentemente de qualquer sentimento maisão, que essa política não é desejável para os interesses do País, que isso que está sendo feito está mal orientado, no sentido de nos dar uma visão que não é a visão de tranqüilidade que almejamos.

Quero dizer ao Senador Antônio Carlos Magalhães, ao Senador Josaphat Marinho, ao Senador Waldeck Ornelas e a todos os demais Senadores que sabemos que o povo da Bahia é um exemplo para o Brasil. A Bahia é a síntese da nossa brasiliadade. O povo da Bahia não é um povo que aceite, de maneira nenhuma, manifestações como essa, que tisnam por inteiro a visita da mais alta autoridade. Aqueles não eram baianos; se nasceram na Bahia, naquele momento deixaram de ser baianos, porque a Bahia é exatamente a hospitalidade, os braços abertos, o respeito, a educação, a tradição.

Portanto, ao Senador Antônio Carlos Magalhães ofereço, neste momento - e tenho certeza de que comungo também com outros Senadores -, a minha palavra de solidariedade e de apreço, na certeza e na convicção de que este País agora tem que parar para pensar e compreender que esse caminho que alguns apontam e insinuam, aproveitando-se de um episódio que tisnou o nosso

sentimento, o episódio do Pará, não há de servir, de maneira nenhuma, como pálio maldito para aqueles que querem mostrar um Brasil que não é a imagem do Brasil dos nossos sonhos.

Portanto, neste instante, como Líder de Governo, digo - e irei, veementemente, repetir - que estarei ao lado do Senador Antonio Carlos Magalhães e de todos os outros Senadores que queiram empunhar uma bandeira de respeito à autoridade, de respeito à ordem democrática do País! Não vamos permitir, de maneira nenhuma, que alguns elementos, usando práticas ideológicas inteiramente condenadas, queiram exercitar um comportamento que não se coaduna com o sentimento do brasileiro.

À Bahia o nosso apreço, à Bahia a nossa solidariedade, à Bahia a certeza de que ali, onde foi descoberto o Brasil, em Porto Seguro, vamos erigir um novo pensamento, para não permitir que alguns se aproveitem do sentimento de tantos e queiram fazer deste Brasil uma imagem que não é a do Brasil dos nossos sonhos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Senador Sebastião Rocha, não há mais condições de prorrogar a Hora do Expediente, o que somente pode ser feito uma única vez, na forma do § 1º do art. 158 do Regimento Interno. Temos que passar à Ordem do Dia, impreterivelmente.

Portanto, a Mesa vai dar seqüência à Ordem do Dia e, após esta, a Mesa dará a palavra a V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - (PDT-AP. Pela ordem.) - Sr. Presidente, inicialmente, V. Ex^a prorrogou a sessão por 5 minutos para que o Senador Carlos Bezerra falasse. Posteriormente, V. Ex^a concedeu a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Dentro da mesma prorrogação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Uma prorrogação de 5 minutos. E falaram...

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A prorrogação é de 15 minutos, Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Se V. Ex^a recorrer aos Anais da Casa, irá verificar....

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - V. Ex^a não pode discutir com a Mesa, Senador Sebastião Rocha.

Após a Ordem do Dia, com o maior prazer, a Mesa dará a palavra a V. Ex^a. Agora, seguindo o Regimento Interno, impreterivelmente, temos que dar seqüência à Ordem do Dia. Logo após, com o maior prazer, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 375, DE 1996

Senhor Presidente;

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e nos artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito sejam requeridas ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Senador José Eduardo Andrade Vieira, as informações em resposta às questões a seguir formuladas, devidamente organizadas por datas, municípios e estados:

1- Quais as áreas já desapropriadas e/ou adquiridas, destinadas à reforma agrária?

2- Dentre tais áreas já desapropriadas e/ou adquiridas para reforma agrária, em quais delas já se procedeu a assentamentos?

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. — Senador Lúdio Coelho.

(À Mesa para decisão.)

Senador LÚDIO COELHO —

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 376, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, que a realização da Sessão Especial destinada à comemoração do 170º ano de instalação do Senado Federal, já aprovada para o dia 6 de maio próximo, seja transferida para o próximo dia 7, às dez horas.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. Senador Lúcio Alcântara,
Presidente Jefferson Péres, Relator Joel de Hollanda Ney Suassuna Ernandes Amorin Júlio Campos Carlos Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso I, "b", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Presidência recebeu a Mensagem nº 156, de 1996 (nº 344/96, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 53, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a União, mediante a edição de uma resolução específica, a empreender a reestruturação dos bônus da dívida externa, contemplando a troca de papéis, a emissão de novos títulos para substituição dos antigos, com vistas a alongamento de prazos ou redução de encargos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO N° 377, DE 1996

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada à Presidência da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S/A), através do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, a seguinte documentação:

1 - Laudo das análises técnicas do impacto da adição do MTBE (Metiltercibutiléter) à gasolina sobre os níveis de poluição atmosférica.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. Senador Gilberto Miranda.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 378, DE 1996

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Presidência da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S/A), através do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, as seguintes informações:

1 - Por que, nas usinas e destilarias da Região de Ribeirão Preto (SP), encontram-se estocados mais de 15 milhões de litros de álcool anidro e outros 5 milhões de litros já produzidos em virtude da antecipação da safra atual, enquanto a Petrobrás atribui a presente crise no abastecimento de gasolina em diversas cidades paulistas à “falta de álcool anidro”?

2 - Por que, na maioria das unidades produtoras daquela região, a Petrobrás já faturou a compra do álcool anidro, mas não pagou pelo produto, nem foi retirá-lo das usinas?

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. Senador Gilberto Miranda.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 379, DE 1996

REQUEIRO, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária, através do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária as seguintes informações:

1 - Quem são e onde estão lotados os funcionários do Incra acusados de pertencer a esquema que permite a supervvalorização de terras desapropriadas para fins de reforma agrária, segundo documentação que instrui inquéritos em andamento no próprio Instituto ou já encaminhados à Procuradoria-Geral da República?

2 - Quem são os proprietários de terras já identificados como beneficiários dessas indenizações fraudulentas e quais foram as propriedades rurais objeto das mesmas?

3 - Quanto custaram aos cofres públicos essas indenizações fraudulentas, até agora?

4 - Quantos, quais são e onde atuam as quadrilhas responsáveis por grilagem de terras e/ou roubo de madeira, que atuam em áreas designadas pelo Incra para projeto de assentamento fundiário?

5 - Quantos e quais incidentes provocados por essas quadrilhas o Incra registrou no período 1995/1996?

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. Senador Gilberto Miranda.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 380, DE 1996

REQUEIRO, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), através do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária os seguintes documentos de informação:

1 - Relatório atualizado dos resultados dos projetos de assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem-terra, com referência à programação e aos cronogramas de desapropriações estabelecidas para os anos de 1995 e 1996;

2 - Quantas dessas famílias já foram assentadas no período acima e quantas ainda aguardam assentamento, em cada região do País?

3 - Quantos acampamentos de trabalhadores sem-terra existem atualmente no País, e como se distribuem pelas cinco regiões?

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. Senador Gilberto Miranda.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 381, DE 1996

REQUEIRO, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada, ao Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social a seguinte documentação:

1 - Relação de todos os aposentados e pensionistas que percebem do INSS benefícios mensais superiores a 100 (cem) salários mínimos, com indicação dos valores dos referidos benefícios.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. Senador Gilberto Miranda.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 382, DE 1996

REQUEIRO, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Caixa Econômica Federal, através do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

1 - Qual o número total de casos de indivíduos que se beneficiaram simultaneamente de dois ou mais financiamentos do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH)?

2 - Qual o valor total (atualizado) dos financiamentos concedidos nessas condições irregulares?

3 - Qual o percentual de beneficiários desses financiamentos que se acham inadimplentes e qual o valor total desses débitos?

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996. Senador Gilberto Miranda.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa, para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 1996

Dispõe sobre a produção, a utilização e a comercialização no território brasileiro de substâncias químicas do grupo dos clorofluorocarbonos (CFC).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A produção, comercialização e utilização de compostos químicos do grupo dos clorofluorocarbonos (CFC) no território nacional deverá ser mantida nos seus atuais níveis por um ano, a partir da data da publicação desta Lei, sofrendo, em seguida, reduções sucessivas de 25% ao ano, até a sua total cessação.

Parágrafo único. Excluem-se desta Lei os medicamentos que utilizam o CFC.

Art. 2º As empresas que produzem, comercializam ou utilizam esses compostos deverão ser cadastradas e fiscalizadas pelo órgão federal de controle ambiental.

Art. 3º Os infratores desta Lei sofrerão pena de multa de 10.000 Unidades Fiscais de Referência, aplicada pelo órgão federal de controle ambiental.

Art. 4º Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Os compostos do grupo dos clorofluorocarbonos (CFC) tiveram a sua utilização industrial iniciada em 1928, pela General Motors, na produção de compressores para geladeiras. Os derivados mais importantes são o triclorofluorometano e o diclorofluorometano, os quais detêm a característica química de, sob os efeitos dos raios ultravioletas, liberar átomos de cloro que, por sua vez, reagem com a molécula de ozônio (O₃), destruindo-a. Cada átomo de cloro tem a capacidade de destruir 100.000

moléculas de ozônio. Essa reação química, a nível ambiental, começou a ser percebida em 1971, quando se notou a ocorrência de uma redução da camada de ozônio na estratosfera. Houve uma redução de 3% da mesma nos últimos 15 anos. O estudo de possíveis causas conduziu à conclusão de que a utilização maciça dos compostos derivados do CFC estaria no cerne da questão.

A camada de ozônio, em realidade, atua como um indispensável filtro das radiações ultravioletas emitidas pelo sol, sendo, portanto, condição *sine qua non* para a preservação da vida no planeta. Sua redução acarretará sensível redução nos processos de fotossíntese, com queda na produção de alimentos e plâncton oceânico, com efeitos diretos sobre a vida animal na Terra. Além disso, os efeitos de elevação da exposição dos animais aos raios ultravioletas, resultará numa maior incidência de cânceres de pele e lesões oculares. Em verdade, para cada 1% de redução da camada de ozônio, ocorrerá uma elevação de 4-6% na incidência de câncer dermatológico.

Assim, segundo a Associação Brasileira de Aerossóis, os compostos de CFC têm a sua utilização assim distribuída: 70% em equipamentos de refrigeração (geladeiras e ar-condicionados), 17% em solventes químicos e 8% em aerossóis. Especialmente preocupante é o fato de que os compostos derivados do CFC têm uma vida média de 120 anos. A produção brasileira, de 9.000 quilos, é, no entanto, ínfissória em relação aos 700.000 quilos produzidos pelo mundo desenvolvido, em especial os Estados Unidos e países da antiga União Soviética. Logo, fica claro que medidas de contenção isoladas por parte do Brasil vão ter impacto mínimo sobre aspecto tão global.

O mundo tem, no entanto, se conscientizado da gravidade do assunto e da premência em assumir medidas rápidas e eficazes. O *Food and Drug Administration* americano proibiu, em 15 de outubro de 1979, a utilização de compostos derivados do CFC em aerossóis. Exetuaram-se aqueles medicamentosos, por sua quantidade desprezível. Nos últimos anos, diversas conferências mundiais, especialmente as de iniciativa das Nações Unidas, têm sido organizadas, como a Conferência de Viena (março de 1985), dos "Trace Gases", realizada em Nairobi, no Quênia (novembro, 1985) ou a Conferência de Montreal (setembro de 1987). Essa última conferência resultou no chamado Protocolo de Montreal, cuja proposição de redução gradual do uso dos derivados do CFC foi referendada por 54 países, entre eles o Brasil. Além daquelas conferências, são ainda importantes, nesse sentido, o chamado Relatório Burntland (1987) e a Conferência do Rio de Janeiro, de 1991.

Esta Lei, portanto, objetiva a inserção do Brasil no esforço mundial de preservação desse patrimônio da Terra que é a camada de ozônio. Por outro lado, é significativo o segmento econômico envolvido com a utilização desses compostos. Não é possível a simples proibição de utilização industrial do CFC sem a contrapartida de um gigantesco ônus social. É necessário proceder-se à sua retirada de forma escalonada, estabelecendo-se prazos para a substituição tecnológica e de processos industriais, à guisa do que tem sido levado a cabo nos países desenvolvidos e do que foi proposto pelo próprio Protocolo de Montreal.

Os medicamentos foram excluídos desta Lei pelo fato de que o volume dos aerossóis que utilizam o CFC é, realmente, irrisório dentro do contexto global. Além disso, existem alguns componentes derivados de

compostos de fluorocarbono que são a base do chamado “sangue artificial”, ou seja, um substituto do sangue, bom transportador de oxigênio e gás carbônico.

A fiscalização das empresas e a penalização dos infratores ficará a cargo do órgão federal controlador do meio ambiente. Os aspectos particularizados desse processo serão regulamentados pelo Poder Executivo. Finalmente, a eficácia da Lei será apoiada no nível das multas aplicadas.

Assim, a presente Lei apresenta-se como instrumento normativo necessário e suficiente para a resolução de tão grave problema no Brasil.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1996 _ Senadora **Emilia Fernandes**.

(À Comissão de Assuntos Sociais _ decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 74 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

REQUERIMENTO Nº 236, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 236, de 1996, do Senador Gilvam Borges, solicitando, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governo da República da Bolívia voto de louvor à *Universidad del Valle - Univalle*, do sistema nacional de educação daquele País, por haver concedido o título de *Doutor Honoris Causa* ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, tendo

Parecer favorável, sob nº 200, de 1996, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em meu nome pessoal e respondendo, eventualmente, pela Liderança do PMDB, venho manifestar os meus aplausos à iniciativa do Senador Gilvam Borges nesse reconhecimento ao Senador José Sarney, pela sua história como homem ligado à literatura e à cultura nacional, não apenas como integrante da Academia Brasileira de Letras, mas pelas próprias obras que escreveu. O reconhecimento do seu valor literário por uma universidade da Bolívia é motivo, efetivamente, de orgulho para esta Casa e para nós, brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 1995 - COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 123 e 149, de 1995 - Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995 - Complementar (nº 123/89 - Complementar, na Casa de origem), que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, tendo

Parecer, sob nº 904, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que oferece, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 123 e 149, de 1995 - Complementares.

(Em virtude de adiamento)

A matéria constou da Ordem do Dia do dia 26 de março último, quando teve sua discussão adiada para hoje.

Passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e do substitutivo em turno único.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Com a palavra o Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a matéria, objeto de discussão, há muito reclamava uma votação ou uma medida legislativa, seja através de iniciativa do próprio Poder Executivo, seja da Câmara ou do Senado. Em verdade, tramitaram algumas proposições assemelhadas nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, sendo que algumas até chegaram a ser renovadas. Finalmente, estamos apreciando o substitutivo que o Senador Lúcio Alcântara oferece às três proposições assemelhadas. Uma, inicialmente, de autoria do então Senador Fernando Henrique Cardoso, renovada, em seus termos, pelo Senador Teotonio Vilela Filho; a outra do eminentíssimo Senador Edison Lobão e a terceira originária da Câmara dos Deputados.

A elaboração legislativa requeria, em verdade, que, com base no que dispõe o art. 59 da Constituição, pudéssemos oferecer os requisitos mínimos para a sua tramitação e elaboração. O substitutivo Lúcio Alcântara parece-me que enfeixa, com absoluta felicidade, este instante jurídico nacional, porque S. Exª soube, com precisão e juridicidade, aproveitar o que melhor existia das três proposições

anteriores e condensar em uma só, disciplinando e até enfeitando o perfil da elaboração jurídico-constitucional, inclusive das medidas provisórias.

Por isso, estamos optando, sem nenhum demérito para as proposições anteriormente apresentadas, especialmente as dos Senadores Edison Lobão e Teotonio Vilela, pelo substitutivo Lúcio Alcântara, por entendermos que representa a condensação das intenções manifestadas anteriormente, com o meu louvor ao belo trabalho desenvolvido pelo Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Continua em discussão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs Senadores, quando esta matéria esteve em pauta, no mês passado, apresentei um requerimento de adiamento de votação, por entender que estamos procedendo uma certa inversão de valores em relação às prioridades que o Congresso Nacional deveria ter.

O Projeto de Lei da Câmara nº 41 assim como os dois projetos de lei do Senado e também o substitutivo do Senador Lúcio Alcântara tratam de aspectos formais do processo legislativo, enquanto um outro projeto, esse sim, procura regular matéria essencial para a preservação da competência legislativa do Congresso Nacional, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991, de autoria do então Deputado Nelson Jobim, que diz respeito a medidas provisórias, e que tem tido a sua votação sucessivamente postergada nesta Casa. Por isso, apresentamos, naquela ocasião, um requerimento de adiamento por entender que deveríamos votar primeiro aquele projeto.

Mas como o requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy para inclusão do PLC nº13/91 já está na pauta do próximo dia 07, não vamos mais solicitar adiamento desta matéria, vamos encaminhar favoravelmente à aprovação deste projeto, nos reservando o direito de, no turno suplementar, apresentar emendas.

Portanto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente a esse projeto e se reserva o direito de apresentar emendas por ocasião da votação da matéria em turno suplementar, já que houve um substitutivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Continua em discussão a matéria.
(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto do art. 288, III, a, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ainda não registraram a sua presença que o façam neste momento, pois vamos liberar o computador para votação.

A Mesa convoca todos os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário para votação que será feita pelo processo eletrônico.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE) - Sr. Presidente, o que vai ser submetido a voto é o substitutivo do Senador Lúcio Alcântara?

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Sim, pois tem preferência regimental.

A Presidência solicita a todos os Srs. Senadores que ocupem os seus lugares, para que possamos dar início à votação pelo sistema eletrônico.

Se alguns dos Srs. Líderes quiser orientar suas bancadas poderá fazê-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE) - Sr. Presidente, o PT encaminha o voto "sim".

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPB-MA) - Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB) - Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto "sim".

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) - Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães
Antônio Carlos Valadares
Ademir Andrade
Artur da Távola
Bello Parga
Benedita da Silva
Beni Veras
Bernardo Cabral
Carlos Bezerra
Casildo Maldaner
Coutinho Jorge
Eduardo Suplicy
Elcio Alvares
Emilia Fernandes

Epitacio Cafeteira
Ernandes Amorim
Esperidião Amin
Flaviano Melo
Francelino Pereira
Freitas Neto
Geraldo Melo
Gerson Camata
Humberto Lucena
Iris Rezende
Jefferson Peres
João França
João Rocha
Joel de Hollanda

Jonas Pinheiro
Josaphat Marinho
Jose Agripino
Jose Alves
Jose Bianco
José Bonifácio
Jose Eduardo Dutra
Jose Fogaça
Jose Ignacio Ferreira
Jose Roberto Arruda
Júlio Campos
Lauro Campos
Lucídio Portella
Lúcio Alcantara
Lúdio Coelho
Luiz Alberto de Oliveira
Marluce Pinto
Mauro Miranda

Nabor Júnior
Ney Suassuna
Onofre Quinan
Osmar Dias
Pedro Piva
Pedro Simon
Ramez Tebet
Roberto Requião
Romeu Tuma
Ronaldo Cunha Lima
Sebastião Rocha
Sérgio Machado
Teotonio Vilela Filho
Totó Cavalcante
Valmir Campelo
Vilson Kleinübing
Waldeck Ornelas

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Votaram "SIM" 63 Srs. Senadores.

Não houve abstenções.

Total: 63 votos.

Aprovado o substitutivo.

Fica prejudicado o projeto e igualmente prejudicados os Projetos de Lei do Senado nºs 123 e 149/95 - complementares, constantes dos Itens 3 e 4, que com ele tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido, para o turno suplementar.

É o seguinte o Substitutivo aprovado

EMENDA Nº 1-CCJ
(Substitutivo)

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 41, DE 1995-COMPLEMENTAR

Dispõe sobre a elaboração, a redução, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o art. 59, parágrafo único, da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei complementar.

Parágrafo único. As disposições desta Lei complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.

Art. 2º As leis de conteúdo normativo e de caráter geral serão numeradas em série específica, do tipo seqüencial, antecedidas da letra maiúscula N.

§ 1º As leis de efeitos concretos, bem assim as de interesse restrito, de vigência temporária, serão numeradas em série própria, seguidamente, antecedidas da letra maiúscula R.

§ 2º Na numeração das leis serão observados, ainda, os seguintes critérios:

I – as emendas à Constituição Federal terão sua numeração iniciada a partir da promulgação da Constituição;

II – as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração seqüencial em continuidade às séries iniciadas em 1946.

CAPÍTULO II

Das Técnicas de Elaboração, Redação e Alteração das Leis

SEÇÃO I

Da Estruturação das Leis

Art. 3º A lei será estruturada em três partes básicas:

I – parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II – parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada.

III – parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, as disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

Art. 4º A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realçem e explicitarão, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Art. 6º O perâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possa permitir o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Art. 9º Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas, vedada a utilização da fórmula genérica "Revogam-se as disposições em contrário".

SEÇÃO II

Da Articulação e da Redação das Leis

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I – a unidade básica de articulação será o artigo, indicado através da abreviatura "Art.", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II – os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III – os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único", por extenso;

IV – os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;

V – o agrupamento de artigos poderá constituir Subseções; o de Subseções, a Seção; o de Seção, o Capítulo; o de Capítulos, o Título; o de Títulos, o Livro e o de Livros, a Parte;

VI – os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou se subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;

VII – as Subseções e Seções serão identificadas em algarismos romanos, grafadas em letra minúscula e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce;

VIII – a composição prevista no inciso V poderá também compreender agrupamentos em Disposições Preliminares, Gerais, Finais ou Transitórias, conforme necessário.

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I – para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legalizando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismos, neologismos e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

c) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II – para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinônima com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências feitas, no texto, a números e percentuais;

III – para a obtenção de ordem lógica:

a) reunir sob as categorias de agregação – subseção, seção, capítulo, título e livro – apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;

b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a único assunto ou princípio;

c) expressar os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida através dos parágrafos;

d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens.

SEÇÃO III Da Alteração das Leis

Art. 12. A alteração da lei será feita:

I – mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II – na hipótese de revogação, mediante indicação expressa do dispositivo revogado;

III – nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

a) não poderá ser modificada a numeração dos dispositivos alterados;

b) no acréscimo de dispositivos novos entre preceitos legais em vigor, é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração, devendo ser utilizado o mesmo número do dispositivo imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos;

c) é vedado o aproveitamento do número do dispositivo revogado, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão "revogado";

d) o dispositivo que sofrer modificação de redação deverá ser identificado, ao seu final, com as letras NR maiúsculas, entre parêntesis.

CAPÍTULO III Da Consolidação das Leis e Outros Atos Normativos

SEÇÃO I Da Consolidação das Leis Federais Brasileiras

Art. 13. As leis federais serão reunidas em codificações e em coletâneas integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo, juntamente com a Constituição Federal, a Consolidação das Leis Federais Brasileiras.

Art. 14. Ressalvada a legislação codificada e já consolidada, todas as leis e decretos-leis de conteúdo normativo e de alcance geral em vigor serão reunidos em coletâneas organizadas na forma do artigo anterior, observados os prazos e procedimentos a seguir:

I – os órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e os Ministérios, no prazo de cento e oitenta dias, contados da vigência desta Lei complementar, procederão ao exame, triagem e seleção das leis complementares, delegadas, ordinárias e decretos-leis relacionados com as respectivas áreas de competência, agrupando e consolidando os textos que tratem da mesma matéria ou de assuntos vinculados por afinidade, pertinência ou conexão, com indicação precisa dos diplomas legais ou preceitos expressa ou implicitamente revogados;

II – no prazo de noventa dias, contados da vigência desta Lei complementar, as entidades da administração indireta adotarão, quanto aos diplomas legais relacionados com a sua competência, as mes-

mas providências determinadas no inciso anterior, remetendo os respectivos textos ao Ministério a que estão vinculadas, que os revisará e remeterá, juntamente com os seus, à Presidência da República, para encaminhamento ao Congresso Nacional nos sessenta dias subseqüentes ao encerramento do prazo do inciso I;

III - a Mesa do Congresso Nacional adotará todas as medidas necessárias para, no prazo máximo de cento e oitenta dias a contar do recebimento dos textos de que tratam os incisos I e II, ser efetuada a primeira publicação da *Consolidação das Leis Federais Brasileiras*.

Art. 15. Na primeira sessão legislativa de cada legislatura, a Mesa do Congresso Nacional promoverá a atualização da *Consolidação das Leis Federais Brasileiras*, incorporando às coletâneas que a integram as emendas constitucionais, leis, decretos legislativos e resoluções promulgados durante a legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

SEÇÃO II

Da Consolidação de Outros Atos Normativos

Art. 16. Os órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e os Ministérios, assim como as entidades da administração indireta, adotarão, em prazo estabelecido em decreto, as provisões necessárias para, observado, no que cou-

ber, o procedimento do art. 14, ser efetuada a triagem, o exame e a consolidação dos decretos de conteúdo normativo e geral e demais atos normativos inferiores em vigor, vinculados às suas respectivas áreas de competência, remetendo os textos consolidados à Presidência da República, que os examinará e reunirá em coletâneas, para posterior publicação.

Art. 17. O Poder Executivo, até cento e oitenta dias do início do primeiro ano do mandato presidencial, promoverá a atualização das coletâneas a que se refere o artigo anterior, incorporando aos textos que as integram os decretos e atos de conteúdo normativo e geral editados no último quadriênio.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 18. As Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional negarão tramitação às proposições elaboradas em desacordo com a presente Lei complementar.

Parágrafo único. As Mesas mencionadas no caput velarão pela estrita conformidade da redação final das matérias aprovadas aos preceitos desta lei complementar.

Art. 19. Eventual inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.

Art. 20. Esta lei complementar entra em vigor no prazo de noventa dias, a partir da data de sua publicação."

- Sr. Presidente, o meu voto não foi computado. Peço a V. Ex^a que registre meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Senador Carlos Wilson, o voto "sim" de V. Ex^a será registrado.

A SR^a JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - O seu voto será registrado, Senadora Júnia Marise.

São os seguintes os itens cujos projetos foram prejudicados, em virtude da aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995 - Complementar, que tramita em conjunto.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 123, DE 1995 - COMPLEMENTAR
(Tratitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995 - Complementar e o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1995 - Complementar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 1995 - Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que regulamenta o parágrafo

único do art. 59 da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais de elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, tendo

Parecer, sob nº 904, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, pela prejudicialidade do Projeto, e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995 - Complementar, nos termos de substitutivo que oferece.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 1995 - COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com o Projeto Lei da Câmara nº 41, de 1995 - Complementar e Projeto de Lei do Senado nº 123, de 1995 - Complementar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1995 - Complementar, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que dispõe sobre a elaboração e consolidação das leis, regulando o art. 59, parágrafo único, da Constituição Federal, tendo

Parecer, sob nº 904, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, pela prejudicialidade do Projeto e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1995 - Complementar, nos termos de substitutivo que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Item 5:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1995

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 1996, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363, do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três dias úteis, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Transcorre, hoje, o segundo dia de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão. ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 374, de 1966, de urgência, lido no expediente, para o Requerimento nº 354/96.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa do dia 25 de abril, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dais) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Senadora Marina Silva não pôde votar hoje, mas por um motivo que acredito deva merecer o registro no Senado Federal.

Recebeu ontem, em São Francisco, Costa Oeste dos Estados Unidos, um dos mais importantes prêmios ambientais do mundo, o da **Goldman Environmental Foundation**.

Um júri de especialistas de 30 países escolhe a cada ano os vencedores do prêmio. É escolhido um representante de cada continente do mundo.

Marina Silva foi escolhida pelo seu trabalho de organização pacífica de seringueiros, contra o desmatamento na Amazônia. O trabalho foi feito em colaboração com Chico Mendes, assassinado em 30 de dezembro de 1.988.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Senador Eduardo Suplicy, a Mesa lamenta interromper V. Ex^a, mas estamos em processo de votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas é só para registrar que ela não pôde votar por estar recebendo este prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa registrará.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 376/96, lido no expediente, de autoria do Senador Lúcio Alcântara e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial.

Em votação o requerimento, de autoria do Senador Lúcio Alcântara.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, solicitei a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - V. Ex^a está inscrito, como Líder, em terceiro lugar, Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Muito obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Sr. Presidente, pela ordem de inscrição, sou o nº 1 da lista normal de oradores da Casa, e o tenho sido há dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Senador Júlio Campos, a Liderança pode usar da palavra em qualquer parte da sessão.

O SR. JÚLIO CAMPOS - V. Ex^a, então, anuncia que o Senador José Eduardo Dutra falará como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - O Senador José Eduardo Dutra falará como Líder.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Abro mão; sim, porque, se fosse pela Hora do Expediente, estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Em seguida, falarão também pela Liderança os Senadores Coutinho Jorge e Sebastião Rocha.

Lamentavelmente, Senador Júlio Campos, V. Ex^a e eu cumprimos, aqui, apenas o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, como Líder.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE). Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de repente, tive a impressão, no final da Hora do Expediente, que o acontecimento mais importante do Brasil, na última semana, não foi ou deixou de ser a chacina ocorrida no Pará, e sim a manifestação pacífica e democrática de oposição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorrida na Bahia.

Digo pacífica e democrática, porque entendo que a democracia não foi feita apenas para se dizer "sim" ao Presidente da República, mas também para se dizer "não".

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à Tribuna hoje para, naturalmente sob a minha ótica - já que cada um de nós temos as nossas verdades -, procurando ser o mais imparcial possível, fazer um relato do que vi em Curionópolis e em Eldorado dos Carajás.

Inicialmente, quero registrar que, em agosto do ano passado, quando aconteceu o episódio de Corumbiara, tivemos uma audiência com o Presidente em exercício, Marco Maciel, ocasião em que entregamos a S. Ex^a um memorial, assinado por diversas entidades, Partidos políticos, lideranças da sociedade, no qual mencionavam que os episódios de Corumbiara teriam que ser o limite que a sociedade brasileira poderia suportar com relação à violência no campo, à truculência da Polícia.

O Sr. Ademir Andrade - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ademir Andrade - Trata-se de uma comunicação breve, relacionada com os fatos que V. Ex^a coloca. Quero aproveitar o seu raciocínio, porque temos uma reunião da Executiva Nacional do nosso Partido, neste instante, para a qual convido, inclusive, os Srs. Senadores. Amanhã, virei a esta Tribuna para falar da iminência de um novo conflito que pode haver, que é o conflito entre os garimpeiros e a Polícia, no Estado do Pará. Vou trazer a essa tribuna, amanhã, as razões da luta daqueles garimpeiros contra a Vale do Rio Doce; trarei dados,

documentos, histórico sobre o assunto. V. Ex^a, o Senador Coutinho Jorge, eu e outros alertamos o Governador Almir Gabriel para o que poderia ocorrer lá. Esses garimpeiros já fecharam a entrada de Serra Pelada. É preciso que eles sejam chamados para uma negociação. Os que têm envolvimento com a questão e conhecem o assunto devem dela participar, para que possamos resolver essa questão de maneira pacífica, de maneira tranquila, como é do nosso desejo, para que depois não se atribua a nós o desejo de ver, como se diz na gíria, o circo pegar fogo. Agradeço a oportunidade de poder fazer este registro. Quero dizer ainda que a comissão vai apresentar o relatório, mas nós estivemos juntos nessa viagem e com certeza o que V. Ex^a irá relatar será a mais pura verdade de tudo que aconteceu lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, cheguei em Carajás, na quinta-feira, à noite. Não fui com a comissão de Senadores que desceu em Marabá. Nessa mesma quinta-feira, à noite, tivemos o cuidado de ouvir o depoimento de alguns trabalhadores que presenciaram aquele acontecimento, tanto de lideranças do Movimento dos Sem-Terra, quanto de trabalhadores que não eram lideranças. No dia seguinte, ouvimos o depoimento da jornalista da Rede Gobo, de nome Marisa, se não me engano, e do cinegrafista do SBT que fez as imagens daquela chacina. A primeira coisa que notamos foi a absoluta coincidência entre o depoimento daqueles profissionais e o dos trabalhadores sem terra. Poder-se-ia dizer que estes poderiam dar uma versão favorável a si próprios. No entanto, os depoimentos prestados pelos dois jornalistas conferem praticamente em 100% com o que foi dito pelos trabalhadores sem terra.

Diante disso, algumas conclusões poderemos tirar. Na minha opinião, contrariamente ao que se procura difundir, esse não foi um episódio de mera truculência da Polícia Militar, um episódio fortuito que significasse uma falta de preparo da Corporação que reagiu a um ataque com paus e pedras dos componentes do Movimento dos Sem-Terra. Para mim, foi um ato premeditado, uma cilada armada. Alguns dados reforçam meu pensamento. Primeiro, a forma como foi desenvolvida a estratégia da Polícia. Ora, não sou estrategista militar, mas o bom-senso diz que em uma ação cujo objetivo é desobstruir, esvaziar uma via pública ou qualquer espaço que esteja sendo ocupado, o elementar é que haja espaço para as pessoas saírem, para as pessoas desobstruírem, para as pessoas desocuparem aquilo que está sendo ocupado. Todavia, a estratégia desenvolvida pela Polícia se choca frontalmente com essa lógica. Havia dois ônibus com um batalhão de policiais, um, seguiu por um lado da estrada; o outro, pelo lado oposto. E o que aconteceu foi um sanduíche macabro com os sem-terra servindo de recheio.

O segundo aspecto que aponta para essa premeditação é o fato de os policiais comparecerem a esta ação sem a tarja que os identifica, a tarja com o nome de cada policial, que todos usam em ações públicas - segundo o Presidente, Senador Ney Suassuna, chama-se biriba. Os policiais foram para esta ação sem nada que os identificassem, numa demonstração de que tinham licença para matar.

O terceiro indício ou terceira prova, de acordo com o depoimento da jornalista - ouvido por todos os Parlamentares que estiveram lá presentes -, é que na véspera, o Major Oliveira, Comandante do Destacamento de Parauapebas, disse-lhe: "você não aparece aqui, amanhã, porque não tem condições de lhe dar

garantia de vida. Amanhã, - segundo ela - a coisa aqui vai feder." Esses elementos, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a meu ver, apontam para uma situação que não dá para classificar apenas de truculência ou de despreparo da polícia.

Um outro aspecto que eu gostaria de ressaltar, com uma certa angústia - embora eu não conhecesse pessoalmente o Governador Almir Gabriel, sei da sua história de luta pela democracia, de defensor dos direitos humanos -, é que os elementos que nos chegaram dos diversos depoimentos demonstram que o Governador poderia ter evitado essa tragédia.

Às vésperas do acontecido, às 18 horas, houve um processo de negociação entre as lideranças dos sem-terra e o Major Oliveira. Naquele momento, então, a estrada estava obstruída. O que tem que ficar registrado é que a situação de ocupação de uma estrada é diferente da de ocupação de uma terra. Quando a terra está ocupada, os trabalhadores resistem para não desocupá-la. O objetivo dos trabalhadores, neste caso, não era ocupar a estrada, mas sim conseguirem um instrumento para viabilizar sua chegada a Marabá e Belém.

Às 18 horas da terça-feira, véspera do acontecido, os sem-terra propuseram ao Major Oliveira uma pauta de reivindicações que incluía cinqüenta ônibus, para que os trabalhadores fossem até Marabá, outros cinco a fim de que chegassem a Belém para conversar com o Governador sobre a questão da desapropriação da Fazenda Macaxeira e mais algumas toneladas de alimento.

Numa demonstração de boa vontade, de que estavam acreditando no processo de negociação, os trabalhadores desobstruíram a estrada na terça-feira, às 18 horas. Disseram que dariam um prazo até o meio-dia seguinte, para que o governo respondesse àquelas reivindicações.

Confesso que, quando ouvi as informações, conhecendo o passado do Governador Almir Gabriel, pensei que tivesse havido um problema de comunicação entre o comandante da ação e o Governador. Sinceramente, imaginei que o Governador não tivesse tomado conhecimento dessas reivindicações dos sem-terra.

No entanto, por ocasião da audiência que tivemos com o Governador na sexta-feira à tarde, fiz questão de perguntar se havia sido informado dessas reivindicações dos trabalhadores, e S. Ex^a respondeu que sim.

Portanto, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, se o Governo do Estado tivesse tomado a posição de negociar naquele momento e não mandar a Polícia desobstruir a estrada, poderia ter sido evitada aquela tragédia.

Talvez 50 caminhões e 10 toneladas de alimentos fosse muito. Ora, tratava-se de um processo de negociação. Se o Governador tivesse feito uma proposta de 5, 10, 15 ou 20 caminhões, com certeza os trabalhadores teriam discutido e negociado, porque o seu objetivo - volto a dizer - não era ficar acampado naquela estrada, mas chegar a Marabá e a Belém.

Dessa forma, uma negociação que possibilitasse a concretização do objetivo principal, que era chegar a Marabá, faria com que os sem-terra desobstruíssem a rodovia.

O Governador Almir Gabriel também nos disse que a ordem dada ao coronel era no sentido de que ele deveria executar a ação, levando representantes

do Ministério Público, a imprensa e, se possível, um juiz da região; não deveria realizá-la sem a presença dessas pessoas.

Ora, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, será que alguém, em sã consciência, principalmente um Governador de Estado, imaginaria que os representantes do Ministério Público, a imprensa e o juiz estariam lá presentes se não fossem convocados pelo próprio Governo do Estado? Será que qualquer pessoa, em sã consciência, imaginaria que um coronel da Polícia teria a iniciativa de convocar a imprensa e o Ministério Público para serem testemunhas de uma ação de desobstrução? Qualquer pessoa de bom-senso sabe que isso não acontece. Se o Governo tinha a intenção de fazer a ação com a presença dessas pessoas, a iniciativa de viabilizar a presença delas teria de ser do Governo do Estado.

A verdade - e os elementos apontam para isso - é que o Governo não quis negociar com os sem-terra. Talvez por entender que dariam muito trabalho, que causaria muito transtorno cinco ônibus de sem-terra em Belém e em Marabá, fazendo barulho, brigando pela desapropriação da Fazenda Macaxeira. Sr. Presidente, o Governo do Estado poderia ter evitado essa chacina.

Vejo agora as manifestações de sempre. O Presidente da República chegou até a cometer um ato falho ao dizer que "desta vez não pode ficar impune", reconhecendo que diversas outras questões ficaram impunes. As autoridades lamentam, se indignam, mas não vemos ações políticas mais efetivas para por fim a episódios como esse. Não existe vontade política do Governo Federal para fazer a reforma agrária neste País. Agora, dizem que vai se agilizar o processo. Neste Congresso, está em tramitação o projeto do rito sumário, um projeto para que os juízes, antes da liminar de reintegração, ouçam o Ministério Público. Sabemos que o Congresso aprova tudo o que o Governo quer. Se esses dois projetos fossem do interesse do Governo, já estariam aprovados. Digo mais: a Constituição prevê o instituto da medida provisória em caso de relevância e urgência. Será que não estamos diante de um caso desses? O que neste País é mais relevante e urgente que a reforma agrária? O Governo faz medida provisória para salvar banco, mas não se dispõe a fazer medida provisória para...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) (Fazendo soar a campainha.) - Nobre Senador, faltam três minutos para o término do tempo de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O Governo não se dispõe a fazer medida provisória incorporando esses projetos de lei, a respeito dos quais diz que é a favor, porque sabe que a tramitação vai demorar muito. Até porque, principalmente na Câmara dos Deputados, existe uma Bancada unida, coesa, combativa - na minha opinião, no mau sentido -, que procura evitar projetos dessa natureza, principalmente o do rito sumário. E o Governo, se tivesse efetivamente vontade política de fazer a reforma agrária, faria por meio de medida provisória.

O Sr. Pedro Simon - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon - É muito importante o pronunciamento de V. Ex^a. Estou vendo esta sessão esvaziar-se, o que não é bom, depois do que aconteceu. Quero dizer que respeito a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso de

se reunir com os Presidentes do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal. É fundamental que se encontre uma solução depois do que acontece no

Pará, para dizer-se que se está encaminhando em definitivo a reforma agrária neste País. A imprensa ontem publicou uma sugestão minha, no mesmo sentido do que V. Ex^a está falando agora. Eu achava que ontem, na reunião do Presidente da República com os Presidentes do Senado, da Câmara e do Supremo, devia ter saído uma medida provisória para terminar com o prazo da medida liminar. Para esses projetos que tramitam no Congresso Nacional - e que sabemos não serão aprovados - o Governo deveria baixar medida provisória, no sentido de acelerar a tramitação do projeto de desapropriação de terras. Por que não? Eu invocava o mesmo argumento de V. Ex^a. Se o Governo baixou uma medida provisória para resolver o problema dos bancos por considerá-la necessária, liberando cerca de R\$10 bilhões, por que não baixar uma medida provisória para o rito sumário da reforma agrária? Creio, Sr. Líder, que o Governo deve fornecer respostas. Dizer que vai pedir tramitação mais rápida no Congresso Nacional não é resposta. Ele sabe que isso não acontecerá, pois grandes proprietários de terra estão aqui no Senado e na Câmara dos Deputados e não vão deixar votar. Se realmente o Presidente da República quiser iniciar um processo de reforma agrária, que baixe medida provisória como a do Proer, para agilizar o andamento do projeto. O Presidente cria o Ministério da Reforma Agrária ou coloca o Instituto diretamente ligado a Sua Excelência, ao Ministério ou a seu Gabinete. Eu dizia da grande medida daquele cidadão que ficou apenas 90 dias no Instituto de Reforma Agrária, mas mostrou competência. Foi ele que mandou o projeto da medida sumária e conseguiu, depois de 20 anos de discussão, que o Exército concordasse em dar parte de suas terras para a reforma agrária. Noticiava eu que fosse convidado o Ministro do Exército para, com base nesses acontecimentos, concordar com a reforma agrária e entregar o seu pedaço de terra. Penso que V. Ex^a e nós estamos certos. Lamento que esta sessão tenha sido esvaziada e que não possamos iniciar o debate. Lamento que o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, não esteja presidindo a sessão, informando-nos do que conversaram na reunião. Se S. Ex^a explicou para os Líderes, muito bem, mas nós, Senadores, também temos o direito de ouvir os esclarecimentos. Peço que o Senador José Sarney venha ainda hoje a esta sessão dizer o que discutiu com o Presidente da República e nos explicar o que é que podemos fazer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que permita apenas que eu conceda o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - O tempo de V. Ex^a encontra-se esgotado, estando ainda inscrito o Senador Coutinho Jorge para falar sobre a mesma matéria. Eu pediria a V. Ex^a que concluísse o seu importante discurso, porque existem outros oradores inscritos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, permita apenas um breve aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - V. Ex^a poderá fazê-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Agradeço a benevolência da Mesa, Sr. Presidente. Serei breve no meu aparte, Senador José Eduardo Dutra, mesmo porque o tempo de V. Ex^a está esgotado. Quero crer que a causa fundamental de acontecimentos tão tristes quanto esse que a crônica registrou no Estado do Pará tenha sua origem na política hoje desenvolvida pelo Governo Federal, que coloca o aspecto social num segundo plano e o equilíbrio da moeda como objetivo maior, sem levar em conta de que nada adianta inflação baixa, mas juros altos, desemprego avassa ador e abandono do campo. Trata-se de uma política desvinculada do social, que vem produzindo insatisfação não só no campo, como também em todas as cidades do Brasil. O Presidente da República não chegou ainda à metade do seu mandato e é vaiado publicamente por onde anda, numa prova evidente de que alguma coisa está acontecendo no seu Governo, que produz aquilo que o Governo considera provocação, quando, na realidade, trata-se de insatisfação. As mortes que aconteceram em Eldorado dos Carajás simbolizam essa política de abandono do campo. O fato de o campo produzir alimentos significa equilíbrio no interior, na zona rural, é sinal de desenvolvimento. Se as taxas de juros estivessem mais baixas, quem sabe o próprio Governo teria mais condições de investir no campo, destinando mais recursos para esse setor vital para a economia deste País. Mas a preocupação predominante com o equilíbrio da moeda e com a salvação de bancos é que tem levado a tragédias como essa que lamento, neste instante em que me solidarizo com V. Ex^a e com o bravo povo do Estado do Pará.

O SR. JOSÉ EDURARDO DUTRA - Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Incorporo com muito prazer o aparte de V. Ex^a e me somo ao repúdio do Senador Pedro Simon pelo esvaziamento da sessão, particularmente pela ausência dos Líderes do Partido do Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, para concluir, faço um breve comentário sobre essa questão do Ministério Extraordinário da Reforma Agrária. Na discussão, ontem, com os Líderes eu disse que, embora não fosse, a princípio, contra ou a favor - muito pelo contrário -, a minha preocupação era se a questão do Ministério Extraordinário para a Reforma Agrária não será uma mera panacéia para dar impressão de que algo foi feito. O principal é que a pessoa que assumir essa tarefa tenha poder e o seu perfil, por si só, signifique um sinal para a sociedade da vontade política do Presidente da República em fazer a reforma agrária.

Gostaríamos de registrar também que, no momento em que se muda a Constituição em uma série de questões, se deveria mudar também a Constituição no que se refere à reforma agrária. Ainda está na mente de toda a sociedade o embate histórico entre os então Senadores Mário Covas e Jarbas Passarinho. A posição mais progressista, defendida pelo Senador Mário Covas, foi derrotada.

O Sr. Pedro Simon - Defendida pelo Senador Mário Covas, com o apoio do Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOSÉ EDURARDO DUTRA - Exatamente. Acredito que, se o Presidente da República tem efetivamente intenção de modernizar o País, da mesma forma que mandou proposta de emenda à Constituição para acabar com o monopólio do gás canalizado, já poderia ter mandado projeto de emenda à

Constituição que introduzisse elementos facilitadores da reforma agrária. Aí, sim, estariamos caminhando para a modernização; caso contrário, teremos fábricas de Mercedes Benz exportando seus carros para a Europa, mas trabalhadores rurais sendo chacinados sempre, isso porque talvez sejam coitados que não sabem o que falam.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Odacir Soares, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr's. e Srs. Senadores, na última quarta-feira, dia 17 de abril, o Brasil foi abalado por um massacre no meu Estado, no Município de Eldorado dos Carajás, de repercussão internacional.

Na quinta-feira seguinte, fiz um pronunciamento, aliás o primeiro do Senado Federal sobre o assunto, lamentando que o fato tenha ocorrido no meu Estado, considerando que a situação conflitiva da luta pela terra no Brasil se alastrou pela maioria dos Estados brasileiros. Poderia ter ocorrido no Paraná, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Mas infelizmente ocorreu na região mais conflituosa do meu Estado, o sul do Pará, onde 19 trabalhadores sem terra foram mortos e dezenas foram feridos.

Naquela altura, lamentava a ironia do fato ocorrido no Pará. O Governador Almir Gabriel, que sempre foi um grande defensor dos direitos humanos no Pará, na Amazônia e neste Congresso Nacional, participando de forma importante durante a Constituinte, no que diz respeito aos direitos sociais dos brasileiros, sofria esse choque que ficará inesquecível na História do Brasil e particularmente do meu Estado.

Mas tinha a certeza naquela altura, sem consultá-lo, de que, pela sua visão, pela sua história, pelo seu comportamento em toda a sua vida, jamais o Governador Almir Gabriel poderia ser debitado como irresponsável pelos fatos ali ocorridos.

E na própria quinta-feira este Senado decidiu aprovar uma comissão que fosse acompanhar *in loco* todo aquele massacre, tudo aquilo que tinha ocorrido na região sul do meu Estado, designados cinco Senadores, além de mim, Senadores Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, Ademir Andrade e Sebastião Rocha.

Seguimos, na mesma tarde, para o sul do Pará. Chegamos já à noite, no avião da FAB, a Marabá. Conosco também seguiram nove Deputados federais

que formavam na Câmara Federal a comissão que ia, também em nome daquela Casa, averiguar os fatos a respeito daquela grande tragédia.

Levamos conosco dois procuradores da Procuradoria-Geral da República e o vice-presidente da Associação Nacional de Jornalistas; e, lá em Marabá, quando chegamos, incorporaram-se a nossa comitiva os quatro representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, além dos membros do Ministério Público do Pará.

Essa grande comitiva passou inicialmente à visita daqueles 19 mortos. No IML improvisado na cidade de Marabá, constataram-se realmente as seqüelas, os efeitos tão negativos daquele massacre, enquanto os legistas tentavam fazer a perícia de forma improvisada, o que foi corrigido apenas do dia seguinte com o envio de um especialista do Rio de Janeiro para a conclusão da referida perícia.

Na mesma noite, em Marabá, visitamos os feridos que estavam nos hospitais do Estado e particulares, conversando com cada um deles para nos informarmos do drama pelo qual todos passaram. Igualmente, visitamos dois militares feridos. Tanto os Deputados quanto os Senadores procuraram conversar, ouvir as versões de cada um a respeito daquele fatídico acontecimento. Já bem tarde nos reunimos, posteriormente às visitas, na Câmara Municipal de Marabá, onde montamos uma estratégia de trabalho, a partir daí, para o dia seguinte. Dessa reunião participaram várias lideranças do campo ligadas ao Movimento dos Sem-Terra. Montada a estratégia, no dia seguinte seguimos para a região do conflito, para o Município de Eldorado, onde estava o acampamento do Movimento dos Sem-Terra ao lado, à margem da estrada; lá se encontravam outros parlamentares, outras lideranças políticas do País. Pudemos, mais uma vez, conversar com os remanescentes que ali estavam, sentindo com intensidade a descrição de tudo aquilo que havia ocorrido, quando também recebemos informações da própria jornalista que acompanhou aqueles eventos tão nefastos; ela pôde descrever-nos com sua óptica, com sua visão, aqueles fatos tão tristes.

Igualmente procuramos compreender o mecanismo do massacre ocorrido, já descrito, na sua visão, pelo Senador que me antecedeu, nobre Senador Dutra, e que mostrou que de fato a polícia do Estado marchou em direção aos trabalhadores sem-terra de duas frentes diferentes, praticamente condicionando uma situação que só poderia levar ao conflito e às consequências nefastas.

Posteriormente, seguimos mais à frente. Fomos até Curionópolis. Nos hospitais desse município, outros trabalhadores do Movimento Sem-Terra recebiam assistência. Mais uma vez, nós Parlamentares procuramos conversar e ouvir com atenção as inquietações e tristezas daqueles companheiros.

Depois, dirigimo-nos a Paraopeba e a Carajás. Logo em seguida, tomamos novamente o avião da FAB e, quase à noite, seguimos para Belém, porque fazia parte da nossa estratégia, além de conhecer a problemática local, ouvir, dentro do possível, os atores que participaram daquele conflito, levando conosco os Procuradores da República, que, realmente, davam o enfoque técnico necessário ao processo.

Acompanhados de membros do Ministério Público, tivemos a oportunidade de nos reunir com o Governador Almir Gabriel ao final do encontro.

Todos nós nos dirigimos a Belém. Chegando a noite, o Governador nos esperava em sua residência. Participamos de uma longa, franca e aberta reunião com S. Ex^a.

Aqui, há alguns companheiros que participaram desse encontro. Cada um externou ao Governador a sua visão, o seu choque diante de alguns fatos ocorridos em Eldorado, de algumas necessidades e carências que detectaram.

Todos levaram as suas inquietudes e preocupações ao Governador, que, então, procurou, em uma longa e franca exposição, mostrar tudo aquilo que, na visão do Governo do Estado, teria ocorrido. Historiou que há meses o movimento Sem-Terra negociava com o Governo naquela região conflituosa do Sul do Pará e que uma parte dos integrantes daquele movimento já havia sido contemplada com terras pela desapropriação da Fazenda Rio Branco, ainda na época do então Presidente Graziano, do INCRA.

Outra parte deveria ser assentada em outra fazenda. E a opção foi pela fazenda Macaxeira. No entanto, as dificuldades burocráticas, a lentidão do processo decisório retardou o processo de desapropriação, que hoje está sendo consumada. Segundo o Governador, dentro de 15 dias deverá estar concretizada. Lamentavelmente, precipitaram-se os fatos, resultando naquele nefasto conflito.

O Governador demostrou que, como homem responsável e equilibrado, não poderia ter sido irresponsável, inconsequente, a ponto de demandar a polícia que desobstruísse aquela estrada, tão importante, que liga tantos Municípios. Afirmou que havia orientado o seu Secretário de Estado para que a polícia fosse acompanhada do Ministério Público, do juiz da comarca e de repórteres da televisão. Se pediu a presença da imprensa para registrar o fato, o Governador estava tranquilo de que o entendimento se viabilizaria, como aconteceu de outras vezes.

Infelizmente, ocorreram aqueles eventos já conhecidos por todos. Posso afirmar, como asseverou o Governador Almir Gabriel, homem de um passado realmente intocável, que nós todos estávamos constrangidos. Mas o maior constrangimento era o de S. Ex^a, pois como Governador, em última análise, poderia ser tachado de irresponsável, e essa pecha dificilmente seria extirpada de sua história política.

S. Ex^a estava consciente da prova difícil por que passava àquela altura, mas procurava amenizar de todos os modos a gravidade daqueles fatos, tomando decisões como a da instalação de um inquérito policial rigoroso com a participação de entidades como a OAB e outras que defendem os direitos humanos, para que os culpados sejam detectados e rigorosamente punidos.

Pediu também a participação do Exército brasileiro, para que fizesse a varredura, verificando a possibilidade de existirem corpos ainda na região do conflito. Enumerou uma série de providências importantes que pretende tomar, demonstrando a sua preocupação e o seu constrangimento com aquele fato.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE - Concederei o aparte a V. Ex^a tão logo eu conclua essa oração, pois V. Ex^a foi um dos ilustres membros da comitiva e teve um papel relevante.

Além de referir-me a nossa visita, já também relatada pelo Senador José Eduardo Dutra e que, por certo, será relatada pelo Senador Sebastião Rocha,

gostaria de informar que essa comissão pretende reunir-se amanhã, para traçar as linhas básicas de um relatório que será apresentado formalmente à consideração do Senado Federal.

Ao chegarmos aqui, na segunda-feira, o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, convocou a Liderança de todos os Partidos, preocupado em que esta Casa desse alguma contribuição efetiva ao impasse.

Falei aqui - e também o fiz na presença do Governador Almir Gabriel - que o problema do Pará foi grave, que a justiça se impunha em termos da apuração definitiva daqueles acontecimentos e que o fato de Eldorado passou a ser emblemático na história da reforma agrária deste País.

Ou começamos a mudança efetiva, com decisões firmes e fortes, ou ficaremos no discurso, nas lamentações, nas mortes que poderão ocorrer no Pará ou em qualquer lugar do Brasil decorrentes desse conflito que se amplia gradativamente.

Portanto, a mudança de postura do Parlamento e particularmente do Governo Federal é fundamental, uma vez que os Estados, os Governos estaduais não têm os instrumentos necessários para resolver esse problema grave que é a reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Comunico que V. Ex^a dispõe de apenas 2 minutos para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Coutinho Jorge, V. Ex^a me concederia um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE - Antes de conceder o aparte ao ilustre Senador, lembro que o mais importante, além da apuração do ocorrido, é a busca de soluções.

O tempo está passando, e os eventos podem repetir-se de forma grandiosa em várias partes do Brasil. Precisamos tomar decisões para que a reforma agrária se viabilize, nem que seja - como o Senador José Eduardo Dutra falou - mediante a utilização de instrumentos legais rigorosos, como, por exemplo, o rito sumário, como o ITR progressivo, como dotações orçamentárias que permitam recursos para a desapropriação.

Ontem, na reunião com o Presidente Sarney, vários Parlamentares, alguns dos quais estão aqui presentes, fizeram sugestões que foram levadas ao Presidente da República, que assumiu uma série de compromissos para que sejam tomadas decisões urgentes e emergentes, como a edição de uma medida provisória que permita ao Governo Federal e aos Governos estaduais procederem à operacionalidade da reforma agrária, que se impõe no Brasil, para que fatos como o de Eldorado não se repitam, não só no Pará mas em todo o Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE - Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy - Nobre Senador Coutinho Jorge, V. Ex^a se reporta à dramaticidade dos fatos que observamos durante a visita que a comissão parlamentar, designada pelo Senado, fez ao Pará. Segundo o laudo médico-legista, não há dúvida de que houve ali trabalhadores barbaramente assassinados, inclusive, o caso de um trabalhador que, tendo sido preso e algemado,

posteriormente foi executado por aqueles policiais militares. Quando, no Instituto Médico Legal do Pará, observamos os corpos dos 19 trabalhadores sem-terra mortos por instrumentos como balas de fuzis, de metralhadoras e até instrumentos de trabalho, a impressão que tive, Senador Coutinho Jorge, é que aqueles trabalhadores eram não apenas sem-terra, eram realmente sem nada. Tinham no seu corpo uma vestimenta, a mais simples; nenhum deles tinha a vestimenta completa: sapato, meia, calça, camisa. Alguns tinham calça; outros tinham calça e camiseta; outros tinham calça e uma bota velha, sem meia, e assim por diante. Nitidamente, são pessoas que representam os que não têm cidadania, os que estão marginalizados no País. Ora, era mais do que justo que tais cidadãos estivessem clamando aos Poderes Públicos a necessidade de seu direito de lavrar a terra e sobreviver com o usufruto do seu trabalho. No entanto, era isso o que estava sendo negado e tiveram que enfrentar a força das armas. Há sinais de que os policiais militares planejaram o ataque. Talvez uma ação de vingança; talvez uma ação de extrema violência, como se os trabalhadores tivessem que ser castigados exemplarmente. Fui testemunha dos 4 anos em que aqui estivemos juntos, V. Ex^a e eu, com o Senador Almir Gabriel. S. Ex^a, aqui, sempre falava na democracia, nos direitos da cidadania, na necessidade de justiça em nosso País. Portanto, fica muito difícil, de fato, acreditar que pudesse ter saído dele uma ordem para a ação que, depois, se caracterizou por verdadeiro massacre dos trabalhadores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto. Fazendo soar a campainha.) - Senador Coutinho Jorge, a Presidência informa que há mais oradores inscritos e que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O Sr. Eduardo Suplicy - Precisamos analisar os fatos em maior profundidade. A nossa Comissão deverá reunir-se amanhã, às 9h30min, para juntar mais elementos. Senador Coutinho Jorge, dentro de alguns dias, em um prazo razoável, com os laudos em nossas mãos e com as informações mais completas, gostaríamos de produzir um relatório para a missão que o Senado Federal nos conferiu. Muito obrigado.

O SR. COUTINHO JORGE - Senador Eduardo Suplicy, concordo plenamente com V. Ex^a. Penso que a apuração dos fatos deve ser realmente a grande prioridade. Sem dúvida alguma, houve massacre e lamento que tenha ocorrido no Pará. Estivemos no local pessoalmente e verificamos que houve excesso, equívocos graves da polícia do meu Estado.

Quero lembrar mais uma vez que a apuração dos fatos é fundamental, mas que não fique só nisso. Além da justiça, temos que fazer uma virada de página na história da reforma agrária do Brasil, para que o Governo, o Congresso Nacional e o povo, unidos, possam aproveitar esse episódio tão triste como um fato emblemático de mudança de postura em favor da reforma agrária e do homem do campo no Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria de anexar ao meu pronunciamento o resumo de um artigo que o Governador Almir Gabriel encaminhou ao **Jornal do Brasil** sobre sua postura em relação a esse assunto, do dia 19 de abril de 1996. "Um problema de todos os Estados" é o título. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. COUTINHO JORGE EM
SEU DISCURSO:**

JORNAL DO BRASIL
19 / 04 / 96

**Um problema
de todos
os estados**

ALMIR GABRIEL

Em primeiro, eu quero reafirmar, de maneira explícita, que o governo do Pará não apoia, não compactua e repudia qualquer ato de violência, quer os praticados por militares, os praticados por paramilitares, quer os praticados por civis. A nossa posição é contrária e agremiada sempre conforme a lei, no que respeita a qualquer ato de violência, por quem quer que seja praticado.

Nós lastimamos profundamente o que ocorreu. E as medidas que nos parecem cabíveis já foram encaminhadas. De um lado, nós determinamos a abertura de inquérito policial-militar e de inquérito civil, ambos acompanhados pelo Ministério Públco, pelas sociedades de direito civil, pelo Ministério da Justiça, a fim de que se apure com todo o rigor, e que se possa, ao cabo da apuração, punir exemplarmente os responsáveis.

Além dessa determinação, nós procedemos o afastamento do coronel Mário

Colares Pantoja do Comando da PM de Marabá. E determinamos providências com relação aos sem-terra. Aos mortos, o enterro. E aos seus familiares, o governo do estado vai assegurar pensão. Aos feridos, nós determinamos completa assistência médica e o que for necessário para resguardar-lhes a vida.

Nós queremos reafirmar que vamos continuar enviando todos os esforços, quer a nível dos municípios, quer a nível do estado e do governo federal, no sentido de que se proceda o mais rápido possível o assentamento de todos os sem-terra existentes no Pará. Considero, no entanto, que todos os procedimentos a serem adotados no Pará não resultarão suficientes se ao mesmo tempo, no Maranhão, em Goiás, no Piauí e, em outros estados cujas demandas também são semelhantes, não forem simultaneamente tomadas.

O estado manterá a ordem, tanto lá, como cá. E apelo à imprensa, à sociedade e a todas as lideranças no sentido de entenderem que este foi um evento lastimável, que não representa a linha e nem a diretriz, quer do governo, quer do conjunto da sociedade. E por isso mesmo evitarmos de toda maneira a continuação de confrontos e de situações que levem e desemboquem em momentos assemelhados.

* Governador do Pará

Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, o Sr. Odacir Soares, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arlindo Porto.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - A Presidência concede a palavra ao Senador Sebastião Rocha pelo prazo de vinte minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de entrar especificamente no tema que motivou este meu novo discurso na tarde de hoje, quero falar rapidamente de um problema do meu Estado, haja vista que dois municípios do Estado do Amapá, que ficam à margem do rio Jari, estão sofrendo problemas de inundação, em função da subida das águas daquele rio.

A gravidade do problema decorre principalmente de que as enchentes do rio Jari acontecem geralmente a partir do mês de maio; ainda estamos na segunda metade do mês de abril, e as enchentes, neste ano, já estão provocando danos graves à população que reside às margens do rio.

É público que, às margens do rio Jari, existe uma das maiores favelas construídas em palafitas do Brasil, em frente a um megaprojeto industrial. Na verdade, são duas: uma chamada Laranjal do Jari e a outra, Vitória do Jari. As casas já estão sendo inundadas e não há nenhum aparato estatal para diminuir a gravidade do problema. Por isso, estamos fazendo este alerta e esperamos que a nossa voz possa chegar ao Governo do Estado do Amapá, junto ao qual estamos oficializando as nossas preocupações e pedindo providências. Em nível federal, entendemos que o Governo deve estar atento e alerta para a possibilidade de ocorrência de graves problemas, haja vista que esses dois povoados hoje dispõem de aproximadamente 8 a 10 mil residências sobre palafitas, em áreas alagadas; e a subida das águas vem provocando sérios danos.

Há também o problema da balsa-hospital, que funciona como ponto de apoio na área da saúde, mas enchentes trazem consigo a febre tifóide, hepatite, leptospirose e outras doenças graves. A população daqueles municípios, principalmente no Laranjal do Jari, não dispõe hoje sequer de um médico para minorar os possíveis problemas de saúde da população.

Aqui fica o nosso registro e apelo às autoridades do Estado e também da União para que providências sejam tomadas no sentido de evitar que doenças graves e mortes possam advir dessa enchente prematura. Há enchentes todos os anos, mas, neste ano, especificamente, estão ocorrendo antes do tempo.

Pedi para falar pela Liderança do PDT, logo após os pronunciamentos dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Elcio Alvares, Líder do Governo nesta Casa, exatamente para registrar que a posição do PDT e, acredito, a do PT, do PSB e dos outros Partidos políticos que têm representação nesta Casa jamais tem sido a de adotar uma atitude irresponsável de incitar a população contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso ou contra qualquer outra autoridade do País ou dos Estados.

A nossa visão, o nosso entendimento é de que certamente o Presidente merece todo o nosso respeito e não pode ser agredido. Em outra oportunidade já fizemos pronunciamentos nesse sentido quando se tentou atingir com pedras e outros objetos o Presidente da República.

O que ocorreu na Bahia, Porto Seguro, e a televisão nos mostrou, foi uma manifestação pacífica e ordeira de contestação ao Presidente da República, pois, as pesquisas de opinião pública, principalmente as realizadas no Estado do Pará apontam o Governo Federal, representado na pessoa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como um dos principais responsáveis pelas mortes em Eldorado dos Carajás. Essa manifestação se deu, certamente, em função da oportunidade e da proximidade do tempo que separava o episódio de Eldorado dos Carajás do evento comemorativo do descobrimento do Brasil na Bahia.

Gostaria de dizer que o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi muito cauteloso em relação aos manifestantes. Pediu que o seu Chefe da Casa

Militar conversasse com eles, que garantiram que Sua Exceléncia não seria agredido. Diante dessa garantia, portanto, os manifestantes puderam chegar até três metros do palanque e, com suas bandeiras, fazerem seus protestos.

Não se viu, assim, nenhuma manifestação de agressividade contra a pessoa do Presidente da República. Aquelas pessoas, através da manifestação de contestação, buscavam demonstrar para a Nação que o Presidente tinha responsabilidade naquela questão, ou seja, na ausência de um projeto e de uma política de reforma agrária séria e eficaz no País.

Não é nosso papel, e temos responsabilidade suficiente para não incitar a população contra a pessoa do Presidente da República. Sua Exceléncia, enquanto representante do nosso País, merece o respeito de todos nós.

Mas o Presidente também sabe, e até desistiu de uma viagem aos Estados Unidos, que o momento é grave e que suscita contestações, manifestações e pressões, não só internas, mas também externas. Sua Exceléncia sabia que encontraria nos Estados Unidos manifestações como a que ocorreu na Bahia.

No entanto, não se pode admitir o discurso de que a democracia existe para dizer sim ao Presidente da República. Essa foi uma das frases infelizes que saíram do palanque onde se encontrava o Presidente da República. A democracia existe para dizer sim e também dizer não ao Presidente da República. Também não concordamos com a afirmativa de que ali estava um pequeno grupo de pessoas que não sabiam o que diziam e nem o que queriam.

É justamente por subestimar os movimentos sociais e por subestimar a necessidade de uma reforma agrária rápida e eficiente no País que estão ocorrendo casos como os de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás.

O Presidente da República e seu Governo continuam subestimando esse tipo de ação, esse tipo de evento. Sua Exceléncia acredita que ali se encontravam 200, 300 pessoas que estavam sendo manipuladas por interesses políticos menores.

O Sr. Júlio Campos - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Sebastião Rocha?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Pois não, nobre Senador Júlio Campos.

O Sr. Júlio Campos - Nobre Senador Sebastião Rocha, ouço com atenção o pronunciamento em que V. Ex^a relata o ocorrido na última viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Bahia, no dia de ontem. Essa manifestação se deu devido ao acontecido na semana passada na região de Eldorado, no Estado do Pará, ou seja, em função da chacina contra posseiros que haviam invadido uma fazenda, pedindo a reforma agrária. Acredito ser importante o Brasil despertar para um assunto tão falado e cantado em prosa e verso. Eu era garoto ainda e já ouvia falar em reforma agrária no País. O Presidente João Goulart foi deposto em 1964 porque falava em um movimento de base pela reforma agrária. Vieram, depois dele, vários outros Presidentes da República. O Presidente Castello Branco elaborou, como um dos primeiros atos de seu governo, o Estatuto da Terra, em que já garantia o acesso do cidadão brasileiro à terra neste País. Esta nação é muito grande para ter problemas de briga pela terra. Lamento profundamente o ocorrido. Nesses últimos 30 anos em que se fala do assunto, pouco foi feito em

termos de uma efetiva reforma agrária. Não adianta apenas dar terra aos cidadãos, se não der também apoio para que possam nela permanecer, cultivando e produzindo o sustento de suas famílias. Mas, não se pode, diante dessa crise toda no Pará do Movimento Sem-Terra, querer acusar apenas o Presidente Fernando Henrique. Esse não é um problema somente do seu governo, que está com pouco mais de um ano. Idéias como a do Presidente Sarney, de se criar um ministério para a reforma agrária, também não adiantam. Aconteceu esse fato e já estão querendo criar um novo ministério neste País, ou melhor, recriar um ministério que já foi fracassado. A criação de mais um ministério não resolverá esse problema, mas, sim, uma política decisiva do Presidente de fazer a reforma agrária. Se Sua Excelência não quiser ser vaiado ou receber protestos nos atos públicos a que comparece, tem realmente que nomear para o seu ministério pessoas competentes, que assumam a função, no sentido de que possam fazer uma política social mais voltada para os mais humildes. Lamento profundamente que inventem novas burocracias, como a anunciada criação de um novo ministério, toda vez que acontece uma crise no País. Ora, vamos fortificar o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária! Que seja nomeado um homem de bem, um homem digno, um homem comprometido com a reforma agrária para aquele ministério. Tenha coragem de nomear alguém que possa fazer essa política. E, aí, no instante em que o Presidente viajar para o interior, não haverá protestos, pelo contrário, haverá muitos aplausos para Sua Excelência. E se a sua política econômico-social estiver certa, não há por que ficar preocupado em viajar para o interior. Tenho certeza absoluta de que isso é realmente incontrolável. Não são os partidos políticos que estão incentivando esse tipo de manifestação. Mas, realmente, o Governo do Presidente está demorando muito a tomar as medidas que o Brasil espera e nas quais confiou no momento em que deu ao Sr. Fernando Henrique Cardoso uma vitória em primeiro turno. Creio que o exemplo do Pará e as últimas manifestações do Brasil servirão para alertar este Governo no sentido de que possa realmente ir ao encontro dos anseios da população brasileira.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Agradeço a contribuição de V. Ex^a, Senador Júlio Campos, e o parabenizo pela coerência das suas colocações.

Concordo com V. Ex^a quando diz que a criação de um novo ministério não resolverá o problema da reforma agrária no Brasil. E mais ainda, hoje não se discute só a criação desse ministério, mas também qual partido irá ocupá-lo: se o PTB, o PMDB, ou qualquer outro. Não se trata de criar ministério ou de definir partido; o importante agora, como V. Ex^a diz e reafirma, é definir a política e a vontade política sobretudo, para tomar as medidas que são necessárias neste momento.

Parece-me que se está discutindo ainda o sexo dos anjos para, então, chegar-se realmente à questão mais grave e mais urgente, que é a da reforma agrária.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Concedo com prazer o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a está falando sobre um assunto que, realmente, despertou a atenção de todo o

Brasil: o assassinato de dezenove trabalhadores que estavam reivindicando terra para trabalhar. O trabalho no Brasil é sacrificado quando ele existe para o cidadão, porque a remuneração é pequena, porque ele se humilha quando está procurando uma ocupação, a ponto de aceitar as condições impostas pelo patrão, muitas vezes desfavoráveis a esse cidadão que quer ter um trabalho condigno para conceder comida à sua família, e escola a seus filhos, enfim, ter os direitos de todo cidadão brasileiro. Quando o cidadão não encontra trabalho, principalmente no campo, o único ponto de salvação é um pedaço de terra onde ele possa praticar a lavoura e dar subsistência a seus familiares, já que não se pode falar em educação e saúde, uma vez que a situação é mais grave do que pensamos, mas, tendo a terra, pelo menos vai garantir a comida para seus filhos. O Governo Federal, a meu ver, está brincando com fogo, porque o Brasil é por natureza um País pacifista, com um povo resignado, que tem renunciado a muita coisa. Mas até quando? Para conter a violência no campo é preciso, em primeiro lugar, que o Governo tenha uma política de desenvolvimento para o campo. A reforma agrária é um instrumento de política agrária por meio do qual o Governo iria solucionar a posição de milhares e milhares de famílias em todo o Brasil. Como já tive oportunidade de mencionar em outro aparte, esse recrudescimento da violência decorre da falta de uma política voltada para o desenvolvimento da agricultura. Nesse ponto, há concordância de todos. O Governo está preocupado em equilibrar a moeda, em fortalecer o real e em acabar com a inflação - penso que isso é natural em todo Governo que se preza -, mas não deve colocar em segundo plano as condições sociais da população, pois tal atitude poderá se tornar um vulcão. Amanhã, quem sabe, poderá haver uma convulsão tão grave, que o Governo correrá o risco de perder o controle da situação. O que aconteceu no Estado do Pará pode, lamentavelmente, estar acontecendo amanhã em qualquer parte do Brasil. Agora, não só a bandeira da reforma agrária constituirá um ponto de luta dos agricultores; as mortes ocorridas no Estado do Pará representarão um símbolo dessa luta. Os sem-terra são vítimas dessa luta. Naturalmente, essa bandeira se acentua e agrupa mais adeptos no campo e também nas cidades. Se há desemprego no campo, há mais ainda nas cidades. De sorte que quero parabenizar V. Ex^a e dizer que de nada adianta o Governo Federal anunciar a criação do Ministério da Agricultura para conter as preocupações que existem no Brasil e a adoção de medidas que acelerem a reforma agrária, se isso não vier acompanhado de um projeto nacional de desenvolvimento, incluindo a reforma agrária como um instrumento de fortalecimento da agricultura, porque o fortalecimento dessa área significa mais comida na mesa de todos os brasileiros, significa desenvolvimento, mais emprego, enfim, significa que o Brasil não vai ter que importar, como aconteceu no ano passado e ainda está acontecendo este ano, gêneros alimentícios de primeira necessidade. Portanto, V. Ex^a merece os meus parabéns e as minhas felicitações por este pronunciamento oportuno e que, antes de tudo, é uma solidariedade do Estado do Amapá e agora também do Estado de Sergipe, enfim, de todos os Estados brasileiros a essa situação vexatória por que passa o homem do campo, principalmente o homem sem terra, que merece a nossa solidariedade, porque, afinal de contas, é um patrício igual a nós. No dia em que houver uma política voltada para os sem-terra, esses conflitos acabarão de uma vez por todas, e o Governo se fortalecerá. O enfraquecimento do Presidente da

República, neste instante em que é vaiado, não deve ser visto como uma provocação, mas como uma demonstração de que o campesino não está satisfeito com a política agrária adotada pelo Governo Federal. É um aviso até para ele, que deve prevenir-se com a sua equipe que, acredito, deva ser muito competente, sabe trabalhar, mas que precisa de mais autoridade do Governo para cumprir suas tarefas, porque todos nós sabemos como fazer uma reforma agrária. Só falta energia, força de vontade, para que essa reforma agrária venha a acontecer no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto)- A Presidência comunica a V. Ex^a que dispõe de 2 minutos para terminar o seu pronunciamento.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Agradeço a V. Ex^a, agradeço o aparte do Senador Antonio Carlos Valadares, e quero dizer que penso que o acirramento dos ânimos no campo é hoje diretamente proporcional à omissão do Governo Federal para com as questões da reforma agrária no nosso País.

Eu dizia, dias antes de acontecer o massacre de Eldorado, que um dos únicos segmentos da sociedade hoje no nosso País que era capaz de se indignar contra o atual Governo era os sem-terra, mas não imaginava eu que a indignação dos sem-terra pudesse provocar tamanha reação e tamanha violência por parte daqueles que não concordam com o que é reivindicado por aqueles humildes brasileiros que estão em busca de solução para os seus problemas de terra, de comida, de moradia e assim por diante.

Quero, usando os poucos minutos que me faltam, contestar uma das afirmações do Líder Élcio Alvares aqui no Senado de que chegará um dia onde não se permitirá mais manifestações do tipo da que houve sábado na Bahia.

Quero dizer que foi assim que nasceu o episódio de Eldorado de Carajás: com a intolerância, com o autoritarismo em não permitir que trabalhadores pudessem obstruir uma estrada. Quantas vezes não foram obstruídas estradas pelo Brasil afora com centenas de caminhões - inclusive na Belém-Brasília em várias oportunidades? Foi assim que começou. Tenho nas mãos uma nota de repúdio do Prefeito de Curionópolis, na qual ele frisa várias vezes, contestando o Movimento dos Sem-terra e outros acontecimentos, como alguns trechos da carta da nota de repúdio do Prefeito antes do episódio de Eldorado.

"Tudo sob as complacentes vistas do policiamento, que, escudado na alegação de cumprir ordens superiores, nada fez."

Outra afirmação:

"Como prefeito municipal, não posso, de maneira alguma, concordar com o clima de anarquia e insegurança que querem instalar em nosso município."

E mais:

"Em virtude disso, quero deixar patente o meu veemente repúdio à anarquia, ao crime permitido e à inoperância das autoridades policiais que a tudo assistiram de braços cruzados."

O resultado dessa nota de repúdio, que funcionou como mecanismo de pressão entre outras, não só de prefeito, mas também de proprietários da região, está lá hoje sepultado no sul do Pará - até agora 19 corpos. É resultado da intolerância, da falta de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Concluo, Sr. Presidente. É preciso que o Governo fique atento e alerta, porque manifestações irão ocorrer. Há um clima de descontentamento geral no País, e as reações do Governo têm que ser cautelosas. O Presidente, ao chamar a sociedade, o Congresso e a Justiça para compartilharem consigo os ônus e os bônus desse episódio, deveria agora assumir a iniciativa. O Presidente poderia, como já foi dito aqui, publicar uma medida provisória, assumir essa responsabilidade; depois, o Congresso entraria na negociação, para discussão e votação da medida provisória. O Presidente deveria tomar essa iniciativa. É isso que a Nação espera do Presidente da República neste momento.

Infelizmente, Sr. Presidente, pela exigüidade do tempo, não foi possível relatar o que vi em Marabá, Curionópolis e Eldorado de Carajás, mas isso já foi descrito pelos Senadores José Educado Dutra e Educado Suplicy e vai constar de um relatório.

Quero, ao concluir, parabenizar a imprensa que deu cobertura ao episódio de Carajás. Realmente, a imprensa foi fundamental, está se posicionando de forma isenta e será, seguramente, importantíssima nos dois inquéritos, tanto o civil como o policial. Parabéns aos dois repórteres, ao cinegrafista e à repórter que se encontravam no local, naquele momento, e que, mesmo pressionados pela polícia, registraram o episódio e tornaram públicos os acontecimentos de Eldorado de Carajás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ademir Andrade. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Cunha Lima. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, devo parabenizar V. Ex^a, que honra a Casa presidindo a sessão, principalmente depois da reunião do Itamaraty, em que Minas Gerais passa a falar para o mundo. A publicidade feita pelo governo do Estado de V. Ex^a sobre a Mercedes foi excepcional. No mundo inteiro, todos querem ter um carro Mercedes; Minas Gerais tem uma fábrica.

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, manifesto a minha profunda estranheza por este final de sessão. O plenário está praticamente vazio, estão presentes seis Senadores.

Imaginava que a sessão de hoje estivesse lotada. Disseram-me que a primeira parte da sessão havia sido destinada para homenagear o índio, o que achei correto. Como a primeira parte já tinha destinação específica e da Ordem do Dia não constavam matérias importantes, pensei que fôssemos discutir, debater, analisar diversos assuntos nesta sessão, afinal ontem ocorreu uma reunião muito importante a que estiveram presentes o Presidente da República, que tomou uma

decisão que merece respeito; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sepúlveda Pertence, que merece o carinho de todos nós; o Presidente do Senado, José Sarney, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luís Educado Magalhães.

S. Ex^{as} se reuniram, a imprensa noticiou, e temos uma síntese dessa reunião; no entanto, na verdade, não se sabe direito o que aconteceu.

Tivemos os relatórios pelo Líder do PT e pelo Senador Coutinho Jorge, do Pará, sobre a visita que fizeram àquele Estado. Sei que o Senador Eduardo Suplicy sobre isso vai falar, pois está inscrito, inclusive está insistindo para que eu seja breve. Senador Suplicy, pode ficar tranquilo que serei breve e lhe reservarei o tempo necessário para sua exposição sobre a referida viagem.

Sr. Presidente, quero fazer aqui um apelo: que o Sr. José Sarney, Presidente do Senado - que eu imaginava hoje estaria sentado neste plenário, fazendo uma exposição sobre a reunião havida ontem -, venha, amanhã, aqui relatar-nos este assunto.

O Sr. Eduardo Suplicy - Talvez ainda haja tempo hoje.

O SR. PEDRO SIMON - Creio que hoje seria improutivo porque apenas poucos Srs. Senadores encontram-se em plenário.

O Sr. Eduardo Suplicy - Mas se o Presidente desta Casa avisar que vem ao plenário hoje, quem sabe os Srs. Senadores acorram ao plenário...

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a levasse ao Presidente José Sarney esta proposta: que S. Ex^a avise, por intermédio do nosso serviço de comunicação interno que amanhã estará aqui expondo o que houve na reunião, tais como: as idéias, as propostas, abrindo, assim, espaço para que os Srs. Senadores possam, primeiro, tomar conhecimento; segundo, apresentar propostas.

Esse é o apelo oficial que faço ao Presidente José Sarney. S. Ex^a, antes de ir à reunião, manteve um contato prévio com os líderes, procedimento que considero correto, demonstrando muita competência ao fazê-lo. Depois, o Senador José Sarney foi ao encontro do Presidente da República. Sobre isso espero uma resposta, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, estranho que não estejamos aqui debatendo essa questão. Julgo que tivemos dois fatos profundamente dramáticos: um deles, indiscutivelmente, foi o ocorrido no Pará. Vale lembrar que foi o incidente do Pará que sucedeu ao de Rondônia, oportunidade em que o Presidente da República tomou uma decisão: nomeou o seu amigo, o Sr. Francisco Graziano, para a Presidência do Incra, o qual teve um bom desempenho.

Olha, eu diria que, nos últimos anos, na rápida passagem que ele teve pelo Incra, duas das medidas mais importantes que conheci em termos de reforma agrária foi ele quem as tomou. A primeira é o projeto propondo o rito sumário. Todos sabemos que um dos grandes problemas da reforma agrária é que o Incra entra com o pedido de desapropriação, o proprietário discute, vai-se embora o tempo, e não pára mais. Então, o projeto de rito sumário é da maior importância. Foi iniciativa do Sr. Francisco Graziano.

Depois de anos que todos falavam em conversar com as autoridades do Exército para conseguir que, das propriedades que eles têm, colocassem um

percentual à disposição da reforma agrária, o Sr. Francisco Graziano foi o primeiro que conseguiu isso. Esse fato foi noticiado, a imprensa o publicou, o Ministro do Exército confirmou. Depois da saída do Sr. Graziano, não se falou mais nada sobre esse assunto.

Sr. Presidente, quando houve aquele acidente, o Senhor Fernando Henrique Cardoso tomou providências, e parece que a reforma agrária estava no caminho certo.

Houve o triste episódio da escuta telefônica, em que, na minha opinião, pode até haver alguma mágoa com relação ao Sr. Graziano, mas não me parece que ele tenha feito alguma coisa de grave, que tenha atingido o trabalho, a dedicação, o esforço que vinha fazendo. A vantagem que eu vejo no Sr. Graziano é que ele tem a simpatia da Igreja, dos sem-terra e de praticamente toda a sociedade. É amigo pessoal do Presidente da República. Não é fácil encontrar um nome assim.

O Sr. Eduardo Suplicy - Se me permite, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Pois não, Excelência.

O Sr. Eduardo Suplicy - O Sr. Francisco Graziano, ao sair, disse que saía de consciência tranquila e de cabeça erguida porque estava certo de ter contribuído para evitar a corrupção dentro do Governo.

O SR. PEDRO SIMON - Pelo jeito, o cidadão que ele dizia não ter bom comportamento "foi afastado. O relator do projeto, o ilustre Senador do Mato Grosso, que pede absolvição para quase todo mundo, exige que os fatos sobre o embaixador sejam apurados, e ele seja punido. É exatamente ao embaixador a que se refere o Sr. Graziano.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Com prazer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - V. Ex^a tem razão quando propõe que o Presidente José Sarney, que participou de uma reunião como Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, e ouviu do chefe desta Nação todas as suas idéias a respeito desse episódio que entristeceu toda a nação, a morte, o assassinato de dezenove trabalhadores pertencentes ao Movimento dos Sem-Terra venha nos relatar o que aconteceu nesse encontro. V. Ex^a tem razão, e acredito que o Presidente José Sarney, como representante do Senado e do Congresso Nacional, terá de apresentar a esta Casa e ao Congresso Nacional o que o Senhor Presidente da República propôs. Na realidade, quando aconteceu o fato, o Presidente da República ficou preocupado e procurou dividir essas preocupações com outros segmentos do poder institucional do Brasil. Então se reuniu com os Presidentes do Supremo Tribunal Federal e com o Congresso Nacional. E nós não tivemos conhecimento do que aconteceu nessa reunião, mesmo porque o Presidente da República não disse o que conversou com os dois grandes homens públicos, José Sarney e Sepúlveda Pertence. Estamos curiosos. Queremos saber o teor da conversa. Tenho certeza absoluta de que o que eles conversaram interessava a todos nós, interessava à Nação. E alguma solução haverá de vir. E que a solução não se restrinja ao fato de o Presidente, num momento de aflição, convocar determinadas autoridades para mostrar à opinião pública que está

preocupado, e não haja nenhuma consequência. Eu não gostaria que o Presidente José Sarney, homem experiente, que tem um passado brilhante como Presidente da República, fosse usado num momento de preocupação, somente naquele momento, para propor soluções das quais não tomamos conhecimento. É por isso que me somo ao entendimento de V. Ex^a, no sentido de que o Presidente José Sarney, até em nome da representatividade que tem, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, venha explicar-nos o que houve nessa reunião, pois é da mais alta relevância que tenhamos conhecimento da situação relacionada com a reforma agrária.

O SR. PEDRO SIMON - Agradeço o importante aparte de V. Ex^a. Nâo tenho nenhuma dúvida a respeito da decisão do Presidente José Sarney. Digo isso no melhor sentido, porque quero colaborar com o Senador José Sarney e com o Presidente da República. Penso que, como disse bem V. Ex^a, não se pode ficar apenas na emoção decorrente do acontecimento. Temos de ir adiante, porque a emoção passa. Desgraçadamente, no Brasil, a memória não existe. Muitos incidentes passam, outros vêm, e ninguém se lembra mais daquele que passou. Parece-me importante que isso seja feito.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso baixou uma medida provisória para criar o PROER, para salvar os bancos, porque considerou isso urgente e importante. Sua Excelência tem toda autoridade para baixar uma medida provisória estabelecendo o rito sumário para a reforma agrária. Sabemos que a aprovação do rito sumário vai levar a vida inteira. Alguém tem dúvida nesse sentido? Muitos amigos nossos, que convivem conosco no Senado e na Câmara dos Deputados, e a quem queremos tanto bem, são proprietários de terra e não vão deixar o projeto passar. Passarão dois, três anos, e o rito sumário não será aprovado. Se o Senhor Presidente da República julgou que a questão dos bancos era tão urgente que urgia a medida provisória, por que não baixar uma medida provisória para estabelecer o rito sumário para a reforma agrária?

Os jornalistas de **O Globo** tiveram a gentileza de publicar ontem a minha sugestão a respeito da reunião dos Presidentes dos três Poderes, no sentido de que, com o beneplácito deles, fosse autorizado o rito sumário.

Segundo, defendo que o rito sumário seja estabelecido por medida provisória. Defendo que o Sr. Francisco Graziano retorne ao Incra. Sou um cidadão e tenho certeza de que o prestígio e a credibilidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso crescerão se Sua Excelência disser: "Sabe de uma coisa? Está provado que nesses últimos tempos esse tal Graziano foi o que mais fez em menos tempo. Em noventa dias, ele marcou presença e ganhou a simpatia de todos."

Isto é o mais importante: Graziano tem a simpatia de todos, inclusive da Igreja. O incidente que motivou a saída dele do Incra passou. Se o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso esqueceu o incidente com relação ao Embaixador e quer nomeá-lo não sei para onde - se quiser, que o nomeie; não vejo qualquer problema nisso -, por que não fazer o mesmo em relação a Graziano, que tem a simpatia de toda a sociedade?

Por que faço essa afirmação? Porque sabemos que o nome é importante. Sabemos que o nome e a credibilidade pesam na hora de o cidadão ser

nomeado. Por exemplo: Pedro Simon vai para o INCRA. Até provar o que é leva tempo. Graziano, todos já sabemos quem ele é. Se for para o Incra, já entrará com credibilidade, com força e poderá iniciar seu trabalho no dia seguinte.

Terceiro, fui Ministro da Agricultura ao tempo em que o INCRA era parte de um Ministério especial, o da Reforma Agrária. Sinceramente entendo que deve ser assim, ou então que o INCRA esteja ligado ao Presidente da República, pois o Ministro da Agricultura tem muita coisa na cabeça, ou seja, um milhão de coisas para fazer.

Antigamente havia o Ministério da Educação e Cultura, parece que estou mudando para um assunto que não tem relação alguma com o tema que estamos tratando, mas não é assim. Os Presidentes levaram um tempo enorme para se convencerem de que a Cultura precisa ter um Ministério à parte, já que o Ministro da Educação tinha muita coisa a fazer na Educação e não sobrava tempo para olhar para a Cultura. De modo que se criou o Ministério da Cultura.

O Sr. Eduardo Suplicy - E o do Esporte também.

O SR. PEDRO SIMON - Exato. O Esporte fazia parte do Ministério da Educação, depois foi criado um Ministério para o Esporte. Ou seja, o antigo Ministério da Educação, Cultura e do Esporte está hoje desmembrado em Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Ministério dos Esportes.

Sendo assim, por que não um Ministério da Agricultura, que tem uma amplitude muito grande e um Ministério da Reforma Agrária, que abrange uma infinidade de coisas? Se não quiserem criar um Ministério da Reforma Agrária, pelo menos que o Incra seja diretamente ligado ao Gabinete do Presidente da República e que o Presidente tenha a coragem de assumir a responsabilidade que implica a prioridade dessa questão.

Sr. Presidente, foi muito grave o que aconteceu na Bahia. Reprovo o que ocorreu lá. O caminho da vaia, da ridicularização do Presidente da República não é um bom caminho para a democracia. Há uma história célebre que o jornalista Carlos Chagas contou na televisão, uma história linda da qual não me lembra mais. É a seguinte.

Convidaram Juscelino Kubitschek para visitar a sede da UNE, e Juscelino Kubitschek, Presidente da República, foi visitar a sede da UNE. Saiu do Palácio do Catete e foi à Praia do Flamengo, sede da UNE. Quando chegou, a frente da sede estava superlotada. E era uma vaia só. Uma vaia, uma vaia, uma vaia, uma vaia... E Juscelino só olhava para o relógio, pois não queria começar a falar enquanto não silenciassem.

Como tudo no mundo tem de parar, depois de algum tempo fez-se silêncio. Então o Presidente Juscelino olhou para o relógio e disse: "Doze minutos." As pessoas ficaram olhando. "Estou feliz. Que bom ser Presidente de um país, e que bom é saber que a sua mocidade pode, durante doze minutos, vaivar seu presidente e saber que daqui ela vai para casa e não vai acontecer nada." Então bateram palmas, delirantemente, durante oito minutos. A maioria silenciosa que estava ali viu e entendeu o gesto e deu a resposta.

A vaia não atinge o Presidente da República. Em primeiro lugar, porque seria ridículo imaginar que o Presidente da República tem algum

envolvimento com o que aconteceu lá no Pará. Não tenho nenhuma dúvida de que se existe alguma pessoa que está machucada, magoada, o que aconteceu não faz o seu estilo, o seu gênero, essa pessoa é o Presidente Fernando Henrique.

Tudo bem que critiquemos, gritemos, falemos, mas fazer qualquer tipo de ligação entre o Senhor Fernando Henrique e o que aconteceu no Pará - cá entre nós, vamos falar de coração - ou com o Governador do Pará, não é possível. Almir Gabriel foi meu colega aqui, convivi com ele. O Sr. Almir Gabriel é um gentleman, homem de grandeza e de alto espírito público, sobretudo, um democrata, sabemos disso. O que aconteceu foi uma desdita.

Muito mais do que gritar e protestar contra a barbaridade que aconteceu no Pará, muito mais do que vir a esta tribuna para falar da vaia que o Presidente Fernando Henrique recebeu, estou preocupando com dois fatos, os quais devem nos chamar a atenção para termos uma saída positiva.

Ninguém deu muita atenção, mas o Senador Darcy Ribeiro, com sua competência e genialidade, fez um discurso há seis meses, não sei se os senhores se lembram, em que dizia que se estava começando a fazer um movimento de união dos sem-terra com os sem-emprego. Afirmou S. Exa. que esses dois segmentos estavam se organizando e que já havia cerca de mil grupos organizados dos sem-terra com os sem-emprego. E ele chamava a atenção, porque ele não via, até então, nenhum movimento de característica social, com mais profundidade e de consequências imprevisíveis do que esse. Parece que não demos muita atenção a esse fato.

Os Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy, oriundos de lugares diferentes, mas, apesar disso, se identificam em muita coisa, ambos representantes de São Paulo, sabem o que significou aquela passeata na Avenida Paulista, onde estavam os sem-terra e os sem-emprego.

Os sem-terra e os sem-emprego estavam desfilando na Avenida Paulista. Quanto aos sem-terra, sempre se fazia a afirmação de que entre eles havia muita gente que não sabia o que era terra. O que era verdade. Mas agora, depois que misturaram os sem-terra com os sem-emprego, pode haver alguém que não saiba o que é terra, mas sabe o que é não ter emprego. Os dois segmentos estão passando fome.

Dou nota dez ao Presidente Fernando Henrique pelo fato de Sua Excelência ter se reunido com os Presidentes do Supremo, da Câmara e do Senado. Nota dez para o debate que eles tiveram e pela tentativa que estão fazendo. Mas nós temos a responsabilidade de dar a nossa colaboração. Nós, do Senado, temos que ajudar o Presidente Sarney. Os Deputados têm que ajudar o Presidente da Câmara. Juntos, temos que encontrar uma solução, para não acontecer aquilo que V. Ex^a disse: houve uma reunião, na base do sentimento, para dar uma resposta para a alma de cada um, depois fica tudo igual.

Proponho que daqui mais algum tempo, trinta dias, seja lá o que for, haja uma segunda reunião dos Presidentes, mas já com medidas concretas a apresentar. Se não acontecer isso, a proposta do rito sumário para a reforma agrária vai levar mais dois anos, ninguém vai se mexer. Vão inventar um outro nome para o Instituto de Reforma Agrária. Não vai dar em nada. E n^o o que aconteceu ali seja um exemplo para que façamos coisas realmente concretas.

Portanto, quando convido o Presidente Sarney para nos fazer uma exposição do que foi tratado, não é que eu não tenha confiança em S. Ex^a. Tenho certeza que S. Ex^a agiu com a maior competência, que fez o maior esforço. Mas não se deve deixar de acreditar que de onde menos se espera pode aparecer alguma solução. Creio que algum dos oitenta e um senadores tenha uma proposta ou mesmo uma idéia que possa ser levada ao Presidente da República.

O Sr. Romeu Tuma - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON - Pois não, nobre Senador.

O Sr. Romeu Tuma - Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Sinto a tranqüilidade e a experiência de V. Ex^a que, como Governador de Estado, deve ter experimentado situações difíceis, de enfrentamento de movimentos populares, em que, às vezes, por uma decisão do Judiciário ou por uma imposição legal, teve que interferir com a presença da Polícia Militar. V. Ex^a lembrou bem o que o Senador Darcy Ribeiro aqui falou. V. Ex^a também deve se lembrar de que outros Senadores já alertaram sobre esse movimento. Os Governadores do Estado de Goiás, de Mato Grosso, do Rio Grande Sul e do Paraná aqui vieram, assustados com o crescimento desse movimento. E não se pode, simplesmente, alegar que há infiltração, que há elementos interessados em distorcer esse movimento, trazendo conflitos. Isso é inaceitável. Tenho alguma experiência, tenho informações a esse respeito. Essa proposta de V. Ex^a de se discutir o assunto é importante, justamente para evitar que no calor dessa angústia se tenha soluções improvisadas. O Ministro da Justiça vai propor a criação de uma guarda nacional. Para quê? Qual será o objetivo? Enfrentar os sem-terra? Seria esse o objetivo de sua criação? Ao menos foi o que entendi. Temos hoje uma polícia degradada, despreparada, e com os governos desinteressados em equipá-la e trazê-la em condições de, num enfrentamento como esse, tomar uma decisão correta, não agindo de maneira improvisada. Esses são assuntos sobre os quais a Nação tem que refletir. E melhor lugar que este plenário, eu não vejo outro onde todas as representações se fazem presentes e onde temos pessoas com experiência de gestão em executivos estaduais. Cumprimento V. Ex^a e vamos cerrar fileiras para que isso realmente aconteça. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado a V. Ex^a.

Felicto o Presidente da República pela tranqüilidade da reunião de ontem na Bahia, e felicto o Governador da Bahia. Seja lá quem for o responsável, penso que deve ser a Casa Militar da Presidência da República, pelas informações que tenho, houve vaia, mas não houve agressão. Foi a melhor coisa. A pior coisa que poderia ter acontecido era algum bajulador do Presidente tomar alguma atitude intempestiva, propor que o Presidente se retirasse dali, sei lá. Mas tudo terminou bem.

Outra coisa que acho muito importante foi o depoimento feito aqui pelo Líder do PT, porque, na verdade, há uma parte da filmagem que foi mostrada na televisão, onde aparecem os sem-terrás correndo em direção aos policiais militares. Ali parece que eles estão atirando pedras, e os policiais militares não estão reagindo. Essa é uma dúvida que gostaria de esclarecer.

Afirmou o Líder do PT que os policiais militares teriam vindo de um lado e de outro. Então, não foi que viussem pela frente, e aí os agricultores podiam se safar e sair correndo pelo outro lado. Não, se eles se virassem para o outro lado também havia policiais militares. A ser verdade, esse é um fato grave. Porque muitas pessoas, inclusive eu, ficaram se perguntando o motivo de os sem-terra terem partido, com pedradas e cacetadas, para cima dos policiais armados. A informação do Líder do PT, se verdadeira, responde a essa questão.

Foi bom ter havido a vaia e não ter acontecido nada. Não apareceu ninguém querendo tirar as faixas, querendo bater. O Presidente da República ficou numa posição de vítima. Na minha opinião, isso não lhe atingiu. É importante que Sua Excelência tenha a grandeza de ver o que aconteceu ontem, que não é o mais grave.

Penso que o Presidente da República tem toda razão ao dizer que este não é momento de aproveitar cadáveres para se fazer exploração política. O Presidente tem a minha solidariedade. Este não é o momento de aproveitar cadáveres de sem-terra para fazer exploração política. Mas também digo ao Senhor Presidente da República que não é hora de se apresentar cadáveres de sem-terra, não é hora de matar. Com isso, não haverá exploração política. Neste momento, deve-se dialogar, debater e analisar a situação.

Sr. Presidente, fiquei decepcionado ao ver esta sessão se esvaziar. Eu nem havia pensado em falar; estava preparado para dar um aparte a uma das Lideranças. Pensei que os Líderes estariam aqui e que haveria um debate. Pensei que o Presidente José Sarney estaria aqui para ouvir a discussão e, a pretexto de ouvir uma discussão, dar sua explicação. Mas, de repente, a sessão se esvaziou, e é como se não acontecesse nada.

Isso não fica bem para o Senado. Esta é uma Casa de debates, Sr. Presidente. O que aconteceu no Pará e a vaia que o Presidente recebeu na Bahia não são motivos para esta Casa discutir? Fez bem o Senador Antonio Carlos Magalhães, que apresentou um pronunciamento que merece respeito, fazendo a sua análise. O Líder do PT e o Senador Coutinho Jorge também fizeram pronunciamentos, digamos assim, de cumprimento de obrigação e não de debate da matéria.

Por isso, eu gostaria que V. Ex^a, que está presidindo a sessão, levasse ao Presidente Sarney exatamente isto: que de hoje para amanhã S. Ex^a marcassem uma data e um horário - ou às quatorze horas e trinta minutos ou às quinze horas e trinta minutos - para que haja, não digo a fala do trono, mas a fala do Presidente, em que ele vai fazer uma exposição do que houve, dando chance para que as Lideranças possam analisar e debater essa matéria.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte, no sentido de apoiar a sua sugestão?

O SR. PEDRO SIMON - Já estou encerrando, para que V. Ex^a possa vir à tribuna. Dou o aparte com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy - Acredito que, dada a relevância da reunião havida ontem, quando os presidentes do três Poderes se reuniram, será extremamente importante que possa o Presidente José Sarney nos relatar do conteúdo dessa reunião, para que possamos ouvir as sugestões dele sobre qual o

papel do Senado, do Congresso Nacional, nas medidas que estão sendo propostas. Está em nossas mãos, por exemplo, a apreciação do projeto do Deputado Hélio Bicudo, que passa para a justiça civil o julgamento dos crimes eventualmente cometidos pela Polícia Militar. Obviamente, podemos dar um caráter de urgência a essa proposição, dentre outras que estão ao nosso alcance. O que está ao nosso alcance nós temos a responsabilidade de fazê-lo o quanto antes.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado a V. Ex^a pelo seu aparte. Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade do meu pronunciamento.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Arlindo Porto deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. Lembro a V. Ex^a que a presente sessão terá o seu encerramento às 18 horas e 30 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP- Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, estou encaminhando uma indicação nos seguintes termos:

Ante a notícia veiculada pela imprensa nos dias 18 e 19 do corrente mês, de que por S. Ex^a o Senhor Ministro de Estado da Agricultura e da Reforma Agrária, José Eduardo Andrade Vieira, solicitara ao Presidente da República seu afastamento daquele Ministério para tratar da participação de instituição financeira por ele controlada no processo de privatização de sociedades de economia mista, adotado pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, com as suas alterações.

Em face, ainda, de outra informação transmitida pelos meios de comunicação de que pretende S. Ex^a manter relações com o Banco Central do Brasil, com vistas à obtenção, para a instituição financeira por ele controlada, de vantagens instituídas pelo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), consoante a Medida Provisória nº 1.179, de 3 de novembro de 1995 e suas reedições, e, ainda, a Resolução BC nº 2.208, de 3 de novembro de 1995.

Considerando, finalmente, que S. Ex^a está investido no mandato de Senador da República, pelo Estado do Paraná, afastado, para a assunção de cargo ministerial,

SUGIRO, nos termos do art. 224 do Regimento Interno, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se digne, como medida cautelar, oficiar a S. Ex^a, anteriormente a seu retorno a esta Casa, acerca das vedações e sanções do art. 54, inciso I, letra "a", e inciso II, letra "a", art. 55, § 1º, ambos da Constituição Federal, art. 32, inciso I, do Regimento Interno, e ainda artigos 3º, inciso I, letra "a", inciso II, letra "a", 4º, inciso I, 5º, inciso I e II, da Resolução nº 20, de 1993.

Sala das sessões, 23 de abril de 1996.

Sr. Presidente, expressando o sinal de luto que abate todo o País em função da tragédia que ocorreu em Eldorado dos Carajás, gostaria de ler a lista dos nomes dos trabalhadores sem terra mortos na quarta-feira passada:

1 - Altamiro Ricardo da Silva - Goiano, casado, lavrador, 42 anos, filho de Juventino da Silva e Filomena Maria da Silva, residente em Eldorado dos Carajás.

2 - Amancio dos Santos Silva - Maranhense, solteiro, lavrador, 42 anos, filho de João Rodrigues da Silva e Laurinha Rodrigues da Silva, residente em Curionópolis.

3 - Abílio Alves Rabelo - Maranhense, casado, lavrador, 57 anos, filho de João Rabelo e Rosália Rabelo, residente em Curionópolis.

4 - Antônio Costa Dias - Maranhense, casado, lavrador, 27 anos, filho de Maria da Conceição Costa, residente na Fazenda Chega com Jeito.

5 - Antônio Alves da Cruz - Piauiense, casado, lavrador, 59 anos, filho de Cristina Alves de Souza, residente em Parauapebas.

6 - Antônio, conhecido como Irmão - sem qualificação até o momento.

7 - Graciano Olímpio de Souza, o Badé - Paraense, casado, lavrador, 46 anos, residente em Marabá.

8 - Joaquim Pereira Veras - Piauiense, solteiro, lavrador, 32 anos, filho de Raimundo Souza Sobrinho e Adelaide Maria da Conceição, residente em Curionópolis.

9 - José Alves da Silva - Goiano, viúvo, lavrador, 65 anos, filho de Carlito Alves da Silva e Januária da Silva, residente em Parauapebas.

10 - José Ribamar Alves de Souza - Maranhense, solteiro, 22 anos, lavrador, filho de Miguel Arcanjo de Souza e Luzia Alves de Souza, residente em Parauapebas.

11 - Lourival da Costa Santana - Maranhense, casado, lavrador, 24 anos, filho de José Ferreira Santana e Francisca Xavier da Silva, residente em Curionópolis.

12 - Leonardo Batista de Almeida - Maranhense, casado, lavrador, 46 anos, filho de Raimundo de Souza e Luiza Batista, residente em Curionópolis.

13 - Manoel Gomes de Souza, o Leiteiro - Piauiense, casado, lavrador, 49 anos, residente no Acampamento da Fazenda Macaxeira.

14 - Raimundo Lopes Pereira - Maranhense, solteiro, borracheiro, 20 anos.

15 - Robson Vitor Sobrinho - Pernambucano, casado, lavrador, 25 anos, filho de Maria Antonia Vitor Sobrinho, residente em Curionópolis.

16 - Oziel Alves Pereira - Goiano, solteiro, 18 anos, lavrador, filho de Alderino Alves Pereira e Luiza Alves Pires, residente em Parauapebas.

17 - Valdemir Ferreira da Silva, o Bem-te-vi - sem qualificação.

18 - João Rodrigues Araújo - Piauiense, lavrador, morava em Parauapebas.

19 - João Carneiro da Silva - Fotógrafo, residente no Município de Parauapebas.

Sr. Presidente, há pouco, no espaço cultural, o médico legista, antes da Unicamp, hoje da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Nelson Massini,

fez uma exposição sobre o que identificou nos corpos desses dezenove trabalhadores. Ali estão as fotos das pessoas, infelizmente, mortas.

Identificou que muitos dos mortos, depois de terem levado tiros, possivelmente não mortais, foram brutalmente assassinados com os próprios instrumentos de trabalho, que abriram buracos enormes nos corpos daqueles trabalhadores. Houve também tiros à queima-roupa, na nuca, no tórax e no coração. Sr. Presidente, esta foi uma operação de guerra, não justificável sob qualquer aspecto.

Clama o País por justiça; clama a Nação para que haja ações no sentido de efetivar-se a reforma agrária, ações no sentido da transformação social do Brasil e no sentido em que apontou o próprio Presidente, então eleito, em seu último discurso ao Senado, quando afirmou como sendo seu propósito na Presidência da República realizar justiça em nosso País.

Sr. Presidente, vou ler o editorial do jornal *Folha de S. Paulo* de domingo último, 21 de abril, "O outro lado da moeda", porque, de forma feliz, retrata como que num raio de luz este clamor da Nação.

Diz o editorial de primeira página daquele jornal:

O tecido social brasileiro está chegando ao seu ponto limite de esgarçamento. Dívida social, uma expressão que nasceu com sabor acadêmico para designar as brutais carências do país nessa área, ganha, cada vez mais, rostos e locais concretos: os mortos de Corumbiara e Eldorado de Carajás, de Vigário Geral e da Candelária, os mortos-vivos que desfilam sua condição subumana em cada uma das esquinas das grandes cidades e, crescentemente, das cidades médias.

O caminho fácil, mas demagógico, já ensaiado pelos que imaginam beneficiar-se eleitoralmente de uma situação como essa, é o de culpar o Governo de turno pelas mazelas acumuladas há décadas, talvez séculos.

É inegável que a atual administração tem sua parcela de culpa, pelo menos por inação. Ainda assim, deve-se reconhecer-lhe o mérito de ter acima de tudo, mantido a estabilidade econômica, com inegáveis benefícios para as camadas mais pobres. E também o de ter proposto uma ampla reforma do Estado e das regras econômicas que são necessárias, urgentes e modernizantes.

Mas não basta. Cresce a impaciência com o abandono da agenda social tão nítida e claramente definida no discurso de posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi ele quem apontou a "falta de justiça social" como "o grande desafio do Brasil neste final de século". Fernando Henrique convocou, então, "um grande mutirão nacional para varrer do mapa do Brasil a miséria e a fome".

É mais do que tempo de transformar a retórica palaciana em prática de governo. No que se refere à miséria absoluta (caracterizada por renda inferior ao necessário para alimentar-se e à família), um estudo do Banco Mundial, recentemente resumido pela *Folha*, mostra que com apenas 0,7% do PIB ao ano (o que equivale hoje, grosso

modo, a R\$4,2 bilhões), seria possível retirar da marginalidade absoluta todos os 17 milhões de miseráveis que maculam de vergonha o mapa do Brasil.

Não é uma quantidade assombrosa de recursos. Ainda mais se compara ao fato de que, para auxiliar o sistema bancário em dificuldades, o governo vai alocar uma quantia aproximadamente três vezes maior.

Esse contraste mostra que se trata de definir prioridades. E o próprio Presidente, pelo menos na sua posse, disse que a prioridade é enfrentar a miséria e a fome. Urge voltar a ela e, mais do que isso, sair do mero discurso.

Esta *Folha* reconhece, como é óbvio, que o desafio é imenso e árduo. Mas, a partir do pressuposto de que é também de urgência inquestionável, inicia a partir do próximo domingo uma série de reportagens e editoriais que tentarão ir além da crítica fácil.

Há iniciativas que dependem apenas de decisão política para serem implementadas. Um exemplo é o chamado imposto de Renda negativo, uma tese que tem aceitação à direita e à esquerda, que permitiria dar uma renda mínima aos que hoje vegetam na miséria absoluta.

Mas há também ações indispensáveis nas áreas de educação e saúde, sem as quais o ciclo da miséria se eterniza. Crianças cujas mães se alimentam mal, para dizer o mínimo, terão imensas dificuldades de aprendizado, quando há consenso hoje de que o grande ativo de qualquer país do mundo globalizado é o conhecimento.

Há também que se enfrentar a questão da terra, sabendo-se que todos os países que se desenvolveram ou estão se desenvolvendo no mundo - dos Estados Unidos no século passado aos "tigres asiáticos" de hoje - fizeram algum tipo de reforma agrária.

Já passa da hora de resgatar a dívida social. Ou se começa a fazê-lo já ou o país estará condenado a ouvir, a cada posse presidencial, o lamento: "Falta justiça social". Na ausência de ações, o lamento vai-se transformar na deplorável certeza de que o país se dividirá em duas partes irreconciliáveis: uma, capaz de engajar-se no processo de globalização, e outra, excluída dos requisitos mínimos de cidadania em sua própria pátria.

Eis como o jornalista conclui o editorial da *Folha de S.Paulo*, Sr. Presidente. Será importante que estejamos atentos a esses clamores.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLICY EM SEU DISCURSO:



DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU DISCURSO

FOLHA DE S. PAULO 75

São Paulo, domingo, 21 de abril de 1996

DIRETOR DE REDAÇÃO: UATÁPIO FRIAS FILHO * * * UNJORNAL A SERVIÇO DO PÚBLICO * ALAMEDA PARÁ 10 DE LIMA, 415 * ANO 26 * Nº 24.400 * R\$ 1,00

Exército manda PM ficar no quartel, patrulha a região e, com o Ministério da Justiça, investiga o massacre de sem-terra

Pará sofre intervenção “branca”

■ EDITORIAL

O OUTRO LADO DA MOEDA

O tecido social brasileiro está chegando ao seu ponto limite de esgarçamento. Dívida social, uma expressão que nasceu com sabor acadêmico para designar as brutais carencias do país nessa área, ganha, cada vez mais, rostos e locais concretos: os mortos de Corumbiara e Eldorado de Carajás, de Vigário Geral e da Candelária, os mortos-vivos que desfilam sua condição subumana em cada uma das esquinas das grandes cidades e, crescentemente, das cidades médias.

O caminho fácil, mas demagógico, já ensaiado pelos que imaginam beneficiar-se eleitoralmente de uma situação como essa, é o de culpar o governo de turno pelas mazelas acumuladas há décadas, talvez séculos.

É inegável que a atual administração tem sua parcela de culpa, pelo menos por inação. Ainda assim, deve-se reconhecer-lhe o mérito de ter, acima de tudo, mantido a estabilidade econômica, com inegáveis benefícios para as camadas mais pobres. E também o de ter proposto uma ampla reforma do Estado e das regras econômicas que são necessárias, urgentes e modernizantes.

Mas não basta. Cresce a impaciência com o abandono da agenda social, tão nítida e claramente definida no discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi ele quem apontou a “falta de justiça social” como “o grande desafio do Brasil neste final de século”. FHC convocou, então, “um grande mutirão nacional para varrer do mapa do Brasil a miséria e a fome”.

É mais do que tempo de transformar a retórica palaciana em prática de governo. No que se refere à miséria absoluta (caracterizada por renda inferior ao necessário para alimentar-se e à família), um estudo do Banco Mundial, recentemente resumido pela Folha, mostra que, com apenas 0,7% do PIB ao ano (o que equivale ho-



Dívida Social

je, grosso modo, a R\$ 4,2 bilhões), seria possível retirar da marginalidade absoluta todos os 17 milhões de miseráveis que maculam de vergonha o mapa do Brasil.

Não é uma quantidade assombrosa de recursos. Ainda mais se comparada ao fato de que, para auxiliar o sistema bancário em dificuldades, o governo vai alocar uma quantia aproximadamente três vezes maior.

Esse contraste mostra que se trata de definir prioridades. E o próprio presidente, pelo menos na sua posse, disse que a prioridade é enfrentar a miséria e a fome. Urge voltar a ela e, mais do que isso, sair do mero discurso.

Esta Folha reconhece, como é óbvio, que o desafio é imenso e árduo. Mas, a partir do pressuposto de que é também de urgência inquestionável, inicia a partir do próximo domingo uma série de reportagens e editoriais que tentarão ir além da crítica fácil.

Há iniciativas que dependem apenas de decisão política para serem implementadas. Um exemplo é o chamado Imposto de Renda negativo, uma tese que tem aceitação à direita e à esquerda, que permitiria dar uma renda mínima aos que hoje vegetam na miséria absoluta.

Mas há também ações indispensáveis nas áreas de educação e saúde, sem as quais o ciclo da miséria se eterniza. Crianças cujas mães se alimentam mal, para dizer o mínimo, terão imensas dificuldades de aprendizado, quando há consenso hoje de que o grande ativo de qualquer país no mundo globalizado é o conhecimento.

Há também que se enfrentar a questão da terra, sabendo-se que todos os países que se desenvolveram ou estão se desenvolvendo no mundo —dos Estados Unidos no século passado aos “tigres asiáticos” de hoje— fizeram algum tipo de reforma agrária.

Já passa da hora de resgatar a dívida social. Ou se começa a fazê-lo já ou o país estará condenado a ouvir, a cada posse presidencial, o lamento: “Falta justiça social”. Na ausência de ações, o lamento vai se transformar na deplorável certeza de que o país se dividirá em duas partes irreconciliáveis: uma, capaz de engajar-se no processo de globalização, e, outra, excluída até dos requisitos mínimos de cidadania em sua própria pátria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - V. Ex^a terá a transcrição nos Anais desta Casa, de acordo com o Regimento Interno, do editorial da **Folha de S.Paulo**, publicado no domingo, que retrata de forma muito clara a situação vivida no campo em nosso Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, como último orador inscrito nesta noite. Em seguida, transfiro a Presidência ao Senador José Sarney.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, apenas hoje me havia inscrito para ocupar o tempo regimental e fazer uma referência à data comemorativa da polícia.

Entreguei meu pronunciamento à Mesa para considerá-lo como lido. O dia 21 de abril, dia de Tiradentes, o Patrono das Polícias, foi, por decreto presidencial, considerado o Dia Nacional das Polícias.

Sr. Presidente, venho ocupando esta tribuna para denunciar o descaso com as instituições policiais dos Estados e com a própria Polícia Federal, hoje profundamente angustiada pelo desinteresse e descrédito da população que, até hoje, via na polícia a sua proteção, a sua segurança.

Não há nenhum tipo de investimento nem de preparo, nem de reciclagem nas polícias. Por esta razão, a polícia que até então intervivia no processo para garantir a ordem pública, passa a ser parte do processo e, muitas vezes, é indiciada pelo seu resultado.

Está aí o exemplo do Pará, numa hora triste em que teríamos para comemorar, na esperança de que o Dia da Polícia fosse um dia festivo. Lamentamos o que ocorreu no Pará, onde a polícia foi intervir num processo, por determinação governamental, e passou a ser a responsável por uma desgraça que, infelizmente, não se tem como reparar, quando 19 trabalhadores do campo foram mortos de forma injusta e, às vezes, por um excesso de violência, resultado talvez do ódio gerado pelo clima em que a polícia trabalha.

As explicações que aqui foram dadas pela comissão que esteve no Pará nos entristece. Não acreditamos que a polícia seria capaz de fazer isso, se tivesse preparo psicológico e profissional para interviver nesses processos.

Os assassinatos, como o Senador Eduardo Suplicy acabou de mencionar, foram cometidos com instrumentos como a foice. Os corpos tinham ferimentos perpetrados posteriormente aos tiros que colocaram os sem-terra por terra, dilacerações praticadas com seus próprios instrumentos de trabalho.

Isso é inaceitável. Não podemos, de forma alguma, defender uma posição como essa por parte da polícia. Mas também não posso aceitar decisões improvisadas como a do Ministro da Justiça de criar uma guarda nacional com o objetivo de intervir em questões sociais. Hoje foram os sem-terra; amanhã poderá ser os desempregados. Jamais uma organização como a guarda nacional pode ser destinada a intervir em questões sociais. Em todos os países onde existe, a guarda nacional é uma organização paramilitar. Como se vai colocar para enfrentar um grupo de desempregados, de sem-terra, uma força paramilitar com canhões, metralhadoras? Não acredito que isso obtenha êxito.

Temos a certeza de que este Senado, sob a Presidência do Senador José Sarney, colocar-se-á em defesa da ordem jurídica e saberá, na hora certa,

fazer com que se apreciem os projetos que estão surgindo de idéias que não conflitantes. Temos a responsabilidade de nos manter serenos para aprovar aquilo que seja objetivamente do interesse público.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma; o Sr. Antônio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência recebeu expediente do Presidente do Comitê Parlamentar de Combate ao Anti-Semitismo e à Xenofobia, sugerindo a realização de uma sessão especial do Congresso Nacional sobre a luta contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo.

O expediente vai à publicação.

É o seguinte o expediente recebido:

Jerusalém, 19 de março de 1996.
28 Adar 5756

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Brasília, Brasil

Prezado Senador Sarney,

Há três anos, em fevereiro de 1993, tomamos a iniciativa de escrever aos presidentes dos parlamentos de todo o mundo solicitando a realização de uma sessão especial sobre a luta contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo. Sugerimos à época que a sessão fosse realizada no Dia do Holocausto, marcado pelas comunidades judaicas em Israel e em todo o mundo no ano em curso para o dia 16 de abril. Em nome do Knesset (Parlamento de Israel), respeitosamente solicitamos que o senhor realize a sessão mais uma vez este ano.

Todos os homens de boa vontade acreditavam que a lição do holocausto tivesse sido aprendida pelo mundo. Seis milhões de judeus, um terço do povo judeu, foram sistematicamente exterminados pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial o que foi a mais diabólica tentativa da história para exterminar todo um povo. Das cinzas do holocausto surgiu uma vontade irreprimível de estabelecer um estado judeu e de assegurar que aquele genocídio desenfreado jamais aconterá de novo.

O povo judeu contempla com assombro as horríveis manifestações de racismo, xenofobia, neo-nazismo e anti-semitismo que se tornaram lugar comum apenas cinqüenta anos depois que aquelas atrocidades indescritíveis foram cometidas.

As comunidades judaicas em Israel e em outros países dedicam um dia por ano, que se denomina Yom Hashoa (Dia do Holocausto) à memória das vítimas. A data, o vigésimo dia do mês hebraico de Nissan, que este ano cai em 16 de abril, foi escolhido para celebrar a revolta do Gueto de Varsóvia em 1943. Em 1996, faz cinquenta anos que vários sobreviventes europeus saíram rumo ao pré-estado de Israel: esses sobreviventes, quebrantados no corpo e no espírito pelos anos de opressão sob o jugo nazista, decididos a recomeçar a partir das cinzas da destruição judaica e a reconstruir suas vidas como um povo soberano, livre de perseguição.

Como oficiais eleitos para representar a justiça social inerente ao processo democrático, é nosso dever coletivo evitar que os demônios do passado ameacem a raça humana e a civilização.

É com esse pensamento que respeitosamente apelamos ao senhor mais uma vez para realizar uma sessão especial do Congresso para marcar a luta contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo no dia ou próximo ao Dia do Holocausto. Essa sessão encorajaria a resistência e a condenação dessas tendências que causam tanto sofrimento.

Com a mais alta consideração,

Atenciosamente,

Ovadia Eli, M.K.
Porta-Voz Adjunto
Presidente do Comitê Parlamentar
de Combate ao Anti-Semitismo e à Xenofobia

Prof. Shevach Weiss
Porta-Voz



הַכָּנֵסֶת
KNESSET

Jerusalem, 19 March 1996
28 Adar 5756

Senator Jose Samey
President of the Federal Senate
Brasilia, BRAZIL

Dear Senator Samey,

Three years ago, in February 1993, we took the initiative to write to the heads of parliaments around the world to urge that a special session on the struggle against racism, xenophobia and anti-

semitism be held. We suggested that the session be held on Holocaust Memorial Day, marked by Jewish communities in Israel and around the world this year on April 16. On behalf of the Knesset (Israel's Parliament), we respectfully call upon you again to hold such a session this year.

All men of good will had surely hoped that the lessons of the Holocaust would have been learnt by the world. Six million Jews, one third of the Jewish people, were systematically exterminated by the Nazis during the World War II in what was the most diabolical attempt in history to exterminate an entire people. Out of the ashes of the Holocaust arose an unstoppable will to establish a Jewish state and to ensure that unbridled genocide would never be able to happen again.

The Jewish people look on in dismay as ugly manifestations of racism, xenophobia, neo-nazism and anti-semitism have become commonplace just over fifty years since those unspeakable atrocities were committed.

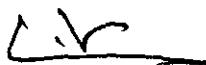
The Jewish communities in Israel and in other countries dedicate one day every year, called Yom Hashoa (Holocaust Memorial Day) to the memory of the victims. The date, the 27th day of the Hebrew month of Nissan which falls this year on April 16, was chosen to commemorate the revolt of the Warsaw Ghetto in 1943. This Year we mark fifty years since the flight of many of the survivors from Europe to pre-state Israel: these survivors, broken in body and spirit by years of oppression under the Nazis, resolved to reclaim life from the ashes of Jewish destruction and to rebuild their lives as a sovereign people, free from persecution.

As elected officials representing the social justice inherent in the democratic process, it is our collective duty to prevent the demons of the past from once threatening mankind and civilization.

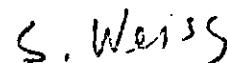
It is with these thoughts that we respectfully appeal to you again to hold a special session of Parliament to mark the struggle against racism, xenophobia and anti-semitism on or near Holocaust Memorial Day. Such a session would encourage resistance to and condemnation of these troubling trends.

With the highest consideration,

Yours sincerely,



Ovadia Eli, M.K.
Deputy Speaker
Chairman of the Parliamentary Committee
to Combat Anti-Semitism & Xenophobia



Prof. Shevach Weiss
Speaker

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os Srs. Senadores Luiz Alberto de Oliveira, Gilberto Miranda, Romeu Tuma e Lúcio Alcântara enviaram discurso à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (PTB-PR) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Paranaguá, cidade matriz da expansão portuguesa rumo ao Brasil meridional, elevada à categoria de Vila, já em 1648, é, por seus designios históricos, um dos mais importantes baluartes do processo civilizatório do período colonial.

Não obstante seu passado longínquo, quase a se perder na noite dos tempos, pouca tem sido a produção historiográfica alusiva à cidade-berço do o Brasil Meridional que ousou espraiar-se a quem e além de Tordesilhas.

Agora, a partir dos estudos e pesquisas de um incontível amante de Paranaguá, o Doutor Alceo Tramujas, a bibliografia histórica de meu Estado recebe sobreja contribuição, na forma do texto monográfico "Histórias de Paranaguá, dos Pioneiros da Catinga à porta do Mercosul no Brasil Meridional".

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de uma pesquisa de rara oportunidade, seja pelo seu ineditismo documental, que traz a lume preciosas informações, seja pela beleza do gesto, de escrever-se sobre o torrão natal, na nobilíssima atitude de doar-se pela palavra às gerações adventícias.

Deve-se destacar ainda o trabalho de tratamento e organização do texto de Alceo Tramujas, levada a efeito pelo jornalista e pesquisador Guilherme Urban, que debruçou corajosamente sobre os escritos originais, para dar forma definitiva ao texto final, feito de copiosa paixão e de farto e incontável material pesquisado.

Não posso deixar de assinalar também o trabalho de outro ilustre parnanguara, eminente homem público e que emprestou a esta Casa Congressual muito de seu privilegiado intelecto e de suas incontáveis virtudes, o Senador pelo Estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto. Bento, ao saudar o tricentenário de sua cidade-natal, em memorável sessão de 29 de julho de 1948, em testemunho indelével assim se manifestou: "...A civilização paranaense nasceu em Paranaguá. Fixou-se aí. O planalto era a passagem, a instabilidade. De Paranaguá partiram homens que subiram a Serra e foram ajudar a empurrar o Meridiano de Tordesilhas até o rio Paraná. Em Paranaguá construíram-se os nossos grandes sobrados coloniais, os únicos do Paraná, a bordejar suas ruas deliciosamente tortuosas, inclusive a Rua Direita, que é torta como todas as ruas direitas. O Paraná adquiriu caráter próprio no Planalto, mas nasceu, perpetuou-se, lançou raízes indeléveis entre a serra e o mar".

Não poderia omitir neste momento outro vulto que marcou profundamente a história desta Casa, também filho ilustre de Paranaguá, o saudoso Senador Accioly Filho, que em muitas ocasiões se referiu de forma emotiva à sua cidade natal, o que bem demonstra a prodigalidade com a qual a generosa terra litorânea gera bons frutos.

Congratulo-me, finalmente, com toda a população do Estado do Paraná e, em especial, com a brava e valorosa gente do pouco extenso, mas pujante litoral paranaense, que certamente saberá valorizar o digníssimo exemplo do Doutor Alceo Tramujas.

Se é verdade que a grandeza dos lugares é a fiel projeção da grandeza de seus homens e mulheres, não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Senadores: que Paranaguá que sempre foi grande, por vultos como Munhoz da

Rocha e Accioly Filho, está agora maior, pelo trabalho sincero e edificante de Alceo Tramujas.

Por todo exposto, solicito a inclusão da pesquisa "Histórias de Paranaguá, dos Pioneiros da Cotinga à Porta do Mercosul", nos Anais desta Casa, na devida forma protocolar e regimental.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA EM SEU DISCURSO.

Alceo Tramujas

HISTÓRIAS DE PARANAGUÁ

(Dos pioneiros da Cotinga à porta do Mercosul no Brasil Meridional)



Edição e organização de Raul Guilherme Urban
1ª edição - 1996

HISTÓRIAS DE PARANAGUÁ

**(Dos pioneiros da Cotinga
à porta do Mercosul no Brasil Meridional)**

INTRODUÇÃO

Em outubro de 1995 fui procurado por Albino Tramujas, um dos filhos do Autor, quando me foi entregue uma coletânea de textos datilografados pelo seu pai. São escritos da década de 80, contendo farta documentação histórica de Paranaguá e região, costumes populares, folclore, curiosidades. Textos aleatórios foram então ordenados, de forma a dar seguimento a uma linha de compreensão de quem folhear o rico e farto material ora documentado. Procurei não alterar a essência do conteúdo, apenas organizando e editando o que me foi confiado, mantendo, na íntegra, o que foi anotado por um parnanguara que, como professor secundário, durante anos diretor de estabelecimentos de ensino local, cirurgião-dentista e historiador, deixa às novas gerações o legado de seus conhecimentos.

O Autor, Alceo Tramujas, demoradamente pesquisou em inúmeras fontes, e explica a metodologia adotada para embasar as “Histórias de Paranaguá”, criteriosamente datilografadas no andar do tempo. Segundo ele,

“na época compreendia entre 1976 e 1985, a pesquisa principal estava centrada na ‘História dos Governantes do Brasil’, compreendendo os períodos colonial e imperial. No entanto, quando nesses livros apreciam notícias referentes a Paranaguá, elas eram registradas num outro trabalho, que acabou se transformando nestas ‘Histórias de Paranaguá’. Muitas crônicas foram posteriormente baseadas em notícias publicadas em jornais, revistas e almanaques.”

As demais fontes consultadas pelo Autor constam da bibliografia, publicada na parte final desta obra. Às referências históricas locais acrescentaram-se dados e elementos enriquecedores, por parte deste organizador e editor, frutos de pesquisa e busca em fontes seguras, com isso oferecendo ao leitor a possibilidade de, ao longo do compêndio, buscar o que precisa para aclarar idéias, informações e dados sobre a região que foi nascedouro do Paraná, até 1853 Quinta Comarca de São Paulo.

A título de informação e esclarecimento aos leitores, todas as referências bibliográficas consultadas por este organizador também constam, de forma independente, na parte final do compêndio, com o objetivo de facilitar aos leitores o acesso às fontes alternativas de pesquisa. Valendo-se dos

textos do Autor, os diversos temas e assuntos, originalmente escritos sem maior preocupação com uma seqüência, foram divididos em capítulos, a começar pela História de Paranaguá, para então dar seqüência a outros pontos abordados, sem com isso se perder o fio da meada. Diferentemente dos diversos livros já existentes sobre a história parnanguara, todos de respeitáveis e conhecidos autores, este trabalho transmite em seu bojo também uma opinião personalíssima do Autor, que, ao longo das linhas, expressa profundas vivências pessoais, tornando-nos partícipes de um passeio que leva aos meandros de uma Paranaguá nem sempre conhecida por completa.

Ao texto, como se observa, deu-se um tratamento narrativo, quase jornalístico, fruto dos longos anos vividos por este organizador em veículos de comunicação, em assessorias de imprensa e, em especial, em endereços voltados ao estudo profundo da pesquisa urbana. Ao contrário dos trabalhos correlatos já existentes, deixou-se de lado, propositadamente, a linguagem científica da pesquisa. Todos os fatos foram, tão e só, ordenados, oferecendo ao leitor uma ampla visão do nascer, do desenvolvimento e do futuro de uma cidade e região.

Alceo Tramujas mergulha no tempo, e mostra porque Paranaguá ocupa papel de relevo na história regional e do país. Da chegada dos primeiros colonizadores à Ilha da Cootinga, vindos de São Vicente, no século XVI, aos dias de hoje, quando Paranaguá é a principal porta de entrada do Mercosul no Brasil Meridional, há muito o que contar.

**Raul Guilherme Urban, jornalista
Curitiba, fevereiro de 1996**

1. O PERSONAGEM

É de 5 de junho de 1923 esse parnanguara, filho de José e Albina Martins Tramujas, também filhos da terra, que freqüenta o pré-primário no antigo Colégio São José, então existente no quarteirão hoje ocupado por um posto de gasolina e a agência da Caixa Econômica Federal. O curso primário é feito na Escola Normal Dr. Caetano Munhoz da Rocha, concluído em 1934. No ano seguinte, em Curitiba, freqüenta o curso preparatório para o exame de admissão e ao curso ginásial no Liceu Rio Branco, em Curitiba, no Batel.

São cinco anos de convívio com professores como João Loyola, João Estêvão dos Santos, Aníbal Bond Carneiro, Lício de Castro Vellozo, Fran-

cisco Villanueva, além de se irmão, Joaquim Tramujas. Orador da turma de 1940, escolhe a Odontologia como futura profissão. Matricula-se, no ano seguinte, no Curso Pré-médico do Ginásio Paranaense, em Curitiba, à noite, que preparava os candidatos ao exame de admissão aos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Agronomia e Química Industrial. Tem aulas com professores de expressão, como Porthos de Castro Vellozo, Duílio Calderari, Orlando Sprenger Lobo, Pedro de Macedo, Emílio Sounis e Guilherme Buttler. Estuda à noite, trabalha durante o dia com o irmão, responsável pela transmissão diária do resultado da Loteria. Agripino Tramujas, o irmão, herda do pai a principal banca do jogo do bicho, também distribuidor das loterias federal e estadual do Paraná.

Tempos dificeis, os da década de 40. O Brasil vive tempos de um governo com poderes absolutos, e o jogo, uma contravenção, sofre terríveis campanhas. Os freqüentes riscos dão lugar ao primeiro emprego: Silzeu Pereira Alves, gerente do recém-fundado Café Alvorada — o primeiro estabelecimento em que se toma café em pé, no térreo do Palácio Avenida, na Travessa Oliveira Bello —, convida Alceo Tramujas a trabalhar na empresa. Silzeu e Alceo são companheiros de quarto na Pensão Cândida, então existente na Avenida João Pessoa, 75, hoje Avenida Luiz Xavier, hoje um espaço popularmente conhecido como Boca Maldita.

Meses depois, no período diurno, torna-se propagandista de produtos farmacêuticos fabricados pelo Instituto Bioquímico. O horário é flexível, e uma vez por dia Alceo Tramujas presta contas da atividade a Egidio Pereira, no escritório que ficava na esquina das avenidas Marechal Floriano Peixoto e Sete de Setembro. O estudante visita e conhece médicos, farmacêuticos, hospitais. Faz amigos, vive bem, recorda das memoráveis noitadas regadas a saraus, serenatas e caminhadas. Em 1940 presta serviço militar no Tiro de Guerra Rio Branco, em Curitiba. Cola grau no mesmo ano e é orador da turma, nos salões da Sociedade Duque de Caxias, que reúne alemães e seus descendentes na velha sede da Rua Doutor Muricy, espaço hoje ocupado por uma loja de departamentos, na capital.

Joaquim Tramujas, o irmão, casa, em 1941, com Vera de Souza e Silva, em Paranaguá. Alceo aproveita os festejos e assiste uma partida de bola ao cesto no Clube Olímpico. Conhece e corteja Ivone, também parnanguara, com quem conversa, namora, noiva e casa, constituindo família em 1946. Uma paixão que neste 15 de junho de 1996 completa 50 anos. Vencido o ciclo ginásial, em 1941, Alceo Tramujas matricula-se no curso Pré-médico do Ginásio Paranaense. Opta pela Odontologia, apesar do apelo paterno que

quer vê-lo guarda-livros. Presta vestibular em 1943 e, três anos após, recebe o diploma.

Ainda em pleno curso, em 1945, recebe o convite para lecionar a cadeira de Ciências Físicas e Naturais no Colégio José Bonifácio, em Paranaguá. Mesmo inexperiente no magistério, é nomeado professor catedrático interino pelo interventor Manuel Ribas, após audiências com a direção da escola e o diretor-geral da Educação no Paraná, Antenor Pamphilo dos Santos. Foram 25 longos anos dedicados, simultaneamente, ao magistério e à odontologia, no consultório instalado na Rua XV de Novembro, 57, anexo à Farmácia e Drogaria União, em Paranaguá. Além do Colégio José Bonifácio, dedica-se ao ensino de Biologia no curso científico da Escola Normal "Dr. Caetano Munhoz da Rocha". Na segunda metade dos anos 50, assume também a direção dos dois estabelecimentos. Deixa a função em 19 de maio de 1959, mas não abandona as salas de aula e o consultório. Leciona até 1969, quando se manifestam os primeiros sinais de depressão só contornados seis anos após sucessivos e traumáticos tratamentos médicos. Afastado de toda e qualquer atividade desde então, só em abril de 1976 reabre o consultório odontológico.

Hoje, aposentado, Alceo Tramujas dedica seu tempo disponível à pesquisa histórica de Paranaguá. Seus escritos, contendo dados históricos, curiosidades, fatos pitorescos do folclore local e lembranças várias, estão reunidos neste compêndio. Um legado a ser consultado pelas gerações que buscam os elementos necessários à compreensão dos fatos que são a marca da Paranaguá nascida na Ilha da Cootinga, e hoje porta de entrada do Mercosul, no Brasil Meridional.

2. HISTÓRIA E FATOS

Anos a fio, apesar da dedicação ao magistério e à prática odontológica, Alceo Tramujas reservou seu tempo para pesquisar e anotar dados e fatos da história parnanguara. Conviveu com vultos eméritos, desde o tempo dos professores do curso primário às expressões culturais e políticas locais. Bebeu em fontes incontestes de historiadores; freqüentou a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, visitou as paragens locais, sempre em busca de elementos enriquecedores da história local. Soube resgatar, ao longo dos escritos, valores parcialmente já esquecidos pelas novas gerações.

História e fatos, narrados nas páginas seguintes, nos convidam a um passeio pelo tempo. É como se o Autor, em nossa companhia, fosse o cicerone que, com orgulho, nos mostra, passo a passo, as entradas e os mistérios

os da secular Paranaguá a ser redescoberta e revista com os olhos de quem encontra a remanescente faísca que nos leva aos primitivos veios auríferos dos chegados, ainda no século XVI, da região de São Vicente. Ao organizador e editor coube apenas adaptar os textos do Autor, acrescentando dados históricos relevantes, de interesse geral, e informações complementares, para fácil compreensão dos leitores.

PREITO ÀS HISTÓRIAS DE PARANAGUÁ

Hábito salutar, o de narrar fatos notáveis.

Idades e acontecimentos, que não podem ser esquecidos,

Sabedoria qualificada, moral, cívica ou social;

Tesouros a ser desenterrados,

Obras que sempre serão exemplos,

Reunidas na cidade-berço da vistosa civilização paranaense

Inspirada na grandeza dos seus filhos,

Aqueles que deixaram suas terras distantes,

Sofrendo e perdendo a vida na sua colonização.

Dotados de uma energia inigualável,

Estiveram imponentes, em todos os combates.

Padeceram, mas venceram,

À beira mansa do Rio Itiberê.

Realizaram seus sonhos iniciais.

Avançaram e conquistaram a terra do Interior, além das serras.

Nenhum obstáculo os deteve.

As raízes que plantaram, se multiplicaram em todos os Planaltos.

Ganharam, pelo mérito, importantes cargos na administração.

Unidos e ufanos, construíram a história de Paranaguá,

A terra de tantos e tão notáveis vultos.

Alceo Tramujas
Curitiba, 4 de novembro de 1994

CAPÍTULO I

HISTÓRIAS, REMINISCÊNCIAS

Parte 1

- Paranaguá na Ilha da Cootinga (das origens à fundação da Vila)

Parte 2

- Vila da Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá

* O Capitão-Povoador e os Caminhos

* A Capitania de Paranaguá

* Detalhes da Emancipação

Parte 3

- Os Jesuítas, a Igreja de São Benedito,
a Igreja de Nossa Senhora do Rosário
e a Irmandade da Ordem Terceira

CAPÍTULO I

HISTÓRIA, REMINISCÊNCIAS

PARTE 1

PARANAGUÁ NA ILHA DA COOTINGA (DAS ORIGENS À FUNDAÇÃO DA VILA)

a - Origens e a ocupação

A origem de Paranaguá é incerta, sob o ângulo histórico. É atribuída às Bandeiras que, em 1560, partindo de Cananéia, uma das mais antigas povoações do litoral brasileiro, se dirigiram ao Sul, em canoas e pirogas. Aportaram na Ilha da Cootinga, onde criaram uma povoação, como mostram os pilares e alicerces ainda ali existentes, atestando a origem de Paranaguá, termo indígena que significa *enseada do mar, baía*, como define Silveira

Bueno, professor da Universidade de São Paulo, em seu “Vocabulário Tupi-Guarani-Português”.

Essa nascente povoação, diminuta pela sua população, mas grande pela força de vontade de seus fundadores, como pelo desejo de seu engrandecimento — não obstante as contrariedades e opressões que se antepunham ao seu desenvolvimento —, foi tomando incremento. Mais tarde, a povoação foi transferida para terra firme e localizada na margem esquerda do Rio Itiberê, então conhecido como Rio Taguaré, na parte meridional de uma planície alta, arenosa e sinuosa. Os anos passaram. Paranaguá se desenvolveu, transformando-se em importante cidade. Os saudosistas, contudo, já escreveram que outra seria, certamente, a cidade de Paranaguá, se os primeiros povoadores, avaliando com mais interesse e reflexão a posição magnífica e elevada do terreno, e as vantagens que no futuro poderiam sobrevir, firmassem sua permanência no Alto da Cootinga. Lugar aprazível, ventilado, cheio de encantos, diante de um painel pitoresco que se desdobra para todos os lados. Onde edificações construídas em degraus, nas inclinações do terreno, de um e de outro lado, tornar-se-iam elegantes, salientes e originais.

A cidade seria descortinada por todos os lados, circundada pelo mar, formando extensas baías, com excelente porto ou ancoradouro útil pela sua profundidade, como pela facilidade de embarque e desembarque. Onde, por muito tempo, e ainda hoje, fundeiam navios de grande calado, à espera de atracação no sempre congestionado Porto Dom Pedro II. Verdadeira doca natural, sendo ela, a cidade —se assim o fosse o centro de um belo panorama, digno de apreciação —, bem diferente do local em que foi erguida depois. Defendendo a Cootinga como local privilegiado de um núcleo urbano, afirmavam os historiadores que, onde hoje se encontra, nenhuma vista aparente oferece ao viajante que se aproxima e que, curioso, busca encantos arrebatadores pela novidade que espera contemplar, por causa dos manguezais e matas que, elevando seus galhos copados, cercam-na para os lados Nordeste e Leste. A grande e montanhosa Cotinga é mais um obstáculo para que Paranaguá não possa ser vista em toda sua extensão.

b - A Baía e o Povoamento (As predações e o ciclo do ouro)

Ainda no século XVI, quando da chegada dos primeiros colonizadores, a Baía de Paranaguá exercia um importante papel, sob o prisma geográfico: sua entrada correspondia ao limite da segunda parte da Capitania de São Vicente, com 46 léguas de costa. Começava em Bertioga, no litoral paulista,

estendendo-se até a altura da Ilha do Mel, na costa paranaense. Em 1549, o alemão Hans Stader, que aportou no Brasil a bordo de navios portugueses e aqui permaneceu, refém dos indígenas durante bom tempo, constatou que Superagui abrigou o primeiro núcleo de lusos. Era de Superagui que partia o caminho, desde o mais remoto tempo conhecido pelos indígenas, que levava a Cananéia. Foi esse núcleo povoador que depois se radicou na Cootinga, ocupando, mais tarde, terra firme.

Até meados do século XVI — a exemplo do que ocorria em toda a costa meridional e, por extensão, do país — a principal atividade econômica, além do plantio de pequenas áreas, foi o tráfico de bugres nativos. Hans Staden revela em seu livro, em que conta sua passagem pelo Brasil, que a captura e o tráfico era facilitado, porque os povoadores, no correr do tempo, se uniram às chefias indígenas em virtude casamentos e parentescos. Ainda na primeira metade do século XVI, as áreas habitadas do Brasil Meridional eram insignificantes. Donos das terras, os portugueses fundaram Santo André da Borda do Campo, São Paulo de Piratininga, mantinham as capitania litorâneas em território paulista, e só mais tarde deram origem a Paranaguá.

Os castelhanos mantinham modestos núcleos na costa catarinense, desde São Francisco do Sul, antigamente conhecida por Babitonga, até o Porto dos Patos, na Ilha de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. Entre Iguape, em São Paulo, e Babitonga, em Santa Catarina, aí incluindo Paranaguá, restava a terra de ninguém. Portugueses e castelhanos freqüentavam a região, pelo mar, ou usando as veredas dos bugres, também conhecidas dos povoadores brancos.

Mas foi em 1560 que o pequeno povoamento se estabilizou, quando foi erigida a capela em louvor a Nossa Senhora das Mercês, na Ilha da Cootinga. Ao padre Baltazar Fernandes, contemporâneo dos primeiros colonizadores, restava a mágoa de ver desabitadas grandes glebas de terras férteis, próprias para o cultivo de alimentos. Só no século XVII a costa do Brasil Meridional foi sistematicamente ocupada, permitindo o progresso dos povoamentos. Alguns deles foram elevados à condição de Vila: Iguape, em 1635; São Sebastião, no ano seguinte, e Ubatuba, em 1638. Mais ao Sul, incrementava-se o povoamento junto à Baía de Paranaguá. Seus moradores já percorriam caminhos, por terra ou via fluvial, que levavam ao sopé da Serra do Mar. Pode-se dizer que de meados do século XVI a meados do século seguinte, a feição dominante da existência econômica dos povoadores, concentrados ainda em sua quase totalidade no território de São Paulo, foi a que se ligou ao apresamento e ao comércio de bugres cativos. Uma atividade que remontava aos primeiros contatos de brancos com indígenas na faixa

costeira, e que serviu como base fundamental para o progresso do povoamento nessa região do Brasil.

Não tarda para que, na segunda metade do século XVI, os colonizadores descubram uma nova vertente econômica. Constatam que a região é rica em minérios, em especial o ouro. Sabe-se que em 1560, uma expedição chefiada por Brás Cubas, em companhia do mineiro prático Luís Martins, descobre ouro em Caatiba, Bacaetava e no Morro do Jaraguá. Ouro tão bom como o das Minas Gerais, e dos mesmos quilates. Mais tarde, entre 1570 e 1584, revelaram-se jazidas auríferas na costa meridional de São Paulo e no atual território do Paraná, descobertas durante expedição organizada e dirigida por Heleodoro Eubanos. Não era à toa que os vereadores de Piratininha, em carta ao donatário da Capitania, em 1606, diziam, textualmente:

"Tem ouro, e esperamos que haja prata, pelos muitos indícios que há, mas faltam recursos, mineiros e fundidores experimentados."

O declínio e o desaparecimento do tráfico de escravos indígenas foi a contribuição, ainda que de forma indireta, para estimular o prosseguimento e incentivo da pesquisa e exploração das minas auríferas, nas regiões onde, por tradição, já se realizavam trabalhos de mineração, e em outras, notadamente no Sul de São Paulo, como a região de Iguape e do Vale da Ribeira. Restavam ainda as terras do futuro Estado do Paraná, como Paranaguá, Curitiba e o Assungui. O mesmo quadro, segundo os historiadores, foi constatado em outros núcleos do Brasil Meridional.

O ouro parnanguara, ao contrário do imaginado pelos colonizadores, não gerou grandes riquezas. O aparente rico filão esgotou-se rapidamente. A exploração é regular do final do século XVI e as décadas seguintes, mas só em 1651 Eleodoro Ébano Pereira, enviado à região de Curitiba provavelmente em 1639, por ordem do governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, relata que

"Nos campos de Curitiba, sertão desta baía, descobriram-se outros ribeiros de lavagem, donde já estive e fiz experiências, haverá doze anos, vindo em visita destas Capitanias por ordem do Governador Salvador Corrêa e Sá Benevides, de que lhe levei amostras."

O cronista português Antônio Vieira Santos (Porto, 1784 / Morretes, 1854), refere que Gabriel de Lara já se encontrava no litoral paranaense, em 1640, seis anos antes de manifestar à Câmara paulista a descoberta de ouro nas encostas da Serra Negra. Em 1649, surgia em Paranaguá a Casa da Fundição, para barretagem, marcação e quintagem do ouro explorado nos sertões de Curitiba e do Assungui, nas minas de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira e do Ribeirão, desde 1678 e até o final do século, por Antônio de Campos e Salvador Jorge Velho.

PARTE 2

VILA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PARANAGUÁ

O CAPITÃO-POVOADOR E OS CAMINHOS

a - Paranaguá e Gabriel de Lara

Bandeirante, nascido em Parnaíba, São Paulo, provavelmente em 1600, Gabriel de Lara, filho do espanhol Diogo Ordoñez de Lara e de Antônia de Oliveira, exerceu um importante papel no processo de desenvolvimento de Paranaguá, a partir de 1646, quando, em 6 de janeiro daquele ano, com autorização de Duarte Corrêa Vesqueannes, governador do Rio de Janeiro, ergue o pelourinho de Paranaguá. Foi Gabriel de Lara quem, em novembro de 1646, manifestou ante a Câmara Municipal de São Paulo, a descoberta de minas de ouro, nas encostas da Serra Negra. A vinda do bandeirante ao Sul tinha lá seus motivos. Casado com Brígida Lourenço Gonçalves, depois de residir em Iguape, de 1628 a 1632, transfere-se ao litoral paranaense por volta de 1640, com a patente de Capitão-Povoador, a mando do conde de Monsanto. É o temor de investidas holandesas no Sul, a presença de corsários no Litoral e, sobretudo, as notícias da existência de ouro na região que transformam Gabriel de Lara na principal autoridade local. Patriarca, valente, transferiu o povoado da Cootinga à terra firme.

Em 4 de maio de 1647 Gabriel de Lara requereu ao Rei a criação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, o que foi deferido por Carta Régia de 29 de julho de 1648. Meses depois, em 26 de dezembro, procedeu, como Capitão-Povoador, a eleição das justiças, dando-lhes posse em 7 de janeiro de 1649, quando se instala a Câmara Municipal da nova Vila. Passam os dirigentes, por meio da influência do patriarca, a ganhar importância e prestígio. A ponto de, mais adiante, fazer frente aos desmandos e à prepotência do governador da Capitania de São Paulo. Foi com Ga-

brief de Lara que governo e justiça formaram o binômio responsável pelas condições estáveis de um desenvolvimento seguro. No final dos anos 40 do século XVII, enquanto Gabriel de Lara é a principal autoridade parnanguara, pioneiros saídos do Litoral iniciava a ocupação dos campos de Curitiba.

Em 1656, o bandeirante foi nomeado pelo Marquês de Cascais Capitão-Mor, Ouvidor e Alcaide-Mor da recém-criada Capitania de Paranaguá, independente das demais. Lara é empossado pela Câmara Municipal local em 15 de maio de 1660.

Com a instalação da Câmara, sob a presidência de um juiz, três vereadores, um procurador e um escrivão, a ordem passou a ser respeitada no núcleo. Como primeira e fundamental consequência, os aventureiros — que eram muitos e de várias nacionalidades — passaram a respeitá-la. Mas Gabriel de Lara controlou o desenvolvimento e a organização da Vila. Quando foi levantado o pelourinho local, apenas quinze nomes constavam do Termo de Ajuntamento. Noventa e cinco habitantes elegeram os primeiros administradores da Vila. Como governador da Capitania de Paranaguá, Gabriel de Lara visita o sítio de Curitiba em 1668. Encontra um modesto povoado habitado pelo gentio e alguns indígenas, alguns ali instalados desde cerca de 1661. E em meados de 1666, são provavelmente os parnanguaras que originam os povoados de Sahy ou Guaratuba.

Gabriel de Lara morreu na Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá em 25 de dezembro de 1682. Como Capitão-Mor da Capitania de Paranaguá, concedeu sesmarias no Litoral e no Planalto, e também autorizou o levantamento do pelourinho de Curitiba, em 1668.

b - Os caminhos da conquista

Só no século XVII, depois de muitas tentativas frustradas, cruzar as até então intransponíveis escarpas da Serra do Mar tornou-se uma realidade. Só uns poucos, na primeira metade daquele século, alcançaram os campos de Curitiba e ali se instalaram, fundando um pequeno povoamento. Relatam historiadores que, em 1743, dois moradores parnanguaras se propuseram a construir um caminho seguro entre Paranaguá e Curitiba. Teria oito braças de largura, prestando-se ao trânsito de cavalos para o transporte de cargas, até então realizado às costas de indígenas escravizados. O empreendimento não vingou, em virtude da oposição dos que exploravam o transporte feito pelos silvícolas, em comboios.

O velho caminho da Itupava era, então, o principal elo entre o Litoral e o Planalto. Sem infra-estrutura, precariamente permitia trânsito regular de

pessoas e animais, dificultado nos meses de chuvas fortes. Embora conhecido desde os tempos da presença de Gabriel de Lara nos campos curitibanos, as primeiras notícias sobre a Estrada da Graciosa — na verdade não mais que um simples caminho — são de 1721, quando o ouvidor Pardinho recomenda sua abertura.

Só em 1770, Affonso Botelho ordena a reabertura da trilha, obra interrompida 12 anos após em virtude do embargo imposto pelo contratador das canoas do Cubatão, o que perdurou até 1807, quando Curitiba e Antonina obtém a reabertura do capitão-general Antonio José de Franca e Horta. O impasse ressurge com a retirada do governador, iniciando-se a disputa entre Antonina, Paranaguá e Morretes. Cada cidade quer ser o centro das atividades comerciais no Litoral. Foi com a emancipação política da Província, em 1853, que a Estrada da Graciosa é reiniciada por ordem do presidente Zácarias de Góes e Vasconcellos, e entregue em 1873 pelo engenheiro militar Monteiro Tourinho. Transformou-se em via carroçável, própria para veículos motorizados, em 1913, no governo de Carlos Cavalcanti.

Desde o século XVII, como atestam documentos diversos, inúmeras expedições percorreram trilhas e caminhos do território paranaense. Mas é o botânico francês Auguste Saint Hilaire que descreve em seu livro “Viagem à Província de São Paulo e Santa Catarina”, publicado em 1851, que nos relata, com detalhes, sua visita de quatro meses ao Paraná, em 1820. Além de percorrer o caminho das tropas, com passagens em Castro e Ponta Grossa, o péríodo de cerca de 700 km inclui o trecho Curitiba-Paranaguá. Saint Hilaire desce a Serra do Mar e, a partir de Paranaguá e Guaratuba, dirige-se à costa catarinense. Descreve, em minúcias, a flora local, com ênfase para a *Araucaria brasiliensis*, o nosso pinheiro nativo. Revela o respeito dos colonos pela árvore, só abatida em caso de necessidade. Saint Hilaire descreve não só a natureza, mas fala dos hábitos populares, dos costumes, do vocabulário indígena e das nuances da fala regional. Observa a ausência de negros no Paraná, o que se confirma com a visita do também francês e artista Jean Baptiste Debret, que ilustra sua passagem pela região em 1827.

A CAPITANIA DE PARANAGUÁ

Em momento algum, desde os primórdios coloniais, São Paulo mostrou qualquer interesse na separação da Comarca. Voltemos no tempo para uma melhor compreensão dos fatos históricos. Em 1640, Gabriel de Lara chegou ao povoado, e seis anos após levantou o Pelourinho, que representa-

va a justiça real, por ordem do governador do Rio de Janeiro. Em 29 de julho de 1648, D. João IV, de Portugal, deu o Foral, elevando a aldeia a Vila. E em 5 de fevereiro de 1842, pela lei número 5, Paranaguá se transformou em cidade. Se o desinteresse paulista era flagrante, em 1850 foram colhidos os primeiros frutos de uma luta iniciada no longínquo 1660, quando o governo do Rio de Janeiro criou a Capitania de Paranaguá, com os territórios que antes formavam a Capitania de Sant'Anna. A autonomia durou até 1711, quando a região se transformou na Quinta Comarca da Província de São Paulo. O povo, descontente, considerou a decisão um retrocesso, iniciando a luta em busca de um governo autônomo. A população local, ao ensejo da visita do ouvidor Rafael Pires Pardinho, em 1727, manifestaram com veemência seu desagrado.

Em 1808, desembarca no Rio de Janeiro o príncipe-regente D. João. A situação melhora. Paranaguá e região sofrem diversos benefícios. Mas a luta prossegue, tendo à frente nomes como Paula Gomes, o Tropeiro; Bento Vianha; Honório Hermeto Carneiro de Leão, o Marquês do Paraná, além de João da Silva Machado, depois Barão de Antonina. Todos participam do movimento revolucionário liberal, que em 1835 desemboca na Revolução Farroupilha. Apesar dos esforços, dez anos são perdidos.

Só em 1850, quando da criação da Província do Amazonas, renovam-se as esperanças da Comarca, desde 1821 chamada de Comarca de Curitiba e de Paranaguá. Carneiro de Leão e Cruz Machado lideram a campanha que resulta na aprovação da autonomia paranaense, conforme a lei número 704, de 29 de agosto de 1853, sancionada pelo imperador D. Pedro II. A Província do Paraná nasce oficialmente em 19 de dezembro de 1853, mas para decepção do povo parnanguara, a capital escolhida é Curitiba, e não Paranaguá. Em 1854, lideranças parnanguaras mostram a importância e o papel de sua cidade na primeira reunião da Assembléia Provincial, na presença do primeiro presidente da Província, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Este, porém, confirma Curitiba como capital, alegando tratar-se de cidade estrategicamente localizada, populosa e meio-termo dos principais núcleos urbanos representados por Paranaguá, Castro e Guarapuava.

DETALHES DA EMANCIPAÇÃO

Em 6 de julho de 1811, a Câmara Municipal de Paranaguá tomou a iniciativa de representar junto ao príncipe-regente, solicitando a emancipação da Comarca e a criação de nova capitania, em virtude da grande distâ-

cia de São Paulo. Baseava sua petição no estado de indigência e miséria em que vivia a Comarca, por total ausência de governo, que lhe animasse a agricultura, o comércio, os rendimentos reais e a adoção de rápidas soluções administrativas. Argumentava a Câmara que, para o progresso da população, da agricultura e do comércio, seria necessário um governo desligado de São Paulo, separando-se, em consequência, a Comarca. Propunham os vereadores que Pedro Joaquim de Castro Corrêa e Sá fosse indicado governador da nova Província.

Novamente, quando do juramento das bases da Constituição de Portugal, em 1821, fizeram os parnanguaras ver sua vontade de emancipação político-administrativa. Prepararam a conjura separatista. Durante a cerimônia do juramento proclamariam, perante o juiz-de-fora, o desejo de instalarem um governo independente de São Paulo. Em 15 de julho de 1821, feito o juramento e as saudações de praxe, com vivas ao rei e à religião, Floriano Bento Vianna apresentou oralmente o seu requerimento:

“Ilustríssimos senhores, temos concluído o nosso Juramento de Fidelidade, e agora queremos que se nomeie um governador provisório que nos governe, em separado de São Paulo.”

O gesto de Bento Vianna, mesmo aplaudido, não vingou. De imediato e conclusivamente, o juiz-de-fora Antônio de Azevedo Carvalho despacha o requerimento apresentado:

“Ainda não é tempo. Com vagar, e na época certa se há de apresentar a Sua Majestade.”

Somente Floriano Bento Vianna retruca o despacho, permanecendo calados os demais presentes. Todos queriam a separação, mas se acomodam ante o despacho do juiz. Vianna diz, porém, que

“o remédio se aplica ao mal quando este aparece e, portanto, não há ocasião melhor, nem mais oportuna”.

O brado foi cônscio. A partir daí, a Comarca ganha importância. Destaca-se pelos melhoramentos, com reflexos no comércio de gado e o expressivo início de exportação da erva-mate pelo porto de Paranaguá. Mas as aspirações só se concretizaram em 19 de dezembro de 1853, com a chegada do conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, enviado como primeiro presidente do Paraná, que escolhe Curitiba como capital oficial, decepcionando a população parnanguara.

PARTE 3

OS JESUÍTAS, A IGREJA DE SÃO BENEDITO, A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E A IRMANDADE DA ORDEM TERCEIRA

a - Os Jesuítas em Paranaguá

Somente no final do século XVII, quando a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá já despontava como importante pólo litorâneo, a questão religiosa ganhou relevo entre seus moradores. Em 1682, conforme petição da Câmara Municipal da Vila de Paranaguá, solicitaram seus habitantes ao Superior Geral da Companhia de Jesus a vinda de padres jesuítas, aptos à educação dos filhos e à realização das chamadas Missões Anuais. Nessa época, os jesuítas já exercem importante papel de educadores na região de Guairá, no outro extremo do Estado. Nova petição é enviada em 1685. Cinco anos após, a Câmara Municipal se dirige ao provincial da Companhia de Jesus, solicitando seis padres. Promete construir uma casa para eles, dando-lhes ainda dinheiro para aquisição de escravos e terras para que realizem suas atividades agrícolas. Em troca, os religiosos garantem o ensino de Latim e de Religião aos alunos do curso primário. Os primeiros jesuítas desembarcam em 1697, quando recebem seis escrituras de doação. Em agosto de 1704, a Câmara registra a decisão do Provincial em fixar residência de padres da Companhia de Jesus em Paranaguá. Em nome do povo, e para efeito da fundação de um convento, foram doados à instituição, por Antonio Morato, os bens e alfaias da capela de Nossa Senhora das Mercês, além de gado nos campos de Curitiba, metade da Ilha da Cootinga e terras no Varadouro.

Em 2 de maio de 1707, a Câmara Municipal doa sete mil cruzados para a construção da igreja, de dois currais, além de 400 cabeças de gado e terras para plantações e pastoreio. Em 14 de maio do ano seguinte, os padres Antônio da Cruz e Thomaz de Aquino chegam à vila e fundam a Casa dos Jesuítas. Começa a construção do colégio — na verdade não mais que uma modesta casa escolar —, reservado ao ensino fundamental de Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais, Geografia, História e Ciências. Mas o ouvidor João Saraiva, de São Paulo, embarga a obra em 3 de fevereiro de 1709, alegando a falta de autorização e licença real. A pequena casa se transforma em colégio em 10 de dezembro de 1752, transferindo-se para as novas instalações em 1754. O impasse perdura até 19 de março de 1755, quando o Colégio dos Jesuítas é inaugurado. Nesse período, materiais de construção

foram pacientemente armazenados, à espera do final desse impasse burocrático. Novas obras se estenderam até 1759. Com a expulsão dos padres jesuítas do Brasil, por decisão do Marquês de Pombal, ministro do rei português D. José I, o colégio foi abandonado, com obras ainda incompletas. Hoje, o colégio, que precisou de cerca de cem anos para ser construído, é uma lenda. Sequer se sabe se, efetivamente, funcionou regularmente.

Os muitos impasses

Construir e fundar o Colégio dos Jesuítas de Paranaguá exigiu esforços hercúleos da comunidade e dos religiosos, um problema que se estendeu por décadas, como apontam documentos oficiais.

Em sessão de 8 de outubro de 1710, por se haver terminado o tempo consignado em anterior escritura, os Oficiais da Câmara de Paranaguá fizeram nova escritura de obrigação com os padres jesuítas, decidindo, em nome do povo, dar o restante dos sete mil cruzados, prometidos pelos seus antecessores em Escrituras mais antigas, doações em dinheiro, materiais de construção, plano de construção do Colégio e detalhes técnicos da construção.

Em 1720, novos embaraços. Pelo provimento número 60, o ouvidor Rafael Pires Pardinho não reconheceu como legítimas as doações de metade da Ilha da Cootinga e das terras do Varadouro, sustando as obras do colégio. Em 17 de março de 1722, nova petição da Câmara exigia o prosseguimento das obras. Em outubro de 1722, em ofício à Sua Majestade, propõe a Câmara construir o colégio com recursos próprios. Em 1726, o Primeiro Ouvidor Geral e Corregedor da Ovidoria de Paranaguá, Antonio Álvares Lanhas Peixoto, pelo provimento número 5, reformou as decisões do ouvidor Pardinho, reconhecendo as doações feitas à Companhia de Jesus.

Em 1731 são restaurados os provimentos anuladores do ouvidor Pardinho, mas a Câmara pede licença para que os padres possam construir uma “Casa Colegial” na Vila, pois que, os mesmos já dispunham patrimônio suficiente. Em 26 de março de 1736, o ouvidor geral, Manuel dos Santos Lobato, dirige-se ao Rei de Portugal, relatando a falta de professores, por não haver ali convento de religiosos. Havia padres, mas nada podiam fazer, por falta de licença real.

O ouvidor informava que as doações em dinheiro, suficientes para a construção e a sustentação dos padres e seus escravos, seriam obtidas com o produto de suas fazendas e da pesca, abundante nos mares daquela região. Parecia-lhe que Sua Majestade deveria conceder a licença e uma ajuda de custo, se fosse do seu real agrado. Cópia do translado da escritura da obriga-

ção da Câmara para com os padres jesuítas foi remetida à Metrópole em 8 de outubro de 1710. O auto de testemunho foi feito na Vila, em 23 de março de 1737, para se conhecerem os bens dos referidos padres.

Em 18 de junho de 1738, manifestou-se o Conselho Ultramarino, referindo-se à petição de 1733 e às informações do ouvidor geral, de 1737. O procurador da Fazenda era de parecer que se fizesse justiça, mas o procurador da Coroa acrescentou que, se os jesuítas recebessem a licença pretendida, lhes seria vedada a aquisição de novas terras. Em 19 de setembro de 1738, finalmente, foi autorizada a licença aos padres para fundar e construir o Colégio dos Jesuítas na Vila de Paranaguá, pelo secretário do Conselho Ultramarino, Manuel Caetano Lopes de Lavre.

A obra e a expulsão dos jesuítas

Os muitos documentos consultados pelo Autor, relativos à atividade jesuítica em Paranaguá atestam que

"Na Vereança de 2 de dezembro de 1739 compareceu o padre Antônio da Cruz, solicitando a ajuda dos oficiais da Câmara, para que fosse possível materializar a obra, aprovada. Os presentes se declararam favoráveis, oferecendo a ajuda que viesse a ser necessário em pedras e do serviço de seus escravos."

Em 1740, teve início, de fato, a construção do edifício do colégio, prolongando-se as obras até 1759, quando os padres jesuítas foram expulsos do Brasil, por decisão do Marquês de Pombal, na época conselheiro do rei português D. José I. A construção estava inacabada.

O historiador paranaense Antônio Vieira dos Santos descreve assim a construção do colégio:

"Majestoso edifício, do lado do mar, com grande aparato. Composto de dois sobrados no corpo do convento, com uma igreja anexa. Feita de pedras de cantaria primorosamente lavradas. No frontispício da igreja há frisos, cordões, meias-canais e outros louvores, principalmente no nicho, onde seria colocada a imagem de Santo Ignácio de Loyola, patriarca dos jesuítas. Duas janelas lhe dão claridade. Seus portais, umbreiras e a própria cimalha do remate do edifício, são de cantaria."

"A data canônica de sua fundação é de 10 de dezembro de 1752. A transferência dos padres para a nova casa, bem como dos serviços religiosos para a nova igreja, aconteceu em 1754. Porém, a inauguração oficial do colégio foi realizada em 19 de março de 1755. Pensou-se em invocar a

igreja à devoção de Santa Bárbara, e o colégio, sob a proteção de Nossa Senhora do Terço. Contudo, pouco tempo tiveram os jesuítas para desenvolver as atividades do colégio, pois, em 1759, a Ordem da Companhia de Jesus foi banida do Brasil, e os padres jesuítas, presos e deportados. Em 19 de janeiro de 1760, foi procedida a ação de seqüestro dos seus bens em Paranaguá. Terminava tristemente um trabalho de muitos anos.

"O desembargador Serafim dos Anjos Pacheco de Andrade veio a Paranaguá para confiscar os bens e proceder o inventário, principalmente do colégio, apresentando-se à Câmara na vereança de 4 de junho de 1760, acompanhado do capitão Antonio Ferreira Matoso, depositário geral do mesmo confisco. Nessa mesma visita foram seqüestradas as fazendas do Superagüi, Emboguaçu, Rio Cubatão e Borda do Campo, e demais terras pertencentes aos jesuítas. Em 1766, dom Luiz Antonio de Souza relata o abandono dos bens e sugere a sua venda. Novos inventários foram realizados em 1771 e 1803. E, em 1806, a Real Junta da Fazenda participava à Câmara de Paranaguá a decisão de serem vendidas em praça pública as fazendas pertencentes aos jesuítas. O Colégio dos Jesuítas, abandonado por mais de setenta anos, logo se transformou em utópicas ruínas."

A exemplo de tantos outros núcleos povoados e colonizados pelos portugueses, no Brasil, Paranaguá mostra toda a profunda religiosidade de seu povo. As tantas centenárias igrejas existentes na cidade mostram a influência que a Igreja exerceu sobre os povoadores e seus descendentes.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

A religião sempre exerceu um forte papel sobre a comunidade de Paranaguá. Quando o pequeno vilarejo, 85 anos após a descoberta do Brasil, se transferiu da Ilha da Cootinga (da expressão indígena *Coo = roça, povoação + tinga = de brancos*, ou seja, povoação dos brancos) para o continente, ganhou seu primeiro templo religioso, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, hoje a mais antiga do Paraná. Ainda por volta de 1560, quando o povoado ocupava a ilha, só não transferido antes para terra firme com receio dos ataques indígenas, construiu-se a capela em louvor a Nossa Senhora das Mercedes, ou Mercês. A Igreja Nossa Senhora do Rosário data de 1585, e

não demorou por ser conhecida como Matriz, por ser o principal templo da região, capaz de abrigar grande número de fiéis. Ao longo dos anos, sofreu uma série de melhoramentos, dois deles primordiais: o de 1857, que garantiu o acabamento de forma magnifica, a cargo do comendador Manuel Antonio Guimarães; e o trabalho dos padres redentoristas, em 1946, que substituíram os padres josefinos até então presentes.

Dom Bernardo Nolker, então vigário da Paróquia, comandou, com a cooperação da comunidade, uma das mais notáveis obras, transformando por completo a igreja, dando a ela o aspecto atual. Com a criação da Diocese de Paranaguá, a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi elevada a Catedral.

Além dos padres seculares, que foram párocos da Igreja Nossa Senhora do Rosário, exerceram as mesmas funções os jesuítas, da Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola, chegados a Paranaguá em 1699; os franciscanos, da Congregação de São Francisco Xavier, em 1732; os carmelitas, da Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo, em 1753; os josefinos, da Congregação de São José, em 1914; e os redentoristas, da Congregação do Santíssimo Redentor, fundada por Afonso Maria de Ligório, em 1945.

Durante os quatro séculos de existência, a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi palco de memoráveis eventos, alguns pouco conhecidos. Em 1665, lá se celebraram as exéquias do rei Dom João IV, de Portugal, e da rainha, Dona Maria I, de Portugal, em 1816. Lá se celebraram os solenes Te Deum pela ascensão ao trono de Dom João V; pelo nascimento de Dom João VI (que em 1808 desembarcava no Brasil); e pelo nascimento e casamento dos príncipes e princesas bragantinos pertencentes à Casa Imperial do Brasil. Em 1822, o clero, a nobreza e o povo de Paranaguá escolheram a igreja como local para realização do ato de aclamação de Dom Pedro I como primeiro imperador do país. Nela, ao longo desse longo período, foram celebrados atos litúrgicos por todos os relevantes eventos registrados no Império e na República. Ainda no século passado, as autoridades civis a utilizaram para a realização das eleições municipais, as chamadas “eleições paroquiais”, instalando-se a urna para os votantes, que escolhiam seus candidatos com a merecida ordem e respeito.

Igreja de São Benedito

Por volta de 1677, Manoel de Lemos Conde, com a ajuda de fiéis, ergeu a Ermida de Nossa Senhora das Mercês, na Ilha da Cootinga. Em 1699, o filho de Conde, Antonio Morato, obteve autorização do Bispado do

Rio de Janeiro para demolir a chamada Ermida da Cootinga e, com o mesmo material, reconstruí-la na antiga Gamboa, a hoje Rua Conselheiro Sinimbu, onde atualmente se encontra a Igreja de São Benedito. A reconstrução da capela, na Gamboa, se deu entre 1700 e 1701, dando lugar ao atual templo com a demolição das ruínas, em 1783.

Em 22 de outubro de 1733, a câmara Municipal representou a sua Majestade, o rei de Portugal, solicitando resposta a representação anterior, feita por intermédio do Conselho Ultramarino, em 23 de agosto de 1732. Foi obtida a necessária autorização real para que a Câmara se tornasse protetora da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, que se achava em ruínas, “podendo dispor de algum rendimento do Conselho da Vila”.

Nessa ocasião, a Irmandade dos Negros Escravos freqüentava o que restava da Capela da Gamboa. Como era preciso levantar a nova igreja, os negros se transferiram para o Bom Jesus dos Perdões, onde praticavam suas devoções, até o término da obra. Em 29 de dezembro de 1783, a Irmandade de São Benedito assinou ajuste, com o mestre-pedreiro Mathias Gomes da Silva, para a construção, respectivamente, da igreja, da sacristia e do campanário, pela quantia de 400 mil réis. O pagamento foi ajustado em três partes. A primeira parcela seria paga na assinatura; a segunda, no meio da obra; a última, no término dos trabalhos. A Irmandade colaborou, fornecendo pedra, cal e o material retirado da igreja demolida. Assinaram o Termo de Ajuste o juiz Ricardo Carneiro dos Santos; o tesoureiro Joaquim de Araújo; Mathias Xavier Balieiro, além do mestre-de-obras e pedreiro Mathias Gomes da Silva. A igreja foi concluída em 1793, passando a ser posse definitiva da Irmandade de São Benedito.

Foi então que surgiu um impasse até hoje não solucionado. A Cúria de Curitiba procurou incorporar a igreja ao seu patrimônio, não logrando êxito. Luta idêntica, também sem resultados, foi realizada pela Cúria de Paranaguá. A batalha da anexação prosseguiu, apesar da posterior criação do Bispado de Paranaguá. A Irmandade de São Benedito apoia-se no princípio de que a igreja resulta de iniciativa privada, com administração própria. Mais recentemente o imóvel foi inteiramente restaurado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado e da União, e hoje é importante pólo turístico.

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas

Dezoito anos da expulsão dos padres jesuítas, por decisão do Marquês de Pombal, os religiosos desempenhavam um importante papel na vida de

Paranaguá. A Vila, em 1741, ganhava à Igreja de São Francisco das Chagas da Ordem Terceira. O relato é do professor e historiador Manuel Viana.

"A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas foi edificada em 1741. Tinha ela o seu pátio na frente e à esquerda. No lado direito estava o cemitério da Irmandade, no qual seus membros eram sepultados. O pátio da frente ia até as ribanceiras do Rio Taguaré (Itiberê). A pequena torre foi construída em 1841 e inaugurada em 1842, juntamente com o sino. Em 1842, os cidadãos João da Cunha Mendes Guimarães e Antônio Luís do Nascimento requereram os terrenos de Marinha fronteiriços à Igreja da Ordem. A Câmara Municipal se opôs, alegando que tal terreno, para a construção de prédios, tiraria a beleza da igreja e do pátio. A própria Irmandade da Ordem Terceira procurou defender os seus direitos de posse. Em consequência, foi concedido apenas o aforamento do terreno, que ficava na Rua da Praia, considerado "terreno de marinha".

"Na parte alta, em pleno barranco, a Irmandade mandou construir um paredão, marcando, dessa forma, o terreno do pátio. Mais tarde, por força da lei, no alinhamento da atual Rua XV de Novembro, esse discutido pátio desapareceu, para dar continuidade à Rua XV, levantando-se, na divisão da rua, um muro com gradil de ferro.

"Ficou apenas o pátio, à esquerda, até hoje conservado. Tinha ele uma escada de quatro degraus, que ficava para a Rua Prisciliano Corrêa, e não como atualmente está, por onde entravam os escravos com as "cadeirinhas", que traziam as senhoras da alta sociedade. O templo, em estilo colonial brasileiro, é simples. No passado foi freqüentado pela fina flor da sociedade parananguara, e era privativo dos irmãos da Irmandade. Com o passar dos anos, os que dirigiam a Irmandade foram desaparecendo e, com a Proclamação da República, em 1889, a Confraria terminou.

"Dai em diante, a Igreja da Ordem, que vivia em função da riqueza de seus membros, entrou em abandono, e apenas ao ensejo da Páscoa se realizava a procissão do Senhor dos Passos, que se destinava a encontrar a procissão de Nossa Senhora das Dores, no largo da Rua XV. Era a célebre Procissão do Encontro.

"Os padres Josefinos a usavam em outubro, para o tríduo em louvor a São Francisco das Chagas, com missa solene, procissão e Te-Deum. Os padres Redentoristas a reativaram, realizando cerimônias que lotavam a igreja. Em 1950, ela foi uma das sedes das Missões que se realizaram na cidade. Nessa época, vândalos a invadiram e a incendiaram, sendo ela novamente abandonada. Atualmente, restaurada pelo Patrimônio Histórico, vem sendo usada como Museu de Artes Plásticas."

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO EM PARANAGUÁ

Parte 1

- A Evolução e o Desenvolvimento do Ensino

Parte 2

- A Proliferação das Escolas e seus Métodos de Ensino

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO EM PARANAGUÁ

Educador durante longos anos de sua vida, o Autor teve o cuidado de traçar um completo panorama da educação em Paranaguá, desde o tempo dos primeiros povoadores até os dias atuais. Religiosas, particulares ou públicas, as escolas se sucederam uma a uma, cada uma trazendo novos ensinamentos e experiências à comunidade.

PARTE 1

A EVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

a - Dos colonizadores pioneiros a 1819

Se aos jesuítas coube a formação espiritual dos habitantes de Paranaguá, o colégio por eles edificado, e jamais concluído, mostra a importância que a Igreja dava ao ensino. Mas a preocupação com a educação de toda uma comunidade, na região, remonta a períodos anteriores, como o Autor atesta ao longo das pesquisas feitas sobre o tema. Vem do tempo dos colonizadores pioneiros esse cuidado, apesar dos poucos esforços da Coroa portuguesa em suas colônias. Portugal tinha como objetivo dificultar a divulgação da cultura entre os colonizadores, mas os povoadores de Paranaguá eram, em sua maioria, pessoas dotadas de certa educação intelectual, moral e religiosa. Pertenciam a famílias vicentinas, que aqui aportaram em missões de caráter militar, para defender portos e sertões. As costas eram ameaçadas por franceses e holandeses; o interior, pelos castelhanos. Gabriel

de Lara, o Capitão-Povoador, veio em companhia das principais famílias de São Paulo, trazendo o máximo para o desenvolvimento da vida em áreas despovoadas, habitados apenas pelos silvícolas, entre eles os Carijós. Sabendo ler e escrever, os povoadores transmitiam essa escolaridade aos demais habitantes, por volta de 1649, mesmo não existindo registros oficiais da existência de escolas régias, para o ensinamento primário.

Os padres da Companhia de Jesus, do Colégio de Santos, costumavam enviar missões volantes de instrução e de pregação evangélica, educando em Paranaguá e regiões adjacentes. A partir de 1690, quando se iniciaram as negociações para a construção do Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, pode-se afirmar que começou, de forma regular, a ser divulgado o ensino primário. Provisoriamente os religiosos se instalaram na Capela da Nossa Senhora das Mercês, na Rua da Gamboa, funcionando de 1708 até setembro de 1741, quando inauguraram o Colégio da Ribanceira. Para lá transferiram seus pertences e as imagens. O colégio foi mantido até 1759, quando se deu a expulsão dos jesuítas de todas as terras dominadas por Portugal, inclusive as do Brasil. Com o encerramento das atividades do educandário em caráter definitivo, tornou-se precária a situação do ensino em Paranaguá. Após 1759, até 1783, não há indícios de ensino primário. Apenas o registro de que a Câmara, em vereança de 26 de julho de 1783, representou à rainha de Portugal, D. Maria I, a situação lastimável do ensino local. Só José Bernardo da Silva, de forma precária, ensinava as primeiras letras, em 1788.

Mas a reposta da Corte não tardou. Em 26 de abril do mesmo ano, a rainha nomeia Francisco Ignácio do Amaral Gurgel como professor, com o ordenado de 120\$000 (120 mil réis) anuais. Gurgel lecionou até 1807. De 4 de fevereiro de 1808 a 1815, a tarefa cabe ao padre Antônio da Silva Neves, nomeado pela rainha. O ensino fica abandonado até 8 de setembro de 1819, quando assume o professor nomeado Bernardino Alves dos Reis.

b - O ensino de 1826 a 1856

A educação de Paranaguá ganha novo impulso em 11 de fevereiro de 1826, quando comparece à Câmara, Hildebrando Gregório da Cunha Gámito, solicitando exame de habilitação como professor de Primeiras Letras. Examinado por uma banca designada e aprovado, em 27 de maio do mesmo ano apresenta à Câmara seu título de nomeação, assinado pelo presidente da Província. O ordenado é de 120 mil réis. Ao todo, 31 alunos freqüentam as aulas, mas em 1835, segundo os registros, eram 56.

Em 15 de outubro de 1835, o prefeito Manoel Antônio Pereira, com informações da Câmara, propõe ao governo a nomeação da professora Joaquina Maria de Mello, para ensinar em uma Escola de Meninas. Em 1841, o presidente da Província instala uma escola primária em uma das salas do extinto Colégio dos Jesuítas. Pela lei número 13, de fevereiro de 1844, foi criada a segunda cadeira de Primeiras Letras, para o sexo masculino. As aulas são ministradas pelo padre Albino José da Cruz. A escola se inaugura em 10 de junho de 1845, com cerca de 60 alunos matriculados. Em 6 de setembro de 1768, o padre Ignacio Pinto da Conceição foi nomeado professor régio de Gramática Latina. A mesma cadeira é ocupada, de 1782 a 1788, por José Bernardo da Silva, sucedendo-se diversos professores dessa cadeira até 1823.

Registros apontam que em 1816, o professor Luís Vicente Freire da Fonseca mantinha uma escola escolar, com bons resultados. Em 6 de março de 1843, a lei número 12 acrescenta ao ensino a cadeira de Francês. Em 1849, madame Jessica James e sua filha, ambas professoras, funda, na Rua Boa Vista, o Colégio Para Meninas, em regime de internato e externato. A taxa para as internas era de 20\$000; para as externas, 4\$000. Pensionistas pagavam apenas 8 mil réis mensais. Na escola ensinava-se Doutrina Cristã, Leitura, Caligrafia, Aritmética, Língua Portuguesa, Francês, Inglês, Geografia, História, Música, Piano, Dança, Desenho e Bordado.

PARTE 2 A PROLIFERAÇÃO DAS ESCOLAS E SEUS MÉTODOS DE ENSINO

Colégio Paranaguense

Em 2 de abril de 1856, o jornal “O Dezenove de Dezembro”, de Curitiba, publicava que a professora Zoé F. Taulois e suas filhas, Gabrielle Jeanne e V. Cadeac, instalaram em Paranaguá o Colégio Paranaguense. Eram os imigrantes franceses dando sua contribuição cultural ao Paraná. Como o ensino da língua francesa era habitual na rede pública e privada de então, poucos franceses se dedicaram ao magistério no Estado. Mais tarde, ordens religiosas vindas da França se instalaram no Paraná, o que deu à penetração francesa maior importância no campo educacional. O vasto programa de ensino proposto iria revolucionar pela sua importância e extensão o ensino local, “destinado somente a donzelas”, como informava a notícia da época.

O dia-a-dia dessa escola merece registro especial, em virtude da proposta renovadora de ensino — ao menos para aquela época.

O colégio começa a funcionar no dia 1º de abril de 1856. O anúncio publicado no jornal, na verdade um extenso texto próximo de uma reportagem, dizia, literalmente:

“Não existindo ainda na Província do Paraná um estabelecimento que proporcione aos pais de família os meios de darem às suas filhas uma educação que esteja ao par de seus desejos, e dos deveres que elas serão chamadas a preencher como mães de família, madame Taulois e suas filhas, madame Gabrielle Jeanne e madame V. Cadeac, se propõem a remover essa dificuldade, fundando na cidade de Paranaguá um colégio de meninas que se abrirá no dia 1º de abril deste ano de 1856. As condições são as seguintes:

“O ensino abrangerá: leitura, escrita, gramática nacional, língua francesa e inglesa, elementos de aritmética, princípios gerais de geografia universal com desenvolvimento especial concernente à história sagrada, e história e geografia do Brasil, música, canto, piano, dança, desenho, pintura e prendas domésticas, compreendendo todos os trabalhos de agulha, tapeçaria, bordados e crochê. Para que todas as meninas aprendam facilmente a língua francesa, no colégio se não falará outro idioma. As pensionistas internas pagarão adiantado a mensalidade de 25\$000 sem o piano, que são lições particulares e 30\$000 querendo que entre o ensino deste instrumento. As externas pagarão adiantado a mensalidade de 10\$000 sem incluir o estudo do piano, e mais 5\$000 incluindo-o.

“As despesas de livros, papéis etc, serão à custa dos pais. As diretoras tiveram a intenção primeiramente de estabelecer o seu colégio na cidade de Curitiba, mas a dificuldade de transportes, de pianos, móveis etc., indispensáveis para um estabelecimento dessa importância, a falta de casa espaçosa, e a carestia dos mantimentos, fizeram-lhes anuir aos desejos dos habitantes de Paranaguá que tão bom agasalho lhes prestaram, agradecendo muito aos ilmos. srs. de Curitiba que tiveram a bondade de se ocupar deste negócio, e esperando que, tanto aqui, como em toda a Província, os pais de família se dignarão confiar-lhes uma tão importante tarefa..

REGULAMENTO DO COLÉGIO***Pensionistas******As segundas, quartas e sextas:***

*Às 6 horas, levantar-se, vestir-se e rezar
Às 7 horas, estudar as lições do dia
Às 8 horas, almoço de garfo
Às 9 horas, ler, escrever, contar, gramática portuguesa
Às 11 horas, desenhar e pintar
Às 12 horas, segundo almoço ligeiro; dança
À 1 hora, trabalho de agulha, crochê
Às 3½ horas, jantar.*

Repouso ou passeio

*Às 6 horas, estudar as lições do dia seguinte
Às 7 horas, cear
Às 8 horas, rezar e deitar-se.*

As terças, quintas e sábados:

*Às 6 horas, levantar-se, vestir-se e rezar
Às 7 horas, estudar as lições do dia
Às 8 horas, almoço de garfo
Às 9 horas, ler o francês, escrever, contar
Às 11 horas, geografia e história
Às 12 horas, segundo almoço ligeiro; dança
À 1 hora, trabalho de agulha e bordado
Às 3½ horas, jantar*

Repouso ou passeio

*Às 6 horas, estudar as lições do dia seguinte
Às 7 horas, cear
Às 8 horas, rezar e deitar-se*

O Piano é constantemente lecionado.

Externas

"Estas seguirão o mesmo regulamento, unicamente virão para o colégio às 9 horas e sairão às 3 e meia.

"Cada matéria ensinada separadamente no colégio se pagará: por doze lições, 6\$000, sendo só ocupada a hora que se convencionar. As pessoas que desejarem tomar lições particulares em suas casas pagarão 1\$500 por hora.

"As meninas que dormirem no colégio devem trazer: sua roupa e um vestido preto para ir à missa, roupa de cama, colchão e travesseiro, um espelho, pente-fino, dito de alisar, escova de dentes, dita de unhas, banha para o cabelo, e sabonete."

A experiência em Paranaguá durou só três meses, como mostram os registros da época. Noventa dias após abrir as portas na costa, o educandário funcionava em Curitiba. Madame Taulois estava, na verdade, de malas prontas para partir. O mesmo "O Dezenove de Dezembro" publica em sua edição de 30 de junho de 1856 a seguinte nota:

"Madame Taulois desejava retirar-se, porém, tendo recebido pedidos de diferentes pais de famílias para ficar no colégio de Curitiba com sua filha d. Gabriela, declara que, no prazo de três meses da abertura do colégio, que vem a ser até fins de setembro, possam reunir-se, pelo menos, as vinte meninas prometidas. Neste caso se julgará muito feliz por poder provar os ilmos. srs. que merece a confiança que se dignam mostrar-lhe."

Não se sabe, em virtude da ausência de registros, se vinte meninas foram, de fato, reunidas, mas o colégio de madame Taulois deixou de dar qualquer sinal de vida poucos meses após.

Ainda nesse ano, Noel Gurllet, conhecido artista plástico da época que se dedica a pinturas em óleo, instala o curso secundário em Paranaguá, consolidando assim as três fases fundamentais do ensino: primário, intermediário e secundário. Em 1856 — portanto, três anos após a emancipação política do Paraná —, o ensino estava consolidado em Paranaguá. De Noel Gurllet há poucas referências, mas os educandários que surgem após são ricos em histórias que ilustram o avanço educacional de Paranaguá ao longo do tempo.

O papel da Instrução Pública

Documentos consultados pelo Autor mostram que a instrução pública, paralelamente às escolas particulares existentes, ocupa papel de relevo já no final do século passado, em Paranaguá. Acerca do assunto, a Câmara registra o seguinte, em 25 de dezembro de 1884:

"Em sessão de 25 de dezembro de 1884, presidida pelo Exmo. Conselheiro Manoel Francisco Correia, a convite do Presidente da Câmara, cidadão Arthur Ferreira de Abreu, estando presentes autoridades, professores e pessoas distintas desta cidade, foi feita a distribuição de prêmios aos alunos das escolas primárias que, submetidos aos exames finais, foram aprovados com distinção. Duas são as escolas públicas para o sexo masculino e três para o feminino.

"São professores públicos: Julio Theodorico Guimarães, Lyndolpho Pires da Rocha Pombo. D. Maria Benedicta Cordeiro, D. Francisca de Andrade e D. Maria Laynes.

"Há mais uma escola municipal noturna, confiada ao Professor Normalista, Julio Theodorico Guimarães, que, dedicado como é ao ensino, não poupa tempo para atender as três escolas que tomou sob a sua direção, empenhando todo o seu saber em benefício de seus alunos. Tem sabido esse qualificado Professor, captar a estima e a consideração dos habitantes de Paranaguá, lutando contra os preconceitos sobre a sua classe."

Apesar de todo o empenho com a qualidade de ensino local, o professor Honório Décio da Costa Lobo não andava muito satisfeito com a instrução pública, deixando o seguinte comentário a respeito:

"Naquele tempo, o estímulo aos Professores Públicos era um incentivo cheio de vigor, que os convidava para o cumprimento dos seus deveres. A consideração que lhes era dispensada, era animação para cumprirem suas obrigações. A vigilância dos diretores do ensino, um apoio vigoroso para a instrução.

"O pagamento mensal de seus vencimentos, uma obrigação para bem corresponderem. Eram fatos que chamavam a atenção dos professores, a serem dedicados, assíduos e caprichosos, no desempenho do cargo que exerciam com a melhor boa vontade"

"Aquele fervor, aquele interesse, hoje faltam nesta cidade, onde ela sempre foi o apanágio glorioso que enobrecia Paranaguá, como uma das primeiras cidades apontadas como modelo da instrução pública, aproveitada pelos alunos, sob a vigilância assídua de seus diretores"

Gymnásio Paranaense

Criado entre os anos de 1896 e 1904, seguia o modelo do já tradicional Gymnásio Paranaense, de Curitiba. Funcionava em uma das salas do andar térreo da Casa da Câmara, cedida pelo coronel João Guilherme Guimarães, uma das personalidades locais interessadas em melhorar continuamente a qualidade de ensino local. Importante, para Guimarães, era o padrão intelectual dos alunos, todos ansiosos em obter matrículas em escolas de nível superior, tanto no Distrito Federal (na época em que a capital da República era o Rio de Janeiro), como no exterior.

Abdon Petit Guimarães Carneiro era o diretor do educandário; João Coelho de Moreira, o vice-diretor, e Júlio Theodorico Guimarães, o secretário. O corpo docente era assim composto: Júlio Guimarães, além de secretário, lecionava Português, Geografia, História e Corografia do Brasil; Geraldo Ribas, Francês e História Universal; Francisco Pio Pedro, Matemática. O vice-diretor João Coelho Moreira, Física e Química. Ao coronel Lourenço Pereira de Carvalho cabiam as disciplinas de Escrituração Mercantil e Inglês. Latim era ministrado pelo capitão Honório Décio da Costa Lobo, enquanto o diretor, Abdon Carneiro, lecionava Geografia Geral e Ciências Naturais.

Ao longo dos anos, novas disciplinas incorporaram o currículo escolar. O estímulo aos professores era um incentivo, e a consideração a eles dispensada animava-os a não arrefecer, prosseguindo sua luta por um ensino melhor. O pagamento mensal de seus vencimentos correspondia à confiança neles depositada pelo governo e, em especial, pelas famílias que mantinham seus filhos ali matriculados.

Escola Normal Dr. Caetano Munhoz da Rocha

Foi em 30 de janeiro de 1936 que o governo estadual, por intermédio do Decreto 1929, durante o governo de Vargas, instituiu o curso ginásial em Paranaguá na Escola Normal “Dr. Caetano Munhoz da Rocha”. Se legalmente a situação estava normal e o ano letivo transcorreu normalmente, inspetores federais designados só chegaram à cidade quando a parte letiva estava prestes a ser concluída, mas sem qualquer validade legal, porque o inspetor federal não reconheceu as provas realizadas. Assim, o curso ginásial votou a ser instalado no ano seguinte. No Ginásio, o Autor, além de dirigir a instituição durante breve período, lecionou de 1945 a 1970 disciplinas correlatas às Ciências Naturais, paralelamente ao exercício de odontólogo em consultório próprio.

Ginásio / Colégio Estadual José Bonifácio

Em 1941, ainda durante o governo de Getúlio Vargas, conforme a Circular número 13, de 12 de dezembro, nasceu o Ginásio “José Bonifácio”, uma homenagem ao patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrade e Silva, e que funcionava anexo à Escola Normal “Dr. Caetano Munhoz da Rocha”. Em dezembro de 1944 passou a colégio estadual, sempre anexo à Escola Normal. No ano seguinte, o Autor começou a lecionar no estabelecimento, uma experiência que durou 25 anos, em substituição ao professor Dario Nogueira dos Santos.

Foi na década de 70 que o colégio transferiu suas instalações para o prédio que havia sido construído pelo Ministério da Marinha, na Alameda Coronel Elísio Pereira Alves, que abrigaria a Escola de Aperfeiçoamento Profissional dos Subalternos da Marinha — o que jamais se concretizou. Em virtude do convívio com outros mestres o Autor afirma que destacar nomes seria temerário pela injustiça irreparável que se cometaria, olvidando alguns, principalmente os já desaparecidos. Não só os professores, mas até os mais simples funcionários do estabelecimento deixaram seus marcos de grandeza e não podem ser esquecidos.

Entre seus ex-alunos estão engenheiros, médicos, farmacêuticos, dentistas, químicos industriais, pesquisadores, políticos hábeis, oradores, administradores de empresas, espalhados pela cidade, pelo Estado e pelo Brasil. Sedimentaram os alicerces de sua cultura nos ensinamentos recebidos ao longo dos anos que estudaram no Colégio Estadual José Bonifácio.

Ensinar a um jovem, colaborar à sua formação intelectual, cívica e mental, amalgamando os seus caracteres, burilando as arestas, não é trabalho fácil para um educador. É árduo, desgastante, mesmo para os que pensam ser fortes e capazes de suportar a jornada. As pressões terríveis do magistério exercem sobre a mente do professor cargas insuportáveis. Deixam seqüelas incuráveis e o afastam da profissão, do que um dia foi a razão da vida de um professor.

Afastado do magistério, reconhece que chegou ao fim da jornada como educador. Sente as lágrimas fluir dos olhos, mas, no íntimo, o coração aceita a situação. Tem a inabalável convicção de que cumpriu com o seu dever. Educar, no entender do Autor, é um sacerdócio, um ministério, que deve ser valorizado e compreendido, em especial num país como o Brasil, com milhares de crianças fora da rede escolar.

Em 1987, quando o complexo Escola Normal/Colégio completou o seu cinqüentenário, o Autor, que o dirigiu durante parte de sua vida, o homena-

geou com o acróstico apoiado na frase "Colégio Estadual José Bonifácio, no teu Cincocentenário, Parabéns.

PREITO AOS 50 ANOS DO COLÉGIO

*Caudal impetuoso
Orgulhoso de seus discípulos,
Luminária em festa;
Eco que se propaga,
Grito que se ouve ao longe,
Inspirado no conhecimento;
Obra-prima de uma época.*

*Equipado para a luta,
Sobranceiro e dominante,
Tio de condição superior.
Academia de ciência e arte,
Desvelo vigilante,
Unissono em seus clamores;
Altivo e nobre,
Letivo permanente.*

*Justo nas decisões,
Onipotente e poderoso,
Sodalício de estudos,
É o portal do êxito obtido.*

*Balança prudente e ponderada,
Organizado metodicamente;
Ninho onde não se dorme,
Interventivo na hora certa.
Forma de matéria derretida,
Ábaco aritmético,
Cristal límpido e puro,
Impulsivo como o foguete,
Orientador habilitado.*

*Natal glorificado,
Obreiro de talhas.*

*Teodolito infalível,
Eternamente imutável
Usado sem cessar.*

*Comandante-em-chefe
Infalível, jamais errando,
Nave Condutora,
Céu ilimitado,
Oceano do Saber,
Empreendimento seguro;
Notável louvor,
Têmpera de aço,
Escudo protetor,
Núcleo de concreto armado;
Abastecedor forte,
Rumo marcado,
Idealista consumado
Olhando à frente.*

*Pastor de jovens:
Aragem oportuna,
Reflexo do saber,
Arauto de um exército;
Baluarte inexpugnável,
Enxame de uma colmeia;
Netuno de um sistema,
Sol que não se apaga.*

*Alceo Tramujas
Outubro de 1987*

CAPÍTULO III

PARANAGUÁ E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Parte 1

**- A Participação e a Conscientização Política
de Paranaguá no Raiar da República**

Parte 2

**- A Esquadra dos Revolucionários
e os Desmandos em Paranaguá**

CAPÍTULO III PARANAGUÁ E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

PARTE 1

A PARTICIPAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA DE PARANAGUÁ NO RAIAR DA REPÚBLICA

Ao lado do desenvolvimento cultural, social e econômico, Paranaguá, no final do século XIX, é palco de importantes e efervescentes momentos políticos. Em 1893, explode no Rio Grande do Sul a chamada Revolução Federalista, conduzida pelo presidencialista e caudilho Júlio de Castilhos. Antagoniza com o fervor parlamentarista republicano de Silveira Martins. As circunstâncias poderiam admitir soluções de restauração da Monarquia. O próprio Silveira Martins apontava que o acerto principal consistia, para ele, não em Monarquia ou República, mas na instauração do Parlamentarismo. Num primeiro momento, o palco dos debates se restringe, tão e só, ao Rio Grande do Sul, mas alarga fronteiras e ganha os Estados do Sul.

O Rio Grande do Sul está preparado para deflagrar a revolução entre federalistas e castilhistas. Não desejando a guerra civil, e com o retorno dos castilhistas ao poder, os federalistas desarmam suas tropas, renunciam às suas lideranças, retirando-se para o Uruguai. Mas a vitória dos adeptos de Júlio de Castilhos viola a palavra empenhada. Ocorrem desmandos e excessos, desencadeando-se a revolução. Silveira Martins é o chefe ideológico do

movimento que, em companhia de lideranças militares comandadas por Joca Tavares, Gumercindo Saraiva e Vasco Martins, invadem o Estado gaúcho, em 1893, vindos do Uruguai. Estoura a guerra civil entre *pica-paus* e *maragatos*. Estes, formados pelos castilhistas, assim chamados em virtude das divisas brancas usadas em seus uniformes, lembrando a ação do pássaro que picava fundo e a tudo destruía. Maragatos eram os federalistas, identificados por suas fitas vermelhas com o dístico “Viva à Liberdade”. Os federalistas vencem as primeiras lutas, mas são detidos por Pinheiro Machado, às margens do arroio Inhandui. Separa-se o exército revolucionário.

Presidente da República, o marechal Floriano Peixoto, ante a marcha dos acontecimentos e o avanço dos federalistas, procura deter a caminhada. No Paraná, três regiões tem importante papel no andar da Revolução Federalista: Paranaguá, Tijuca e Lapa. No tocante a Paranaguá, o almirante Custódio de Mello, no Rio de Janeiro, rebela-se contra Floriano Peixoto e comanda a Armada. Auxilia os federalistas. Articula a reação pelo mar, com a esquadra. Força a passagem pela Ilha do Mel, onde, conforme informações recebidas, sabe que a resistência oferecida é mínima. A defesa da cidade está a cargo do comandante do Distrito Militar, general Pêcego Júnior. Admitindo que o desembarque se dará em Antonina, concentra as tropas em Morretes. Mas a esquadra, ao contrário do planejado, entra pela barra de Paranaguá, onde se esboça um pequeno, mas heróico, ato de defesa.

A propósito desse episódio, o historiador paranaense David Carneiro, em seu livro “O Paraná na História Militar do Brasil”, descreve detalhes da Revolução Federalista em territórios paranaense e catarinense. Escreve o mestre, e aqui reproduzimos os trechos alusivos à luta em terras do Paraná:

“Forçado pela coluna do Norte, Gumercindo Saraiva, com todas suas forças, penetra no Estado de Santa Catarina, conseguindo aí novos e mui preciosos elementos, de maneira que se propôs a invadir o Estado do Paraná, levando seu impulso, se possível, ao Rio de Janeiro, onde pensou que pudesse fazer que o marechal Floriano abandonasse o poder.

“Em outubro de 1893, em plena luta contra a esquadra, na Guanabara, Floriano decide mandar elementos ao Paraná, a fim de evitar a invasão.

“Nomeia comandante do 5º Distrito Militar, o general Francisco de Paula Argolo, que traz consigo oficiais do Exército e da Guarda Nacional, todos os que quiseram acompanhá-lo. (...) Toda essa comitiva vem pelo litoral, de Santos a Paranaguá, atravessando o Varadouro. Sai do Rio em 3 de outubro e chega dia 17. “

A força militar se divide entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Tropas militares se estabelecem em Curitiba, na Lapa em boa parte dos municípios da região Norte catarinense, em especial São Bento do Sul, onde, em 10 de novembro, o general Argolo acampa e se proclama presidente do Estado. No dia 20, na localidade de Rio Negrinho, ocorre o primeiro combate com as forças opositoras, mas a chegada de um reforço de 132 praças do 18º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional repele o inimigo. Decide-se pela retirada, pondo-se a coluna de Argolo a caminho da Lapa, mas encontra, surpresa, destruída a ponte sobre o Rio da Várzea.

O general Argolo envia bilhete ao coronel Hercílio Luz, um dos componentes de sua equipe, com o seguinte teor, segundo David Carneiro:

"Amigo Dr. Hercílio Luz

Não temos tempo a perder. Sigo desta, às cinco horas da manhã, com destino à Lapa. Acabo de receber telegrama de Vicente Machado, dizendo ter Arthur Oscar chegado ao Tubarão a 17, havendo Salgado oito dias antes ali chegado, não o esperando para combate e seguindo para Laguna.

"Onde já estará Salgado? Não virá pelo litoral para atacar Paranaguá? Já se vê que andamos acertados, voltando por aqui. Mandei hoje ao Avencal explorar Piragibe que se retira apressadamente. Trabalhe toda a noite, a fim de não haver demora na nossa passagem. Mande um próprio conosco encontrar-se e diga como vai de trabalho. (a) Do Argolo."

Mas Paranaguá foi tomada pelos revolucionários. Em 20 de janeiro de 1894, Custódio de Mello está entregue à própria sorte, em Curitiba. Começa a dura etapa da repressão. Os legalistas esmagam os federalistas. Os considerados colaboracionistas, como, por exemplo, Ildefonso Corrêa, o Barão do Serro Azul, e mais cinco companheiros, foram sumariamente fuzilados na altura do quilômetro 65 da ferrovia Curitiba-Paranaguá.

O papel do Barão do Serro Azul é mostrado mais à frente, quando da análise dos muitos ciclos vividos pela mais antiga cidade paranaense. Paranaguá, desde sua fundação, viveu os ciclos do ouro, da madeira, da erva-mate (e é aí que Ildefonso Corrêa exerce importante papel), do café e, mais recentemente, da soja. Além de político e empresário, o barão destacou-se também na área como fundador do Club Curitibano e da Associação Commercial do Paraná, como veremos nos capítulos seguintes.

PARTE 2
A ESQUADRA DOS REVOLUCIONÁRIOS
E OS DESMANDOS EM PARANAGUÁ

Glórias e charme não marcam, propriamente, a história dos partícipes da Revolução Federalista em Paranaguá. De 13 de janeiro a 24 de abril de 1894, a cidade vivenciou momentos de incerteza e de desmandos. No início do ano, chegou ao porto o vaso de guerra "República", acompanhado de três navios mercantes — "Urano", "Esperança" e "Íris" —, metamorfoseados em embarcações de combate. Dois dias após, iniciaram, da baía, um intenso ataque à cidade, que, segundo os registros existentes, se estendeu das sete horas da manhã às cinco horas da tarde. Foi no final da tarde de 13 de janeiro que, enfim, os integrantes da esquadra revolucionária desembarcaram no Porto Dom Pedro II, para repelir as forças legais.

Estas, cansadas e enfraquecidas pelos constantes combates, dirigem-se à cidade e dela tomam posse, após renhido tiroteio registrado na Rua XV de Novembro. A cidade é abandonada pelos moradores, que se refugiam em sítios, matas e municípios próximos, procurando escapar das perseguições. O drama só acaba em 24 de abril, com a chegada da esquadra legalista. Aos revolucionários não resta outra saída, nesse dia, senão deixar o porto às pressas e rumar para o Sul. A paz volta a reinar, mas fica na História local a tristeza, o sofrimento e o terror de quem, durante três meses e nove dias, precisou conviver com tantos desmandos. Ao fazer essas pesquisas, comprehendo, hoje, porque, quando criança, tantas vezes, em companhia de meu pai, Joaquim Tramujas, visitei o Sítio do Imbocoim.

CAPÍTULO IV

A PARANAGUÁ DE DIFERENTES ÉPOCAS

Parte 1

- Do Povoamento Primitivo aos Dias de Hoje
(Um Passeio pelas Mudanças Urbanas)

Parte 2

- Um Retrato de Paranaguá em 1900

Parte 3

- Paisagens e Lembranças

CAPÍTULO IV

A PARANAGUÁ DE DIFERENTES ÉPOCAS

PARTE UM DO POVOAMENTO PRIMITIVO AOS DIAS DE HOJE (UM PASSEIO PELAS MUDANÇAS URBANAS)

Um caminhar pela Paranaguá nascida no século XVI, tornada Vila no século seguinte e elevada a cidade no início do século XVIII, hoje importante pólo econômico do Litoral paranaense, mostra que a cidade está atrelada às suas raízes, buscando, porém, mostrar seu papel local e regional. Estabelecida em terra firme, às margens do Rio Itiberê, em 1570 construiu-se a primeira igreja, sob invocação de Nossa Senhora do Rosário. Em torno dela, as construções formaram o primeiro núcleo urbano. Com a chegada do Capitão-Povoador Gabriel de Lara, com a missão de defender o território cobiçado pelos castelhanos, a parte urbana evoluiu consideravelmente, em especial por causa do alto poder econômico dos que chegavam a Paranaguá, no intuito de se estabelecer.

O afluxo de habitantes aumentou. A povoação tornou-se Vila, ganhou importância. Tornou-se ponto de irradiação de povoamento e de organização das Bandeiras. O número de casas cresceu, e não tardou para o surgimento dos primeiros sobrados. As ruas, embora tortuosas, eram traçadas e revestidas com pedras brutas. Em 1711, com a criação da Capitania de Paranaguá, ocorreu o surto de remodelação urbana. Paranaguá ganhou novo aspecto, em função de suas construções. De vila passou a cidade.

O progresso trouxe mudanças, em especial com a chegada dos primeiros imigrantes. Os alemães chegaram em 1829. Os italianos, no biênio 1871/1872, estabelecendo-se junto às fraldas da Serra do Mar, onde deram origem a várias colônias, como Alexandra, hoje distrito de Paranaguá. Os poloneses, chegados em 1896, se estabeleceram na Colônia de Santa Cruz. Depois chegaram libaneses, sírios, japoneses, todos contribuindo de alguma forma para mudar o aspecto urbano da cidade.

A República, proclamada em 1889, mudou radicalmente o aspecto urbano. O tradicional traço arquitetônico colonial deu lugar às fachadas modernas. Os beirais, comuns nas casas da época, cederam espaço às chamadas platibandas. Andemos pelas ruas para, com atenção, verificarmos essas mudanças urbanas. Percorram-se as ruas Direita, hoje Rua Marechal Deodoro; a Rua da Fonte, atual Conselheiro Sinimbu. a Rua do Fogó, que hoje

homenageia o historiador Vieira dos Santos; as praças Fernando Amaro, Euphrásio Corrêa e Manoel Ricardo; a Rua Doutor Leocádio e tantas outras, que mudaram de aspecto no correr do tempo. Um, quadro que se repete no Largo da Estação Ferroviária, na Rua General Carneiro, na Rua Quinze de Novembro e na região do Mercado Municipal.

a - A varíola de 1899

Apesar da constante evolução urbana, as condições sanitárias locais exigiam atenção redobrada das autoridades. De julho a outubro de 1899, um surto de varíola aterrorizou a cidade. Originária de Santos, tendo como portador uma pessoa conhecida apenas pelo nome de Gaspar, não demorou em se propagar Paranaguá afora. O primeiro caso consta do ofício datado de 8 de julho de 1899, redigido pelo médico Jaime Drummond dos Reis, então inspetor de Saúde dos Portos, endereçado ao prefeito municipal. Este já fora previamente informado pelo médico municipal, Abdon Petit Guimarães, que havia visitado o enfermo, encontrando-o em estado de supuração.

Apesar das providências adotadas, a varíola se propagou rapidamente, em virtude do desleixo e da ignorância dos moradores, que pouco sabiam sobre o assunto, facilitando a transmissão. Prefeito e governo estadual imediatamente tomaram medidas profiláticas, tentando controlar os casos, fazendo os contaminados permanecerem em quarentena, dentro de suas casas. Mas os resultados foram quase nulos. As ruas Senador Dantas e Conselheiro Sinimbu literalmente foram transformadas em hospitais a céu aberto, porque raras foram as moradias onde a varíola deixou de fazer vítimas. Habitantes sadios, cercados de pavor, trataram de se transferir, às pressas, para Curitiba, Morretes, Antonina e sítios nas cercanias da cidade. O comércio entrou em colapso, paralisando as atividades do dia-a-dia urbano.

Dois edifícios foram transformados em unidades de isolamento: um, na margem esquerda do Rio Itiberê, pouco além do Matadouro Municipal; outro, que servia como Asilo, no Campo Grande. Nas enfermarias, médicos como Abdon Petit Guimarães Carneiro e José Justino de Mello se dedicavam integralmente aos doentes. Incentivaram a campanha de inoculação da vacina, em conjunto com o então diretor de Higiene do Estado, médico Randolpho Serzedelo, especialmente enviado a Paranaguá para encontrar uma fórmula capaz de contornar a epidemia. Nenhuma das pessoas vacinadas foi atacada pela varíola, só debelada após intensos trabalhos de profilaxia e vacinação durante os quatro meses em que a doença se fez presente na cidade, levando à morte centenas de habitantes.

PARTE 2

UM RETRATO DE PARANAGUÁ EM 1900

Cronistas anotam a paisagem de Paranaguá no último ano do século XIX, dita “atraente, em fase de desenvolvimento”. O relato é minucioso, conforme anotações da época:

“As suas ruas, na direção de Nordeste a Sudoeste, na parte antiga, são tortuosas, pelo defeito de terem sido aproveitadas pelos primeiros edificadores as elevações do terreno sem o alinhamento e o nivelamento necessários ao aformoseamento de uma cidade. Todas são calçadas, tendo passeios acimentados, na largura de dois metros, de um lado e do outro lado, com valetas para o escoamento das águas pluviais.

“Na direção de Nordeste para o Sudoeste elas tem nomes: General Carneiro, José do Patrocínio, Benjamim Constant, Quinze de Novembro, Visconde de Nácar Pêcego Júnior, Marechal Deodoro, Senador Dantas, Doutor Leocádio, Rodrigo Silva, Independência.

“Na direção de Leste para Oeste, os de São Benedito, Pescadores, Cemitério, João Alfredo, Rosário, Ypiranga, Silva Lemos, Treze de Maio, Floriano Peixoto, Paysandu e Cinco de Junho.

“As ruas General Carneiro e Quinze de Novembro eram comerciais, e as mais transitadas nos dias úteis, e as do Conselheiro Sinimbu e Marechal Deodoro, aos domingos e nos dias santificados, pela concorrência do povo que se dirigia às alamedas do Campo Grande, gozar da fresca da tarde e recrear-se em seus passeios até o Asilo (a atual Santa Casa de Misericórdia), Cemitério ou Estradinha (a atual Avenida Coronel Elísio Pereira). Esse lugar era muito povoado até a distância de um quilômetro.

“A cidade tinha de comprimento 1.250 metros, e de largura 540, com uma população de oito mil habitantes, e o Município a de 30 mil, distribuídos por trinta e dois quarteirões, dos quais só a cidade compreendia sete.

“No seu quadro urbano, contava com 880 casas térreas e 69 sobrados, sendo muitas das construções modernas e elegantes, e outras reformadas, segundo os padrões estabelecidos pela Câmara.

“Era toda iluminada por 120 lampiões, a kerosene, das seis da tarde às cindo da manhã. O serviço era feito por um contratante pago pela Câmara Municipal, como também era da limpeza geral, feita diariamente, no transporte, em carros, do cisco varrido das ruas e do lixo recebido das casas, em horas determinadas no contrato respectivo.

“A capinação e a limpeza dos campos que margeavam a cidade do Sudoeste para o Nordeste, até o mar, eram feitas por administração, pro-

porcionando pela sua limpeza passeios agradáveis. Preparava-se um curral para recolher animais vacuns e cavalares, pastando pelos campos da cidade.”

a - Anotações e lembranças

Também de 1900, conforme pesquisas feitas pelo Autor, datam aportamentos diversos, hoje lembranças de uma Paranaguá ainda colonial, mas que ainda guarda traços profundos de suas origens. É o registro, entre outros, da entrada da barra; do sistema de abastecimento de água e outros melhoramentos; da implantação da primeira linha de bondes; do sistema de iluminação pública. Além do anotado pelo professor Honório Décio da Costa Lobo, apresentando considerações ao então prefeito sobre a lavoura, a indústria, a velha Alfândega e as estradas.

O que se descreve sobre a entrada da barra de Paranaguá, em pleno final do século XIX, é ilustrativo aos navegadores que, hoje, se valem do Canal da Galheta para atracar no cais Dom Pedro II. Dizem as informações da época que

“... o porto de Paranaguá pode ser penetrado por dois canais: um ao Norte, outro ao sul da ilha e banco das Palmas. O Canal Norte está marcado por uma bóia pintada de branco, colocada na ponta extrema do Banco das Palmas ao rumo Nordeste. O Canal Sul é marcado por uma bóia encarnada, colocada na ponta extrema do mesmo banco, em rumo de sudeste.

“O Canal do Norte é mais estreito, menos procurado e menos conhecido pelos navegantes, tendo ao longo dele as lagoas Itacolomi marcadas por uma bóia pintada de preto.

“O Canal do Sul, por onde geralmente se faz a navegação, além da bóia de entrada, tem ao seu longo, ainda fora da barra, uma outra bóia marcando um navio submerso, e depois da entrada tem duas bóias — uma preta e outra branca —, quase em frente à fortaleza, e por entre as quais se faz a navegação, que marcam as lajes da Bahia e do Ipanema.

“O Canal do Norte tem na baixa-mar seis metros de profundidade, fundo que vai gradativamente aumentando até o porto de Dom Pedro II, até 20 metros de profundidade.

“Este é o porto natural do Estado, formando uma grande bacia, com bastante profundidade, até mesmo junto ao cais ou pontes que foram construídas pelas companhias Chemins de Fer Brésiliens, São Paulo-Rio Grande, Paraná Industrial e por negociantes da praça, para que paquetes e navios à vela atraquem para carregar e descarregar.

"O porto de Paranaguá ainda poderia ser penetrado pela barra de Ipopeuba, ao Sul, cujo canal tortuoso e irregular torna perigosa a navegação, embora tenha uma profundidade de oito metros, se os bancos de areia ali existentes, sobre os quais se arremessam com toda a sua fúria em uma arrebentação estrondoza que faz arrepiar ao mais temerário navegante, não fossem um obstáculo à entrada e saída dos navios.

"Do Porto Dom Pedro II para Paranaguá existem dois canais: o da Cotinga, se bem que um pouco mais longe e mais largo, e o Furado. Como o nome indica, não passa de uma pequena abertura feita pelas águas, pelo qual pequenas embarcações navegam, encurtando, assim, a sua viagem. Ambos esses canais são balizados por meio de balizas de ferro com bandeirolas em sua parte mais superior, e estendidas ao longo d'eles, de um e d'outro lado. Algumas substituições e reformas se fazem necessárias, as quais dependem do zelo e atividade do Capitão dos Portos, que não deve poupar ocasião para atender ao que convém e é preciso fazer."

A questão do abastecimento de água municipal, em 1900, é assim colocada, conforme documento da Câmara Municipal:

"Duas são as fontes de alvenaria, de propriedade da Câmara Municipal, que abastecem d'água a população da cidade: a primeira é situada ao Sul, na parte extrema da Rua Pêcego Júnior, entre o Campo Grande e o Rio Itiberê; a segunda, em uma baixada junto ao leito da Estrada de Ferro.

"N'aquela, as águas são filtradas pelo planalto do Campo Grande sobre um raio de 500 a 800 metros, e nesta, dos sulcos sinuosos de terrenos baixos abertos de matas, na parte Oeste da cidade.

"Duas também são as fontes de lavanderias: uma na baixada do Campo Grande, na parte Sul, próxima do Asilo Infantil, chamada Ponte de cima; e outra, próxima ao leito da Estrada de Ferro, entre a cidade e a segunda fonte de alvenaria, chamada de Fonte Nova.

"A Câmara Municipal, ao empenho de trazer para a cidade de Paranaguá um melhoramento, cuja falta é muito sentida, contratou um estudo detalhado sobre o abastecimento d'água à população, trazida por canalização, do Rio Miranda, na Serra da Prata, a 16 quilômetros de distância.

"Esse estudo foi apresentado à Câmara, que o submeteu à apreciação do Dr. Cândido Ferreira de Abreu, Secretário das Obras Públicas do Estado, para dar o seu parecer, como realmente o deu, aprovando, e sobre o mesmo fazendo algumas considerações.

"O documento que existe na Repartição Técnica da Câmara, dará esclarecimentos suficientes aos proponentes para a realização de tão útil,

quanto necessário, serviço, pelo qual, segundo o volume d'água do mencionado Rio Miranda, será a cidade abastecida, na estação seca, por 720 litros por segundo, e na chuvosa, por 2.496.

“Também existe um estudo completo com o respectivo orçamento para o serviço de esgoto de matérias fecaes e águas pluviais, que facilitará a execução de tão útil, quanto higiênico serviço, que se faz necessário para melhorar a salubridade pública, ainda tão prejudicada pelo sistema em uso.”

Nesse mesmo documento, a iluminação pública e a construção de um teatro merecem importância, bem como uma menção ao transporte coletivo local. Paranaguá, no raiar do século XX, ainda conta com lampiões nas ruas, e a exemplo de outras cidades, faz projetos para implantar a rede elétrica, para maior segurança e comodidade da população.

“Existe mais outro (projeto) para iluminação pública por eletricidade, que depende de estudo. Também há uma planta e orçamento para a construção de um Polytheama (teatro para vários gêneros de representações), no Largo Caxias. O prefeito está autorizado a contrair um empréstimo de cem contos de réis, para esse fim.

“Há seis anos, mais ou menos, foi estabelecida na cidade a linha de “bonds” a vapor da Empresa de Transportes, que empregam-se na condução de cargas para a Estação de Estrada de Ferro, e desta, para as casas comerciais. Estes “bonds” fazem, em um outro dia, trajetos da cidade ao Rocio e ao Porto Dom Pedro II.”

Uma análise da infra-estrutura

Se à Câmara cabia tomar importantes decisões para oferecer à população o desejado nível de qualidade de vida, aos camaristas cabia também atender as reivindicações vindas dos moradores, analisando idéias e sugestões enviadas. Questões ligadas à lavoura, à nascente indústria, à Alfândega (então distante três quilômetros do porto, em instalações incompatíveis) e ao sistema rodoviário, mereceram a atenção do professor Honório Décio da Costa Lobo. Cada um desses pontos mereceu a consideração seguinte:

“A lavoura segue, no município a rotina antiga, faltando-lhe os instrumentos próprios para os lavradores, que, seguindo o método mais fácil, sentem ser o suficiente para os seus trabalhos ,a enxada, o machado, a fouce, a pá e o facão ou a espada. São os instrumentos mais usados na lavoura, nesse manancial de riquezas que dá vida e força a uma Nação, que, pelos seus habitantes sabe bem, comprehendê-la para a sua elevação.

Aqui se destacam as lavouras do café, arroz, mandioca, milho, feijão, batatas, abóbora, cebola, banana, melancia, cereais, frutas diversas e legumes, cujo produto auferido destina-se mais ao consumo próprio do que para a exportação. O algodão, cuja indústria representa grande riqueza, tem sido esquecido pelos lavradores, que apenas conservam alguns pés para as necessidades domésticas.

A indústria merece o seguinte comentário de Costa Lobo:

“Este é outro ramo de riqueza. Apenas existem o curtume de preparação de couros; fábricas de sabão e velas de sebo; de velas de cera; de fogos de artifício, de pólvora, de cal, de aguardente, do vinho, de telhas, de tijolos, de louça de barro, de vassouras e de farinha.

“Em sessão de 23 de janeiro do corrente ano (1900), a Câmara Municipal, pela Lei número 62, fez concessão gratuita de 33.939 metros quadrados de terreno, no Rocio Grande, próximo da cidade, aos Srs. Plaisant & Ferraz, para o plantio de amoreiras, destinadas à criação do bicho-daseda e, consequentemente, sua futura industrialização

“Os Srs Alfredo, Eugênio & Cia., negociantes nesta praça, estão fazendo edifícios, no Porto Dom Pedro II, para montagem de uma fábrica de phósforos, com concessão da Câmara Municipal, por vinte anos, isentando de direitos municipais a produção da fábrica.”

Poucos anos antes da construção do prédio que até os anos 70s abrigou a Alfândega — transformado em Museu do Homem do Mar após sua desativação —, Honório Lobo, ainda ao longo de suas considerações à Câmara, em 1900, assim descrevia o velho imóvel, impróprio para tal uso:

“Esta repartição federal de Fazenda funciona em um edifício inadequado, o antigo Colégio dos Jesuítas, sem arquitetura, irregular e inconveniente, que não está à altura que requer uma repartição dessa ordem. Vergonhoso é dizer-se para os que aqui chegam que nela funciona a Alfândega de Paranaguá.

“Estando ela distante do fundeadouro de todos os navios de alto bordo, a três quilômetros, não pode por isso a fiscalização ser profícuo por uma boa, fácil e regular vigilância, vista como o porto meridional, à margem esquerda do Rio Itiberê. Quer em largura, quer em profundidade, não comporta senão pequenas embarcações do tráfego de porte, devido às obstruções que, de dia em dia, aumentam pela acumulação de areia que as

correntezas das águas depositam, e onde a fiscalização aduaneira não se faz necessária, senão para os pequenos vapores de transporte.

“O problema se agravou com o naufrágio, no meio do canal do Rio Itiberê, em frente à Capitania dos Portos, do vapor ‘Adolfo de Barros’.”

As considerações do professor Honório Costa Lobo concluem com a análise das estradas então existentes na região. Diz ele:

“A única estrada de rodagem que possue Paranaguá, é a que se dirige para o rumo Sudoeste da cidade, para as colônias italianas, nas proximidades da Serra da Prata. Precisa de reparos e aperfeiçoamentos. De Paranaguá a Morretes, a estrada só permite viajar-se a cavalo ou a pé. E com dificuldades. Para Guaratuba há uma picada, que, passando pela Colônia Pereira, vai terminar no Cubatão, pela qual transitam viajantes, quando não o fazem pela Praia da Costa do Mar, do Pontal ao Caiobá, defronte daquela Vila.”

b - Os núcleos e as colônias

Para que entendamos melhor as considerações feitas por Honório Costa Lobo em seu longo descriptivo à Câmara Municipal, no início de 1900, convém lembrar que já na época Paranaguá contava com inúmeros núcleos e colônias habitados, principalmente, por imigrantes chegados ao Paraná ainda no final do século XIX. A 14 quilômetros da cidade está o núcleo de Visconde de Nácar, então prioritariamente habitado por italianos. Maria Luiza, mais à frente, é ocupada por italianos e alemães. Também vêm da Itália os colonizadores das colônias Quintilla, Santa Cruz e Taunay. A primeira, na parte inferior da Serra da Prata, com acesso ao núcleo de Maria Luiza. Perto dali está Santa Cruz, enquanto Taunay situa-se à margem esquerda da estrada de ferro. Resta o núcleo de Cândido de Abreu, à frente de Quintilla, onde se registram os primeiros assentamentos de imigrantes poloneses da região. Todos esses núcleos e colônias foram fundados pelo Ministério da Agricultura, na tentativa de assentar contingentes de imigrantes vindos das mais diversas partes da Europa e que constituíram a nova força de trabalho regional.

Como a Itália foi a que mais enviou imigrantes, dois pontos não podem ser esquecidos como referencial de povoamento: Colônia Alexandra, hoje distrito de Paranaguá, além do Núcleo Pereira. A fundação desse núcleo foge às origens convencionais. Resultou do esforço feito por um empreen-

dimento, Pereira Alves, Bendaszeweki & Cia., cabendo na liquidação da firma ao sócio e coronel José Antônio Pereira Alves, hoje pertencente aos seus herdeiros.

c - A economia e a sociedade, em 1900

É rico e abundante o material disponível para consulta, no que se refere à Paranaguá de 1900. Desde 1894, a cidade dispõe de um sistema de transporte servido por "bonds" a vapor, explorados pela Empresa de Transportes,

"...empregados na condução de cargas para a Estrada de Ferro e, desta, para as casas comerciais. Estes "bonds" fazem, em um e outro dia, trajetos ao povoado do Rocio de Nossa Senhora".

As parcias informações alusivas ao sistema de transporte local revelam apenas que, a partir de 3 de setembro de 1893, quando a cidade ganhou esse benefício, três tipos de bondes ligavam o Mercado ao Rocio, pela empresa administrada pelo coronel Eugênio Gonçalves Marques. Os bondes deixaram de operar na cidade em 1938.

Os jardins públicos não são omitidos nas estatísticas da época, bem como cemitérios, o Mercado, igrejas, clubes, sociedades benéficas e carnavalescas, a assistência médica, os edifícios federais, municipais e sociais, além de um rol de profissionais então disponíveis. Dizem as informações, acerca dos jardins:

"Existem cinco jardins, às expensas da Câmara Municipal, em cujo asseio, aformoseamento e conservação estão empregados dois zeladores. O primeiro, junto ao edifício em que funciona a Câmara; o segundo, no pátio em quadro, da Casa Escolar Faria Sobrinho; o terceiro, na Rua XV de Novembro, chamado "Comendador Carneiro"; o quarto, na mesma rua, chama-se "Rd. Chavantes"; e o quinto, nos pátios da Casa Escolar Humanitária Paranaense."

Acerca dos cemitérios, é essa a anotação registrada pelo Autor:

"Um Cemitério Municipal, no qual a Câmara trata de fazer um aumento condigno ao fim para que é destinado, cercando-o por muro e gradil de ferro, como se nota na parte existente, é na frente, um pórtico elegante e apropriado.

“Dois outros cemitérios, nos quais já não se enterram mais cadáveres, sendo um junto à Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, e outro, situado na Matriz, há pouco tempo aplainado para jardim.”

Localizadas às margens do Rio Itiberê, junto à Rua da Praia, as instalações do então ainda novo Mercado Municipal merecem as seguintes considerações:

“A cidade conta com um Mercado e um Chalet para a venda de peixes, muito fartos, avaliados em Rs 45:000\$000 (sic). No Mercado estão 24 quartos para quitanda, quatro para açougue, um para farinha e cereais, e um mais para depósito de toucinho, queijos, charque etc., quando trazidos de fora do Município. No centro do grande pátio interno, uma caixa d’água, cuja serventia é feita por meio de uma bomba. Na parte externa, sob o muro do Jardim Doutor Chavantes, um outro quarto, onde está localizado um sanitário para uso dos locatários.”

A vida social sempre exerceu importante papel em Paranaguá. À época, eram três os clubes mais importantes: Republicano Recreativo, Operário e o Club Literário, fundado por doze jovens amantes da cultura, em 1872. Depois de vários contratempos e contrariedades, a entidade tomou vulto, tornando-se uma das primeiras sociedades locais, pela freqüência de seus sócios e o aparato de sua estabilidade social. Curioso é o registro alusivo às então quatro sociedades carnavalescas existentes: Bilontras, Belzebuth, Terríveis e Satanaz. Já as sociedades benéficas ganharam a seguinte consideração, devidamente anotada:

“Temos duas sociedades benéficas: uma, a Protetora das Famílias, que, pelo seu balanço apresentado em sessão de 17 de janeiro de 1900, verifica-se ter sido a sua receita no ano próximo passado de Rs 39:782\$227 e a sua despesa de Rs 31:835\$981, sendo de subsídio pagos ás famílias dos sócios falecidos a de Rs 26:534\$600. E a outra, a Caixa Benéficiente, que já tem pago ás famílias de sócios falecidos á cada uma, Rs 100\$000, como auxílio para o enterro do sócio.”

A vida social de Paranaguá, entretanto, tem um breve registro anterior ao da época de 1900. É de 25 de novembro de 1856 a anotação referente à Sociedade Terpsichore, criada no ano anterior, também, provavelmente, primeiro centro cultural aberto ás mulheres. Apesar das poucas informações disponíveis quanto à existência da agremiação, o discurso proferido pelo

sócio-fundador, Manuel Euphrásio Corrêa, na data acima, é uma das poucas alusões à agremiação sócio-cultural parnanguara. Durante as comemorações de mais um aniversário da entidade, diz Manuel Euphrásio Corrêa:

“Senhores! É hoje a primeira vez, que, com o coração repleto de prazer, venho a minha voz erguer para, entusiasmado, vos anunciar o faustoso vinte e cinco de novembro, aniversário desta associação; desta nossa tão predileta filha, que há bem pouco tempo, com trêmulos e vacilantes passos, de uma infante ainda no berço, mal podia sustentar-se nos seus fracos membros. E se não fosse a coragem, persistência e vontade férrea de muitos de seus consócios, teríamos hoje de chorar a morte prematura desta Sociedade Terpsichore, que, agora, radiante, de mil alegrias, nos oferece no dia de seus anos!

“É hoje o dia, senhores, pelo prazer que sentimos, que os mais fálgos da inteligência tornam-se sábios, os mais circunspectos, graciosos, e os mais rudes, eloquêntes.

“Esta associação foi fundada à custa de muitos esforços por quatro membros apenas; viu com prazer, no dia de sua instalação, treze que se inscreveram como sócios, e a maior parte deles conservando-se.

“Tanto trabalharão para o aumento de tão civilizadora instituição, que hoje contas no seu seio quarenta e um, que, com ufania, digo, são quase todas pessoas das mais gradas deste País.

“Não findarei, ilustres consócios meus, sem vos pedir auxílio e proteção para esta pobre criancinha, que, apenas contando com um ano, não poderá trilhar a senda da vida sem o vosso valioso apoio.

“A estas nossas reuniões nunca deixou de concorrer um grande número desse sexo frágil, que faz a alegria dos salões, e a quem faltariam ao nosso mais rigoroso dever se olvidássemos nesta ocasião de júbilo, na qual bebemos à prosperidade da Sociedade Terpsichore, da diretoria, da dos fundadores, da de todos os sócios, e à felicidade daqueles que freqüentam suas reuniões.”

À assistência médica cabe o registro de que a cidade já conta com

“...um hospital, com o nome de Santa Casa de Misericórdia, cuja Irmandade sobe a mais de 160 associados; um Asilo Infantil, que acaba de ser construído por donativos, situado no Campo Grande, ao Sudoeste da cidade, cuja arquitetura moderna muito realce dá ao edifício que apresenta três fachadas elegantes”.

Nominam-se, ainda em 1900, edifícios federais e instituições como

“Capitania, Casa e Quartel de Aprendizes Marinheiros, Convento dos Jesuítas, Quartel Provisório do Exército, Estação Telegráphica, Pharol, Fortaleza e o Lazareto da Ilha das Cobras.”

Aos edifícios municipais reserva-se espaço para

“O Mercado, Chalet de Peixe, Barracão, Lazareto Municipal, Cemitério do Carmo, Matadouro, Cadeia, casas escolares “Faria Sobrinho” e “Humanitária Paranaense”, Depósito de Pólvora, Depósito de Inflamáveis, Chafarizes e Lavanderias.”

Curiosa é a pequena, mas interessante, relação dos chamados edifícios sociais, assim formada, conforme registros de então”:

“Santa Casa de Misericórdia, Asilo, Loja Perseverança, Club Literário, Caverna, Bilontras e Caverna Belzebuth.”

Ainda em 1900, um rol de profissões mostra que Paranaguá já conta com completa infra-estrutura de comércio e serviços. Às autoridades municipais coube cadastrar todas as atividades, nominando-as em termos quantitativos. Curioso, porém, é apurar, na leitura abaixo, que, na ausência de números conclusivos, os registros utilizam, sem cerimônia, a palavra “muitos”, deixando entrever que já naquela época, levantar dados estatísticos concisos exigia atenção redobrada de quem promoveu a contagem. Fica claro, porém, que a cidade conta, respectivamente, com

“Um dentista; um farmacêutico; três médicos; quatro enfermeiras de caridade; nove professores; um advogado; um solicitador. um tabelião; três agrimensores; um magistrado; um escrivão distrital; um promotor público; dois padres; três juizes distritais; um engenheiro municipal; um médico municipal; dois professores aposentados; muitos pescadores; quatro empreiteiros; dois vaqueiros; muitos marítimos; quatro cocheiros; dois maquinistas; trinta e oito empregados federais; quinze empregados municipais; muitas lavadeiras; muitas cosinheiras; sete telegrafistas; oito pintores; um retratista; doze barbeiros; setenta pedreiros; cento e trinta negociantes; um construtor naval, e cento e quinze empregados no comércio.”

d - O Poder em 1900

As preocupações com a política e o poder foram também sempre uma constante de uma cidade que legou ao Paraná, ao longo dos séculos, expressivos nomes públicos, do que nos ocuparemos mais à frente. Ainda no que se refere à época de 1900, vale a transcrição, na íntegra, de informações escritas e selecionadas pelo Autor, concernentes ao período da gestão do coronel João Guilherme Guimarães na prefeitura local.

"O Poder Executivo está confiado, por eleição municipal, ao coronel João Guilherme Guimarães, cidadão ativo, de fácil expediente, honrado, de altas aspirações e amante de seu torrão natal, como o é de todo o Brazil, para cujo engrandecimento não poupa sacrifícios. Pelos seus desejos e pelas suas aspirações, sentimentos estes que o caracterizam, certamente teria transformado o Município de Paranaguá em um jardim de flores aromáticas e preciosas, se as rendas municipais fossem bastantes para acudir o que precisa, para atender, o que o melhoramento de Paranaguá pede.

"Despido de interesse pessoal e sem ligar importância ao direito que lhe assiste de usufruir o subsídio de Rs 6.000\$000 anuais que lhe tem sido concedidos pela Câmara Municipal em seus orçamentos, os tem convertido para a ornamentação da Casa da Câmara e a atos de beneficência, doando á Santa Casa, ao Azilo Infantil, á Igreja Matriz para a compra de um relógio, á Ordem Terceira, para compra de paramentos, bem como para outros fins humanitários.

"Esta cidade muito lhe deve e dele ainda muito precisa e espera, porque os bons desejos lhe sobram, o seu trabalho não cessa para o engrandecimento da terra que o viu nascer.

"O Poder Legislativo está confiado, também por eleição, aos cidadãos: tenente-coronel Manuel Bonifácio Carneiro; capitão Randolpho Gomes Veiga; Joaquim Tramujas; João Baptista Frecieiro; capitão Antônio José Vieira de Araújo; capitão Thiago Pereira de Azevedo; tenente Manuel Antonio Correia e João Baptista Bório.

"Tem sido Presidente e continua no mesmo cargo o tenente-coronel Manuel Bonifácio Carneiro, pela confiança merecida que lhe depositam os demais camaristas. Pelo seu caráter sincero, como pelo desejo que tem de ver a cidade de Paranaguá, onde nasceu e tem vivido, caminhar nas raias do progresso.

"São suplentes da Câmara Municipal João Bento de Miranda; João

Gomes Raposo; Nicolau Dacheux Nascimento; Elycio de Siqueira Pereira Alves; José Gonçalves Lobo e Antonio Felippe Nery Dias de Paiva.

“A Câmara Municipal tem prestado relevantes serviços a Paranaguá, desde a sua instalação a 29 de julho de 1648. Seus camaristas, eleitos pelo povo paranaguense, foram sempre merecedores de toda a consideração e respeito.”

e - Caminhos do progresso

É 1927, e a construção da Escola Normal “Dr. Caetano Munhoz da Rocha”, nome que homenageia o presidente da Província do Paraná, mostra a mudança dos tempos. O prédio tem traços arquitetônicos arrojados, modernos, é ponto de destaque da nova urbanização parnanguara. Ainda existem remanescentes coloniais, mas a cidade está totalmente modificada no seu aspecto urbano.

Passado e presente convivem sem conflitos. O asfaltamento das ruas marca uma nova fase do desenvolvimento urbano. Os núcleos residenciais do Rocio, Samambaia, Vila Guarani, Primavera, São Vicente e Divinéia, ganham nova fisionomia. As ruas ganham arborização. Os anos 80s testemunhas profundas mudanças urbanísticas. O antigo Largo Monsenhor Celso, não mais que local que abriga o Obelisco do Tricentenário comemorado em 1948, é revitalizado, pólo de atração turística, com folhagens, lampiões e bancos que revivem a era colonial. Avenidas como a Coronel José Lobo e Santa Rita ganham arborização e palmeiras imperiais. Aos pedestres reservam-se ruas antes tomadas pelos veículos, tornando Paranaguá uma cidade mais humana. Ainda nessa época, gestões junto à Rede Ferroviária Federal pedem pela reabertura da Avenida Gabriel de Lara, no trecho entre a Avenida Manoel Ribas e o Rocio, este o tradicional bairro que abriga turistas e devotos que buscam, todos os anos, a capela de Nossa Senhora do Rocio, padroeira local.

Ao longo das décadas deste século, a arquitetura mostra suas muitas facetas. Em 1927 é a vez da Escola Normal, na Praça João Gualberto. Mais tarde, o Club Literário, na Praça Fernando Amaro. recentemente, edifícios como o Nossa Senhora do Rocio, Nossa Senhora do Rosário e o então imponente Palácio do Café — construído quando o café representava a expressão econômica nacional e regional — tornaram-se marcos significativos. Até o modesto Cine Santa Helena ganha imponência, depois de reformado, ou mesmo o Club Republicano. Sem esquecer o Palácio de Esportes Dr. Joaquim Tramujas, a Biblioteca Leônicio Corrêa, a Faculdade de Filosofia, Ci-

ências e Letras, afora a rede hoteleira, que ganha estrelas com o Dantas Palace, Monte Libano, Líder e Graciosa, além das suntuosas residências espalhadas cidade afora.

Aos saudosistas resta a lembrança da velha cidade com ares ainda coloniais, como o panorama que se inicia no velho aeroporto e passa pela Rua da Praia, oficialmente Rua General Carneiro, com seu casario colorido, para terminar no aterro junto ao Mercado. Em tranqüilo lugar, às margens do Rio Itiberê, o novo Mercado e a Estação Rodoviária dividem espaço com o lazer de quem vê, às margens do rio, o tempo passar, olhos postos na ponte que leva à Ilha de Valadares, bucólico ponto de encontro com o passado tão cheio de histórias.

PARTE 3 PAISAGENS E LEMBRANÇAS

O antigo e o moderno sempre conviveram harmonicamente em Paranaguá. As pedras de moleque, que durante séculos pavimentaram as ruas, deram lugar aos paralelepípedos e ao asfalto. Ao lado dos tantos edifícios está o colorido casario com arquitetura colonial. Percorrer a cidade, é conviver com uma permanente aula de História. É descobrir, aqui e ali, marcas e marcos dos colonizadores, dos imigrantes, das tantas gerações que pisaram aquele chão desde os primórdios do Brasil Colônia.

Fonte Velha

É desses tempos coloniais a chamada Fonte Velha, ou Fontinha, que data do século XVII. Está ali, no final da ladeira da antiga Rua da Fonte, hoje Conselheiro Sinimbu, que desemboca na altura da Rua Pêcego Júnior, frente ao Rio Itiberê, nos lados do antigo Campo Grande. Construída em 1656, oito anos após a elevação do povoado a Vila, em 29 de julho de 1648, abasteceu sempre a população de água potável e as embarcações chegadas a Paranaguá, ancoradas ao longo do velho Rio Taguaré, hoje Itiberê. Uma obra jesuíta toda feita em pedra portuguesa, esquecida durante longo tempo, depois restaurada e hoje fonte de referência turística.

Antônio Vieira dos Santos, historiador local, descreveu-a como

“ (...) construção colonial ao lado do Campo Grande, de parte do nascente, sendo o edifício construído de cantaria. É a fonte de beber água

da cidade. Contém três bicas e a um lado uma escadaria de pedra, por onde se desce ao pavimento ladrilhado de cantaria. A Fonte Velha está situada numa ladeira, cujo calçamento que a rodeia se ainda mantém com as pedras originais. Essas pedras, com que se calçavam as vilas coloniais do Brasil, eram conhecidas com o nome de Pedras de Moleque".

Com o correr do tempo, a Fontinha tornou-se referência para muitas lendas. Uma das mais curiosas narra a existência de uma passagem secreta e subterrânea, ligando-a ao Porto dos Padres, no Emboguaçu. Mesmo rica em antigüidades coloniais, Paranaguá perdeu muito de seu patrimônio. Ao longo do tempo foram demolidas inúmeras casas nas ruas da Fonte e do Fogo, hoje Rua Vieira dos Santos. Outras estão completamente em ruínas ou desfiguradas, apesar dos reparos e reformas que descaracterizam por inteiro os traços originais dos imóveis. Mas a Fonte Velha manteve seus traços, e hoje é um monumento da cidade.

Casa do Monsenhor Celso

Data do final do século XVIII o casarão onde nasceu Celso Itiberê da Cunha, no Largo da Matriz, hoje Largo Monsenhor Celso. O imóvel, hoje, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico, está em frente ao obelisco de granito comemorativo aos 300 anos da cidade, em 1948. Irmão mais moço do músico e diplomata Brasílio Itiberê da Cunha, filho de João Manuel da Cunha e Maria Lourenço Munhoz da Cunha, nascido em 11 de setembro de 1849, estudou em Curitiba, ordenou-se padre, e durante a Revolução Federalista (a que já nos referimos em capítulo anterior), abrigou revoltosos e políticos — independentemente do lado a que pertenciam — temerosos de cair nas mãos dos inimigos. Era o tempo em que exercia o sacerdócio na localidade de Apiaí, então passagem obrigatória para quem se dirigia a São Paulo.

Hotel Tristão

Andar pela Rua da Praia, oficialmente Rua General Carneiro, é reencontrar entre as muitas casas em ruínas um endereço que marcou época em Paranaguá no final do século: o Hotel Tristão, logo adiante do casarão que um dia abrigou o Telégrafo Nacional. Tristão Alves, que se orgulhava em dizer ter sido cozinheiro do imperador D. Pedro II, quando da visita do monarca à cidade, durante o lançamento da pedra fundamental da Estrada de

Ferro Curitiba-Paranaguá, em 5 de junho de 1880, era um personagem *suí-generis*. Bonachão, apesar de seus modos bruscos, conquistava facilmente seus hóspedes. Era ele quem sempre repetia “Olha, meu amo! Quem comer aqui uma vez, fica como gato, não larga a casa”.

Pinheiro Machado, conhecido líder político e revolucionário gaúcho, em suas andanças pelo Paraná, não deixava, após mais uma viagem no vapor que escalava e atracava no cais local, de se hospedar no hotel e experimentar as iguarias do mar. Aos conterrâneos, quando de retorno do Rio de Janeiro, não cansava de alardear que “uma viagem ao Rio Grande, sem um almoço no Hotel Tristão, de Paranaguá, ficaria incompleta, porque os camarões preparados pelo Tristão são de dar água na boca”.

O tempo passou, o velho Tristão morreu, o hotel passou a se chamar Fonseca, um nome jamais assimilado pelos parnanguaras. Carinhosamente, a exemplo dos antigos nomes das ruas, a população insistia em indicar o Hotel Tristão aos viajantes que buscavam abrigo no antigo endereço, agora com novo nome. Hoje, restam apenas ruínas e lembranças de um passado, presente nas pálidas cores do casario da Rua da Praia.

Santa Casa de Misericórdia

Numa época em que, Brasil afora, as condições sanitárias e de higiene deixavam muito a desejar, também Paranaguá buscava soluções para contornar o problema. Já em 1835, o comendador Manoel Francisco Correia Júnior visitava os pobres em seus casebres, dando-lhes amparo, consolo e alívio para seus sofrimentos. Correia Júnior integrava a Sociedade Protetora dos Defensores da Independência e Liberdade Constitucional, existente na cidade desde 1826.

Em 26 de julho de 1835, propôs à Câmara Municipal a inclusão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. A proposta foi aceita por unanimidade, e em 8 de dezembro de 1836, na capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, a Irmandade ganhou vida própria, tomando por protetora a Virgem Nossa Senhora da Conceição. Os primeiros resultados não tardaram. A principal preocupação era a de construir-se um hospital capaz de receber os doentes e necessitados. Pela Lei Provincial número 30, de 31 de março de 1838, concedeu-se auxílio no valor de 2:000\$000 (dois contos de réis) para as obras do edifício, e pela União Paranaguense, um empréstimo pagável em prestações. As obras duraram de 1838 a 1841, ocupando o terreno localizado na esquina das ruas Leocádio Correia a Treze de Maio. Ali o pobre recebia todos os cuidados dispensados pela Irmandade, representada por uma provedoria, responsáveis pelos seus destinos.

Durante todo esse tempo, inúmeros foram os provedores que marcaram com seu trabalho a presença a frente da entidade: entre outros, o tenente-coronel Joaquim Cândido Correia, responsável pela posterior reforma do imóvel; Manuel Antonio Guimarães, o visconde de Nácar, que sempre amparou os pobres com gestos de caridade; e seu filho, o coronel João Guilherme Guimarães, que em sua gestão ampliou as instalações e construiu, com donativos recebidos, um asilo no Campo Grande.

Câmara Municipal

Em 29 de julho de 1648, quando o pequeno povoado foi elevado a Vila, ainda nos tempos de Gabriel de Lara, Paranaguá ganhou sua Câmara Municipal. Presidida por um juiz, contava ainda com três vereadores, um procurador e escrivão. Só mais tarde o número de vereadores elevou-se para oito e, posteriormente, para quinze, eleitos pelo voto direto, número que perdura ainda até hoje. Mas só em 1677 decidiu-se pela construção de uma casa para a realização de sessões. As obras iniciaram-se apenas em 1721, depois de aprovado o pedido, mas a conclusão da chamada Casa do Conselho só se deu após quase cem anos, em virtude de diversos embaraços ocorridos ao longo da construção. A permanência na primeira sede, porém, durou só alguns anos. Pouca espacosa, fez os vereadores deixar o endereço da Rua da Ordem (hoje Rua XV de Novembro).

Além do pouco espaço, as sessões eram incompatíveis com o alarido, não raro incluindo palavras obscenas, dos criminosos detidos na prisão localizada nas partes térrea e superior da sala de trabalhos legislativos. Câmara e cadeia dividiam o mesmo espaço. Resolveu-se então mudar a casa para o sobrado pertencente a Caetano Gomes Henrique, na Rua da Praia. A nova mudança não tardou, dessa vez para outro sobrado, pertencente a Manoel Euphrasio Corrêa.

Em 1897, o coronel João Guilherme Guimarães, filho do visconde de Nácar, foi eleito prefeito da cidade. Ativo, honrado e empreendedor, não hesitou em promover mais uma mudança dos camaristas, desta vez ao palacete dos herdeiros de sua família, onde até hoje está localizado. Solar com traços arquitetônicos néo-clássicos, ainda em 1897 passou a abrigar nos amplos salões o gabinete do prefeito; a secretaria municipal; o gabinete da presidência e a secretaria da Câmara, além dos arquivos da Casa e da municipalidade. Funcionavam também ali a tesouraria, a repartição técnica, a aferição, bem como as salas do júri e das audiências, a chamada sala secreta dos juizes de fato, a sala reservada às testemunhas e a sala de Sessões da Câmara.

Ainda neste ano, presidia a Câmara o tenente-coronel Manoel Bonifácio Carneiro. Foi nessa legislatura que um dos mais atuantes vereadores foi Joaquim Tramujas, tio-avô do Autor, então prático-mor da barra. Só recentemente os trabalhos da Casa foram interrompidos, na gestão de Albino Tramujas, filho do Autor, em virtude das necessárias obras de recuperação do imóvel. Restaurado, presta-se à atividade legislativa que, em 1997, completa cem anos no mesmo local.

Casa Cecy

Vem de longe a lembrança que tenho do patriarca Cecy, que conheci ainda na infância de um endereço, ao folhear livros e revistas que falam da nossa Paranaguá. Autor das coisas da cidade, da origem à atualidade, a Casa Cecy, fundada em 1908, desde menino até a idade adulta, é parte da minha vida. A cada alvorecer de um novo dia, lá seguíamos à sua padaria, de onde trazíamos os pãezinhos quentes da primeira fornada. O tempo passou. Mais tarde, certa vez, seu filho, Pedro Cecy, meu cliente no consultório odontológico, pediu-me para atender seu pai em casa, impossibilitado de mover-se, em virtude da amputação das duas pernas. Queria ele uma dentadura superior e inferior. Atendi-o na própria padaria. Ao deparar-me com aquele venezano senhor, senti-me pequeno diante de sua grandeza. Mesmo imobilizado, em sua cadeira de rodas, lá estava o Cecy satisfeito e falante. Durante o período que precisei para confeccionar os aparelhos, longamente conversei com o velho padeiro. Ao me despedir, ficava a pensar:

“Há pessoas que têm tudo e reclamam diante das dificuldades da vida. Aquele homem inválido fala sobre tudo, menos da ausência das duas pernas, e jamais o vi reclamando. Não o fazia, e sequer manifestava qualquer mágoa por sua invalidez física. Sim, porque no seu íntimo, sua alma era de uma grandeza imensurável.”

Daí a razão, ao ler os jornais de Paranaguá, em mostrar às autoridades locais a importância da preservação da memória urbana. Estou satisfeito em saber do interesse da municipalidade em restaurar as tantas coisas urbanas, inclusive, a velha Casa Cecy, que hoje só coloca à mostra as ruínas do velho forno de quem desce a ladeira onde outrora existiu a padaria. É minha homenagem ao homem para quem confeccionei um par de dentaduras usadas até sua morte, num inédito trabalho domiciliar como odontólogo, experiência mais tarde repetida, e com sucesso, no Rio de Janeiro. Obrigado, meu caro amigo.

CAPÍTULO V

PARANAGUÁ E AS ILHAS COM SEUS ENCANTOS, MISTÉRIOS E LENDAS

Parte 1

- Sentinelas Avançadas e Paraíso de seu Gentio e de Turistas

Parte 2

- Ilha do Mel, Endereço Repleto de Histórias, Naufrágios e Lendas

Parte 3

- Ilha das Cobras, Centro de tantas Superstições

CAPÍTULO V

PARANAGUÁ E AS ILHAS COM SEUS ENCANTOS, MISTÉRIOS E LENDAS

PARTE 1 SENTINELAS AVANÇADAS E PARAÍSO DE SEU GENTIO E DE TURISTAS

Diversas ilhas cercam a velha Paranaguá, sentinelas avançadas para quem, no Brasil Colônia, aportou na região, evitando invasões de corsários e conquistadores, hoje pontos de lazer e de turismo. A Ilha da Catinga, onde no passado se deu a ocupação regional, era patrimônio da Câmara Municipal, por provisão do ouvidor Raphael Pires Pardinho, confirmada pelo aviso do Ministério da Fazenda, de 28 de janeiro de 1859, que tratava dos terrenos de Marinha. As atrações, porém, têm nomes como Ilha dos Papagaios, Ilha das Palmas, Ilha Rasa, Ilha do Teixeira, Ilha das Pedras, Ilha da Galheita, Ilha do Alamim, Ilha do Guararema e Ilha do Guará.

Duas delas, a das Cobras e do Mel, ganham destaque especial nesse cenário. A primeira, por em outros tempos abrigar o chamado "Lazareto", mantido pelo governo, onde eram recolhidos os doentes desembarcados de vapores e navios aqui aportados, com tripulantes contaminados por doenças contagiosas, ou suspeitos de portadores de epidemias. Há muito o Lazareto deixou de existir. Hoje, o Governo do Estado mantém ali sua residência de veraneio no Litoral, vez ou outra freqüentada pelo poder. À Ilha do Mel, conhecida como principal ponto turístico nas altas temporadas, falaremos mais à frente.

Lavoura e pesca são as principais fontes econômicas para os habitantes das ilhas do Guirarema, Palmas, Jurerê, Guará e Papagaios, em virtude da farta disponibilidade de peixes e crustáceos. Habitações simples marcam a presença de seus ocupantes, muitos ainda cultivando velhas tradições e costumes trazidos pelos antepassados. Garoupas, salgos, badejos e corvinas fazem a delícia culinária para quem busca o prazer da pesca na Ilha das Palmas, dividida em duas, ambas sentinelas avançadas na entrada da barra de Paranaguá. As demais, visitadas, só pouco ocupadas, situam-se dentro da grande baía.

Maiores que as demais, as ilhas da Cootinga e do Mel se destacam nesse cenário. A primeira, abrigo dos primeiros colonizadores, é montanhosa e alta, ainda mostrando marcas que remontam ao período colonial. A do Mel, plana e baixa, apresenta atrativos como os morros da Gruta, onde está a velha Fortaleza, praça de segurança do porto que nos leva aos tempos do Brasil Colônia e Brasil Império.

Inexistem, em toda a região, acidentes geográficos como lagos e cabos. Nem por isso deixa-se de percorrer locais como as pontas da Cruz, da Ilha do Mel, da Prainha, das Conchas, do Bicho, do Teixeira, do Pyassagüera, do Pasto, da Ilha das Cobras e da Ilha Rasa. Resta a Ponta Grossa, que divide Paranaguá de Antonina e o chamado Pontal do Sul.

PARTE 2 **ILHA DO MEL, ENDEREÇO REPLETO** **DE HISTÓRIAS, NAUFRÁGIOS E LENDAS**

A velha Fortaleza, marco de uma época em que os colonizadores asseguravam o domínio das terras conquistadas, é a principal e imponente imagem para quem chega à Ilha do Mel, onde unidades militares até recentemente faziam a guarda territorial, tradição que remonta aos tempos das invasões piratas. Paraíso turístico, a ilha é repleta de atrações. Percorrê-la, é dis-

por de tempo para conhecer, um a um, esses atrativos. A partir do Forte, a cerca de quilômetros a sudeste, no extremo de uma grande enseada, está o Morro das Conchas que abriga o Farol, construído em 1872, referência para navegantes que indica o rumo a seguir, em busca da barra. Pouco mais ao sul está o Morro da Prainha, banhado pelo mar.

Vaguear rumo o Norte, é reencontrar narrativas dos tantos vapores e navios adernados ou perdidos em meio às borrascas. A cerca de trinta metros do Morro das Conchas, no passado, o vapor "Rio Branco" chocou-se com as pedras ali existentes. Naufragou, depois destruído pelas fortes ondas. Mais trágico foi o fim de duas outras embarcações, o brigue "Sereia" e o bergantim "Dona Anna", ambos aprisionados pela arbitrariedade do comandante do vapor inglês "Cormorant", ainda no século passado, e depois queimados.

Lendas de ninfas e sereias

Mais que referência para naufrágios e acidentes, a Ilha do Mel, localizada na entrada da baía de Paranaguá, entre a Ilha das Palmas e o continente, presta-se também às tantas lendas que incluem ninfas, sereias e marujos tragados pelos seus cantos junto aos selvagens cenários dos mares do sul formados por praias de água muito azul e piscinas naturais. É da parte meridional da ilha, onde está a gruta natural da Prainha, que nos chega a velha lenda recontada gerações afora. O local, no período das marés cheias, torna-se perigoso aos visitantes, em virtude do furioso embate das ondas. As águas vencem os bancos de areia que margeiam o canal da chamada Barra do Sul. É esse o cenário que abriga a conhecida Gruta das Encantadas, lendária referência assim narrada no andar do tempo e da tradição:

"Um marinheiro, que tinha sua embarcação ancorada em frente à Ilha do Mel, desceu para contemplar e conhecer a gruta. Foi atraído por um canto mágico, que vinha do seu interior. Eram ninfas, que cantavam em dialeto indígena, procurando transmitir a seguinte mensagem: 'Passe com cuidado a ponte e viva bem com os outros. Assim como eles vivem bem, tu também poderás viver. Não de te vir buscar, e te levarão com eles para a tua morada'. O destemido marinheiro ficou maravilhado com o cântico, olhos postos nas misteriosas mulheres nuas, de longos cabelos, que rodiavam sobre a fina e branca areia da praia. Extasiado, fixou o olhar em uma delas, e deu a mão à sua escolhida.

"A jovem lhe falou ainda na língua nativa, e ele entendeu as palavras: 'Tens de partir, homem estranho. Gostei de ti, mas tens de partir'. Apaixonado, o marinheiro respondeu: 'Nunca. Jamais arredarei os pés de perto

de ti, meu amor! Permite-me, por Deus, gozar de teu carinho e da tua eterna companhia'. A ninfa tornou a falar: 'Para que venhas comigo, é preciso que morras. Se tu aceitas, te convido. Vem, meu doce amor! A fonte doce da vida nos chama. Partamos, sem mais demora'.

"De mãos entrelaçadas, ouvindo o cântico das demais ninfas, o casal, lentamente, começou a caminhar mar adentro. Ao desaparecerem sob a água, restou a certeza do mais puro e lindo amor. As encantadas ninfas desapareceram, para nunca mais surgir. Daí em diante, a gruta ficou solitária, e nela quebram-se os ecos dolentes e eternos do mar."

Lenda ou não, a história se repete ao longo das gerações. Só o afortunado marinheiro teve a visão das ninfas encantadoras. Mas há, na ilha, ainda outras grutas, nem todas repletas de tantas descrições fantásticas. Como a encontrada no morro que abriga o Forte, irregular, sempre repleta de águas salobras, pouco convidativa para visitas. Ou a encontrada no ponto conhecido por "Nácar", um dia propriedade do coronel João Guilherme Guimarães, filho do visconde de Nácar, que ali se preocupou em dotar o local de razoável infra-estrutura. No Nácar ergueram-se, conforme antigos registros,

"estabelecimentos de socar arroz, de fazer telhas e tijolos. Lá estavam boas terras para plantar, matas de madeira-de-lei, campo para o gado nele ser criado, além de casas de morar e outras, que acomodavam trabalhadores e depósitos de materiais".

Dizia-se, no andar do século passado, que o proprietário jamais deu plena atenção a essas terras e aos estabelecimentos. Se o fizesse, os resultados colhidos certamente teriam mudado o destino da Ilha do Mel, o que não ocorreu. Uma constatação, hoje, interessante, porque a ilha manteve sua paisagem paradisíaca, um dos poucos recantos onde a natureza reina absoluta.

Já em tempos mais recentes, mais precisamente por volta dos anos 30s e 40s, quando a ilha passou a ser o endereço da visita freqüente de turistas, a preocupação maior das autoridades dizia respeito à ocupação desordenada daquela área. Às tantas colônias de pescadores nativos ali residentes, somaram-se, pouco a pouco, as primeiras residências de veraneio de paranaenses que então haviam descoberto um novo recanto para gozo de suas férias. Como a ilha não dispunha de qualquer instrumento de proteção, não raro os imóveis passaram a ser construídos em locais impróprios, nas imediações da faixa marinha. Era o tempo em que a preocupação com a ecologia estava longe de ser uma realidade. Os primeiros resultados não tardaram: o mar,

não raro, avançava por sobre os terrenos e lotes, derrubando casas recém-construídas.

A isso somou-se a posterior especulação imobiliária, quando empreendedores, ávidos por lucros, aos poucos adquiriram as propriedades dos nativos. As modestas casas de madeira até ali ocupadas por pescadores e suas famílias deram lugar, gradativamente, a luxuosas edificações, um hotel, inclusive. Não tardou para que, mesmo que décadas após, os governos do Estado e da União tomassem as primeiras providências, embargando obras que estivessem fora dos parâmetros preestabelecidos, no intuito de preservar o local. Hoje, não só o uso do solo na Ilha do Mel, como também o acesso de visitantes, segue regras definidas, evitando-se a deterioração desse santuário. Estabeleceu-se, recentemente, que só um determinado número de turistas tem acesso à ilha nos meses de alta temporada. A área dispõe apenas da infra-estrutura mínima necessária, capaz de, mesmo assim, atender condignamente aqueles que a procuram para descanso e lazer.

PARTE 3 ILHA DAS COBRAS, CENTRO DE TANTAS SUPERSTIÇÕES

Se à Ilha do Mel estão reservadas tantas lendas e trágicas histórias envolvendo naufrágios, a Ilha das Cobras, distante cerca de 40 quilômetros de Paranaguá, tem lá também o que mostrar no imaginário popular. Já foi presídio, local de isolamento de portadores de doenças infecto-contagiosas, mas resgatou seu espaço quando redescoberta pelo turismo. É o centro das atenções para quem navega pela baía de Paranaguá, em direção à barra, à Ilha do Mel ou a Guaraqueçaba. Atrás do sugestivo nome está o fato da comprovada existência, no local, de jararacas. Não foram poucos os que foram mordidos pelas cobras, mas cuidados tomados previamente evitam surpresas desagradáveis, como as queimadas, ainda consideradas a melhor providência para quem quer ficar livre de sustos. O gentio ali residente tem muitas histórias para contar, mostrando como evitar as temíveis picadas. Uma delas fala do morador que, munido de um dente de jacaré amarrado a uma corda, no pescoço, via ali a solução para evitar os ataques. Pouco adiantam dentes de alho, segundo os moradores, porque o dente de jacaré era, sem dúvida, a melhor das armas.

Fatos curiosos até hoje nos são passados, como o da existência de cemitérios, a maioria esquecidos, onde restos de esqueletos eram encontra-

dos pela população local. A suposta lenda pode ser pura realidade. Afinal, muitos ali morreram, vítimas da peste bubônica, ou mesmo internos do então chamado "Lazareto", abrigo dos desembarcados com doenças infecto-contagiosas, especialmente leprosos. Eram marinheiros ali deixados pelos comandantes das embarcações, antes de se reiniciar a viagem ao porto de origem, para que morressem sós ou assistidos por uns poucos piedosos. Antiga colônia de pescadores, durante bom tempo abrigou ainda a Escola Correcional de Menores, endereço para menores de alta periculosidade. Apesar do interesse governamental, jamais concretizado, a Ilha das Cobras deixou de ser o retiro para a recuperação de indigentes. Local ideal, segundo as autoridades, perderia a condição de sede presídio para receber, recuperar e devolver à sociedade as milhares de pessoas que perambulassem pelas ruas dos centros urbanos. O projeto jamais saiu do papel. Nova investida ocorrem em 1985, quando se cogitou em transformar a ilha em centro para recuperação de menores carentes, sob a supervisão do arquiteto africano Jorge Mendonça, ex-ministro de Trabalho de Angola. Apesar do apoio da Universidade Federal do Paraná, através de seu Centro de Biologia Marinha, do Banco Bamerindus e do Governo do Estado, todos sensíveis à iniciativa, também foi deixado de lado. A chamada Casa de Recuperação da Ilha do Amor em Deus não passou de mais uma idéia sem resultados. Desses fatos restam só pálidas lembranças. Lá estão, para contar parte da história, três centenárias casas em alvenaria com suas paredes espessas, afora umas poucas casas de madeira habitadas pelo gentio, além de um cais, com não mais de 50 metros de extensão, ponto seguro para o desembarque, ou mesmo o caminho margeado por bambus que conduzem à Casa Central. Um caminho que faz cada um contemplar o mar, em meio às goiabeiras, palmeiras e carnaubeiras.

Hoje, a Ilha das Cobras, pela sua localização, é endereço certo do turismo crescente. Aos visitantes oferece a vista do porto de Paranaguá, da Ilha Rasa da Catinga, da Ilha do Mel e até mesmo da longínqua cidadezinha de Guaraqueçaba, distante uma hora e meia de barco a motor. Ali, para quem busca inspiração, é o paraíso. Ocupada no século XVIII, tem cerca de dois quilômetros de circunferência, cercada de ilhas próximas, com terras excelentes para o plantio. Transformada em local de veraneio do Governo do Estado, só dá acesso aos visitantes munidos de prévia autorização para freqüentar o local.

CAPÍTULO VI

PARANAGUÁ E A SERRA

Parte 1

- Os Caminhos da Serra da Prata

CAPÍTULO VI

PARANAGUÁ E A SERRA

PARTE 1

OS CAMINHOS DA SERRA DA PRATA

Vai longe o tempo em que os primeiros colonizadores de Paranaguá, pela primeira vez, buscaram os caminhos interioranos, em busca de novas terras. E foi olhando para Sudeste que deram com os olhos no imenso maciço da Serra do Mar, onde explorar minérios seria mais uma fonte da economia local. Não tardou para descobrirem filões de prata, metal que deu nome às montanhas, a Serra da Prata. Uma cadeia de morros que segue para Noroeste, ganha nomes diferentes e forma o semi-círculo que abriga, em suas fraldas, Paranaguá, Morretes, Antonina, a vila de Porto de cima. Mais para o Sul, no extremo da mesma serra, Guaratuba. Bem defronte à serra está Paranaguá. Entre a cidade e a montanha estão os chamados “mamutes”, pequenos morros também conhecidos por nomes diversos.

Quem viaja para o Planalto, não tarda, ao olhar atentamente os contornos do contrafrente da serra, a forma de um gigante, deitado de costas, os pés voltados para o Sudeste, com os joelhos um pouco elevados e a cabeça recostada para o Noroeste, sobre ela uma espécie de um capacete. Navegantes têm na serra também seus votos de boas-vindas, já na entrada da barra, a milhas de distância, com a sensação de que brota do mar e cresce à proporção em que a embarcação se aproxima da costa. É ali, na base da Serra da Prata, a cerca de 20 quilômetros da cidade, que florescem colônias como Santa Cruz, Maria Luiza, Quintilla, Taunay, Visconde de Nácar, Cândido de Abreu, Pereira e Alexandra, todas já descritas em capítulos anteriores. Em tempos remotos, era por trás da serra que existia um caminho usado por

aqueles que, via Cubatão, deixavam Morretes, a pé, rumo à então distante Guaratuba. Velhos livros de História local revelam que era por essas bandas que, não raro, incígenas com suas famílias, todos pacíficos, trafegavam regularmente, não sem esquecer as espingardas, prontos para imprevistos encontros com animais selvagens então comuns naqueles rincões.

As velhas histórias de andarilhos são só lembrança. Desde o início dos anos 70s, a Serra da Prata e, por extensão, o maciço da Serra do Mar e a Mata Atlântica, são cortados pela BR-277, rodovia federal que sai de Paranaguá rumo a Curitiba e, a partir daí, leva o viajante até o extremo Sudoeste do Paraná, onde está Foz do Iguaçu, no lado oposto do Estado. Caravanas de andantes, liteiras, depois carroções, deram lugar ao tráfego intenso de milhares de veículos de carga e de passeio, todos os dias, transportando a riqueza econômica paranaense às várias regiões do país, ou exportando a produção nacional por intermédio do porto parnanguara. Um ir-e-vir que, até os primórdios daquela década, era feito, tão e só, pela centenária Estrada da Graciosa, construída ainda no raíar do Brasil Império.

A referência anterior à passagem de indígenas e moradores caminhantes, entre Morretes e Guaratuba, ganha atualidade, apesar de alterações de engenharia feitas na atualidade (mas mantido o intuito do trajeto original), aos que se locomovem ao longo da rodovia estadual que liga Alexandra ao município de Matinhos, com acesso também ao balneário de Caiobá e, por extensão, Guaratuba, existente desde meados dos anos 80s. É ela que entre-corta trechos das fraldas da Serra da Prata, com passagens junto às tantas colônias, como Pereira e o Morro Inglês, por exemplo, regiões onde seus habitantes ainda cultivam velhos e tradicionais valores herdados dos antepassados, mas acompanhando de perto a chegada do progresso.

Do importante papel que a Estrada da Graciosa desempenhou, como primeiro e principal acesso entre o Litoral e o Planalto, fizemos referência, em detalhes, no Capítulo II, Parte Um. Verdade é que Estrada da Graciosa, para os oriundos do planalto curitibano, desembocava em Morretes, único elo então existente para pequenos veículos tracionados por animais. Paranaguá só era alcançável por trilhas, a pé ou no lombo de cavalos, após horas seguidas de viagem, exigindo tempo ainda maior e imprevisível nos períodos de chuvas fortes, quando os caminhos literalmente se tornavam intransitáveis. Daí a razão de todo e qualquer deslocamento de pessoas e mercadorias, entre as duas cidades, ser regularmente feito pelo mar, situação que perdurou até a construção da rodovia hoje existente, estreita e sinuosa, já incapaz de escoar o grande volume de veículos de passeio e comerciais que ali trafega, transportando turistas e produtos diversos no trecho BR-277-Morretes-Antônina e vice-versa.

CAPÍTULO VII

PARANAGUÁ: SEUS PERSONAGENS, SEUS VALORES, SUAS TRADIÇÕES E SUAS HISTÓRIAS

Parte 1

- Curiosidades e Fatos Históricos

Parte 2

- Fandango, dança típica do Litoral, uma tradição a ser preservada

CAPÍTULO VII

PARANAGUÁ, SEUS PERSONAGENS, SEUS VALORES, SUAS TRADIÇÕES E SUAS HISTÓRIAS

PARTE 1 CURIOSIDADES E FATOS HISTÓRICOS

a- A visita do Zeppelin

Em 1936, três anos antes do início da Segunda Guerra Mundial, Paranaguá recebeu a visita do dirigível alemão "Zeppelin". Ostentava, na cauda, a suástica nazista. O mais importante registro é a foto histórica, de autor desconhecido, quando o dirigível sobrevoou a Praça Fernando Amaro, no centro da cidade.

b- A Imprensa, os fatos de 1968 e a atualidade

Em meados de 1968, a imprensa local traçou um perfil dos projetos e programas que a administração municipal implantou na cidade. Vinte e oito anos após, revisitando os locais mencionados, o Autor revela que a concretização dos objetivos então propostos foi só parcial. As notícias, transcritas

na íntegra, seguidas dos comentários do Autor, falam, respectivamente, do plano de urbanização dos bairros Rocio e Costeira, e da conclusão então proposta, para dezembro, da primeira etapa do Centro Educacional de Paranaguá. Os textos eludem, inclusive, a organismos já extintos no correr dos últimos anos, como, por exemplo, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), então subordinado à também já extinta Porto-brás, ou mesmo à também desaparecida Secretaria de Viação e Obras Públicas do Governo do Estado, hoje Secretaria dos Transportes.

Com relação aos benefícios propostos para os bairros, diz a notícia de junho de 1968:

"Dois bairros da cidade, Rocio e Costeira, serão altamente beneficiados com os resultados de um contato que está sendo mantido em São Paulo, por assessores técnicos do prefeito municipal, com o diretor regional do Departamento Nacional de Portos. Tal contato tem por objetivo a realização da dragagem do Canal do Maneta, na Costeira, e da parte do mar que banha o Rocio, no setor fronteiriço à igreja.

"Os assessores do prefeito municipal estão na capital paulista, tratando do assunto, para onde levaram importante material de pesquisa, comprovadores da necessidade da realização dos anseios necessários à urbanização dos dois importantes bairros.

"Na Diretoria Regional do DNPVN procurarão firmar um convênio para aproveitamento do material que está sendo realizado pela draga, que realiza o aprofundamento do local, onde será construído o novo cais de inflamáveis de Paranaguá, no Rocio. Com essa providência, objetiva a Prefeitura a urbanização da parte fronteiriça à igreja de Nossa Senhora do Rocio, com a consequente construção de uma praça e um parque de diversões, com ampla arborização.

"A Prefeitura vai, também, acertar, com a visita de seus assessores ao DNPVN, a dragagem do Canal do Maneta, na Costeira. Com a realização dessa obra, será saneada e aterrada uma faixa de dois quilômetros no populoso bairro, sendo intenção da Prefeitura construir uma avenida beira-mar inteiramente asfaltada, além de uma praça para servir de recreio aos habitantes do bairro.

"Paralelamente a esses acontecimentos, a Prefeitura já está levando a efeito a pavimentação, à base de 'blockret', de todas as ruas do bairro, além de completar, em breve, a mais completa arborização da Costeira."

Em 1995, ao reler a notícia e rever o local, o Autor constatou que o cais de inflamáveis ainda não foi construído. Em frente à igreja existe o ater-

ro e a praça urbanizada, faltando, porém, a prometida arborização, bem como uma área de recreio e o parque de diversões, só montados em novembro, quando a população homenageia a santa, no Rocio. Se o calçamento em 'blockret', constituído de módulos pré-moldados de concreto, mostrou ser viável e prático, a sugerida avenida beira-mar é a hoje chamada Avenida Coronel José Lobo, cartão de visita local.

A segunda notícia, alusiva ao Centro Educacional, é extensa e apresenta uma completa proposta capaz de reformular o ensino básico local. Dizia o texto, também em junho de 1968:

"O Centro Educacional de Paranaguá terá a sua primeira etapa concluída até o mês de dezembro. A obra estava parada há dez anos, tendo sido reiniciada no mês passado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, atendendo terminação do Governo do Estado. O conjunto é composto de quatro blocos, medindo 5.218 metros quadrados. Terá 28 salas de aula, para atender a aproximadamente três mil alunos, em regime de três turnos.

"Os serviços estão sendo executados pelo Departamento de Edificações e Obras Especiais da SVOP, custando aos cofres do Estado, dois mil cruzeiros novos. Na primeira etapa será terminada a construção do Grupo Escolar, composto do pavimento superior e subsolo, em área construída de 1.802 metros quadrados, sendo dotado de oito salas de aula, sala para a diretoria, secretaria, tesouraria, sala para reunião de professores, à orientadora educacional, médico, dentista, biblioteca, salão de festas, cantina, depósitos, sanitários e pátio coberto.

"O Ginásio, cujas obras também foram reiniciadas e agora estão em ritmo acelerado, ocupará três blocos, num total de cinco pavimentos, uma área de construção de 3.479 metros quadrados. Conterá 15 salas de aula, uma sala para Desenho, uma sala para Biometria, duas salas para laboratórios de ensino de Física e Química, uma sala para Trabalhos Manuais, dependências para a Diretoria, Secretaria, Tesouraria, Sala de Professores, Biblioteca, gabinetes médico e dentário, Salão Nobre, vestiários masculino e feminino, depósito de materiais, sanitários e pátio coberto."

Ao rever a intenção da municipalidade, o Autor, em meados da década dos anos 90s, constatou que os objetivos foram só parcialmente alcançados. O Centro Educacional, de fato, foi construído. O complexo, originalmente escola-modelo para o ensino primário, porém, em pouco tempo transformou-se na sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. Esse centro, na verdade, era tão só um Grupo Escolar, anexo do grande complexo

pretendido, demonstrando a total ausência dos poderes competentes para a construção de um prédio específico que abrigasse a faculdade.

Originalmente, de acordo com os planos municipais, o Ginásio seria construído junto à Praça João Gualberto. A área chegou a ser estakeada, mas as obras, em pouco tempo, foram totalmente abandonadas. O projeto só voltou à tona com a adaptação de uma área existente na Alameda Coronel Elísio Pereira, em substituição ao projeto que propunha a Escola de Aperfeiçoamento de Subaltermos da Marinha naquele local. A parte restante da área foi cedida ao Clube Literário, que ali instalou sua sede campestre.

c- Nas asas do Condor Syndikat

Estamos na segunda metade da década de 20. Num tempo em que voar a bordo de um avião é mais que uma aventura, em virtude da precariedade dos aparelhos e da indisponibilidade de sofisticadas técnicas, o Brasil ingressa na era aeronáutica. Paranaguá, ao lado de outros centros do País, participa dessa evolução histórica, ao ver construído, anos mais tarde, um campo de pouso para as pequenas aeronaves procedentes de várias regiões. Para entendermos um pouco mais desse processo, convém traçar um breve apanhado histórico sobre o início da aviação no Brasil. O relato (e de onde extraímos algumas informações sobre o Condor Syndikat, empresa que atende Paranaguá já a partir de 1927) é de Aldo Pereira, em seu livro “Aviação Comercial Brasileira: Asas Cortadas”, publicado pela Editora Civilização Brasileira em 1966.

Coube aos europeus, especialmente franceses e alemães, buscar o mercado brasileiro já no início dos anos 20s, enquanto os capitais norte-americanos eram voltados aos demais países latino-americanos. Em 1919, a Bolívia, com ajuda de recursos alemães, via nascer a Scadta, seguida do Lloyd Aéreo Boliviano, em 1925. Avidos em recuperar o terreno perdido em 1918, quando derrotados durante a Primeira Guerra Mundial, os alemães fizeram do Brasil seu novo alvo. Em 1926 iniciaram-se os entendimentos com o governo brasileiro, visando à necessária autorização para o funcionamento, e com elementos brasileiros para a conveniente cobertura política. Desbravado o caminho, duas empresas surgiram: a Condor Syndikat, no âmbito nacional, e a Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), com seu campo de ação restrito ao Rio Grande do Sul.

Em novembro de 1926 chega ao Rio de Janeiro, procedente de Buenos Aires, o primeiro aerobote Dornier Wal, fabricado na Alemanha, em voo de propaganda da técnica aviatória germânica. A Alemanha, proibida de cons-

truir aviões militares, lança-se à indústria aeronáutica civil. A Condor inicia regularmente suas atividades no país operando com os aviões Dornier Wall, Junkers F-13 e W-34, ambos monomotores, e mais tarde os trimotores Junkers Ju-52, os quadrimotores Focker Wulf FW-200.

Estrategicamente localizada no recortado Litoral Meridional, Paranaguá, depois de concedida pelo governo federal autorização para a exploração de serviços aeropostais e de transporte de passageiros e cargas à empresa alemã, recebe regularmente os trimotores que percorrem o eixo Rio de Janeiro-Porto Alegre. Todas as terças-feiras e sextas-feiras a cidade vê poussar nas águas do Rio Itiberê os hidroaviões “Junkers”, com saídas regulares, respectivamente, para o Norte e para o Sul. Procedentes do Rio, fazem escalas em Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul e Florianópolis, com ponto final em Porto Alegre. A mesma rota era percorrida no sentido inverso.

O atendimento aos passageiros foi aperfeiçoado quando da entrega do aeroporto, munido de completa infra-estrutura, como instalações adequadas para usuários e cargas, um restaurante e um complexo destinado ao reabastecimento das aeronaves. Por cerca de dez anos essas instalações contribuíram para o crescimento turístico e econômico de Paranaguá. Era o tempo em que os passageiros curitibanos chegavam ao Litoral às 10h30, a bordo do trem expresso conhecido como “Tabela”. A decolagem do Rio Itiberê, nos dias aprazados, era sempre às 11h20. A magia do Condor Syndikat, entretanto, estava com os dias contados. A partir de 1938, começou a operar uma linha aérea entre Rio de Janeiro e Curitiba, com escalas em São Paulo, com aterrissagens no Aeroporto do Bacacheri.

À Condor, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, coube desativar os vôos translitorâneos, além de ver o nome da empresa inscrito na lista negra do Departamento de Estado do governo brasileiro, em princípios de 1942, logo após o ataque a Pearl Harbour, causando a cessação de suas operações devido à suspensão do fornecimento de combustível. Nem tudo, porém, estava perdido. Explica Aldo Pereira, ao falar da trajetória da empresa instalada pelos alemães, e que, nacionalizada em 1942, se transforma nos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul:

“Considerando a importância do transporte aéreo naquela ocasião, principalmente devido à ameaça dos submarinos nazistas à navegação no Atlântico Sul, concretizada pelo afundamento de inúmeros navios mercantes brasileiros, o governo resolveu agir junto ao Departamento de Estado visando à liberação da Condor, cujas excepcionais condições operacionais deviam ser imediatamente empregadas no esforço de guerra. O Itamarati, o Ministério da Aeronáutica e o Banco do Brasil, como agentes do governo

brasileiro, foram os principais autores da nacionalização da Condor. Estes três importantes órgãos governamentais, além da Presidência da República, fizeram-se representar na nova direção da empresa. As cinco empresas brasileiras colaboraram eficazmente na defesa dos interesses nacionais, com os parcisos recursos disponíveis. Nenhuma recebeu novos equipamentos, a não ser a Cruzeiro do Sul, antiga Condor, que foi contemplada com quatro Douglas DC-3 novos, em 1944, justa e principalmente por ser a única empresa diretamente controlada pelo governo federal.”

As cinco empresas aéreas a que Aldo Pereira alude no trecho acima eram, respectivamente, a VARIG, a Panair do Brasil, a francesa Latecoère, mais tarde transformada na Air France (citada nos muitos livros do aviador Antoine de Saint Exupery, autor de “O Pequeno Príncipe”, “Vôo Noturno”, e “Terra dos Homens”, entre outros, em que descreve suas epopeias como piloto até sua morte, em plena guerra, em 1944, ao atravessar o Canal da Mancha), a Viação Aérea São Paulo (VASP) e a Navegação Aérea Brasileira (NAB).

Em 1929, os norte-americanos seguiram as pegadas dos europeus na América Latina fundando a empresa New York-Buenos Aires. Operava no Litoral brasileiro, como subsidiária da Pan American Airways, mas organizada como empresa brasileira com o nome NYRBA do Brasil. Em setembro de 1930 passou a chamar-se Panair do Brasil. A Latecoère (depois AirFrance), que durante bom tempo operou no eixo Paris-Rio, com vôos também para a Argentina, com rotas que sobrevoavam parte da África, jamais instalou uma subsidiária brasileira, mas foi em 1933 que surgiu a VASP, ligando o eixo São Paulo-Rio de Janeiro. À NAB couberam os vôos ligando o Rio de Janeiro ao Nordeste brasileiro, via Vale do São Francisco.

Paranaguá, importante pólo aéreo durante cerca de uma década, perdeu importância, enquanto centro econômico regional, por volta de 1938, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial: os “Junkers” da Condor Syndikat deixaram lembranças para os mais velhos, que viam os aviões amerisssar no Rio Itiberê, e à geração seguinte, que viu no então novo aeroporto a redenção regional. Ficou a saudade de um tempo em que voar nas asas das pequenas, mas robustas, aeronaves, era mais que uma simples aventura.

d- Batalhas navais

Se Paranaguá sempre foi, desde os primórdios de sua História, abrigo seguro de conquistadores, piratas e revolucionários, embates marítimos e

aprisionamento de navios não fogem às tradições. Dois fatos, sem entrarmos em maiores detalhes, merecem breve registro dada a importância.

Em 9 de março de 1717, o navio pirata francês "Boloret" perseguia três galeões espanhóis, vindos do Chile, carregados de prata. Na tarde desse dia, ao norte da Ponta da Cruz, a nau pirata foi a pique, em virtude de um súbito furacão vindo do Sul. À população o fato pareceu um milagre atribuído a Nossa Senhora do Rosário. A imagem da santa foi conduzida pelos devotos até a frente do palacete do major Joaquim Caetano de Souza.

Mas foi em 29 de junho de 1850 que Paranaguá viveu intensos momentos de comoção. No ancoradouro da Cootinga, o comandante do vaso de guerra inglês "Cormorant" aprisionou, de forma arbitrária, três embarcações brasileiras: o brigue "Sereia", o bergantim "Donna Anna" e a galera "Campeadora. Apesar das balas vindas da Fortaleza, que provocaram três mortes, o navio britânico, com suas presas, atingiu a barra de Paranaguá. Em virtude dos grandes estragos, os navios fundearam durante três dias junto à Ilha das Conchas, para que se fizessem os devidos reparos. Mesmo assim, só a galera acabou seqüestrada pelos ingleses, que com ela seguiram viagem. O brigue e o bergantim, a título de vingança, foram incendiados.

e- Tradições, credices e superstições

Aos parnanguaras, como, por extensão, às populações que se assentaram na costa brasileira ainda no raiar do século XVI, cabe creditar valores, tradições, credices e superstições não só criadas pelos colonizadores brancos, em especial aos portugueses e açorianos aqui chegados, mas também às diversas raças que originaram um diversificado e rico cadinho cultural. Danças, comportamentos, expressões típicas, provérbios, tudo pode ser contabilizado como farto patrimônio de uma civilização. Aos mais velhos cabe lembrar frases feitas, hoje quase ingênuas aos ouvidos das novas gerações, que trazem, entretanto, valores absorvidos dos negros, brancos e indígenas que aqui mesclaram suas culturas, hábitos e *modus vivendi*. Senão, vejamos:

* Derramar sal sobre a mesa; passar por baixo de uma escada; o galo cantando embaixo de uma janela, ou mesmo um gato preto atravessando à frente da pessoa, eram prenúncios de doença grave;

* Deitar-se em cima de uma mesa, mais que mau agouro, era prenúncio de morte certa;

- * A morte da mãe era sintomática se o par de chinelo estivesse virado, ou se a pessoa caminhasse para trás;
- * Apontar para o céu dava verruga;
- * Mortes, doenças e mau agouro eram o resultado do canto da coruja perto de casa.

Havia, porém, comportamentos que resultavam em sorte para as pessoas, como, por exemplo, a coceira na palma da mão ou encontrar uma ferradura. Significava a presença de dinheiro. Sorte, também, era encontrar um trevo de quatro folhas, ter em casa a imagem de um elefante com a tromba voltada para cima, ver uma estrela cadente, quebrar um copo de cristal, derramar vinho ou outro líquido, por acaso, ou mesmo participar de uma festa imprevisível.

Das credices ainda fazem parte expressões e comportamentos largamente difundidos pelo Brasil, em especial no Litoral. O garfo que cai no chão significa a visita de homem; se for colher, de mulher. Vassoura atrás da porta, virada ao contrário, faz as visitas ir embora. Figa feita com o polegar afasta o azar, ou mesmo bater três vezes com os dedos na mesa. Quem bebe água na concha, não casa. E se a pessoa ganha lenços de presente, atrai briga.

PARTE 2 FANDANGO, DANÇA TÍPICA DO LITORAL, UMA TRADIÇÃO A SER PRESERVADA

Dança típica do Litoral paranaense de caboclos e pescadores, o fandango, que se perde no tempo quanto às origens, pouco a pouco deixa suas marcas, deixando de marcar presença, a exemplo do que ocorria ainda até meados dos anos 60s. Coube a historiadores, folcloristas e pesquisadores manter viva essa manifestação cultural, parcialmente já esquecida pelas novas gerações. É de já velhos e empoeirados livros que extraímos, certamente, essa dança popular, mas data de 1978 a publicação “Cadernos de Folclore - Fandango do Paraná”, de autoria do saudoso professor Fernando Corrêa de Azevedo, que extraímos um completo relato dessa manifestação. Diz o autor, na publicação então editada pelo Ministério da Educação e Cultura, com apoio da Universidade Federal do Paraná e a Secretaria da Educação e da Cultura do Paraná:

“O Fandango, no Paraná, é uma festa típica dos caboclos e pescadores habitantes da faixa litorânea do Estado, no qual se dançam várias danças regionais, denominadas marcas do fandango. Temos registrado perto de trinta marcas diferentes, e muitas outras existem ainda, próprias de cada região em que se dança o fandango. As que temos anotado são as seguintes: Anu, Xarazinho, Xará-Grande, Queromana, Tonta, Dondon, Chamarrita, Andorinha, Cana-Verde, Marinheiro, Caranguejo, Vilão-de-Fita, Meia-Canja, Chico, Tiraninha, Lageana, Passeado, Feliz, Serrana, Sabiá, Recortado, Caradura, Sapo, Tatu, Porca, Estrala, Pipoca, Mangelicão, Coqueiro, Pega-fogo e outras, umas conhecidas em certas zonas e outras, noutras.

“As danças se dividem em dois grupos: as batidas e as valsadas ou bailadas. As primeiras se caracterizam pelo sapateado forte, barulhento, batido a tamanco ou sapato. Abafam quase completamente a música do conjunto. Esse bater do tamanco se chama em alguns lugares rufar. Nas segundas não há sapateado. São uma espécie de valsa lenta, em que cada dançarino baila em geral com o mesmo par, mais se arrastando do que dançando.

“As marcas valsadas são intercaladas entre as batidas, para descanso dos bailarinos, intercalando-se geralmente uma valsada depois de duas ou três batidas. O sapateado batido a tamanco, com a violência com que é usado, é um exercício exaustivo, que deixa os dançarinos do fandango trestando a suor e com a camisa alagada. É conhecido, no Balneário de Caiobá, o sr. Machadinho, cujo pai tomou o nome de Machado, porque, com a força com que batia o fandango, quebrava as tábuas do soalho. Os fandangos são dançados sempre em recinto fechado, isto é, dentro de casa, e onde o chão seja de madeira, de modo que haja a devida ressonância do batido.

“O sapateado é feito exclusivamente pelos homens. As mulheres não batem o fandango. Em Serra Negra, no Rio dos Medeiros e em outros pontos da baía de Paranaguá, o fandango é dançado em cima de arroz, a fim de ‘tirá-lo do casco’. A isso se chama ‘fazer gambá’. Aliás, assim ao fandango uma função econômica, altamente proveitosa.

“Não há comando que oriente o desenrolar da coreografia. Os dançarinos seguem a música, aliando à sua execução uma série de convenções sabidas por todos e aprendidas em casa desde crianças. O ritmo da dança, nos valsados, é diferente do ritmo da música, sendo este último bem mais rápido. Aliás, toda a música do fandango é quase só ritmo. A linha melódica é muito indeterminada e por vezes imperceptível. A única voz de co-

mando que se ouve no fandango é dada como sinal para indicar o fim de qualquer marca: ô de casa! — gritada por um dos violeiros. A esse grito as mulheres saem da roda e os homens batem o arremate.

“As marcas batidas, embora se componham de partes batidas e valsadas, terminam sempre no batido, com um batido forte, uníssono, dado simultaneamente por todos os bailarinos. Antes do início do fandango ou nos intervalos das marcas, geralmente os cavalheiros batem sapateando pela sala, sem música, por sua própria conta, com o fim de convidar, influir e chamar as damas, e ao mesmo tempo, provocar o início da dança.

“O fandango é dançado em toda a faixa litorânea do Paraná, mesmo ao pé da Serra do Mar e já bastante afastado, portanto, das praias, como em Morretes e Porto de Cima. Na zona praieira, conserva-se melhor nos locais distantes dos balneários e das cidades, ainda não atingidos pela civilização, como o Pontal do Sul, na Praia de Leste; a barra do Guaraguaçu; o Rio dos Medeiros; a Serra Negra etc. Nas zonas balneárias, como Matinhos, Caiobá e Guaratuba, já perdeu muito de suas características.

“O fandango tem, no Paraná, uma vitalidade e uma pureza raras, embora a tendência, em nossos dias, seja para o seu total desaparecimento, dentro de mais duas ou três gerações. Os que mantêm a tradição do fandango vivida e pura são os velhos e os homens feitos. Os jovens da nova geração já não querem dançar o fandango, sentem-se envergonhados e preferem as danças modernas.

“É usual o emprego da expressão folgadeira para designar as mulheres que participam do fandango. Os homens são folgadores. Aliás, é de se ver a atitude apática e indiferente das mulheres, andando molemente, com as mãos metidas nos bolsos dos casados, sem trejeitos nem requebros. Fisionomias absolutamente inexpressivas. O seu entusiasmo pela dança, que é sincero, não se manifesta absolutamente no exterior.”

Para entendermos ainda melhor essa rica manifestação folclórica, referir-se aos instrumentos usualmente empregados na dança do fandango é fundamental. Requer-se, tão e só, como explica ainda o professor Fernando Corrêa de Azevedo em seu trabalho de pesquisa, da viola, da rabeca (que é, em suma, um rústico violino) e um pandeiro, popularmente conhecido pelo nome de adufo. Diz o pesquisador, a título de uma mais detalhada explicação sobre a dança, e para uma melhor compreensão para quem busca detalhes de uma tradição cada vez mais em desuso:

“O acompanhamento do fandango é feito por um pequeno conjunto musical, constituído de uma ou duas violas, uma rabeca e um adufo. Os

músicos cantam junto com a música, mas os que dançam não cantam. Por vezes o violeiro não se contenta com tocar e cantar, mas ainda bate, braçea, valsa e larga a viola para bater palmas. Na letra, encontram-se décimas tradicionais, conhecidas em outros estados e em Portugal. Uma parte, porém, é improvisação de momento, que vai brotando espontânea da alma dos violeiros.

“A viola tem geralmente seis cordas (às vezes sete), incluindo a meia-corda, chamada turina. É construída pelos próprios pescadores, de uma madeira denominada cacheta, com requintes de acabamento artístico. A cacheta é uma árvore grande e grossa, útil para construção, e que não é afetada pelo cupim. No corpo da viola fazem incrustações de canela ou imbuia, representando pombinhas e desenhos geométricos.

“A rabeca tem três cordas (às vezes quatro) e é também feita de cacheta, tendo o braço e o arco de canela preta ou cedro. O sedenho do arco é feito de crina de rabo de cavalo ou mesmo de fio de linha. O adufo (pandeiro) é coberto com couro de cutia ou de mangueiro (cachorro do mangue), sendo de salientar a superioridade do couro de cutia.

“O fandango começa ao anoitecer, sete ou oito horas, e só termina de manhã, depois do sol nascido. É comum dançarem a noite de sábado para domingo, descansarem durante o dia, e recomeçarem à noite, de domingo para segunda, emendando assim duas noites consecutivas. No Carnaval, o fandango se estende por três ou quatro noites seguidas, estabelecendo-se mesmo uma porfia, entre dois ou três conjuntos, para ver qual o que agüenta até o amanhecer. Bebidas, comidas, desafios de cantadores, por eles conhecidas como profias (porfias), enchem os intervalos nas noites de fandango.

“Errar no fandango é fazer balaio, e desfeita faz a folgadeira que se recusa a dançar. O passo característico do fandango, e que entra em quase todas as marcas, é o oito. O cavalheiro, dançando, descreve um oito, tendo por centro dos dois círculos as duas folgadeiras que se encontram à sua frente e atrás de si, na roda.

“É interessante observar-se, tanto no fandango como em outras festas populares, a força de absorção da terra, o poder tremendo de assimilação que o meio exerce sobre o homem. No local denominado Balneário, na Praia de Leste, encontramos, como mestre de fandango, o senhor João Cláudio Gilier, filho de franceses e todo ele de aspecto gaulês. Da mesma forma, em Morro Grande, município de Cerro Azul, encontramos um Schleder comandando a Dança de São Gonçalo.

“Nas diversas marcas do fandango, sente-se, quer nos batidos, quer nas palmas (sempre batidas nos intervalos do sapateado), a influência viva

de Portugal e Espanha. Os textos musicais expressivos ainda têm razoável presença na colônia de pescadores da Costeirinha; na barra do Rio Guaraguaçu, município de Paranaguá; nas colônias pesqueiras de Pontal do Sul, Praia de Leste e pontos isolados de Paranaguá, e representam apenas a linha melódica do canto. O grupo de Pontal do Sul desenvolve na parte instrumental, sobre tudo a rabeca, uma outra fase melódica, em contraponto, não registrada neste trabalho. Este grupo, melhor na afinação e na parte instrumental de um modo geral, tem um mais pronunciado sabor de primitivismo, que encanta e atrai pela sua ingenuidade."

A título de esclarecimento, vale dizer que as observações do professor Fernando de Azevedo não perderam a atualidade, apesar das profundas mudanças físicas das localidades e do comportamento dos habitantes locais, cada vez menos partícipes das tradições locais.

CAPÍTULO VIII

PARANAGUÁ E O PAPEL DA ESTRADA DE FERRO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO

Parte 1

- A Saga de Uma Conquista

Parte 2

- A Tragédia no Km 65

CAPÍTULO VIII

PARANAGUÁ E O PAPEL DA ESTRADA DE FERRO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO

PARTE 1

A SAGA DE UMA CONQUISTA

Aos colonizadores chegados ao Litoral paranaense ainda no século XVI, ultrapassar os contrafortes da Serra do Mar, assim chegando ao Planalt-

to, tornou-se um desafio só vencido décadas depois. Primeiro, pelas rústicas trilhas que, a pé, levavam até a altura da localidade de Porto de Cima. Mais tarde, respectivamente, pela também primitiva Estrada da Itupava e, enfim, pela Estrada da Graciosa, todas surgidas na época do Brasil Colônia e do Império. Só após muito tempo esses caminhos se tornaram carroçáveis, a ponto de dar passagem, primeiro, às liteiras e aos animais transportadores de carga, depois aos carroções e similares, ligando o Litoral a Curitiba e região. Apesar de todos os esforços, o volume de produtos transportados de ponto a outro, além das naturais dificuldades apresentadas pelo terreno acidentado, crescia ano a ano, exigindo um meio de transporte mais ágil, econômico, capaz de carregar grande quantidade dos tantos produtos comercializados na região. Primeiro, foi o ouro; depois, a madeira; mais tarde, a erva-mate. Mais recentemente, o café, e hoje, a infinável quantidade de grãos produzidos no Brasil Meridional e no Centro-Oeste, em sua maioria exportado para outros países por intermédio do porto de Paranaguá.

Foi assim que o Estado viu nascer sua primeira ferrovia no final do século XIX, um empreendimento de vulto considerado verdadeira saga, levando-se em conta as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores da idéia. Desde o advento das estradas de ferro no Brasil, a ligação entre Paranaguá e o planalto curitibano, sobretudo pelas necessidades do comércio, foi objeto de atenção, embora as dificuldades topográficas reconhecidas. Mas só em 1871 foi tomada a primeira iniciativa oficial, graças ao Decreto 4674, de 10 de janeiro, que concedeu ao engenheiro Antonio Pereira Rebouças, Francisco Antonio Monteiro Tourinho e Maurício Schwarz, o privilégio para a construção de uma estrada de ferro que, partindo de Antonina e passando por Morretes, atingisse Curitiba. Segundo documentos consultados pela historiadora Cecília Maria Westphalen, todos pertinentes à história ferroviária paranaense, revelam que a Lei Provincial 266, de 1º de abril de 1871, concedia a essa empresa

“ (...) garantia de juros de 7 por cento sobre o capital de 4 mil contos de réis”.

Embora iniciados os estudos técnicos da estrada, três anos depois os privilégios dos concessionários foram transferidos ao Barão de Mauá. Mas, pela Lei Provincial 304, de 26 de março de 1872, os engenheiros Pedro Aloys Scherer, José Gonçalves Pêcego Júnior e José Maria da Silva Lemos Júnior, obtiveram do governo imperial o direito da construção de uma estrada de ferro ligando Paranaguá a Morretes. Scherer e Pêcego Júnior, na ver-

dade, não viam com bons olhos o empreendimento da linha de ferro partindo de Antonina. Os serviços se iniciaram em 2 de fevereiro de 1873. Surgiu, porém, uma competição entre os portos de Antonina e Paranaguá. Havia, então, duas correntes políticas distintas no Litoral: a dos Correia, em Paranaguá, e a dos Araújo, dominando Morretes e Antonina. Apesar de a clã Correia então dispor de mais força na Corte, venceram os Correia, triunfando assim a concessão Scherer e Pêcego Júnior. Mas não foi essa a empresa construtora da linha, porque a cessão final dos direitos sobre a construção da ferrovia foi dada pelo Decreto 7420, de 12 de agosto de 1879, em favor da Compagnie Générale des Chemins de Fer Brésiliens.

No dia 5 de junho de 1880, Paranaguá recebeu, com festas e honras, o imperador Dom Pedro II, quando oficialmente foi iniciada a construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba. Por ocasião da inauguração dos trabalhos, estando presente o imperador, recém-chegado de cansativa viagem de Curitiba, jornais da Província e moedas foram enclausurados num cofre de ferro, junto à pedra fundamental, além de placa com a seguinte inscrição:

“Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens

A 5 de junho de 1880, na augusta presença de Sua Majestade Imperial, sendo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o conselheiro Manuel Buarque de Macedo, e presidente da Província do Paraná o dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, foi começada a construção da Estrada de Ferro de Paranaguá a Curitiba.”

O monarca, entretanto, não participou da viagem inaugural do primeiro trem, que, na verdade, só percorreu o trecho entre Paranaguá e Morretes, em 17 de novembro de 1883. Mas no dia 19 de dezembro de 1894, data em que o Paraná comemorava mais uma vez a data de sua emancipação política de São Paulo ocorrida em 1853, chegou a Paranaguá o primeiro trem vindo de Curitiba. Dias antes, em 29 de dezembro, a princesa Isabel e comitiva desembarcaram no bairro do Atuba. Só em 2 de fevereiro de 1885 realizou-se a festa inaugural oficial da ferrovia.

Considerada uma das mais importantes obras da engenharia nacional, o trecho Curitiba-Paranaguá foi construído em três etapas. A primeira, representada por superação das dificuldades impostas por terrenos alagadiços, sobre os quais assentou suas bases. A segunda, considerada a mais ousada e penosa, cuidava de transpor os contrafortes da Serra do Mar. Um trabalho gigantesco, levando-se em conta os parcós equipamentos e a também pouco

moderna infra-estrutura disponível. Menos complicada foi a realização da terceira e última etapa. Vencida a serra, os trilhos foram assentados sem maiores problemas no planalto que leva a Curitiba.

Os 110,387 quilômetros da obra que em 1985 completou seu centenário são percorridos não mais pelas velhas e românticas “Maria-Fumaça”, mas por locomotivas a diesel, responsáveis, atualmente, pela tração de dezenas de vagões de carga transportando soja e farelo para o porto de Paranaguá. Apesar da idade, a velha ferrovia suporta essa carga, dando passagem ainda à automotriz e aos vagões que transportam centenas de milhares de turistas. Locomotivas e vagões há muito deixaram de exibir o símbolo da também saudosa Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), dando lugar, desde a encampação de praticamente todo o patrimônio ferroviário nacional pelo governo, à logomarca da Rede Ferroviária Federal S.A., a RFFSA.

Ficam, porém, na lembrança de quem fez do trem seu principal meio de transporte em algum ponto de sua vida, em especial no trecho Paranaguá-Curitiba, nomes de pioneiros como Carlos Westermann e João Carlos Gutierrez, então diretores da Compagnie Générale; Aloys Scherer, primeiro concessionário da estrada e iniciador da construção; o engenheiro Teixeira Soares, que assumiu a direção dos trabalhos da Serra do Mar quando tinha apenas 34 anos de idade; o também engenheiro Antonio Rebouças, todos heróis de uma época.

a - Paranaguá e o 5 de Junho

O Autor buscou ainda elementos complementares à trajetória histórica acima narrada. Para entendermos melhor a importância do dia 5 de junho, vale transcrever dados pesquisados pertinentes ao período em que Antonio Rebouças obtém a concessão da estrada que inicia em Antonina, passa em Morretes e Porto de Cima, daí alcançando o Marumby. Como essa concessão caducou, Antonio Rebouças e seus companheiros requereram o direito de prolongar a ferrovia até Curitiba, o que foi obtido. Guiados pela força de trabalho de Pedro Aloys Scherer, iniciaram os serviços, preparando o leito até a altura do então chamado Porto D’Água, em Paranaguá. Revela um documento alusivo à abertura da Compagnie Générale:

“O contrato inicial de construção foi promovido pela abertura a assinaturas da Companhia, entre as quais se destacaram as do comendador Manuel Antonio Guimarães, comendador José Miró de Freitas e de Bernardo Pinto de Oliveira, este cidadão emérito e auxiliar respeitável de José Gonçalves Pêcego Júnior.”

Pêcego Júnior, por sua vez, era ligado a tradicional família paranaense. Prosperava no comércio do Rio de Janeiro, mas, repleto de ideais, dedicou-se a esse trabalho (o de estar à frente do projeto ferroviário), entremeado de problemas de todas as espécies. Pedro Scherer faleceu no meio da empreitada, não chegando a ver a marcha da primeira locomotiva deslizar sobre os trilhos que ajudou a assentar. Sorte igual teve também o terceiro sócio, José Maria da Silva Lemos. Em 5 de junho de 1880, finalmente, na presença do imperador, inaugurou-se o trecho férreo no local onde posteriormente seria construída a Estação de Paranaguá.

b- Viagens e lembranças

Muito já se escreveu sobre a ferrovia Curitiba-Paranaguá. O Autor se junta aos depoentes, narrando viagens e lembranças guardadas de um período romântico. São anotações como essas, entre outras:

“As emoções de uma viagem a Paranaguá começavam com o percurso no trem abarrotado de gente, com suas paradas na serra, para comermos o “Bolo de Banha”, na Estação de Banhado, ou a visita histórica ao Cadeado, no alto da serra. Adiante, uma cruz solitária, no quilômetro 64, em memória do Barão do Serro Azul e demais companheiros, fuzilados durante a Revolução Federalista de 1893.

“A ponte sobre o Rio São João, no quilômetro 62, ligando a Serra da Farinha Seca e o Marumby. As pequeninas casinhas e a igreja construídas em meio à floresta e próximas dos despenhadeiros gigantescos. Chegando a Paranaguá, o visual deslumbrante de suas características ruas irregulares e estreitas, casarões antigos e tantas igrejas.”

PARTE 2 **A TRAGÉDIA NO KM 65**

Se à ferrovia cabem palavras que expressam a saga de pioneiros, o trecho Curitiba-Paranaguá tem, além das estatísticas de madeira, erva-mate, café e grãos transportados durante décadas, a triste lembrança da tragédia que vitimou o parnanguara Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, e companheiros, todos friamente fuzilados durante a Revolução Federalista de 1893 na altura do quilômetro 65. A transcrição detalhada do fato histórico é fundamental para uma melhor compreensão do trágico episódio político.

Nascido em 6 de agosto de 1849, filho do comendador Manuel Francisco Correia e Francisca Pereira Correia, Ildefonso não tardou a conviver com o sucesso. Casado com Maria José Correia, teve os filhos Ifigênia Correia Fontana, casada com Francisco Fido Fontana; Maria Clara Correia, casada com Adalberto Nacar Correia e Ildefonso Correia do Serro Azul, casado com Constança da Costa Carvalho. O barão estudou Humanidades no Rio de Janeiro e São Paulo. Comerciou erva-mate em Montevidéu e Buenos Aires. Tornou-se empresário ao retornar a Antonina, em 1869, com seu engenho de beneficiamento da erva. Em 1878, época em que foi aberta a Estrada da Graciosa, transferiu-se para Curitiba, onde abriu o Engenho Tibagi, então uma empresa com moderníssima infra-estrutura para tratamento da erva-mate, tornando-se o maior exportador do produto.

Homem de visão, além, do engenho, instalou uma serraria a vapor em Piraquara. Fez mais: além de fundador da hoje tradicional Impressora Paranaense, em 1882 participou da fundação do Club Curitibano e, oito anos após, da Associação Comercial do Paraná. Em 1881 recebeu a Comenda da Ordem da Rosa; em 1888, o título de Barão do Serro Azul.

Mas foi na política que Ildefonso Correia participou ativamente, como membro do Partido Conservador. Foi camarista e presidente da Câmara Municipal de Curitiba, e várias vezes deputado à Assembléia Legislativa Provincial, além de vice-presidente da Província.

Os detalhes históricos a seguir são o extrato da tragédia, conforme relata o saudoso engenheiro Denisar Zanello Miranda, que durante décadas prestou relevantes serviços à Rede Ferroviária Federal no Paraná, publicado na edição especial do “Correio dos Ferroviários” por ele editada, alusiva aos 80 anos da ferrovia Cuiariba-Paranaguá.

“Grande serenidade pairava sobre Curitiba, naquele 20 de maio de 1893. Havia, é claro, nuvens violentas, mas o crepúsculo inspirava calmaria — as calmarias típicas que antecedem as grandes tormentas.

“O Barão do Serro Azul era figura proeminente na política e no comércio madeireiro do Estado. Falava-se que o barão havia sido julgado criminoso pelos líderes do republicanismo florianista. Os legalistas haviam tomado Curitiba em 1º de maio. Murmurava-se, a medo, que o alferes Leite de Albuquerque trouxera do Rio uma ‘lista negra’ em que constava o Barão do Serro Azul entre outras figuras de alto prestígio. Apresentou-a ao general Quadros, que era reconhecidamente um psicopata.

— Abram, em nome da lei!

A voz tonitroante quebrou a apatia do crepúsculo.

Dentro da casa, gritos de sobressalto, de uma família que há vários dias aguardava o desenlace.

Passos de chinelo. Ruido de ferrolhos.

Os soldados, em número de cinco — as carabinas caladas —, não lhe deram tempo para despedir-se, sequer. Empurraram o barão para diante, dirigindo-lhe palavrões que ele, cabisbaixo e atordoado, mal ouvia.

Nem sequer percebeu a caminhada pelas ruas escuras. Os poucos passantes atiravam-lhe palavras de coragem, com voz amedrontada e gestos de desalento.

O general Quadros havia mandado buscar os antipatizantes do regime em suas residências. Conduziram-nos à estação ferroviária de Curitiba, guarnecidos por escolta de armas embaladas. Embarcaram-nos no rumo de Paranaguá. Curitiba ficou para trás, as luzes vacilantes de 1893. Foi gradativamente diminuindo no retângulo da janela. O resfolegar da locomotiva profetizava:

— Vão morrer, vão morrer, vão morrer...

Na locomotiva, maquinista e foguista lutavam para desenvolver a marcha exigida pelos soldados, que tinham pressa. Enquanto desempenhavam sua árdua tarefa, na boca da caldeira, imaginavam qual seria o motivo daquele 'aumento de ordem'. E lá isso era hora de conduzir passageiros?

A época era de revolução, de estado de sítio. Os viajantes sabiam de antemão o que lhes sucederia. Os menos bravos não puderam conter o pranto. Nada mais comovedor e patético do que homens chorando.

O trem, rilhando, diminuiu a marcha. Um apito estridente dilacerou a nuvem de fumo que o empenachava.

Quilômetro 65.

Passava da meia-noite. Os acusados foram impelidos para fora do vagão e arrojados para as bordas do precipício. O espírito do barão dominara-lhe de arrebate a idéia da mudança, a injusta perseguição que lhe arrancara o lar, honestamente fundado, condenando-o a não sei o quê.

A fuzilaria irrompeu da janela do vagão. Os soldados executavam a sentença imposta pelo comando de emergência. Verdadeiro massacre. Morreram todos.

Umas cruz assinala, hoje, o local da chacina — quilômetro 65."

Ao Autor cabe completar com mais informações o trágico episódio, após intensas pesquisas que levam a correspondências trocadas entre a baronesa e seu cunhado, o conselheiro Correia, onde relata as consequências da tragédia.

“ (...) O resto Vossa Excelência sabe, e eu procuro desviar da minha imaginação — aquele trem esquife, que às 10 horas da noite de 20 de maio de 1894 partiu de Curitiba, conduzindo o Barão do Serro Azul e seus companheiros de sacrifício.

“No momento em que o comboio-tumba partiu da estação, o coronel Pires Ferreira achava-se num dos clubs desta capital, e da sacada do prédio houve quem lhe surpreendesse essa escapada daquela alma tremenda: ‘Oh!, que inconveniência! Deixarem apitar um trem destes’.

“E quando a alma da população inteira foi se enchendo da opressão horrível ante as versões que corriam, como um clamor de ‘dies iroe’, deixando por sobre a capital paranaense a sombra pavorosa da agonia e do luto, o general, cuja espada viera restaurar a lei, mandava que as bandas militares, com o som da música festiva, dispersassem os agoiros que surpreendiam a vida de um povo, como quem, a gritos, espanta uma corvada que fareja a matança.”

Não só a baronesa expressa sua dor e revolta ao cunhado. Antecipando-se à chacina, o próprio barão escreve ao conselheiro Correia, seu irmão, o que segue, em 8 de maio de 1894, a doze dias da tragédia no quilômetro 65 na ferrovia Curitiba-Paranaguá:

“Meu irmão,

vítima das intrigas e calúnias dos invejosos, estou desde ontem ao meio-dia retirado em minha casa, à espera da organização de um tribunal ou comissão para julgar meu procedimento desde meados de janeiro.

“As acusações que me fazem são falsas ou sem fundamento. Tenho a consciência de tudo quanto pratiquei, logo que o nosso Estado foi invadido pelas forças revolucionárias, somente obedeceu aos mais nobres e puros sentimentos.

“Não quiz aceitar conselhos amistosos para fugir para o Rio da Prata, logo que as forças legaes expulsaram as revolucionárias. A minha fuga me tiraria ocasião de justificar-me, daria razão às calúnias, e seria a confissão de que eu não confiava na imparcialidade dos juízes legaes.

“Os tempos são de provações, e eu a elas me subordino pacientemen-

*te. Quasi não posso escrever, pelo que peço mande esta ao Dr. Ubaldino. Saudades a todos da família
"Sei irmão amigo, Serro Azul."*

Em data incerta, provavelmente poucos dias após a morte do barão, seu irmão, o conselheiro Correia, assim se refere ao fato, em carta ao prefeito de Paranaguá:

"Sofri o mais doloroso golpe que podia ferir-me: a trucidação do meu último irmão, Ildephonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, e por soldados brasileiros ao mando da autoridade.

"Do que ocorreu no Paraná o meu Estado, cuja infelicidade profundamente partilho, o que direi eu, acabrunhado de desgosto inexcedível, diante da enormidade com que foi pérfida e atrozmente arredado dos vivos um irmão prezado, de procedimento irrepreensível, tendo com cinco outros mártires, tão inocentes como ele, o corpo trespassado de balas e à horas mortas atiradas por soldados brasileiros, no abismo soturno do Pico do Diabo?

"Pode a culpa desse negro atentado recair sobre o Brasil e sobre os brasileiros? Ah!, se assim fora, não restaria outro alvitre senão cobrir o rosto com um manto de vergonha e fugir, e fugir... para longe, muito longe...

"A Justiça não consente que a História responsabilize os brasileiros por este canibalismo, que nos arranca da alma brados da mais veemente reprovação."

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, uma série de fatos recentes nos fazem crer que estamos, agora sim, bem mais próximos do que nunca de estabelecer uma ligação por terra com o Oceano Pacífico. É indicador seguro desse avanço, por exemplo, a inclusão, como prioritário no Plano Plurianual (PPA), de um item intitulado **Saída para o Pacífico**, que prevê "a consolidação dos eixos de ligação com as fronteiras do Peru e Bolívia, que favorecerão a integração com esses países e o futuro acesso terrestre do Brasil a portos localizados no Pacífico".

Os investimentos estimados pelo PPA para esse item somam cento e dois milhões de dólares, cifra inexpressiva diante da grandeza dos trabalhos necessários e diante dos benefícios que a nação terá com essa ligação. De todo modo, é importante que o governo pense seriamente nesse projeto também com a finalidade de aproximar os Estados do Amazonas, Acre e Rondônia do resto do País.

Especificamente sobre estradas, diz o PPA: "Na área rodoviária, serão realizadas obras de construção e ou recuperação em trecho de trezentos e

cinquenta quilômetros de extensão da BR-317, que liga Rio Branco a Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Deverá também ser construído trecho de noventa quilômetros de extensão ligando Abunã, em Rondônia, a Guajará Mirim, na fronteira com a Bolívia".

Com relação aos investimentos necessários em estradas, eu gostaria de transcrever trecho de artigo publicado no jornal *O Globo*, na edição de quatro de março do corrente, pelo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Octávio Mello Alvarenga: "Nosso comércio com o Japão e mais recentemente com o emergente mercado chinês justifica uma visão mais objetiva para tais gastos, equivalentes a um copo d'água no regador que vai irrigar nossa exportação de grãos, minérios, madeira e, por outro lado, facilitar o ingresso de produtos oriundos do Japão, da China, da Indonésia e da Malásia".

A verdade é que nos últimos tempos, de uma forma inimaginável até para os mais otimistas, o Brasil vem se integrando rapidamente aos seus vizinhos sul-americanos. Prova disso é que num curto espaço de tempo foram multiplicadas várias vezes as transações comerciais com Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Chegou a vez de intensificarmos nosso intercâmbio com Peru e Bolívia.

Felizmente, parece que já existe um consenso entre as elites políticas brasileiras de que é preciso, com urgência, estabelecer uma interligação com o Oceano Pacífico. O que se deve lamentar é que estamos fazendo isso muito lentamente. A consciência dessa necessidade se aprofunda na medida em que se sabe que a maioria do comércio mundial já é feito pelo Pacífico. Até a Idade Média, as transações de mercadorias se davam basicamente no Mar Mediterrâneo. Mas, com o desenvolvimento técnico das navegações, ganhou importância o Oceano Atlântico, que até bem pouco concentrava a maioria das rotas comerciais.

Estima-se que no ano 2.000 apenas seis por cento da população mundial estará concentrada na Europa, contra dois terços no continente asiático, banhado pelo Pacífico. Pelo Oceano Pacífico, chega-se à China, a mais populosa nação da terra ou, como querem os economistas, o maior mercado consumidor do mundo. Com crescimento médio anual de dez por cento nos últimos anos, a China é hoje o maior canteiro de obras do Planeta.

O Oceano Pacífico banha também o Japão, segunda maior economia mundial. Pelo Pacífico, tem-se acesso aos chamados tigres asiáticos — Coréia do Sul, Formosa, Malásia, Tailândia, Hong Kong e Cingapura —, nações cujo avanço econômico vem ocorrendo num ritmo vertiginoso. Por aquele Oceano, chega-se ainda aos grandes mercados da Indonésia e das Filipinas, países muito populosos. Enfim, pelo Pacífico, ficamos bem mais próximos da costa oeste dos Estados Unidos e do Canadá.

Foi pensando nesses mercados que políticos brasileiros de visão e alguns empresários mais arrojados começaram a lutar em busca de uma saída para nossa produção através daquele Oceano. A idéia não é nova mas só recentemente se cristalizaram as condições necessárias para que o processo fosse desencadeado. Para se ter uma idéia de quanto estamos atrasados nesse ponto, basta lembrar que esta cidade, Brasília, foi fundada há apenas 35 anos pelo estadista Juscelino Kubitscheck. Ou seja: faz pouco mais de três décadas que

começamos efetivamente uma arrancada em direção ao Oeste. Por quatro séculos e meio este País viveu agarrado às praias do Atlântico.

Nesses trinta e cinco anos que vêm desde a fundação de Brasília, vimos explodir a agricultura nos cerrados e assistimos à ocupação — de forma desordenada e irracional por vezes — de grandes áreas de floresta amazônica e do Pantanal. Também o avanço da fronteira agrícola brasileira fez com que se aprofundasse a consciência a respeito da falta de uma estrada para o Pacífico. Assim, essa ligação acabou se transformando, nos últimos anos, num imperativo incontornável.

Para que isso ocorresse foi preciso também que passássemos por uma mudança cultural profunda. Até os anos 60, o Brasil viveu praticamente de costas para a América do Sul e de frente para os Estados Unidos e a Europa. Foi preciso que quase todo o continente se visse dominado por ditaduras militares de direita para que percebêssemos o nosso destino comum. Além disso, disputas inócuas com a Argentina por uma pretensa liderança regional arrastaram-se por décadas. Vivemos como rivais por um tempo excessivamente longo.

Felizmente, com a implantação do Mercosul, essas diferenças foram superadas. Envolvido pela onda da globalização, o Sul da América, como outras regiões do Globo, sentiu que só poderia crescer na medida em que se constituísse num bloco econômico. Em poucos anos — de 1990 para cá — vimos desencadear-se uma acelerada integração econômica. A integração cultural já começa e virá rapidamente devido às semelhanças entre as línguas espanhola e portuguesa e as culturas brasileira e hispano-americana.

Um fato que em geral passa despercebido, quando se fala na saída para o Pacífico, é que essa ligação, no sentido, inverso, representará também um escoadouro — pelo Atlântico — para a produção de peruanos, bolivianos e chilenos. Esses três países vizinhos terão condições não só de levar suas mercadorias aos portos brasileiros do Atlântico, mas também de vendê-las aqui. Parece lógico, portanto, concluir que essa ligação rodoviária será decisiva no sentido da criação de um futuro mercado sul-americano. Mais do que isso, será fundamental para que se desencadeie, finalmente, um processo de integração de toda a América do Sul.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não podemos esquecer-nos, por momento algum, que os obstáculos à consecução dessa idéia são muitos. Além das dificuldades econômicas enfrentadas nas últimas décadas por todos os países da região, deve-se somar uma imensa gama de outras dificuldades. O maior obstáculo é, sem dúvida, a falta de financiamento bancário para as obras.

Há quem ache que os organismos internacionais que poderiam emprestar recursos para a abertura e melhoramento das estradas não o fazem por pressão do governo dos Estados Unidos. Essa pressão teria origem na crença de que a abertura de estradas na Região Amazônica — e eu me refiro especificamente ao caso da BR-364, no Acre — significaria a destruição da floresta amazônica e dos povos indígenas.

É claro que um País com a lastimável folha corrida em relação a crimes ecológicos que possuem Estados Unidos — a nação que mais polui na Terra hoje em dia! — não tem autoridade moral para fazer essa previsão. Nunca é demais

lembrar que os Estados Unidos destruíram a maioria de suas florestas. E que lá os brancos de origem européia dizimaram os povos autóctones.

Parece-nos óbvio, no entanto, que os motivos não são "ecológicos" ou "humanitários". A verdadeira motivação é econômica, porque, a partir do momento em que passarem a ser embarcados nos portos do Pacífico, os produtos brasileiros — em especial os saídos das regiões Norte e Centro-Oeste — estarão chegando mais baratos ao Japão e a todo o imenso mercado asiático, necessitado de grãos e de carne. Estima-se que o custo do transporte das nossas mercadorias para aqueles centros caia em 100 dólares por tonelada, porque a rota será encurtada em quatro mil milhas náuticas.

De uns tempos para cá, começaram a sair na imprensa brasileira dezenas de reportagens sobre a saída para o Pacífico. Mas, infelizmente, de um modo geral, mostram que ainda falta muito para que essa ligação se efetue — através da Bolívia ou do Peru —, seja desembocando em portos chilenos, seja em portos peruanos. Isso se dá por que tanto no Brasil quanto nos países vizinhos muitas dessas estradas — já usadas hoje, embora de forma precária — não passam de picadas abertas no meio do mato. Quando já definitivamente implantadas, encontram-se mal conservadas ou precisando de melhorias.

Para completar o quadro de dificuldades, é preciso considerar ainda que no meio do caminho estão os Andes, esse paredão de milhares de metros de altura que sempre nos separou de nossos vizinhos do Oeste.

No entanto, as mesmas reportagens sobre viagens por terra ao Pacífico — feitas por jornalistas ou por grupos de empresários — mostram que já se trabalha dos dois lados dos Andes. Empresários de visão, de ambos os lados, se movimentam porque sabem que o futuro está por chegar.

É impossível tentar dimensionar o quanto o Brasil perde a cada ano pela falta de uma estrada que nos conecte com o Oceano Pacífico. As perdas certamente ascendem a bilhões de dólares. O que o País deixa de ganhar pela falta de uma boa estrada justificaria plenamente maciço investimento de recursos oficiais.

O que se sabe, hoje, é que grande parte da produção de alimentos do Centro-Oeste e do Norte do País apodrece nos armazéns por falta de escoamento. Não temos sequer estradas que levem esses produtos aos portos do Atlântico, a dois ou três mil quilômetros de distância. Isso é totalmente absurdo. Se temos que transportar a produção do Centro-Oeste por terra por mais de mil quilômetros, que seja para os portos do Pacífico.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, apesar das grandes dificuldades com que nos deparamos ainda, seja no âmbito interno — com a falta de recursos e mesmo de maior empenho por parte do governo —, seja pelas injunções internacionais, estamos otimistas. Acreditamos que os sul-americanos vão acabar abrindo esse caminho. E bem mais breve do que se poderia pensar.

Eu acredito que a abertura dessa interligação deveria ser a prioridade número um do nosso Ministério dos Transportes. Se temos uma boa chance de multiplicarmos várias vezes a produção brasileira de alimentos, ela só se concretizará quando tivermos acesso mais fácil ao Oceano Pacífico.

Era o que tinha a dizer.
Muito Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, no dia 19 de abril, o País comemorou o Dia do Exército.

A expressão desse nome lembra defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Da tradição de nosso Exército, das leis que o regem e da própria História de nosso País, infere-se o inestimável valor dessa gloriosa Força Armada Brasileira. A instituição do dia 19 de Abril como sua data comemorativa tem raízes naturais nos históricos episódios militares travados nos morros Guararapes entre a resistência nativista brasileira e os holandeses, que então ocupavam o Nordeste.

Em 1534, a coroa portuguesa repartiu a vasta colônia em 15 capitarias, que constituiam verdadeiros feudos hereditários, com a organização militar que seus ricos donatários pudessem manter, responsáveis que eram pela segurança das terras doadas. Sendo precários os resultados obtidos com tal sistema e desejando coibir abusos e desmandos de alguns donatários, D.João III, em 1548, resolveu criar um governo-geral com sede na Bahia. A esse tempo surgia a primeira organização militar no Brasil. Essa força de defesa participou de episódios militares de importância, como a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, no século do descobrimento, e do Maranhão, em 1615. Mas a guerra contra os holandeses, no Nordeste, foi o grande divisor de águas, representando a gênese da nacionalidade brasileira.

Os holandeses se mantiveram no Brasil por um período de cerca de 30 anos, quase ininterruptos. Muitas forças se empenharam na luta por sua expulsão: brancos, índios e negros, nativos ou não, num expressivo contingente. Nos morros dos Guararapes, a 19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649,

travaram-se as duas lutas armadas entre os efetivos locais e os invasores holandeses em Pernambuco, ficando conhecidas como Primeira e Segunda Batalha de Guararapes, por ali ter se dado a contenda. Na Batalha de 19 de abril, comandavam as unidades brasileiras Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Filipe Camarão, Henrique Dias e Antonio da Silva. Os batavos eram liderados por seis coronéis. Os brasileiros haviam ocupado, de início, a elevação dos terrenos, mas, desbaratada à espada, a vanguarda holandesa refugiou-se nos altos. Os dois exércitos se defrontaram sobre os montes, com os brasileiros no cimo onde está hoje a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, cuja festa se celebra a 20 de abril. A batalha durou 5 horas, após o quê os holandeses, derrotados, se retiraram para o Recife.

O dia 19 de abril, que rememora a retomada histórica de terras brasileiras, mediante a corajosa expulsão de invasores pelo efetivo local, foi consagrado, em 24 de março de 1994, através de decreto presidencial, ao guardião de nossas fronteiras e defensor inarredável de nosso território contra qualquer inimigo, dentro ou fora dele: o Exército Brasileiro.

Às comemorações dessa última sexta-feira, dia 19 de Abril, seguiram-se as do dia 21, data de expressivo significado para todos os brasileiros. É quando se comemora a Inconfidência Mineira e seu Mártir, Joaquim José da Silva Xavier, *O Tiradentes* - grande personagem de nossa História que empenhou sua vida na patriótica luta pela liberdade. Esse sonho, levado pelo mais brasileiro dos heróis às últimas consequências, tornou-se a base de nossa Independência.

Nessa mesma data, em 1960, foi fundada Brasília, a Capital de todos os brasileiros. Cidade Monumento, ímpar no mundo por sua bela arquitetura, arrojada e de linhas futuristas, Brasília é centro das decisões do País e ponto de encontro das diversas culturas, egressas das várias unidades da Federação.

O dia 21 de Abril é ainda, desde 29 de abril de 1946, por força de Decreto-Presidencial, a data comemorativa das Polícias Civis e Militares do Brasil, tendo como patrono Tiradentes, o *Alferes Joaquim José da Silva Xavier*.

A proposta de se dedicar uma data à Polícia do Brasil nasceu em 1936, na Escola de Polícia de São Paulo. A iniciativa partiu do Diretor do estabelecimento, Dr. Afonso Celso de Paula Lima, Delegado de Polícia dos mais brilhantes, que no Congresso de Secretários de Segurança Pública e Chefes de Polícia, reunido na então Capital Federal, o Rio de Janeiro, propôs fosse escolhida a data de 10 de maio como o "Dia da Polícia no Brasil". A sugestão dessa data tomava por base a criação da Polícia Brasileira, que se deu a 10 de maio de 1808, com a instituição do cargo de Intendente Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil por D. João VI, recém chegado da Europa. Esta a razão de se propor 10 de maio como o Dia da Polícia.

A 05 de maio de 1941, o Chefe do Executivo Paulista, Dr. Ademar Pereira de Barros, baixou a Resolução nº 84, que, referendando a decisão do Congresso de Secretários de Segurança Pública e Chefes de Polícia, reunidos na Capital da República em 27/10/36, consagrou 10 de maio como data oficial das comemorações alusivas à Polícia.

A partir desse ato, a Escola de Polícia de São Paulo, dirigida hoje pelo ilustre Del. Dr. Guido Fonseca, passou a realizar anualmente festividades comemorativas ao Dia da Polícia, reverenciando a memória de seus heróis, até que, a 29 de abril de 1946, Decreto-Lei do Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, instituiu a data de 21 de Abril como o "Dia das Polícias Civil e Militar" em todo o País, tendo como Patrono o grande vulto da inconfidência Mineira.

O dia 21 de Abril passou a ser também reverenciado como o dia do herói policial. Ao lado da memória do Alferes, que deu sua vida em prol dos mais elevados ideais de nossa Pátria, também se perfilam nomes de dedicados policiais, que perderam suas vidas em defesa da ordem e da segurança pública.

Senhoras e Senhores Senadores, pelo transcurso dos dias 19 e 21 de abril, datas em que personagens e episódios históricos são anualmente lembrados, quero render desta tribuna a minha homenagem aos integrantes de nossa polícia, civil e militar, pelo transcurso do seu dia. Em especial ao policial responsável e dedicado, que muitas vezes amarga o dissabor de ver um colega transgredir princípios da corporação, que não raro resultam em injustas generalizações junto à opinião pública. Meus cumprimentos a Sua Excelência o Ministro Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena e demais componentes do Exército Brasileiro, que com orgulho e patriotismo honram suas fardas na defesa de nosso País, inspirando a todos os brasileiros o respeito e a confiança na Instituição e naqueles que a integram.

Cumprimento, também, na pessoa do ilustre Del. Geral de São Paulo, Dr. Antônio Carlos de Castro Machado, todos os policiais que com destemor servem à sociedade.

Era o que tinha a dizer

Muito Obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estou hoje aqui para pedir providências às autoridades responsáveis pela área de pesca no Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, no sentido de que seja regularizada, imediatamente, a situação de todas as embarcações a vela do Estado do Ceará, a fim de estarem liberadas para a pesca de lagosta, a se iniciar em primeiro de maio.

Pode parecer incrível, mas a verdade é que, depois de tudo acertado entre pescadores e autoridades com vistas à regularização, surgiram certas exigências, feitas por um funcionário subalterno da superintendência do Ibama no Ceará, que podem inviabilizar a participação de canoeiros e jangadeiros na estação de pesca que se inicia daqui a pouco.

Antes de mais nada, devo dizer que sou ardoroso defensor da pesca artesanal porque ela emprega maciçamente mão-de-obra local, muito mais que os barcos movidos a motor e, acima de tudo, porque os pescadores não atuam de forma predatória sobre o meio ambiente, já que são os grandes interessados na manutenção das espécies.

A pesca de lagosta começou nos anos cinqüenta, quando era feita apenas por embarcações a vela. Foi só a partir dos anos sessenta que começaram a surgir as frotas de pesca integradas por barcos motorizados de dez ou doze metros. Nessa mesma época, foram introduzidos os covos de origem norte-americana, redes de pesca também conhecidas como manzuá. Como a costa cearense era a área de maior abundância em lagostas, foi a partir do porto de Fortaleza que saiu a maior parte da produção nacional.

A frota de pesca cresceu continuamente, empurrando para cima as estatísticas de produção e de exportação de lagosta, enquanto os pescadores artesanais também aumentavam em número, continuando, porém, a utilizar seus métodos tradicionais. Os primeiros problemas do setor surgiram em 1972, porque parte da pesca passou a ser feita de forma predatória. Em 1985 começou a pesca de mergulho, feita a partir do Rio Grande do Norte, que originou novos conflitos no mar entre pescadores e mergulhadores. No entanto, medidas efetivas para regular a atividade só vieram em 1987, com a introdução do chamado defeso, época em que fica proibida a pesca para propiciar a reprodução das espécies.

No entanto, durante os anos noventa, continuamos assistindo à intensificação da pesca predatória, feita mediante expedientes proibidos, como redes de espera e mergulho. Além disso e de desrespeitarem as épocas de defeso, os infratores passaram a capturar lagostas cada vez menores. Infelizmente, as autoridades do setor nunca tiveram meios de fiscalizar de forma eficiente essa atividade deletéria. E a lagosta miúda continuou a ser desviada para os portos de Santos e Recife.

Embora todo o setor de pesca de meu Estado — empresas, armadores e pescadores — tenha insistido fortemente quanto à necessidade de uma fiscalização rigorosa, nada foi feito. Não se têm notícias de uma só apreensão importante de carregamento de lagostas miúdas. Enquanto isso, obviamente, o lucro de quem pratica esse tipo de pesca ilegal se tornava cada vez maior.

Graças à movimentação dos pescadores artesanais, apoiados pelo Ibama, foi criado em 1995 o Forum de Pesca do Ceará que — discutindo a questão com setores do Governo Federal, organizações não-governamentais e universidades — aprovou o Plano de Pesca da Lagosta do Estado do Ceará.

Uma das primeiras constatações do Comitê de Pesca foi sobre a necessidade de regularização de todas as embarcações, o que seria feito tendo como base um cadastramento elaborado pelo Ibama em 1994. Essa regularização deveria incluir, automaticamente, todas as embarcações de pano utilizadas pelos pescadores artesanais.

Acontece, porém, que no meio do caminho havia uma pedra, como no poema de Drummond. Ou, para sermos mais exatos, havia uma decisão burocrática.

Passo agora a transcrever trecho de um documento que recebi dos pescadores presentes à reunião do Forum dos Pescadores da Barra da Sucatinga, que ocorreu no dia 10 de março do corrente ano. Diz o documento:

"Através do ofício número 86/96 da Superintendência do Ibama no Ceará, o superintendente substituto, doutor Volmir Costenaro, contrário ao que foi

estabelecido no *Piano de Ordenamento de Pesca da Lagosta*, procede à regularização das embarcações com permissão de pesca da lagosta".

E acrescenta:

"Com este ofício toda a frota de embarcações a vela dos pescadores artesanais não será regularizada num primeiro momento. Esta mudança de procedimento do próprio Ibama deixa os pescadores numa situação de incerteza em vista da proximidade da pesca da lagosta, que começará no dia primeiro de maio de 1996".

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores:

Tendo em vista o teor dessa correspondência, venho solicitar ao Ministro Gustavo Krause que intervenha na questão, a fim de que também sejam regularizadas, de imediato, todas as embarcações a vela do meu Estado. E que essa regularização não represente nenhum custo para os já muito sacrificados pescadores cearenses.

É preciso agir com rapidez neste assunto porque — segundo dados do Ibama, coletados em fevereiro do ano passado — a frota de pequenas embarcações de pesca da lagosta chega a 1715 unidades, entre paquetes e canoas a vela, botes de casco e jangadas.

Para reforçar este pedido, quero alinhar aqui alguns argumentos em favor da pesca artesanal.

O primeiro argumento é histórico. Foram as embarcações a vela que iniciaram a pesca de lagosta. Calcula-se que em 1960 — antes da entrada das frotas motorizadas —, quando foram exportadas 711 toneladas de lagostas, os barcos de pano eram cerca de oitocentos e quarenta. Hoje beiram os dois mil. Na maioria, os pescadores artesanais têm licenças obtidas anteriormente à criação do Ibama.

O segundo argumento é ecológico. Os pescadores artesanais são os que mais combatem a pesca predatória, porque sabem que, matando espécimes imaturos, estão criando problemas para sua sobrevivência futura.

O terceiro argumento é sócio-econômico. O maior problema mundial, hoje, é o desemprego. Ora, a pesca artesanal emprega muito mais mão-de-obra do que as frotas motorizadas. Calcula-se que um barco industrial que empregue apenas seis homens consegue obter a mesma produção que dezenas de embarcações a vela, que dão renda a cinqüenta e seis trabalhadores! Ou seja, em termos proporcionais, jangadas e botes empregam quase dez vezes mais pessoal.

É também importante considerar que os pescadores conseguem, com seu trabalho, não só um rendimento, mas também alimentação rica em proteína para suas famílias.

Por tudo isso, é claro, parece-nos inconcebível que uma simples penada de um funcionário subalterno de um organismo governamental possa pôr em risco toda uma categoria profissional. Segundo estou informado, o número de pessoas envolvidas diretamente com a pesca da lagosta chega a seis mil no Estado do Ceará. Não é possível que decisões burocráticas possam causar transtornos a tantos trabalhadores humildes. Estou certo de que o ministro Gustavo Krause vai interferir no assunto com rigor e rapidez.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência designa para a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

OFÍCIO N° S/24, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Ofício nº S/24, de 1996 (nº 1.113/96, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1996.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

2

REQUERIMENTO N° 276, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 276, de 1996, do Senador Gilberto Miranda, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 21 e 25, de 1996, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto.

3

REQUERIMENTO N° 292, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 292, de 1996, do Senador Jonas Pinheiro, solicitando, nos termos do art. 172,

inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1993 (nº 6.221/85, na Casa de origem), que *estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas.*

4

REQUERIMENTO N° 294, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 294, de 1996, do Senador Artur da Távola, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que *denomina o Aeroporto Internacional do Galeão como Aeroporto Internacional Tom Jobim*, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 27, DE 1995**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares e outros senhores Senadores, que *dá nova redação à alínea "e" do inciso II do § 5º do art. 128 da Constituição Federal*, tendo

Parecer favorável, sob nº 822, de 1995, da Comissão
- de Constituição, Justiça e Cidadania.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 134, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 4, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1995, de autoria do Senador Roberto Freire, que

regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão, tendo

Parceres sob nºs 440 e 885, de 1995, e 38, de 1996, da Comissão

- de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento, pela aprovação parcial da emenda substitutiva nº 1, de Plenário; e 3º pronunciamento: contrário às modificações propostas nos arts. 3º, 4º, 8º e 9º, da emenda nº 1, de Plenário.

(Em virtude de adiamento)

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 167, de 1996)

De autoria do Senador Casildo Maldaner, que altera a denominação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio para Escola Agrotécnica Federal de Santa Rosa do Sul.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1995

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1995 (nº 182/94, na Câmara dos Deputados), que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica, tendo

**Parecer favorável, sob nº 5, de 1996, da Comissão
- de Constituição, Justiça e Cidadania.**

(Terceiro e último dia de discussão)

9

MENSAGEM Nº 98, DE 1996

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 98, de 1996 (nº 4/96, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China.

10

MENSAGEM Nº 99, DE 1996

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

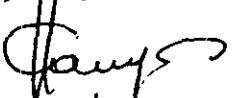
Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 99, de 1996 (nº 5/96, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Canadá.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 18h34min.)

ATO PRESIDENTE N° 21, DE 1996

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, regimentais e regulamentares, e tendo em vista o provimento de pedido de reconsideração pela Comissão Diretora, conforme consignado em Ata da 4a. Reunião Ordinária realizada em 28 de março de 1996, RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Presidente no. 59, de 1995, e aplicar ao servidor Expedito Eufrázio da Silva, Técnico Legislativo, a penalidade de suspensão por noventa (90) dias.

Senado Federal, em 2 de abril de 1996.


Senador JÚLIO CAMPOS

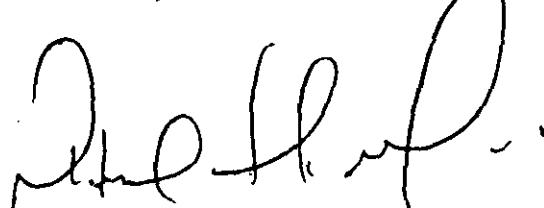
Presidente do Senado Federal, em exercício

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 451, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4848/96.9, de interesse da Subsecretaria Técnica Eletrônica,

RESOLVE designar a servidora ELISABETH HENRIQUE DA SILVA, matrícula 3847, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção Técnica de Produção, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 23 de abril de 1996


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 452, DE 1996

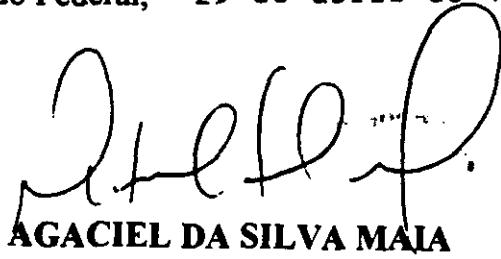
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4848/96.9, de interesse da Subsecretaria Técnica Eletrônica,

RESOLVE

Art. 1º É designado o servidor JAVERT LACERDA SANTOS JÚNIOR, matrícula 3478, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, para exercer a função de Chefe da Seção de Engenharia, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º - Revoga-se a designação do servidor Javert Lacerda Santos Júnior, contida na Portaria nº 011/95, do Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.453, DE 1996

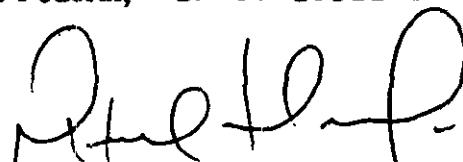
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 3635/96.1, de interesse do Serviço de Segurança, da Subsecretaria de Serviços Gerais,

RESOLVE

Art. 1º - É designado o servidor PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO, matrícula 4870, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a função de Chefe da Seção de Policiamento e Segurança Externa, Símbolo FC-5, do Serviço de Segurança, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º - Revogam-se as designações dos servidores Joaquim Miguel Oliveira da Mata e Pedro Ricardo Araújo Carvalho, contidas na Portaria do Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal nº 009, de 1995.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.454 , DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5098/96-3,

RESOLVE dispensar a servidora DARLETH LOUSAN DO NASCIMENTO PAIXÃO, matrícula 2785, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-06, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 08 de abril de 1996, e lotá-la na Secretaria-Geral da Mesa a partir da mesma data.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 455, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5098/96-3,

RESOLVE designar a servidora DARLETH LOUSAN DO NASCIMENTO PAIXÃO, matrícula 2785, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Secretário de Comissão, Símbolo FC-06, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 08 de abril de 1996.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 456, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 4911/96.2, de interesse do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal - CEDESEN,

RESOLVE designar a servidora ENIDETE SILVA SOUZA, matrícula 2918, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 3, Especialidade de Administração, para exercer a função de Chefe da Coordenação de Recrutamento e Seleção de Pessoal, Símbolo FC-7, do CEDESEN, nos eventuais afastamentos e impedimentos do titular.

Senado Federal, 23 de abril de 1996

John D. P.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 452, DE 1995**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3,

RESOLVE:

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei nº 8.112,de 1990, a
avaliacão de desempenho dos seguintes servidores em Estágio Probatório:

NOME DO(A) SERTIDOR(A)

MATRÍCULA MÉDIA FINAL

CASSIO MURILLO ROCHA

05.109

188

Senado Federal, em 23, de abril de 1996

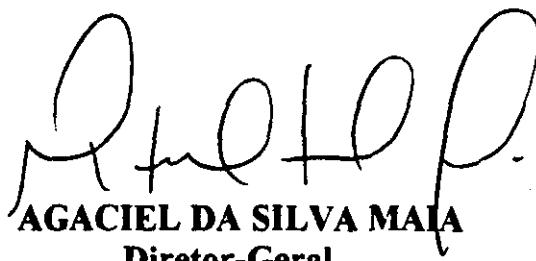
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 458, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 4449/96.7, de interesse da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA, matrícula 2930, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Processamento de Compras, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Alienações, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



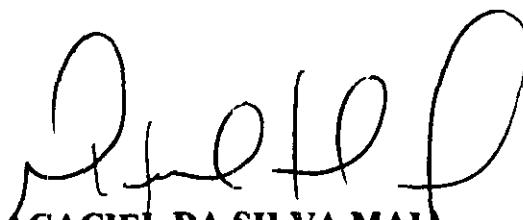
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.459, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 4461/96.7, de interesse da Subsecretaria de Expediente,

RESOLVE designar o servidor DÁVISON BANDEIRA DE BARROS, matrícula 3927, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Redação, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Expediente, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



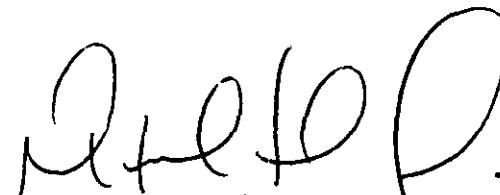
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 460, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 3691/96.9, de interesse da Secretaria de Controle Interno,

RESOLVE designar a servidora MARISA MONTEIRO MOURÃO, matrícula 1402, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para substituir a servidora Maria de Nazare Bacelar Bastos, Chefe da Sécção de Auditoria de Recursos Humanos, Símbolo FC-5, da Secretaria de Controle Interno, no período de 13 de março a 21 de abril de 1996, por motivo de licença-médica da titular.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 461, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 4350/96.0, de interesse da Subsecretaria de Ata,

RESOLVE designar o servidor RENATO DE ALENCAR DANTAS, matrícula 2817, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para substituir a servidora Flávia Mondin Leivas Bisi, na função de Chefe do Serviço de Digitação e Informática, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Ata, no período de 15 de março a 03 de abril de 1996, durante o afastamento da titular.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 462, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5178/96-7,

RESOLVE dispensar o servidor GIOVANNI PRETTI, matrícula 3679, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Análise, com efeitos financeiros a partir de 09 de abril de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.463, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5178/96-7,

RESOLVE designar o servidor GIOVANNI PRETTI, matrícula 3679, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Análise, com efeitos financeiros a partir de 09 de abril de 1996.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



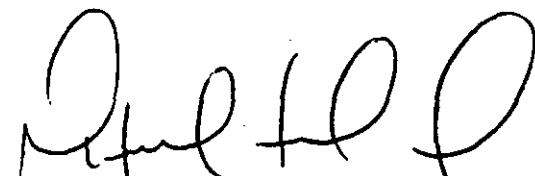
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.464, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5177/96-0,

RESOLVE designar o servidor AIRTON DANTAS DE SOUZA, matrícula 2871, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Análise, com efeitos financeiros a partir de 09 de abril de 1996.

Senado Federal, 23 de abril de 1996



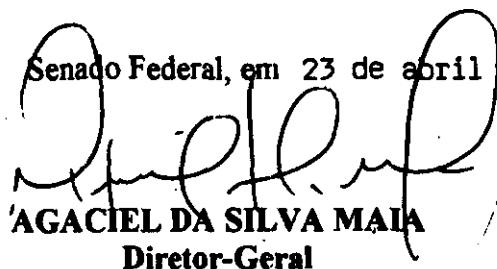
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 465 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.680/96-4,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, **GLORIA MARIA RIBEIRO PINTO DE ALMEIDA**, Analista Legislativo, Área 8 - Especialidade Comunicação Social, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994, e Ato do Diretor-Geral nº 148/94, com a transformação determinada pela Medida

Provisória nº 1.389/96, publicada em 12.04.96, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 23 de abril de 1996.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA
Presidente
 José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
 Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
 Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
 Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
 Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
 Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário
 Antonio Carlos Valadares – PSB – SE
 Eduardo Suplicy – PT – SP
 Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR
 Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)
 1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
 2º) Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
 3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior – PMDB – AC
 Waldeck Ornelas – PFL – BA
 Emilia Fernandes – PTB – RS
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
 Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
 Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
 José Roberto Arruda – PSDB-DF
 Vilson Kleinübing – PFL – SC
 Ramez Tebet – PMDB-MS
 Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
 Jáder Barbalho

Vice-Líderes
 Ronaldo Cunha Lima
 Nabor Júnior
 Gerson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvan Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL
Líder
 Hugo Napoleão

Vice-Líderes
 Edison Lobão
 Francalino Pereira
 Joel de Hollanda
 Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB
Líder
 Sérgio Machado

Vice-Líderes
 Genaldo Melo
 José Ignácio Ferreira
 Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB
Líder
 Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes
 Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT
Líder
 José Eduardo Dutra

Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB
Líder
 Valmir Campelo

Vice-Líder
 Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT
Líder
 Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS
Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSS
Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL
Líder
 Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PFL

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva
1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

PTB

1. Emilia Fernandes

PT

1. Marina Silva

PDT

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

1. Arlindo Porto

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/82
RAMEZ TEBET	MS-2221/22
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
PFL	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
BELLO PARGA	MA-3069/70
FREITAS NETO	PI-2131/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62
PEDRO PIVA	SP-2351/52
GERALDO MELO	RN-2371/72
OSMAR DIAS	PR-2121/22
PPB	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT	
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15
PDT	
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1148
PSB	
JUNIA MARISE	MG-4751/52
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PSD	
REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.	
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO	
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605	
SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255	
FAX: 311-4344	

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
----------------	--------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO
----------------------	------------	--------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO Maldaner	SC-2141/47
VAGO		7-VAGO	

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

PPB

ESPERIDIAO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
-----------------	------------	----------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
--------------------------	------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADÉMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

PPB / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1-VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/67		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
VAGO	
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

•1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
 PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
 (17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60
PTB	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PDT	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
PSB / PPS	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÁS 10:30 HORAS
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
 FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
 PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2137
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
PSDB	
JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
PEDRO PIVA	SP-2351/2353
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
PTB	
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	1-VAGO

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PPS + PSL: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
VAGO		6-VAGO	

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47

PSDB

GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
--------------------	------------	------------------	------------

PT

BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
-------------------	------------	----------------	------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
------------------	------------	-----------------	------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
-----------------	------------	-----------------	------------

PSB / PPS

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	----------------------	------------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3548

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-98)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaça Cassildo Maldaner	Martucci Pinto ¹ Roberto Requido
	PFL
Vítor Kleinmuntz Romero Jucá	José de Holanda Júlio Campos
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
	PPB
Espedito Amin	
	PTB
Emilia Fernandes	

Orimar Dias²

PP

PT

Benedicto da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vilela
Paulo Pizzati	Eliane Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
Franco Montoro	Yeda Crusius
Fetzer Júnior ^{3 4}	José Pizzolatti
Dionísio Sperafico	Augustinho Freitas
Miguel Rossetto	Luiz Maineri

1 Pedro Simon substituído por Martucci Pinto, em 2-10-98

2 Filiado ao PSDB em 22-6-98

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-6-98

4 Júlio Redecker substituído por Fetzer Júnior, em 14-2-98

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho - 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito - André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução - Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes - Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Pùblico do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? - José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais - Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais - Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade - Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravio de instrumento - Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer - René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas - Osvaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei - Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) - Robison Gonçalves de Castro

Requisitos para Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas - Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 - Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul - José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvértidas. - Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) - Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal - Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald - Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) - Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira - Fernando Braga

O direito eleitoral português - Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos - Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha - Maria Elizabeth Guimaraes Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição - Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo - Heleno Taveira Torres

A legitimização do Parlamento para função fiscal - Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão - Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político - Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência comprensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar -

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro - 1995

Leia neste número:

- Direitos e garantias fundamentais - Josaphat Marinho
A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática - Arnoldo Wald
Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência - Álvaro Lazzarini
A Constituição e a educação brasileira - Edivaldo M. Boaventura
A função judicante do Poder Legislativo no Brasil - Paulo Lopo Saraiva
Direito à moradia - Sérgio Sérvelo da Cunha
Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro - Edilson Pereira Nobre Júnior
Apropriação indebita em matéria tributária - Carlos Alberto da Costa Dias
A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 - Otto Eduardo Vizeu Gil
Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos - Teori Albino Zavascki
Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a "Execução Provisória da Sentença Penal" - Maurício Kuehne
A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia - José Augusto Delgado
Uma leitura jurídica da prostituição infantil - Josiane Rose Petry Veronese
Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 - Jorge Ulisses J. Fernandes
Empresa agrária e estabelecimento agrário - Fábio Maria de-Mattia
Neoliberalismo e desadministratização - Gladston Mamede
Prestação de contas - instrumento de transparência da Administração - Flávio Sátiro Fernandes
Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul - José Matias Pereira
A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos - Jete Jane Fiorati
Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal - Fabiana de Menezes Soares
Invalidez "ex officio" dos atos administrativos pelo juiz - José Américo A. Costa
A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites - Amandino Teixeira Nunes Júnior
O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil - Thadeu Andrade da Cunha
A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua - Fredys Orlando Soto
Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) - Luis Afonso Heck
IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos - Sílvio Meira
A Responsabilidade do Estado-Juiz - Rogério Marinho Leite Chaves
Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas - José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGILATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:
Endereço:
Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:
Data: Assinatura:

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N°S 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; 2º Volume: A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; 3º Volume: O regime comum de origem no Mercosul; 4º Volume: ZPEs-brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; 5º Volume: Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; 6º Volume: Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; 7º Volume: O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; 8º Volume: Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 240 PÁGINAS